

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
1º CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS HISTÓRICOS EUROPEUS

***Revista Militar (1849-1910):
Contributo Para Uma Leitura de Ciência e Técnica em Portugal***

José Luís Assis

Orientadora:

Professora Doutora Maria de Fátima Nunes

Évora

Julho 2002

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
1º CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS HISTÓRICOS EUROPEUS

***Revista Militar (1849-1910):
Contributo Para Uma Leitura de Ciência e Técnica em Portugal***

José Luís Assis



132 436

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade de Évora para obtenção do Grau
de Mestre em Estudos Históricos Europeus

ORIENTADORA:

Professora Doutora Maria de Fátima Nunes

"ESTA DISSERTAÇÃO INCLUI AS CRÍTICAS E SUGESTÕES FEITAS PELO JULI"

Évora

Julho 2002

A *Revista Militar* (1849 - 1910): Contributo para uma Leitura de Ciência e Técnica em Portugal constitui um trabalho dedicado ao estudo da *Revista Militar* que iniciou a sua publicação em 1849 e que ainda se encontra em actividade. Este estudo faz a análise da estrutura externa e interna do periódico, e da actividade científica e literária dos seus Fundadores, Redactores e Colaboradores.

O periódico destinava-se a todos os militares e personalidades ilustres que pelos seus ideais pretendessem vir a desempenhar altos cargos da Nação. Ao longo das suas páginas, são tratados os mais diversos temas técnicos científicos e literários, desde os marcadamente militares aos destinados a um público alvo mais abrangente.

Pelos assuntos tratados, teve influência no desenvolvimento e modernização da Instituição Militar e da Nação. A *Revista Militar* manteve um contacto bastante próximo com as suas congéneres europeias o que lhe permitiu estar sempre na vanguarda do saber científico.

Revista Militar (1849 – 1910): Contributo para uma Leitura de Ciência e Técnica em Portugal is a research work dedicated to the study and knowledge of the *Revista Militar* which was first published in 1849 and it is still currently maintaining its periodic publication. The study analyses both the internal and external structure of the magazine as well as the scientific and literary activity of its Founders, Editors and Collaborators.

It was designed to the military men and very important people who wished to get a high position in the Administration of the Nation. Within its pages there are discussed several different subjects in the scientific and literary theme dedicated to both military and civil audience. The magazine influenced the development and the bringing up-to-date of the Military Institution and of the Nation. The *Revista Militar* was very close to the European similar magazines what placed it in the front of the scientific knowledge.

Índice

Introdução	1
-------------------	----------

Parte I

A Imprensa Militar – Ciência e Literatura na *Revista Militar*

Capítulo 1 A Produção Periódica Militar	11
Estatutos, Organização e Administração da <i>Revista Militar</i>	20
Caracterização da Estrutura Externa do Periódico	28
Sinais Internos e Externos de Leitura: a geografia de difusão	45
Capítulo 2 Ciência, Cultura e Sociedade	59
1º Andamento: temas e discursos de saber científico 1849 – 1861	59
2º Andamento: temas e discursos de saber científico 1862 – 1904	74
3º Andamento. Temas e discursos de saber científico 1905 – 1910	87

Parte II

Fundadores, Redactores e Colaboradores: acção pedagógica e de divulgação de cultura científica e literária

Capítulo 1 Perfil Sociológico dos Fundadores	100
Naturalidade	102
Idade à data da Fundação do Periódico	103
Percurso Académico	107
Actividades ocupacionais militares e civis	111
Colaboração Científica e Literária noutros periódicos militares e civis	115

Capítulo 2	Perfil Sociológico dos Redactores	121
	Naturalidade	121
	Idade ao momento da sua Actividade Redactorial	121
	Percurso Académico	122
	Actividades ocupacionais militares e civis	124
	Colaboração Científica noutros periódicos militares e civis	127
Capítulo 3	Perfil Sociológico dos Colaboradores	133
	Naturalidade	133
	Idade no momento da primeira Colaboração	133
	Percurso Académico	134
	Actividades ocupacionais militares e civis	135
	Colaboração Científica e Literária noutros periódicos militares e civis	136

Parte III

A Revista Militar e a Sociedade Portuguesa

Capítulo 1	<i>A Revista Militar e a Sociedade Portuguesa: contributo científico e técnico para o desenvolvimento e progresso da Nação</i>	144
	Veterinária	144
	Geodesia	159
	Telegrafia	176
	Caminhos de Ferro	190

Parte IV

A Revista Militar e a Memória da Nação e da Pátria

Capítulo 1	Memória colectiva e memória histórica	206
	Iberismo e sentimento nacional	210
	<i>A Revista Militar e os novos movimentos ideológicos na Europa e no Mundo</i>	217
	O Centenário da Guerra Peninsular, a <i>Revista Militar</i> e o culto dos heróis	233

A Concluir ...

244

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1.	Fontes Manuscritas	249
2.	Fontes Impressas: Imprensa Periódica Militar Portuguesa	253
3.	Outras Fontes	260
4.	Legislação	281
5.	Fontes Iconográficas	283
6.	Bibliografia de referência	284
7.	Bibliografia Consultada	286

Introdução

A Revista Militar (1849 – 1910): Contributo para uma Leitura de Ciência e Técnica em Portugal constitui o grande tema deste estudo sobre um periódico militar de cariz marcadamente técnico, científico e literário. Da proposta de trabalho apresentada pela Professora Doutora Maria de Fátima Nunes relevamos em primeiro lugar o facto inédito deste estudo enquanto investigação e reflexão histórica no domínio da História da Cultura Portuguesa.

Para o estudo da *Revista Militar* e em face desta apresentar a sua publicação ininterrupta optámos pelo estudo no período entre o início da sua publicação 1849 e 1910. Esta delimitação cronológica não deve ser entendida como um corte ou ruptura, mas trata-se de assinalar os primeiros momentos da evolução do periódico bem como o papel que ele desempenhou na divulgação científica e cultural em Portugal.

A opção pelo século XIX, mais particularmente pelo período entre 1849 e 1910, é justificada na medida em que se trata de um período muito significativo da História de Portugal onde os militares tiveram um grande protagonismo na vida social, económica, cultural e política do país.

O aparecimento da *Revista Militar* pode, segundo pensamos, dever-se a dois aspectos importantes: um que está relacionado com a própria sociologia da criação, isto é, tendência ou vanguarda, o segundo insere-se no domínio da sociologia da recepção, isto é destina-se a preencher uma lacuna, a satisfazer uma necessidade cultural do público, ou ao desejo de criar um espaço de divulgação de novas ideias e manter e lançar novos escritores.

A história desenvolvida e fundamentada do envolvimento dos militares nas instituições de cultura bem como o seu contributo científico no desenvolvimento do país na segunda metade do século XIX tem permanecido praticamente «esquecido» ou «encerrado» nos arquivos, em algumas publicações da instituição militar e em alguns artigos. A investigação levou-nos a constatar que existe quase um «vazio» historiográfico em relação à problemática por nós estudada, deixando uma ideia pouco aproximada da sua importância e significado na sociedade portuguesa.

Este «vazio», embora não corresponda a uma ausência total de preocupação pelo assunto, integra-se num desconhecimento mais abrangente do papel do periodismo científico militar na obra de fomento científico na sociedade portuguesa.

Esta problemática, do que nos foi dado investigar e de contactos que estabelecemos, ainda não constitui objecto de trabalho sistemático e profundo que nos permita sobre esta matéria obter premissas claras e sobretudo devidamente fundamentadas.

Para o desconhecimento desta história tem, sem dúvida, contribuído o facto dos investigadores não se terem interessado pelas questões relacionadas com a instituição militar, particularmente no âmbito da História Cultural. Note-se que a historiografia internacional, espanhola e francesa, também ela é relativamente recente, embora mais antiga que a portuguesa que parece começar agora a despertar.

Procuramos acompanhar durante este período a evolução interna do periódico e de toda a sua actividade jornalística em aspectos de estudo tão diversos como o da diversificação dos seus colaboradores (agentes), o da complexificação das técnicas e das linguagens o da diversidade dos temas e dos leitores. É através do estudo da história do periódico que melhor podemos conhecer a problemática da *Revista Militar (1849-1910): Contributo para uma Leitura de Científica e Técnica em Portugal* que enriquece o conhecimento sobre a sociedade, a política, ou mesmo a mentalidade da época, a segunda metade do século XIX em Portugal, na exacta medida em que a *Revista Militar* não era apenas espelho da instituição militar, mas agente cultural das vivências militares e civis da época.

Um grupo de outras problemáticas norteou este trabalho: quem divulgou esse conhecimento técnico e científico? Que intencionalidade tinha essa produção cultural? Quais os grandes tópicos que a estruturaram? A que público se dirigia? A que expectativas culturais correspondia? Que função cultural e social desempenhou?. Estas e outras talvez mais particulares do que estas conduzem como é natural, o nosso estudo e que oportunamente atenderemos.

Dentro da metodologia adoptada, pretendemos dar a conhecer a problemática que nos propomos estudar e, simultaneamente, oferecer uma série de pistas para futuras investigações, partindo da análise temática do periódico.

Para a realização deste estudo, metodologicamente dividimos a investigação em quatro grandes partes.

Na primeira abordagem começamos por definir o universo da *Revista Militar* referindo-nos às características físicas, à periodicidade, à estrutura redactorial, à

difusão geográfica, às temáticas e aos géneros, à linguagem à orientação ideológica, política, social e à relação com o poder instituído e instituições científicas e de cariz jornalístico.

O presente trabalho percorre as diversas tendências científico-literárias e implica o conhecimento do perfil desta elite (Fundadores, Redactores e Colaboradores) da *Revista Militar* ao longo deste período, o que pressupõe, como é natural, uma demora na consulta da diversa, fontes manuscritas e impressas e bibliografia. Os estudos dos autores aqui tratados, tornam-se, por ventura, mais compreensíveis quando inseridos na conjuntura cultural e científica. Estas representam de certa forma a conjuntura cultural e mentalidade histórica em que esses intelectuais se afirmaram.

Procuramos sempre que possível situar historicamente os artigos e memórias elaboradas por cada um dos seus autores. Não descuramos ainda os aspectos singulares ou individuais, bem como a informação biográfica que nos permitiu elaborar as prosopografias essenciais para a compreensão e esclarecimento da intencionalidade e origem dos seus estudos científicos bem como a sua origem.

Lidámos com personalidades e mecanismos responsáveis pela difusão, transmissão e polarização dos conhecimentos científicos difundidos pelos militares.

Contudo, a investigação foi crescendo e suscitando renovado entusiasmo, não apenas pela abundância e riqueza da informação que ia sendo recolhida, mas também pelas perspectivas de trabalho que iam sendo abertas através de leituras e consultas sistemáticas da bibliografia, dos fundos e das fontes manuscritas e impressas.

Depois de definidas as duas primeiras grandes etapas, impõe-se procurar esclarecer o itinerário temático seleccionado.

O aprofundamento da problemática através das fontes no periódico constitui a base fundamental da nossa investigação.

A selecção das temáticas a abordar levou a que se procedesse a uma escolha de acordo com o seu carácter técnico e científico e ainda com a necessidade e importância que poderiam ter tido no progresso da instituição militar e do próprio país.

Vários são sempre os caminhos possíveis, e um *corpus* imenso, diríamos quase inesgotável, se nos deparou nesta investigação. Outros investigadores a eles poderão recorrer para o estudo das mais diversas áreas da História Cultural. Desde o início da investigação e, conseqüentemente, em simultâneo à selecção das fontes, colocou-se a das grandes áreas temáticas e científicas, correspondentes todas elas aos problemas centrais com que se confrontava o Exército e de maneira mais

abrangente a Nação e no período que delimitamos e dos grandes estudos que lhe deram expressão. Entre estes, partimos sempre do princípio da História Cultural para destacarmos: Medicina Veterinária, Geodesia, Telegrafia e Caminhos de Ferro que pela sua importância foram os que maior impacto tiveram em termos sociais, económicos culturais e políticos na sociedade portuguesa.

Cada uma dessas temáticas configura uma matéria delimitada no próprio periódico e envolve fontes, metodologias e problemas muito diversos. O *Corpus* das temáticas extremamente vasto só de forma parcial podemos abordar. Qualquer uma dessas temáticas adquiriu uma projecção que podemos considerar muito significativa no desenvolvimento da instituição militar, do país e, conseqüentemente, na cultura portuguesa da Regeneração.

Um dos objectivos do presente trabalho é o de procurar reunir elementos que nos permitam caracterizar o espírito histórico científico da escol intelectual que colaborou na *Revista Militar* durante esse período, ou ainda de que forma contribuiu no sentido de procurar caracterizar a intencionalidade historicista daquelas personalidades.

Por fim, outro aspecto que nos mereceu particular atenção: relacionar a *Revista Militar* com a promoção da Memória Histórica Nacional e verificar a importância dada pelo periódico quanto à Memória da Nação e da Pátria, o que levou à procura de uma explicação para essa atitude. Em nosso entender, essa explicação encontrava-se relacionada com as transformações que ocorreram na sociedade portuguesa, passando pelos conflitos – Guerra Peninsular, a prolongada Questão Ibérica, as Conferências do Casino, a Comemoração do Tricentenário da Morte de Camões, a Questão Colonial, a Comemoração do Centenário da Guerra Peninsular e o Congresso da Liga Naval Portuguesa. Foram todos momentos da nossa história a que a *Revista Militar* nunca deixou de prestar a devida atenção e de comentar nas suas páginas. Todas estas questões problemáticas pela sua natureza, contribuíram para a produção de argumentação histórica diversificada embora, como é natural, umas mais do que outras.

É notório que esta elite de intelectuais procurou com essa argumentação criar uma nova forma de ligação entre indivíduo e Nação, militares e civis, procurando dessa maneira melhor evocar a memória de um passado glorioso e podendo fomentar a convergência e mobilização nacional.

A leitura do periódico constituiu para nós um estimulante exercício académico. A partir dele conseguimos estabelecer um elo de ligação de duas margens tão

próximas tematicamente, mas ainda distantes na percepção da realidade historiográfica, a História da Cultura e a História da Ciência de cariz marcadamente militar.

As páginas que se seguem evidenciam as opções tomadas, os itinerários seguidos e os vários trilhos de investigação que esta dissertação comportou. Dimensão que estamos bem conscientes que só poderá ser alcançada através de estudos prosopográficos que mesmo em termos de futuros estudos poderão vir a dar um imprescindível contributo.

AGRADECIMENTOS

Durante este tempo de investigação e elaboração da tese, numerosos foram os apoios institucionais e pessoais aos quais devo todo o apoio, colaboração, incitamentos bem como preciosas indicações, alvitres e correcções que em muito contribuíram para a sua realização e aperfeiçoamento.

Apraz-me agradecer em primeiro lugar à Professora Doutora Maria de Fátima Nunes e ao General Manuel Freire Themudo Barata, respectivamente, minha orientadora e Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar: à Professora Doutora Maria de Fátima Nunes, orientadora atenta, sempre disponível, quer no seu tempo quer no seu saber, acompanhando o decorrer da investigação e aconselhando depois na redacção da tese; a ela se deve a sugestão deste tema bem como a confiança que sempre soube transmitir na nossa relação; ao General Themudo Barata para além do apoio institucional, a simpatia com que me incentivou, especialmente, em momentos mais difíceis. É essa confiança, amizade e estímulo que nunca se esquecem.

Uma menção muito especial dedico ao Coronel Carlos Bessa cuja autoridade reconhecida no âmbito da História Militar e, particularmente, na temática da tese, partilhou comigo em discussões iluminadas e na indicação de fontes e bibliografia que se viriam a tornar muito importantes. A minha profunda gratidão por todos esses momentos.

Ao Professor Doutor António Pedro Vicente, Catedrático da Universidade Nova de Lisboa que logo no início do trabalho partilhou comigo com grande disponibilidade e simpatia algum do seu imenso saber com sugestões metodológicas e bibliográficas que viríamos a seguir durante o a investigação e redacção da tese. Ao Professor Pedro Vicente mostro a minha estima e gratidão.

Para o General Lopes Alves, Coronéis Ribeiro Soares e Oliveira Pena o meu agradecimento pela gentileza e apoio que me disponibilizaram para a realização da dissertação através de bibliografia, fontes e ideias fundamentais.

Agradeço ao General Silvino da Cruz Curado que demonstrou um grande interesse pela temática e, numa área que não sendo propriamente a sua, sempre se

disponibilizou, aconselhando e recomendando bibliografia, especialmente na área da Engenharia, chegando, nomeadamente, a dispor a sua biblioteca pessoal.

Apraz-me agradecer ao Tenente Coronel Aniceto Afonso, Mestre em História Contemporânea e Director do Arquivo Histórico Militar pela competência e saber que partilhou comigo na fase inicial desta tese, sempre disponível para o despertar de pormenores e aspectos relevantes, nomeadamente no que dizia respeito à definição das áreas temáticas.

Ao Professor Doutor Veríssimo Serrão, Presidente da Academia da História, gostaria de agradecer a disponibilidade e simpatia pela partilha de materiais e pistas de investigação.

Agradeço ainda à Professora Doutora Ingrid Schulze Schneider, Professora Titular de História da Comunicação Social da Universidade Complutense de Madrid, pela simpatia e colaboração prestada através da sua comunicação efectuada nas Conferências *España Nuevo Milenio* em que participei.

Nos diversos arquivos, bibliotecas, museus e institutos sempre encontrei pessoas que me auxiliaram, facultando o acesso a bibliografia, fontes e mesmo fornecendo informações relevantes para o *corpus* desta Tese. Devo mencionar o Departamento de História da Universidade de Évora e todos os seus Professores de hoje e de ontem; os funcionários da Biblioteca da Universidade que me proporcionaram o apoio académico necessário; o Major Soares da *Revista Militar* onde sempre me auxiliou e facultou o acesso a fontes e bibliografia muito relevantes; o Major João Américo Baracho, ao meu amigo Carlos Daniel Gonçalves, a D. Maria de Lurdes Castro, a D. Maria Fernanda Miranda da Biblioteca do Estado Maior do Exército, o meu amigo Carlos Faustino da Biblioteca do Estado Maior do Exército – os Paulistas que desde logo revelaram o seu maior interesse, acolhimento e apoio por este trabalho; o Maj António José Dias Pereira e Dr. Mário Mateus do Instituto Geográfico do Exército; os funcionários do Arquivo Histórico Militar e Arquivo Geral da Marinha; a Dra. Helena Grego da Sociedade de Geografia que com extraordinária competência e igual simpatia me auxiliaram e facilitaram o acesso ao sempre difícil trabalho de investigação; o Maj. Luís Manuel Machado Mendes, a Tenente Teresa Almeida Correia Mendes e o Alferes João Tiago Tavares do Museu Militar; o Dr. Carlos Carvalho no apoio informático. Agradeço também a diversos outros responsáveis das seguintes instituições: Biblioteca Municipal António Botto de Abrantes, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca e Arquivo de Estudos Olisiponenses, Biblioteca da Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca e Centro de Documentação da

Universidade Aberta, Biblioteca Nacional, Biblioteca da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Biblioteca da Comissão Portuguesa de História Militar, Biblioteca da Academia Portuguesa da História, Centro de Estudos Geográficos, Biblioteca e Arquivo do Ministerio de la Defensa (Madrid).

O meu agradecimento para o Dr. Jorge Lopes pela simpatia e colaboração preciosa na concretização informática da tese.

Para a minha colega e amiga Dr.^a Paula Miranda uma palavra da gratidão e apreço pela troca de ideias e recomendação bibliográfica particularmente durante a fase de investigação deste trabalho.

Outras pessoas haverá credoras dos meus agradecimentos, a elas a omissão dos seus nomes, é involuntária. Em relação às pessoas referenciadas, espero que o trabalho produzido não desmereça demasiado as suas expectativas, pois os erros, limites e imperfeições são da minha inteira responsabilidade.

Por fim, agradeço à Cristina, minha mulher, não apenas todo o seu esforço por suprir as minhas faltas como pai e como marido, mas também o seu auxílio do ponto de vista literário muito preciosos na elaboração do trabalho.

Siglas Utilizadas

- A. C. M. – Arquivo Central de Marinha
- A. G. E. Arquivo Geral do Exército
- A. H. M. – Arquivo Histórico-Militar
- A.M. D. E. – Arquivo do Ministério de la Defensa (Madrid)
- A.R. M. – Arquivo da Revista Militar
- B. A. B. A. – Biblioteca António Botto de Abrantes
- B. A. P. H. – Biblioteca da Academia Portuguesa da História.
- B. C. C. M. L. – Biblioteca Central da Câmara Municipal de Lisboa
- B. C. P. H. M. – Biblioteca da Comissão Portuguesa de História Militar
- B. E. M. E. – Biblioteca do Estado Maior do Exército
- B. E. M. E. P. – Biblioteca do Estado Maior do Exército os Paulistas.
- B. E. O. – Biblioteca de Estudos Olisiponenses.
- B. M. C. M. Biblioteca Municipal de Campo Maior
- B. M. D. E – Biblioteca do Ministério de la Defensa (Madrid)
- B. N. L. – Biblioteca Nacional de Lisboa.
- B. P. E. – Biblioteca Pública de Évora
- B. P. M. M. – Biblioteca Privada do Museu Militar
- B. S. H. I. P. – Biblioteca da Sociedade Histórica da Independência de Portugal
- B. U. A. – Biblioteca da Universidade Aberta.
- B. U. E. – Biblioteca da Universidade de Évora
- B. U. N. L – Biblioteca da Universidade Nova de Lisboa.
- C. D. U. A. – Centro de Documentação da Universidade Aberta.
- C. E. G. – Centro de Estudos Geográficos.
- C. S. I. C. Consejo Superior de Investigaciones Cientificas
- F. V. O. Fundo Visconde de Oliven
- G. E. O. A. O – Gabinete de Estudos Olisiponenses Arquivo Olisiponense.
- I. G. E. – Instituto Geográfico do Exército.
- I. N. I. C. Instituto Nacional de Investigação Científica
- M. M. – Museu Militar

- R. A. M. Revista de Administração Militar.
- R. E. A. Revista do Exército e da Armada
- R. E. Revista de Engenharia
- R. S. M. Revista de Ciências Militares
- S. G. L. Sociedade de Geografia de Lisboa

Quanto ao nome das personalidades e das instituições, não optamos pela actualização ortográfica, procuramos mantê-la com a originalidade da sua fonte. Só procedemos a essa alteração quando nos referimos a elas fora desse mesmo *corpus* documental.

PARTE 1

A Imprensa Militar – Ciência e Literatura na *Revista Militar*

Capítulo 1 A Produção Periódica Militar

A periodicidade é um dos principais factores para a realização do produto jornalístico, um aspecto importante na criação e manutenção do hábito de leitura¹.

As leituras dos periódicos técnicos, científicos e literários, onde incluímos a *Revista Militar*, pressupõem sempre uma análise e um ponto de reflexão sobre o que se entende pelo acto voluntário de ler, sobre quem lê e ouve ler, ou mesmo assista apenas a comentários de leituras de forma a que se possam obter alguns contornos do perfil dos leitores². A leitura, para além de ser um acto voluntário, privado e individual, pode ser um acto de sociabilidade através da sua concretização em grupo ou para um grupo. A escolha das leituras depende do material editorial disponível em circulação pelas nações cultas e civilizadas bem como da sua aceitação pelos editores e tipógrafos, pelos responsáveis pelos títulos e pelos próprios leitores. Ao realizar-se uma leitura, esta apresenta dois aspectos complementares: um informativo que determina qual o grupo de leitores e outro que funciona como veículo de difusão de ideias e conhecimentos científicos e técnicos que servem de suporte a todo um conjunto de população alfabetizada e com interesses dirigidos para a curiosidade dos

¹ “A leitura é encarada como um fenómeno cultural vasto e alargado que comporta diversas componentes de observação e de estudo: as directrizes de quem produz leitura, de quem proporciona materialmente a leitura, a quem potencialmente se dirige a leitura, os possíveis impactos culturais e ideológicos e as repercussões de uma leitura orientada sobre uma determinada temática”. João Luís Lisboa, *Ciência e Política*, especialmente Cap. IV, “Ler e Fazer Política”, Lisboa, I.N.I.C., 1991, pp. 51-196; Roger Chartier, “Textes, imprimés, lectures”, in *Problemas em História Cultural*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1987, pp. 193-207; Jean-François Botrel, *La diffusion du livre en Espagne (1868-1914). Les librairies*, Madrid, Casa Velasquez, 1988, pp. 7-33; Jesus A. Martinez Martin, *Lectura Y lectores en el Madrid del siglo XIX*, Madrid, C.S.I.C., 1991, pp. 91-123.

² Maria de Fátima Nunes, “Leitura e leitores”, in *Imprensa Periódica Científica (1772 – 1852) – leituras de «ciencia agrícola» em Portugal*, Lisboa, Estar Editora, 2001, pág. 5.

enigmas da Ciência³. Desta forma, não nos podemos esquecer que esses veículos de ideias constituem uma fonte importantíssima e específica da História da Cultura⁴.

Na realidade, A *Revista Militar*, ainda que nascida no conturbado contexto político-social do País de 1846-1848, iniciou a sua publicação em Janeiro de 1849, depois do agitado período de lutas políticas⁵ que em Portugal ocuparam todo o segundo quartel do século XIX.

Foi, assim, que um grupo de oficiais se lembrou de procurar libertar o Exército dessas lutas políticas em que então se achava envolvido e fazê-lo ascender ao nível de moralidade e saber que lhe permitissem corresponder à sua verdadeira missão.

A iniciativa preconizada com esse móbil foi a fundação de um periódico militar que promovesse a cultura técnica e científica dos oficiais bem como dentro das normas de correcção e da disciplina militar vigente se defendessem os interesses da instituição militar, sob um horizonte verdadeiramente nacional.

A *Revista Militar* em 1849 iniciou a sua publicação com um número mensal, perfazendo os doze fascículos de cada ano, depois de reunidos um tomo completo, sendo cada número de três a quatro folhas de impressão cerca de sessenta páginas de acordo com a menor ou maior afluência de artigos a publicar. Todavia, em Janeiro de 1858, constatando a *Direcção da Revista Militar* que apenas uma publicação mensal não satisfazia, convenientemente, a ansiedade⁶ das notícias que se tornavam pertinentes saber, decidiu alterar a sua periodicidade para quinzenal⁷, sendo editados os fascículos nos dias 15 e 30 de cada mês, aumentando-lhe uma folha de impressão, o que produziu no volume mais doze folhas, exigindo a Direcção em compensação por

³ Roger Chartier, *A História Cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988, pág. 123.

⁴ Manuel Tuñom de Lara, *Medio siglo de cultura española (1885-1936)*, 3ª ed., Madrid, Tecnos, 1984, pág. 17.

⁵ Entre 1820 e 24 de Abril de 1851, momento da grande acção militar do Marechal Duque de Saldanha, o pronunciamento que iniciou a chamada Regeneração, as revoluções políticas foram essencialmente empresas militares e durante todos esses anos o Exército, ainda que de forma fragmentária, canalizou as grandes divergências. Rui Bebiano, "Organização e papel do Exército", in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, Circulo de Leitores, L.da. e Autores, 1993, pág. 263.

⁶ A ansiedade era sentida pelos assinantes no que diz respeito à demora na publicação das Ordens do Exército que constituiu um dos motivos de atracção pelo próprio periódico, ao atraso na demora das notícias militares nacionais e internacionais e ainda pretendiam a publicação do periódico no mais curto espaço de tempo. Veja-se Direcção, "Introdução", *RM*, Tomo X, 1858, n.º 1, pp. 1-2.

⁷ A decisão adoptada pela Empresa da *Revista Militar* em Janeiro de 1858 de ter optado pela periodicidade quinzenal deveu-se não apenas ao aumento crescente do número de artigos de que dispunha para publicação e ao aumento do número de assinantes, mas também das mercês de outras fontes de receitas, subsídios de alguns departamentos governamentais e até doações para prémios. Veja-se Humberto Buceta Martins, "O Milagre da Longevidade da *Revista Militar*", *RM*, 1977, n.º 1-2, pág. 23.

essa alteração a quantia de mais 20 réis por mês. “A sua publicação começou em Janeiro de 1849 por numeros mensaes, perfazendo os 12 numeros de cada anno um tomo completo, sendo cada numero pelo menos de tres a quatro folhas de impressão, ou 60 pag. Pouco mais ou menos: o que teve de variar, conforme a maior ou menor affluencia de artigos; ficando a paginação da Revista separada daquela relativa ao Boletim official do exercito: alterando-se todavia esta fórma de publicação em Janeiro de 1858, em que passou a ser quinzenal, e portanto de dous numeros no mez, ou vinte e quatro em todo o anno: augmentando-se além d’isso o seu formato, empregando-se também typo mais miudo, e com addicionamento de mais uma folha ou dezaseis paginas por mez (Janeiro, Março, Junho, Setembo e Novembro de 96 pag., e nos outros mezes de 64 cada um)”⁸.

O volume de páginas contidas nos fascículos e tomos, conjuntamente com o volume das tiragens, revelam-nos o interesse que quaisquer revistas de divulgação cultural, técnica, científica, artística e profissional despertam no público a que se dirigem, além de serem indicadores da suficiência e estabilidade financeira das respectivas empresas.

Começaremos por referir que a 1ª Etapa situa-se entre os anos de 1849, início da publicação e 1904. A 2ª Etapa compreende os anos entre 1905 e 1910. Na 1ª Etapa consideramos dois períodos: o primeiro de 1849 a 1861 e o segundo de 1862 a 1904 com periodicidade constante pelo que, enquanto mensal, foi sempre de 12 fascículos por ano e, enquanto quinzenal, foi de 24 fascículos por ano. O 1º Período teve uma periodicidade mensal de 1849 a 1857 e depois uma periodicidade quinzenal entre 1858 e 1861. O 2º Período, que compreende os anos entre 1862 e 1904, foi caracterizado por uma periodicidade quinzenal. A 2ª Etapa situa-se entre 1905 e 1910 e nela a *Revista Militar* teve uma periodicidade mensal⁹.

Motivado pela aceitação que a *Revista Militar* vinha granjeando no seio da Instituição Militar bem como da sociedade civil através da divulgação de conhecimentos técnicos, científicos e literários que tanto contribuíram para o bem estar e desenvolvimento da Instituição Militar bem como do país, no meio militar começou a notar-se o desejo de estudar e de afirmar os seus conhecimentos, a sua personalidade e o gosto de tratar os seus assuntos em periódicos privados e de estabelecer relação entre problemas das Instituições Militares, a Ciência e a Técnica.

⁸ Veja-se Innocencio Francisco da Silva, “Revista Militar”, in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCXVI, pág. 152; *Contracto da Empreza da Revista Militar*, 1 de Dezembro, 1848, pág. 3; Direcção, “Introdução”, *RM*, Tomo X, 1858, n.º 1, pp. 1-2.

Propunham-se ainda acompanhar a dinâmica cultural da sociedade de então. As Armas e Serviços começaram a criar os seus próprios periódicos. Nesse sentido, a partir de 1885, surgiram as publicações das Armas e Serviços, umas após outras: a *Revista de Ciencias Militares* em 1885, a *Revista do Exército e da Armada* em 1893, a *Revista de Engenharia* em 1896, a *Revista de Infantaria* em 1898, a *Revista de Administração Militar* em 1902, que em breve publicaria um suplemento denominado de *Portugal Militar* em 1903, a *Revista da Artilharia* e a *Revista de Cavalaria*, ambas em 1904¹⁰.

Inicialmente, o entusiasmo foi enorme e a *Revista Militar* viu surgir novos periódicos frutos da sua própria acção técnica, científica e literária. Julgava-se que havia mesmo uma certa vantagem para a *Revista Militar* com a proliferação de periódicos militares, pois à *Revista Militar* abundavam já os colaboradores e os artigos a publicar acumulavam-se criando problemas de demora na sua publicação. Assim, o aparecimento de novos periódicos representava um factor de equilíbrio para a *Revista Militar* e, simultaneamente, permitia aos novos oficiais das Armas exercer o hábito de escrever e amadurecer na prática da hermenêutica e da dialéctica.

Vivia-se um momento de entusiasmo mas, todavia, não tardou que as dificuldades superiores às boas vontades dos seus assinantes e colaboradores comesçassem a tornar cada vez mais difícil a existência de todos os periódicos militares. Por outro lado, começaram a tomar-se parcos os subsídios¹¹ do Estado para socorrer a todos esses periódicos e, ainda pior do que isso, começaram a diminuir os assinantes e colaboradores a uma grande parte desses mesmos periódicos. Desta situação resultou que os periódicos militares das Armas e Serviços do Exército fundadas entre 1885 e 1904 comesçassem a extinguir-se: a *Revista de Ciencias Militares* nascida em 1885 terminou a sua publicação em 1889; a *Revista do Exército e da Armada* nascida em 1903 extingui-se em 1905; a *Revista da Administração Militar* e o seu suplemento *Portugal Militar* nascida em 1903 suspendeu a sua publicação em 1904; a *Revista da Engenharia Militar* nascida em 1896, a *Revista da Artilharia* em 1904 e a *Revista da Cavalaria* 1904 estavam ainda em 1905 com forças para continuar, mas vieram mais tarde a extinguir-se¹².

⁹ Cfr., Anexo IV, Quadro n.º 4, pág. 138.

¹⁰ Cfr., Anexo VII, pp. 145-151.

¹¹ Innocencio Francisco da Silva, "Revista Militar", in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. XVIII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXII, pág. 268.

¹² Cfr., Anexo VII, pp. 145-151.

Entendeu, então, o Governo na pessoa do General Sebastião Custódio de Sousa Telles¹³ e, à semelhança do que já tinha pensado em 1894 o ministro que então tutelava os Negócios da Guerra, que a “dispersão de esforços em matéria de jornalismo militar, não era conveniente em um exército pequeno, como o do nosso paiz, e que muito conviria que todos os jornais existentes se congregassem, para que da união dos nossos esforços pudessem redundar a formação de um periódico com condições materiaes e profissionaes capazes de melhor fazer valer os interesses do exército e de mais proficuamente auxiliar o derramamento da instrução nas suas fileiras”¹⁴. Sebastião Telles, tendo conhecimento da existência da publicação de vários periódicos militares que recebiam subsídios¹⁵ do Ministério da Guerra e visto que a *Revista Militar* tinha condições de existência própria, logo se lhe dirigiu em nome dos superiores interesses do Exército, convidando-a a uma fusão com outros periódicos militares então existentes. A *Direcção da Revista Militar* escutou o apelo solicitado pelo Ministro dos Negócios da Guerra e, reconhecendo a pertinência dessa iniciativa, logo se disponibilizou para a sua concretização. No mesmo sentido procederam a *Revista do Exército e da Armada*, a *Revista da Administração Militar* e o *Portugal Militar*, periódicos cujas situações eram semelhantes à verificada com a *Revista Militar*¹⁶. Aceite em princípio a iniciativa da fusão, embora com algumas divergências¹⁷, os representantes dos periódicos que comungavam daquela iniciativa acordaram a forma de a executar. Perante a afirmação da *Revista Militar*, foi efectuada a fusão¹⁸ daqueles

¹³ Sebastião Custódio de Souza Telles era filho de Casimiro Victor Souza Telles e de D. Antonia Fortunata de Brito Telles, nasceu a 27 de Julho de 1847 no concelho e distrito de Faro. Alistou-se como voluntário no Regimento de Infantaria n.º 17 em Beja a 6 de Janeiro de 1863. Como habilitações académicas possuía os cursos da Escola Politécnica e Escola do Exército. Filósofo e doutrinário era adepto da Escola Positivista de Augusto Comte. Desempenhou os mais altos cargos políticos e militares da Nação.

¹⁴ “(...) procurando desenvolver e expandir o estudo da ciência militar, que cultivou com incedível brilho, promoveu a fusão em torno da *Revista Militar*, de alguns periódicos da especialidade, cujas condições materiais eram muito difíceis, assegurando-lhe os recursos indispensáveis para a efectivação dos próprios visados pelos seus benéficos fundadores”. J. J. Matta Oliveira, “Sessão para Descerramento da Estante «Sebastião Telles» na «*Revista Militar*» em 26 de Julho”, in *1º Centenário do Nascimento do General Sebastião Custódio de Sousa Telles*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1948, pág. 111. Redacção, “Pro Patria”, *RM*, Anno LVI, 1905, n.º 1, pág. 6.

¹⁵ Os subsídios agora distribuídos a todos esses periódicos reverteriam para uma só depois da fusão o que, consideravelmente, iria melhorar as condições de existência do que permanecesse. Innocencio Francisco da Silva, “*Revista Militar*”, in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. XVIII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXII, pág. 268.

¹⁶ Redacção, “Pro Patria”, *RM*, Anno LVI, 1905, n.º 1, pág. 7.

¹⁷ Idem *Ibidem*.

¹⁸ José Lopes Alves levanta a problemática de que a fusão dos periódicos *Revista do Exército e da Armada*, *Revista da Administração Militar* e o seu Suplemento *Portugal Militar*, na *Revista Militar* esteve relacionada com o facto do governo de então desejar acompanhar melhor o pensamento militar, uma vez que se vivia um momento de certo modo agitado e

periódicos na *Revista Militar*. Nessa fusão teve particular importância o prestígio e contributo dos seus colaboradores ilustres, a mais valia dos artigos técnicos, científicos e literários das mais diversas áreas da Ciência publicados nos cinquenta e seis volumes existentes e, ainda, ser o mais antigo periódico do mundo publicado ininterruptamente¹⁹.

Com esse objectivo pretendia-se que a *Revista Militar* ao iniciar a sua 2ª Etapa assumisse intuítos mais alargados²⁰. A essa decisão deve a *Revista Militar* a sua nova fase: a “2ª Etapa” e a protecção que logrou dos governos que lhe permitiram realizar imensas e notáveis diligências a favor da prosperidade da Ciência e das Letras²¹.

Futuramente viria a encontrar-se numa situação muito semelhante à que tivera anos antes, única na imprensa militar. Os periódicos que não entraram na fusão foram extinguindo-se aos poucos, exceptuando a *Revista da Artilharia* que durante a sua existência demonstrou sempre um grande vigor.

No sentido de procurar as verdadeiras causas que levaram Sebastião Custódio de Sousa Telles a propor a fusão da *Revista do Exército e da Armada*²² e a *Revista da Administração Militar*²³ e o seu suplemento *Portugal Militar*²⁴ na *Revista Militar*, procedemos a um estudo dos referidos periódicos, dando atenção à análise dos artigos de acordo com a sua tipologia²⁵.

que culminaria cinco anos depois com a implantação da República a 5 de Outubro de 1910. José Lopes Alves, “Editorial”, *RM*, 1998, n.º 12, pág. 1026.

¹⁹ Redacção, “Pro Patria”, *RM*, Tomo LVI, 1905, n.º 1, pág. 7

²⁰ Idem, *Ibidem*.

²¹ J. J. Teixeira Botelho, “Os Prémios da «Revista Militar» e a Evolução das Letras Militares”, *RM*, 1935, n.º 5, pág. 349.

²² A *Revista do Exército e da Armada* foi fundada em 1893 pelos seguintes militares: Eduardo Augusto Ferreira da Costa, Capitão do Corpo do Estado Maior; José Justino Teixeira Botelho, Tenente de Artilharia e Ayres d’Omellas de Vasconcelos, Tenente de Cavalaria. Tinha como seu administrador o Major José Baptista da Rocha Cirillo e começou por ser imprimida na Typographia do Dicionário Universal Portuguez, 26 Rua de S. Mamede, (ao Caldas), em Lisboa.

²³ A *Revista de Administração Militar* foi fundada em Janeiro de 1902. Teve como seu Director Alfredo d’Antas Lopes de Macedo e Redactores Ladislau Miceno M. da Camara e Silva, Major; Luiz Antonio de Vasconcellos Dias, Capitão; Henrique Linhares de Lima, Alferes; Secretário Alberto David Branquinho Tenente; Administrador Affonso d’Antas Lopes de Macedo. Contava na sua lista de colaboradores com vinte e dois elementos, entre eles militares e civis, alguns deles sócios efectivos da *Revista Militar*, nomeadamente, José Estevam de Moraes Sarmento, General; José Nicolau Raposo Botelho, Coronel; Fernando da Costa Maia, Major. Cfr., *RAM*, 1902, n.º 1.

²⁴ O *Suplemento Portugal Militar* foi fundado em 1903 pela Direcção da *Revista de Administração Militar* com a finalidade de tratar assuntos militares, técnicos e científicos, históricos e literários. No suplemento Portugal Militar foram divulgadas biografias e retratos de algumas personalidades ilustres.

²⁵ A Metodologia adoptada no estudo destes periódicos foi idêntica à seguida na *Revista Militar* com a definição das mesmas áreas temáticas: «Técnico e Científicos», «Sociedade e

Os periódicos, cuja fusão ocorreu em 1904 na *Revista Militar*, apresentavam bom aspecto gráfico, diversidade e erudição nos artigos publicados.

A *Revista do Exército e da Armada* iniciou a sua publicação em Maio de 1893 com a edição de um fascículo com 64 páginas. Foram, ainda, publicados durante esse mesmo ano mais sete fascículos que depois de reunidos constituíram um volume com 526 páginas²⁶. A partir de 1894 e até 1904, ano anterior à sua fusão na *Revista Militar*, foi editada em dois volumes por ano, de Janeiro a Junho e Julho a Dezembro, num total de 23 volumes²⁷. Constituíam o primeiro volume 34 artigos distribuídos pelas seguintes áreas temáticas: 2 «Técnicos e Científicos», 5 «Sociedade e Humanidades», 7 «Letras e Arte» e 20 «Corpos Batalhões e Repartições»²⁸. Enquanto que no último ano da sua publicação que compreende os volumes 22 e 23 do periódico, foram publicados 38 artigos distribuídos da seguinte forma: 6 «Técnico Científicos», 11 «Sociedade e Humanidades», 7 «Letras e Arte», 1 «Política e Administração Pública» e 13 «Corpos, Batalhões e Repartições»²⁹. À semelhança da *Revista Militar*, salientamos no seu conjunto o predomínio dos artigos das áreas «Técnico Científicos», «Sociedade e Humanidades», «Letras e Arte», «Política e Administração Pública» em relação aos artigos estritamente direccionados para a Instituição Militar e que estão inseridos na área temática de «Corpos, Batalhões e Repartições».

Verificados os artigos de todos os volumes desde a sua publicação em 1893 até à sua fusão em 1905, não encontramos qualquer referência a dificuldades³⁰ que levassem à interrupção ou fusão do periódico na *Revista Militar*. Aliás, parece-nos estranho não se encontrar ao longo dos 23 volumes publicados as motivações que estiveram na génese da fundação da revista, nem introduções ou conclusões onde fossem referidas as dificuldades, os balanços ou mesmo os projectos futuros para o periódico.

Humanidades», «Letras e Arte», «Política e Administração Pública», «Corpos Batalhões e Repartições».

²⁶ Cfr., *REA*, vol. 1, 1893.

²⁷ Cfr. Anexo VI, quadro n.º 2, pág. 144.

²⁸ *Idem*, *Ibidem*.

²⁹ *Idem*, *Ibidem*.

³⁰ Como referimos não nos foi possível identificar qualquer dificuldade que possa revelar estar próxima a interrupção ou a fusão do periódico, embora o artigo do capitão Vasconcelos Dias “*Simples Opinião sem fé e sem Esperança*”, seja um pouco polémico na medida em que pretende demonstrar estar errado na organização do Exército de então, o conceito de atribuir-se ao Ministro da Guerra, um político, o Comando em Chefe do Exército. Cfr. Vasconcelos Dias, “*Simples Opinião. Sem Fé e sem Esperança*”, *REA*, 1904, n.º 22 - 23, pp. 121-127.

Quanto à *Revista de Administração Militar*³¹, esta iniciou a sua publicação em 1902 e no seu Número 1 publicou 60 artigos distribuídos pelas seguintes áreas temáticas: 3 «Técnicos e Científicos», 3 «Sociedade e Humanidades», 10 «Letras e Arte», 4 «Política e Administração Pública», 13 «Corpos, Batalhões e Repartições» e 27 «Administração Militar»³². No último ano de publicação, antes da sua fusão na *Revista Militar*, foram publicados 63 artigos, sendo o número mais elevado na área temática da sua especialização ou seja, na «Administração Militar» com 34 artigos, enquanto que se publicaram apenas 3 nos «Técnicos e Científicos», 3 «Sociedade e Humanidades», 9 «Letras e Arte», 1 «Política e Administração Pública» e 13 «Corpos Batalhões e Repartições»³³. Ao longo dos três anos da sua existência foram publicados diversos artigos nas seguintes áreas temáticas: 11 «Técnicos e Científicos», 6 «Sociedade e Humanidades», 26 «Letras e Arte», 6 «Política e Administração Pública», 38 «Corpos Batalhões e Repartições» e 87 «Administração Militar», perfazendo na totalidade 174 artigos³⁴.

À semelhança da *Revista do Exército e da Armada*, embora com maior incidência em artigos na temática da sua especialidade, a *Revista de Administração Militar* debruçou-se sobre assuntos desde sempre tratados pela *Revista Militar*.

Face aos argumentos apresentados por Sebastião Custódio de Sousa Telles, é pertinente levantarmos as seguintes questões: seria a escassez de recursos económicos motivo suficiente para a fusão dos periódicos na *Revista Militar*? Necessitaria um exército tão pequeno de mais do que um periódico a tratar os mesmos assuntos? Teriam os quadros de oficiais e sargentos rendimentos que lhes permitissem assinaturas de várias revistas militares ainda mesmo a baixo preço?

No que se refere à primeira questão, depois de uma análise às fontes, concluímos que foram, essencialmente, factores de ordem económica e de estratégia jornalística que estiveram na origem da fusão dos periódicos. Tendo o Ministro da Guerra conhecimento dos subsídios distribuídos pelo Ministério da Guerra e das dificuldades de existência de alguns periódicos, resolveu propor a fusão. Os subsídios

³¹ A *Revista de Administração Militar* foi publicada na Typographia a Vapor da Papelaria Estevão Nunes & F.^{os} sob a direcção de Alfredo d'Antas Lopes de Macedo, Tenente Coronel de Administração e contava na sua lista de colaboradores com vinte e dois elementos, entre eles militares e civis, alguns deles sócios efectivos da *Revista Militar*, nomeadamente, José Estevam de Moraes Sarmento, General, José Nicolau Raposo Botelho, Coronel, Fernando da Costa Maia, Major. Cfr., *RAM*, 1902, n.º 1, 1902.

³² Cfr., Anexo VI, Quadro n.º 1, pág. 143.

³³ Idem, *Ibidem*.

³⁴ Idem *Ibidem*.

distribuídos a todos esses periódicos reverteriam, agora para um só, o que iria melhorar as suas condições de existência³⁵.

Quanto à segunda questão, pensamos que estamos perante um aspecto de estratégia jornalística, uma vez que entendeu o Ministro que não fazia qualquer sentido uma dispersão de esforços em matéria de jornalismo militar num exército tão pequeno e, ainda mais do que isso, quando estavam três periódicos a tratar precisamente os mesmos assuntos.

No que diz respeito à terceira questão, é do nosso conhecimento que os quadros de oficiais e de sargentos não usufruíam de rendimentos que lhes permitissem assinaturas de periódicos científicos de custo elevado, ou várias revistas ainda que mesmo a baixo preço³⁶. Aliás, a dificuldade económica da maior parte dos seus assinantes esteve sempre presente nos Directores da *Revista Militar*, quer no momento da sua fundação, quer ao longo da sua existência em que várias vezes foi solicitado o aumento de assinantes tendo em vista a redução do preço do periódico para que assim pudesse chegar a um maior número de assinantes. Por outro lado, não fazia qualquer sentido ser a *Revista Militar*, com todos os seus anos de existência e a elevação com que sempre tratou os seus assuntos a fundir-se num dos outros periódicos mas sim os outros periódicos a fundirem-se na *Revista Militar*.

A fusão dos dois periódicos militares *Revista do Exército e da Armada* e *Revista de Administração Militar* com o seu *Suplemento Portugal Militar* na *Revista Militar* foi vantajosa, pois os artigos publicados naqueles periódicos desde sempre que vinham a ser tratados com grande interesse e empenho pela *Revista Militar*. Esta era reconhecida como uma instituição essencialmente civilizadora onde, com os seus benéficos influxos, os talentos se desenvolviam e os espíritos se aperfeiçoavam.

³⁵ "E a segunda phase da sua existencia não é sómente assignada por essa circumstancia, como satisfação aos desejos do governo, semelhantemente aos que em 1894 manifestou o ministro que então geria a pasta da guerra: é-o tambem por uma remodelação completa, tanto na sua redacção como principalmente na sua parte material, ilustrada, e que assegurando a linha de conducta traçada no seu primitivo programa em 1848, constante do respectivo prospecto e circular assignada por José Maria de Bergára, Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, João Maria Fradesso da Silveira e José Carlos Conrado de Chelmicki, a torna uma publicação de primeira ordem, destinada a prestar maiores e mais relevantes serviços ao exercito (...)". Innocencio Francisco da Silva, "Revista Militar", in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. XVIII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXII, pág. 268.

³⁶ H. Buceta Martins, "O Milagre da Longevidade da Revista Militar, 1848-1974", *RM*, 1976, n.º 3, pág. 110.

Estatutos: organização e Administração da *Revista Militar*

No século XIX, foi comum os periódicos funcionarem sob a direcção de um só indivíduo que, simultaneamente, ocupava as funções de Proprietário, Director e Redactor principal³⁷.

No que concerne à *Revista Militar*, as referências aos seus Corpos Sociais fizeram-se na folha de capa de cada número mensal entre Janeiro de 1849 a Setembro de 1851 onde vinham indicados os nomes dos elementos que formavam a Direcção Anual da Empresa da *Revista Militar*, os colaboradores livres e os colaboradores efectivos, tendo estes sido os fundadores da *Revista Militar*. Daí em diante e até ao final do ano de 1857, na capa de cada fascículo apenas vinham referidos os nomes dos membros da Direcção e do ano de 1858 em diante esta indicação passou a fazer-se unicamente na folha de capa de cada tomo³⁸.

No sentido de melhor compreendermos o funcionamento da *Empresa da Revista Militar*, debruçar-nos-emos sobre alguns aspectos do articulado do *Contracto da Empresa da Revista Militar* de 31 de Dezembro de 1848, bem como dos *Estatutos da Empresa da Revista Militar* de 1 de Janeiro de 1862 e *Estatutos da Empresa da Revista Militar* de 7 de Dezembro de 1905 que consideramos serem as suas linhas de força no que diz respeito à orientação das matérias a publicar no jornal, à sua administração e aos parâmetros fixados para a sua actividade técnica, científica, literária e pedagógica.

O *Contracto da Empresa da Revista Militar* estabelece no Art.º 1 o que pela sua importância passaremos a descrever: "A reunião dos abaixo assignados tem por fim e objecto a publicação d'um periodico mensal, destinado ao recreio e illustração da

³⁷ A legislação da altura determinava que o autor, o publicador e o impressor ou distribuidor respondessem em caso de abuso de crimes de liberdade de imprensa: "o editor, enquanto não fizesse reconhecer o autor susceptível de nele recair a imputação criminal; o autor quando o editor o fizesse reconhecer em juízo declinando para ele a responsabilidade; o proprietário ou administrador da imprensa litografia ou outro estabelecimento em que a publicação se efectuasse, quando na falta de editor não fizessem reconhecer o autor; os indivíduos que vendessem ou expusessem à venda as ditas publicações ou reproduções, ou fixassem em lugares públicos, ou atribuissem, quando na falta do editor não fizessem reconhecer o autor ou o dono ou administrador da imprensa litografia ou estabelecimento em que a publicação se efectuasse . Carta de lei de 17 de Maio de 1866, Art.º 7. Esta determinava ainda no seu Art.º 2 que só podia ser editor quem provasse ser cidadão, maior de idade, no gozo dos seus direitos civis e políticos e estar domiciliado na comarca onde a publicação se fizesse. Caso contrário, o impressor incorria na pena de três dias a três meses de prisão e multa correspondente, para além da supressão do periódico.

³⁸ Innocencio Francisco da Silva, "Revista Militar", in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCXVI, pp. 151-154.

*classe militar, tratando de todos os objectos que dizem respeito a instrução geral do exercito e à especial das diferentes armas*³⁹. Por sua vez, o Art.º 2 fixa o nome do periódico: “*A Revista Militar*”, mas não alude à sua Divisa. Só, mais tarde, os Estatutos de 1862, que tiveram como finalidade clarificar e completar o conteúdo do articulado do *Contracto da Empreza da Revista Militar*, referem no Art.º 2: “*A Empreza da Revista Militar adopta para sua divisa uma penna e uma espada encruzadas, tendo inferiormente escriptas as palavras – Pro Patria – e em torno a legenda – Empreza da Revista Militar*”⁴⁰ enquanto que o nome do periódico passa a ser fixado no § único do Art.º 1, do mesmo Estatuto.

Seguem-se os artigos 3º, 4º, 5º e 6º do referido *Contracto da Empreza da Revista Militar* com a descrição pormenorizada das temáticas que deveriam fazer parte do conteúdo publicado nas páginas do periódico e que nos revela grande preocupação dos Fundadores na divulgação de um saber de carácter politécnico na medida em que procuram estimular a realização de trabalhos originais, e a reprodução de estudos inéditos e traduções das congéneres estrangeiras de interesse para o País e para o Exército.

No âmbito daquelas temáticas salientamos os mais diversos assuntos de interesse para a instituição militar e sociedade civil – técnicos, científicos, literários e pedagógicos nas diferentes áreas da Ciência: da Administração Pública, da Aviação, das Comunicações e Transportes, da Engenharia, da Geodesia, da Geografia, da Imprensa, da Marinha, da Medicina, da Topografia e Cartografia, das Transmissões e Telecomunicações e da Veterinária. Pelos assuntos que se propunha tratar, podemos considerar que estamos perante o propósito de promoção de uma grande acção técnica e científica no Exército e uma directa divulgação dos assuntos que ofereciam aos homens públicos, designadamente, aos estadistas e Assembleia Legislativa um vasto leque de saber politécnico. Uma vez posto em prática, iria contribuir para o desenvolvimento e progresso da instituição militar e do próprio país.

O Art.º 7 do *Contracto da Empreza da Revista Militar* refere-se aos Colaboradores efectivos e designa-os: “*Collaboradores effectivos são aquelles individuos que até ao dia da publicação do primeiro numero se obrigarem ao cumprimento do presente contracto, assignando-o*”⁴¹. Enquanto que o Art.º 9 estabelece que os “*Collaboradores effectivos contribuem com partes eguaes para o costeamento da despeza e obrigam-se a sustentar a publicação imperterrivelmente*

³⁹ *Contracto da Empreza da Revista Militar*, Art.º 2, 1 de Dezembro de 1848, pág. 1.

⁴⁰ *Estatutos da Empreza da Revista Militar*, Art.º 2, 1 de Janeiro de 1862, pág. 1.

durante seis mezes"⁴². Esta situação parece traduzir a confiança que os Fundadores da *Revista Militar* tinham nos sentimentos de solidariedade dos seus companheiros quando se tratava de aceitar riscos e sacrifícios e o verdadeiro desinteresse pelo lucro que a publicação do periódico pudesse vir a originar. Daí podemos concluir que os Fundadores do jornal se constituíram voluntariamente com todos os deveres e obrigações quer financeiras, quer redactoriais que lhes impunham os estatutos da nova empresa. No que diz respeito aos primeiros, tinham como obrigação financiar as despesas do periódico durante um período de seis meses sem, no entanto, terem a certeza, de poderem vir a ser reembolsados pelos futuros lucros da actividade jornalística, uma vez que o Art.º 3º dos Estatutos da *Empresa da Revista Militar* de 1862 determinava: "A *Revista Militar* sustenta-se do producto das assignaturas, e cumpre á *Empresa* providenciar quando a receita não cobrir a despeza"⁴³. O Art.º 4 fixa que "O saldo existente em 31 de dezembro de cada anno será dividido em duas partes iguaes, pertencendo uma á Direcção cuja gerencia termina n'esse mesmo anno; a outra passará como cabeça de receita para o anno immediato"⁴⁴.

Sobre os compromissos redactoriais para com o periódico, o Art.º 11º do *Contracto da Empresa da Revista Militar* determina: "Os collaboradores compromettem-se a apresentar todos os mezes sobre qualquer objecto da competencia do jornal um artigo original de qualquer grandeza, ou um inedito ou tradução de cinco paginas d'impressão pelo menos"⁴⁵.

O Art.º 14º sela que os "membros da Direcção ficam dispensados de apresentar durante o seu trimestre os artigos mensaes, a que são obrigados como socios. Compete-lhes porem a parte official, variedades extrahidas dos periodicos estrangeiros, assim como preencher o numero com traduções na falta de materia"⁴⁶. Assim, e de acordo com o Art.º 17º, podiam ainda ser publicados no periódico "artigos ou memorias de quaesquer pessoas estranhas se tratarem de objectos da competencia do jornal. Estes artigos deverão ser acompanhados de carta fechada em que se acha o nome do autor, a qual somente será aberta, se o artigo se reputar dever apparecer no jornal. Alias será convidado o autor por um anuncio no jornal a ir retiralo"⁴⁷. Este artigo é de um grande significado, pois em primeiro lugar dá importância ao

⁴¹ *Contracto da Empresa da Revista Militar*, Art.º 7º, 1 de Dezembro de 1848, pág. 2.

⁴² *Contracto da Empresa da Revista Militar*, Art.º 9º, 1 de Dezembro de 1848, pág. 2.

⁴³ *Estatutos da Empresa da Revista Militar*, Art.º 3, 1 de Janeiro de 1862, pág. 2.

⁴⁴ *Estatutos da Empresa da Revista Militar*, Art.º 4, 1 de Janeiro de 1862, pág. 2.

⁴⁵ *Contracto da Empresa da Revista Militar*, Art.º 11º, 1 de Dezembro de 1848, pág. 2.

⁴⁶ *Contracto da Empresa da Revista Militar*, Art.º 14º, 1 de Dezembro de 1848, pág. 2.

⁴⁷ *Contracto da Empresa da Revista Militar*, Art.º 17º, 1 de Dezembro de 1848, pág. 2.

rigor científico dos trabalhos a publicar, independentemente dos seus autores. Isto significa que qualquer personalidade podia apresentar um artigo para ser publicado no periódico. Deste modo não seriam apenas os oficiais a colaborar na Revista, mas todo e qualquer cidadão. É curioso que esse artigo (17º) do Contracto não volte a figurar nos estatutos posteriores.

Existem ainda outros artigos do *Contracto* que não mencionaremos aqui e que se referem a disposições administrativas: constituição da Assembleia Geral e «quorum»; constituição da *Direcção da Revista* e duração dos mandatos; reeleição dos sócios para o trimestre seguinte e eleição dos novos membros da Direcção; alteração do contrato assinado e dissolução da sociedade. Neste contexto, vale a pena referir que a Direcção deveria ser constituída por quatro elementos que teriam a seu cargo toda a gerência do jornal bem como dos fundos da Empresa, a convocação da Assembleia Geral e escritura regular de todas as deliberações da mesma Assembleia Geral e escritura regular de todas as deliberações da mesma Assembleia (as receitas e as despesas). Daqui podemos depreender que um dos elementos assumiria o cargo de Presidente da Direcção e que entre os outros elementos se repartiriam as funções redactoriais e administrativas.

Pelo Art.º 13º a Direcção teria uma duração de três meses, podendo o sócio reeleito continuar o cargo no trimestre seguinte⁴⁸. Este curto período de actividade nos corpos sociais da Empresa justificava-se com a quantidade de trabalho que recaía sobre os membros da Direcção durante a fase de arranque da actividade redactorial e administrativa do periódico. Por outro lado, tem ainda a ver com o momento da fundação do periódico em que era muito absorvente o serviço dos oficiais do Exército recentemente saídos das lutas políticas e da guerra civil com as inevitáveis consequências: diminuição da disciplina, formação militar, modernização das instituições e avanço da Ciência. Um exemplo desta instabilidade em relação aos membros da Direcção da *Revista Militar* diz respeito ao primeiro Presidente da Direcção, Augusto Xavier Palmeirim que, nomeado no dia 1 de Janeiro de 1849, logo em 24 do mesmo mês teve que ser substituído nas suas funções por motivo de serviço no Exército. Os membros da Direcção ficavam ainda dispensados de apresentar os artigos mensais a que eram obrigados como sócios, durante o trimestre em que pertenciam aos corpos sociais da Empresa (Direcção). Competia-lhes, porém, a parte

⁴⁸ *Contracto da Empresa da Revista Militar*, Art.º 13º, 1 de Dezembro de 1848, pág. 2

oficial, variedades extraídas dos periódicos estrangeiros, assim como preencher o número com traduções na falta de artigos para completar o fascículo.

O *Contracto Empreza da Revista Militar* indicava ainda no seu último artigo que um dos elementos transitava para a Direcção seguinte para elucidar os outros membros eleitos acerca do funcionamento da Empreza. Quer por motivos históricos quer por homenagem aos que uma vez nomeados tomaram a seu cargo todas as responsabilidades dos primeiros meses de existência do periódico, referimos Antonio Xavier Palmeirim, Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, José Maria Fradesso da Silveira e José Carlos Conrado de Chelmiki⁴⁹.

Quanto aos Estatutos de 1862, podemos afirmar que tiveram como objectivo completar e definir algumas disposições fixadas no *Contracto da Empreza de 1848*, isto é, depois de treze anos de experiência jornalística só viriam a ser substituídos pelos Estatutos de 1905, quarenta e três anos passados sobre a publicação dos Estatutos de 1862. Em qualquer das circunstâncias, podemos verificar que em caso algum foram alterados os princípios fundamentais, as finalidades e os parâmetros da actividade científica técnica e pedagógica do periódico fixados no *Contracto da Revista Militar* de 31 de Dezembro de 1848.

Aprovados os Estatutos de 1862, os cargos sociais da Empreza passaram a ser constituídos de acordo com o seu Art.º 10º: “Um Presidente, um Secretário, um Vice-Secretário, e uma Direcção”, e o § único fixava que “A Direcção será de três membros e a esta incube a redacção do jornal, sua publicação, gerencia de fundos e sua escripturação”. A Direcção continuava a ser composta de três membros e no § único do Art.º 22º discrimina-se pormenorizadamente as suas competências: “Compete á Direcção a redacção do jornal, inspecção, administração e gerência dos fundos e mais material da Empreza; regular o número de exemplares que se devem imprimir, determinar e fiscalizar a sua distribuição, promover e receber as suas assinaturas (...)”⁵⁰.

Embora o *Contracto da Empreza da Revista Militar* e os posteriores Estatutos da *Empreza da Revista Militar* fixem que a redacção do periódico era da responsabilidade da Direcção, não aludem a quem realmente exercia a função de Chefe de Redacção⁵¹, se o Presidente de Direcção ou outro elemento eleito. Somente

⁴⁹ Para mais informação sobre os Corpos Sociais da Revista Militar veja-se Innocencio Francisco da Silva, *Revista Militar*, in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, VOL. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCVI, pp. 151-154.

⁵⁰ *Estatutos da Empreza da Revista Militar*, § Único, Art.º 22º, 1 de Janeiro de 1862, pág. 7.

⁵¹ Actualmente, o Chefe de Redacção é nomeado pelo Director, é quem estabelece a ligação entre a Direcção e a Redacção. Trata-se de uma actividade desempenhada por um

nas Direcções nomeadas para os anos de 1854 e 1855, surge a referência a Frederico de Novaes Côrte-Real como Redactor Principal⁵². Esta situação leva-nos a pensar que a função de Redactor Chefe seria exercida pelo Presidente da Direcção. Assim sendo, assumia uma responsabilidade e importância considerável na vida do periódico como explica José Tengarrinha: "*O chefe de redacção era o verdadeiro espírito e alma da publicação. O jornal, geralmente, era um homem, mais até do que um partido, pois este tinha, em regra, várias facções e estas vários órgãos, que nem sempre estavam de acordo. Era o Redactor-responsável, com a sua personalidade, quem, dentro de coordenadas gerais, imprimia ao jornal uma direcção própria. Cada jornal importante definia-se por uma grande figura*"⁵³.

Parece-nos importante referir a preocupação com que foram elaborados os *Estatutos da Empresa da Revista Militar* de 7 de Dezembro de 1905 e o intuito claro dos seus autores no sentido de providenciar para que nem a *Empresa* nem mesmo o periódico se afastassem das linhas de força e princípios basilares fixados pelos Fundadores no *Contacto da Empresa da Revista Militar* em 31 de Dezembro de 1848 e depois completados e confirmados nos Estatutos de 1 de Janeiro de 1862. Na verdade, os Estatutos de 1905, sem se afastarem dos princípios definidos pelos Estatutos de 1862, são os que presidiram à vida da *Empresa* desde a sua aprovação pelo Ministério da Guerra em Ofício n.º 34 de 19 de Dezembro de 1905. Os Estatutos de 1905 reiteram a preocupação de manter o "*espírito de missão*" nos corpos gerentes e sócios da *Empresa* perante os principais interesses do periódico. Renovam a intenção de manter uma isenção dos seus actos e ainda de continuar o tratamento dos assuntos publicados na Revista com a liberdade de não estar dependente de preconceitos, tutela oficial ou de outra natureza. Com a isenção e a possibilidade de cada um poder apresentar a sua opinião através de uma argumentação de forma cortês e delicada, foi possível realizarem-se discussões entre homens cultos ao mesmo tempo que se promovia a lealdade, a dedicação e a disciplina necessárias para o cumprimento dos interesses e deveres do periódico.

Redactor que sob a orientação directa do Director, decide sobre a apresentação do periódico e orienta os trabalhos de redacção: selecciona, avalia e decide a importância das notícias ou artigos a publicar de acordo com o volume do material necessário para o espaço gráfico disponível. O chefe de Redacção pode substituir o Director em caso de impedimento por parte deste.

⁵² Eurico António Carvalho e Melo Sales Grade, "Índices: Autores, Assentos e crónicas, (1849-1874), vol. I, dir. José Lopes Alves, Lisboa, Europress, s. d., pp. 25-26.

⁵³ José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1989, pág. 190.



Pelo respeito e cumprimento do disposto no *Contracto* e nos Estatutos de 1862 e 1905, podemos aí assentar o sucesso da longevidade da *Empreza* e da harmonia que se estabelecia entre os corpos sociais e demais elementos. É exemplo do que acabamos de referir o Art.º 1 de ambos os Estatutos em que se determina que a *Empreza* é constituída por oficiais de todas as armas e serviços do Exército e da *Armada Real* com a finalidade de publicar um periódico Militar.

O facto de no *Contracto* e em ambos os Estatutos se referir a exclusão das matérias políticas, religiosas e alusões pessoais, não impedia que cada um dos elementos tivesse as suas próprias ideias políticas e religiosas. O que se pretendia era que sendo a *Revista Militar* um periódico técnico, científico, literário e pedagógico, nas suas páginas houvesse um verdadeiro ambiente de democracia com a tolerância recíproca das ideias, evitando desse modo lutas e polémicas que poderiam conduzir a desentendimentos entre sócios e ao não cumprimento do carácter científico e pedagógico do periódico.

A redacção do Art.º 3 fixando que o periódico deveria manter a independência de qualquer tutela oficial ou de outra natureza, providenciava que todas as crises de receitas e as despesas deveriam ser resolvidas sem qualquer servilismo⁵⁴. Por tudo o que nos foi possível verificar, sempre a *Revista Militar* ultrapassou as diversas crises sem que alguma vez a *Empreza* ficasse dominada por qualquer tutela oficial, política ou financeira. O Ministério da Guerra sempre respeitou e estimulou o nobre propósito dos estatutos da *Empreza da Revista Militar*, mesmo no que refere à nomeação dos corpos gerentes, onde apenas através do § 1º do Art.º 10, teria direito a nomear o Presidente da Direcção, sem no entanto prejudicar a cláusula prescrita no § único do Art.º 3º que refere: “*cumpra à Empreza (...) manter sempre o jornal em completa independência de qualquer tutela oficial ou de outra natureza*”.

O Art.º 5 determina a natureza dos sócios da *Empreza* que poderiam ser efectivos ou honorários. Está patente neste artigo a preocupação em aceitar para sócios os colaboradores que já se distinguiram por “*bem fundada reputação*” ou os que “*pelos seus excepcionais dotes e feitos tenham granjeado singular renome*” no sentido de concorrer “*para o progresso da Revista*”.

O Art.º 11º dos mesmos estatutos determina que todos os cargos efectivos eram obrigatórios por um ano, podendo ser permitida a reeleição com o assentimento do reeleito, mas sem o prejuízo do fixado pelo parágrafo 3º do Art.º 19º, segundo o qual dois membros efectivos da Direcção deveriam ser substituídos anualmente.

⁵⁴ *Estatuto da Empreza da Revista Militar*, Art.º 3, 1 de Janeiro de 1905, pág. 4.

Durante todos estes anos de publicação, a Direcção fazia toda a gestão dos artigos, em termos de selecção e de distribuição gráfica, de acordo com os critérios determinados pelo *Contracto* e Estatutos, aos quais também não foram alheios a importância e o prestígio dos seus autores. Para além do Corpo Redactorial que podemos considerar que constituía o núcleo forte do periódico, a *Revista Militar*, contava ainda com a adesão dos colaboradores e personalidades de relevo nacional e internacional a que em capítulo próprio nos iremos debruçar. Os Estatutos serviram, essencialmente, para determinar a composição da *Empresa da Revista Militar* os deveres e direitos de cada um dos cargos sociais e a actividade referente a cada um dos seus membros. São, efectivamente, estes estatutos que ainda hoje vigoram, tendo apenas sofrido pequenas alterações impostas por situações ocasionais.

Depois desta breve explanação importa referir que o *Contracto da Empresa da Revista Militar* é mais completo no que diz respeito ao conteúdo jornalístico, uma vez que determina a natureza dos artigos a serem publicados bem como as diversas temáticas, enquanto que ambos os estatutos apenas contêm o regulamento da organização e estrutura dos órgãos que compõem a *Empresa da Revista Militar*.

Caracterização da Estrutura Externa do Periódico

A *Revista Militar* ao longo da sua existência funcionou em diferentes instalações. A sua primeira sede começou por fixar-se na Travessa do Secretário da Guerra, n.º 40-1^{o55}, onde os 26 Fundadores se reuniram a 1 de Dezembro de 1848 para assinar o acordo que viria a dar origem à fundação do periódico, dando primazia a António Maria de Fontes Pereira de Mello como primeiro signatário dessa iniciativa⁵⁶. Nesse local funcionou durante 33 anos, de 1848 a 1881, até ser transferida para o n.º 262, sobreloja esquerdo da Rua da Princesa⁵⁷, onde se manteria durante 22 anos, ou seja, de 1882 a finais de 1904, uma vez que a partir de 1905 já se encontrava localizada no Largo da Anunciada n.º 9 sobreloja Lisboa⁵⁸.

O acto que antecede o nascimento de um periódico pressupõe sempre a criação de um título no qual se anteveja o seu conteúdo e o seu público leitor. Foi com essa preocupação que o Art.º 2º do *Contracto da Empreza da Revista Militar* elaborado pelos seus Fundadores na reunião de 1 de Dezembro de 1848 fixa o título do periódico, *A Revista Militar*, mas não alude à heráldica da publicação⁵⁹. Porém, no Art.º 2º dos Estatutos de 1 de Janeiro de 1862, que tiveram como objectivo melhor ordenar, clarificar e completar os textos do articulado do *Contracto da Empreza da Revista Militar* de 1848, já então se fixa que a *Empreza da Revista Militar* adopta como sua divisa uma pena e uma espada entrecruzadas, tendo inferiormente escritas as palavras “*Pro Pátria*” e em volta a legenda: *Empreza da Revista Militar*⁶⁰. Assim, o título do periódico passou, neste estatuto, a ser incluído num § único do Art.º 1º, no

⁵⁵ Em 1859 passa a designar-se por Rua Nova da Trindade, n.º 6-1º. Pertence à freguesia do Sacramento, começa ao lado do n.º 134 da Rua Garret e finda junto ao n.º 1 do Largo Trindade Coelho, José Sebastião Pacheco, *Roteiro da Cidade de Lisboa*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Académica, 1922, pág. 303.

⁵⁶ *Contracto da Empreza da Revista Militar*, 1 de Dezembro de 1848, pág. 6.

⁵⁷ Actualmente designa-se por Rua dos Fanqueiros, começa ao lado do n.º 150 da Rua da Alfândega e termina no início da Rua da Palma e final da Travessa de São Domingos e pertence à freguesia dos Restauradores, José Sebastião Pacheco, *Roteiro da Cidade de Lisboa*, 3ª edição, Lisboa, Livraria Académica, 1922, pág. 209

⁵⁸ *RM*, Anno, 59, 1907, n.º 1, pág. 1. O Largo da Anunciada pertence à freguesia de São José sito ao lado do n.º 22 da Avenida da Liberdade, entre as Ruas Alves Correia e Eugénio dos Santos e a calçada do Lavra, José Sebastião Pacheco, *Roteiro da Cidade de Lisboa*, 3ª edição, Lisboa, Livraria Académica, 1922, pág. 100.

⁵⁹ *Contracto da Empreza da Revista Militar*, 1 de Dezembro, 1848, pág. 3.

⁶⁰ *Estatutos da Empreza da Revista Militar*, 1 de Janeiro de 1862, pág. 1.

qual se refere a seguir à designação do título *Revista Militar*. "e seguir-se-á quanto seja possível o pensamento adoptado nos Estatutos do 1º de Outubro de 1848"⁶¹.

Nos Estatutos da *Empresa da Revista Militar* de 1905⁶² o seu § único N.º 1 Art.º 1º, esclarece que o periódico terá por título *Revista Militar*, acrescentando-se-lhe na capa de cada número e na primeira parte de todos os volumes as seguintes palavras: 2ª época, fusão da *Revista Militar*, *Revista do Exército e da Armada*, *Revista da Administração Militar* e *Portugal Militar*⁶³. No Art.º 2º, depois de se referir à divisa da *Empresa da Revista Militar*, estabelece no seu § único que a divisa servirá para "marca do jornal e de todos os livros e mais papeis que forem propriedade da *Empresa*"⁶⁴. Assim, sem se afastar dos princípios fixados nos estatutos iniciais e inseridos na própria escritura da fundação do periódico em 1 de Dezembro de 1848 e completados e ratificados nos Estatutos de 1 de Janeiro de 1862, os Estatutos de 1905 seguem os princípios orientadores fixados nos Estatutos de 1862. Pode assim concluir-se que houve por parte dos elementos que presidiram a esses estatutos a intenção explícita de manter o que era essencial e estável, isto é, os princípios, as linhas de força, os parâmetros, a actividade científica, técnica, literária e pedagógica do periódico e a ética da empresa, o que se manterá para além de 1910⁶⁵.

A publicação da *Revista Militar* começou em Janeiro de 1849, por números mensais, perfazendo os doze números de cada ano um Tomo completo com uma média de páginas que oscilava entre as 560 e 1059. Cada número apresenta "formato próprio para livro"⁶⁶ com, três a quatro folhas de impressão, ou seja, sessenta páginas, pouco mais ou menos, o que se alterava com a maior ou menor afluência dos artigos a publicar⁶⁷. A paginação da *Revista Militar* encontra-se separada da relativa ao *Boletim*

⁶¹ Idem, *Ibidem*.

⁶² Os *Estatutos da Empresa da Revista Militar* foram aprovados pelo Ministério da Guerra através do Ofício N.º 34, 19 de Dezembro de 1905.

⁶³ *Estatutos da Empresa da Revista Militar*, Ministério da Guerra, Ofício n.º 34, 19 de Dezembro de 1905, pág. 3.

⁶⁴ Idem, pág. 4.

⁶⁵ Mais tarde, em 1928, "manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministérios da Guerra, Marinha e Colónias autorizar a *Empresa da Revista Militar* a usar a bandeira da mesma empresa, que será de cor branca, tendo ao centro o emblema de cor verde escuro, espada e pênna cruzadas e com o laço distintivo com a inscrição *Empresa da Revista Militar* e na parte inferior a tradicional divisa *Pró-Pátria*". *Ordem do Exército*, n.º 12, 1 de Setembro de 1928.

⁶⁶ De acordo com a AISAD (G), *International Standard Archival Description (General)* cada número e volume apresenta as seguintes características físicas respectivamente: 1 núm., 64 pgs., 25 cm; 1 vol., 675 pgs, 25 cm.

⁶⁷ Innocencio Francisco da Silva, "Revista Militar", in *Dicionário Bibliographico Portuguez*, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCVI, pág. 152. Ainda no que refere à paginação Cfr., *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, pág. 64, n.º 4, pp. 161-201 e n.º 11, pp. 660-668.

*Official do Exercito*⁶⁸. Esta forma de publicação é alterada em Janeiro de 1858, ano em que passa a ter uma periodicidade quinzenal, ou seja, dois números por mês, vinte e quatro por ano⁶⁹. Para além dessa alteração, aumentou-se o formato com o adição de mais uma folha, ou dezasseis páginas por mês, Janeiro, Março, Maio, Junho, Setembro e Novembro com 96 páginas e nos restantes meses de 64 páginas cada um⁷⁰. A paginação era contínua, pois prosseguia ao longo das doze ou vinte e quatro publicações anuais. No início de cada novo ano a numeração das páginas recomeçava e cada conjunto de doze ou vinte e quatro fascículos constituíam um Tomo. Assim, o formato de cada número da *Revista Militar* revelava-se como um factor muito importante: os números mensais apresentavam-se como fascículos que ao longo de doze meses se compilavam para formar um tomo.

Desde o primeiro ano da sua publicação e até finais de 1857, cada número da *Revista Militar* tinha uma capa de papel de cor azul, contendo o índice das matérias do mesmo número, bem como alguns anúncios e avisos⁷¹. A partir do ano de 1858, apenas se distribuiu uma única folha de capa, também de papel de cor que compreendia todo o ano⁷².

Na folha de capa de cada número mensal, de Janeiro de 1849 até Setembro de 1851 vinham indicados os nomes dos elementos que faziam parte da Direcção Anual da *Empresa da Revista Militar*, bem como o dos colaboradores livres e colaboradores efectivos. A partir de então, e até finais de 1857, a capa de cada número mensal apenas continha os nomes dos elementos da Direcção. Do ano de 1858 em diante essa indicação vem apenas na folha de capa de cada ano⁷³.

⁶⁸ O *Boletim Oficial do Exercito* foi publicado durante o período compreendido entre os anos de 1850 e 1859 no final dos doze ou vinte e quatro números que compunham o Tomo. O *Boletim Oficial do Exército* foi publicado por meses individuais e compreendia matérias assuntos relacionados com as seguintes áreas: Reas Decretos, Portarias, avisos, promoções, reformas, transferências, determinações, declarações, licenças de junta de saúde, licenças registadas, condecorações e falecimentos. Redacção, *Bolletim Oficial do Exercito*, *RM*, Tomo I, 1849, n.º 2, pp. 1-8. *RM*, Tomo II, 1850, n.º 12, pp. 110-121.

⁶⁹ Innocencio Francisco da Silva, "Revista Militar", in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCVI, pág. 152.

⁷⁰ Idem, *Ibidem*.

⁷¹ Innocencio Francisco da Silva, "Revista Militar", in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCVI, pág. 152. Porém, consultados os volumes não foi possível registar essa publicidade a que Innocencio Francisco da Silva faz referência. Além da cor azul referida por aquele autor, encontramos ainda fascículos cujas capas apresentavam outras cores.

⁷² Idem, *Ibidem*.

⁷³ Idem, *Ibidem*. Actualmente, a *Revista Militar* ostenta na capa de cada número "uma espada antiga e uma pena, do emblema da Revista Militar" passados em aspas, acompanhados de quatro escudos, o do chefe de um leão marinho, alado, segurando na garra dextra uma espada antiga, o do flanco dextro, de um leão rampante, segurando na garra dianteira dextra uma espada antiga (Exército), o do flanco sinistro, de uma águia estendida (Força

A mancha gráfica⁷⁴ da *Revista Militar* é composta por texto corrido, os títulos dos artigos são em letras maiúsculas, estão assinados no final pelo seu autor⁷⁵ e, por vezes, separados por um bigode, pequeno traço de fantasia.

O cabeçalho, espaço obrigatório de qualquer periódico, revela-se muito importante na medida em que contém informações que permitem uma caracterização prévia da natureza de uma publicação. A partir dela e, em conjunto com a ficha técnica, podemos obter informações importantes sobre a sua "personalidade", embora como é natural não contemplem todos os dados necessários à sua caracterização. Nesse sentido, é natural que ao fazermos a análise pormenorizada de um periódico possamos obter informações que numa simples observação quer do próprio cabeçalho quer ainda da ficha técnica não detectaríamos. Referindo-nos, concretamente, ao cabeçalho da *Revista Militar* reparamos que ao longo dos seus 62 tomos sofreu algumas alterações na sua estrutura e conteúdo⁷⁶. O mesmo não aconteceu com o nome e logotipo do periódico nem com a padronização gráfica das páginas que se mantiveram praticamente inalteráveis. Regista-se o carácter permanente da

Aérea) e o da ponta, de um golfinho (*Marinha*), simbolizando o âmbito da actividade da *Revista Militar*, tudo assentado no colar da *Ordem Militar de Santiago de Espada*, de que a *Revista Militar* é *Grã-Cruz*, e sendo encimada pela divisa tradicional: «*Pró-Pátria*». Portaria n.º 5:757, 24 de Novembro de 1928, *RM*, Tomo XLI, 1889, n.º 1, pág. 10.

⁷⁴ A mancha gráfica de uma página é toda a área impressa excluindo as margens laterais, do topo e da base. O espaço gráfico útil é o espaço disponível para a impressão dos textos, não incluindo os header e os footer das páginas. O espaço ocupado pelos cabeçalhos da primeira página alterou, sensivelmente, ao longo dos anos de acordo com a dimensão do conteúdo de cada publicação e que oportunamente referenciaremos.

⁷⁵ Acontece com alguma frequência os artigos estarem apenas referenciados com letras maiúsculas que supomos serem das iniciais do nome dos seus autores, o que torna difícil a sua identificação. Tomamos como exemplo: X., "O Exército e as Finanças", *RM*, Tomo XLV, 1893, n.º 4, pág. 97.

⁷⁶ A apresentação do cabeçalho nos primeiros três volumes fixa a data no canto superior esquerdo, o mês a que respeita a publicação ao centro e no canto superior direito o número do periódico e sob estes o título, (*RM*, Tomo I, 1849, n.º 1). Esta situação por vezes altera-se, fixando-se o título do periódico no topo e ao centro da página e os outros elementos em posição inferior, (*RM*, Tomo, VIII, 1856, n.º 1, – *RM*, Tomo X, 1858, n.º 1). De Janeiro de 1859 a Janeiro de 1877, constatamos mais uma alteração no conteúdo do cabeçalho, pois passa a compreender a periodicidade, o preço das assinaturas por ano e por semestre, (*RM*, Tomo XI, 1859, n.º 1, – *RM*, Tomo XXIX, 1877, n.º 1). No ano de 1878 surge mais uma alteração no conteúdo do cabeçalho, da *Revista Militar*, o preço surge por trimestre e é acrescentado o sumário das matérias separado por uma barra, (*RM*, Tomo XXX, 1878, n.º 1). No período compreendido entre 1879 e 1900, a periodicidade bem como o preço deixam de constar no conteúdo do cabeçalho, ficando apenas o sumário das matérias, (*RM*, Tomo XXXI, 1879, n.º 1 – *RM*, Tomo LII, 1900, n.º 1). Nos anos de 1901 e 1902 ocorre mais uma alteração no conteúdo do cabeçalho da *Revista Militar*, pois passa a fixar no seu conteúdo o nome do editor, o endereço da Redacção e Administração e a impressão separados do sumário por uma barra de separação, (*RM*, Tomo LIII, 1901, n.º 1 – *RM*, Tomo LIV, 1904, n.º 1). A partir de 1905 e até 1910, o conteúdo do cabeçalho praticamente desaparece, fixando-se apenas o número do periódico, o nome e o ano, (*RM*, Anno LV, 1905, n.º 1) – *RM*, Anno LXII, 1910, n.º 1).

apresentação visual do título da publicação e o número na lombada de cada tomo, bem como a existência de uma estrutura gráfica padrão que permite ao leitor uma rápida identificação do periódico.

Após a sua criação, um novo periódico assenta em aspectos de referência de outros periódicos que já existiram ou que ainda possam existir. Esses pontos de referência podem ser alterados a fim de tornar o novo periódico diferente e inovador, mas este não se pode sentir isolado perante aqueles, pois surge adaptando ou modificando os pontos que considera essenciais para a sua própria caracterização. É neste sentido que a *Revista Militar* nasceu e se desenvolveu a partir de pontos de referência de outros periódicos militares, nomeadamente, da *La Revista Militar Espanhola* e ainda de outros com quem manteve laços de parentesco, que com ela coexistiram e que parece ser uma característica da imprensa militar europeia, norte e sul americana oitocentista⁷⁷.

À semelhança de outras publicações de carácter técnico, científico e literário a sobriedade caracteriza a *Revista Militar*, pois como já foi referido na página anterior, não insere qualquer publicidade nem secção recreativa o que em muitas situações representava o suporte financeiro de um periódico⁷⁸. Comunica com poucas ilustrações e sem cor, o que está relacionado com o facto do periódico se destinar a um público alvo erudito, “*escrevemos sómente para aquelles que desejam que tenhamos um exercito instruido (...) e para os que em pequenos postos queiram alcançar, facilmente elevada posição (...) e homens instruidos do paiz*”⁷⁹.

⁷⁷ A partir dos periódicos consultados das imprensas militares: espanhola (*La Revista Militar, Anuario Militar Ministeri de la Guerra de España, Revista de Caballeria*), alemã (*Artilleristische Monatshefte*), francesa (*Revue D'artillerie e Revue de Cavallerie*), belga (*Revue de L'Armée Belge*), italiana (*Rivista di Artiglieria e Genio e Rivista di Cavalleria*), americana (*Annual Report of the Secretary of War for the Year e Journal of the United States Artillery*), peruana (*Boletim del Ministerio de Guerra Y Marina*) e brasileira, (*Revista Maritima Brasileira*) podemos verificar que o periodismo técnico, científico e literário daqueles países apresenta idêntica matriz, ou seja, uma estrutura gráfica padrão. Veja-se *Biblioteca Central do Ministerio de Defesa em Espanha* e Fundo Particular do 1º Visconde de Olivã, Cristóvão Cardoso Cabral Coutinho de Albuquerque Barata, *Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Campo Maior*.

⁷⁸ Em Portugal o primeiro periódico a utilizar a publicidade, como forma de embaratecer o jornal, foi o *Diário de Notícias* fundado em 1864. Um jornal barato leva ao aumento das tiragens que por sua vez alicia os anunciadores a investir no periódico, permitindo uma diminuição dos preços da publicação. Não obstante o *Diário de Notícias* utilizar a publicidade desde a sua fundação, só cerca de duas décadas depois é que tal política foi adoptada por outros periódicos. Suzana Margarida Dias dos Santos Cavaco, “A América (1868-1871): o caso de um periódico luso-brasileiro”, in *A América (1868-1871) um caso de publicismo ao serviço das relações luso-brasileiras*, Universidade do Porto, 2000, Dissertação de Mestrado, pág. 62.

Na *Revista Militar*, o recurso a algumas ilustrações gráficas surge, fundamentalmente, a partir de 1906 como forma de melhor levar o leitor a entender o que se pretende transmitir. O elemento visual é praticamente inexistente, pois parece que ainda não tinha adquirido a importância capital na vida dos periódicos, que só futuramente tomariam consciência do carácter poligráfico da linguagem jornalística⁸⁰. Actualmente, o planeamento visual gráfico é entendido como uma arte que combina o texto, a iconografia, a cor, os títulos, os caracteres tipográficos e os espaços. A moderna concepção gráfica prefere empregar grandes áreas de branco para valorizar as partes impressas em detrimento da utilização dos ornamentos. A distribuição espacial na página está relacionada, entre outros, com o movimento óptico humano do leitor⁸¹.

No contexto difícil do mundo da imprensa periódica, onde a *Revista Militar* pretendeu implantar-se, é bom não esquecermos que entre outros, existia um elemento importante, embora não decisivo que era a fixação do preço de um periódico no momento da sua publicação. É um aspecto essencial, já que é a partir dele, que pode estar em causa o posicionamento, a imagem do produto jornalístico e o seu futuro económico. No caso da *Revista Militar*, os seus fundadores partiram do factor necessidade, pois na criação do periódico “*tinham como objectivo proporcionar ao Exército um espaço proprio onde fossem debatidos com elevação os seus mais*

⁷⁹ José Maria de Fontes Pereira de Mello, “Introdução”, *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, pág. 19.

⁸⁰ O elemento visual na *Revista Militar* é praticamente inexistente ao longo dos primeiros 58 tomos. Porém, constatamos com alguma frequência tabelas referentes aos mais diversos organismos do Exército, (tabelas de receitas e despesas, serviço de saúde, soldos, preços de pólvoras, movimento de pessoal, plantas de campos militares, plantas de levantamentos topográficos entre outras, com o objectivo de permitir uma melhor compreensão do texto. A única gravura a cores que nos foi possível registar refere-se a um soldado do Batalhão de Caçadores n.º 1, 1811 – Organização de Beresford, (*RM*, Tomo XLVI, 1894, n.º 5, pág. 150). Como acima foi referido, as gravuras só começam a surgir com alguma regularidade a partir de 1906 e referentes a material bélico, nomeadamente, de um automóvel blindado construído na Áustria-Hungria, (*RM*, Anno LIII, 1906, n.º 9, pág. 1922) e duas gravuras sobre a construção do Dreadnought, (*RM*, Anno LII, 1906, n.º 12, pp. 142-143). No ano de 1908 é de salientar as colecções de gravuras a preto e branco referentes a viaturas dos trens de combate, (*RM*, Anno LX, 1908, n.º 3, pp. 158-198) e uma colecção de 17 postais com reproduções de quadros alusivos à Comemoração Centenária da Guerra Peninsular, (*RM*, Anno LX, 1908, n.º 8, pp. 480-519) e as da Expedição Portuguesa a África com seis gravuras a preto e branco de paisagens e do Povo Muximba, (*RM*, Anno LX, 1908, n.º 11, pp. 24-31). No tomo referente ao ano de 1909, podemos encontrar entre outras, imagens sobre marinha de guerra, nomeadamente, do Couraçados Idaho, Verité e Ernest Renan, (*RM*, Anno LXI, 1909, n.º 1, pp. 54-55). O tomo referente ao ano de 1910 apresenta algumas gravuras sobre marinha de guerra e aeronáutica: aeroplanos Wrigth, Manoplano de Antoinette e aeroplano Belriot, (*RM*, Anno LXII, 1910, n.º 2, pp. 181-189).

⁸¹ Suzana Margarida Dias dos Santos Cavaco, “A América (1868-1871): o caso de um periódico luso-brasileiro”, in *A América (1868-1871) um caso de publicismo ao serviço das relações luso-brasileiras*, Universidade do Porto, 2000, Dissertação de Mestrado, pág. 158.

*imediatos interesses e ainda, proporcionar a alguns militares, certos conhecimentos que só poderiam ser adquiridos mediante a aquisição de obras dispendiosas e que pela maior parte deles se encontravam fora do alcance dos escassos meios de que podiam dispôr*⁸². Pensamos que estes foram os motivos que levaram à fixação do preço de aceitação, preço esse de acordo com as possibilidades da maioria dos seus assinantes, ou seja, dos oficiais do Exército, já que também muitos civis e instituições subscreveram a assinatura do periódico. A seu tempo este ponto será desenvolvido com maior profundidade.

Não houve da parte dos Fundadores da publicação o objectivo do lucro económico. A *Revista Militar* era suportada pelo preço das assinaturas e quando as receitas eram insuficientes para colmatar as despesas, cabia à empresa providenciar a verba necessária⁸³. A motivação de manter e promover a *Revista Militar* era superior ao lucro pois não tinha fins lucrativos, aliás "*nos seus primeiros anos de vida não viveu apenas dos continuos esforços dos membros da empresa, mas também da cooperação e ajuda da maioria das autoridades e de uma pequena parte dos oficiais do Exército*"⁸⁴.

A *Revista Militar* começou a publicar-se mensalmente, saindo o primeiro fascículo em Janeiro de 1849. Constava de três a quatro folhas em oitavo grande com plantas e gravuras para melhor percepção do texto. Indicava depois o preço das assinaturas em Lisboa e no Ultramar bem como locais de subscrição em Lisboa e no Porto. O preço das assinaturas em Lisboa era de 1\$440 réis por ano, de 800 réis por seis meses e de 480 réis por três meses. No Ultramar, o preço era de 1\$920 réis por um ano e 1\$000 réis por seis meses, enquanto o seu preço avulso era de 200 réis⁸⁵. No ano de 1854, tendo como objectivo facilitar as subscrições, estabeleceu a *Direcção da Empresa* duas formas de pagamento para Lisboa, Ilhas Adjacentes e Províncias Ultramarinas e reduziu os preços das assinaturas do Ultramar.

Esta medida tinha como finalidade colocar a *Revista Militar* ao alcance de todos os membros do Exército e, com o auxilio que daí poderia advir, proceder aos melhoramentos que a *Empresa* viesse a necessitar. Assim, as condições de subscrição continuaram a situar-se no valor de 1\$440 réis por ano à semelhança do praticado em 1849 e diminuindo de 800 réis para 720 réis por semestre. No Ultramar, o periódico também sofreu uma redução no seu preço de custo, passando de 1\$920

⁸² Redacção, "Introdução", *RM*, Tomo, IV, 1852, n.º 1, pág. 1.

⁸³ *Estatutos da Empresa da Revista Militar*, 1 de Janeiro de 1861, pág. 2.

⁸⁴ Redacção, "Introdução", *RM*, Tomo IV, 1852, n.º 1, pág. 1. *RM*, Tomo XXX, 1878, n.º 1, pág. 1.

réis para 1\$440 réis. Os assinantes residentes em Lisboa pagavam 120 réis no acto da recepção de cada número⁸⁶. Todos os assinantes das províncias que desejassem aproveitar este meio de pagamento, deveriam ter o seu correspondente em Lisboa que recebesse o periódico e efectuasse o respectivo pagamento.

No período compreendido entre os anos de 1859 e 1878, o preço das assinaturas correspondia a 1\$680 réis por ano e 840 réis por semestre. A correspondência continuava a ser dirigida, franca de porte, com subscrito à *Direcção da Empresa da Revista Militar*⁸⁷. Em 1904, o preço das assinaturas em Lisboa, Províncias e Ilhas Adjacentes era de 1\$680 réis por ano, 840 réis por semestre, 420 réis por trimestre e 140 réis por mês. O preço das assinaturas para o Ultramar e estrangeiro era de 2\$220 por ano. O pagamento era feito de forma adiantada nos escritórios da *Revista Militar*, na Rua da Princesa n.º 262, sobreloja, lado esquerdo, Lisboa⁸⁸. Pelos preços que nos foi possível identificar verificamos que, desde a edição do primeiro fascículo até ao ano de 1858, o preço do periódico foi de 1\$440 réis, aumentando depois para 1\$680 réis, custo que se manteve até 1904.

No que diz respeito aos espaços ultramarinos, embora as fontes refiram o preço da assinatura por ano e semestre, não aludem aos locais da subscrição da *Revista Militar*. A correspondência era dirigida, franca de porte, à *Empresa da Revista Militar*, Calçada do Ferregial n.º 11 Lisboa. A importância de cada assinatura recebia-se no acto da entrega do primeiro número. Quanto à sua subscrição, para além de Lisboa, nas lojas da Viúva Henriques, Rua Augusta n.º 1, Lavado, dita rua n.º 8 e no Chiado, nas lojas do Rey Bertrand e Borel podia ser feita no Porto na Loja de Moré, Rua de Santo António n.º 77.

A aposta num baixo preço aos seus assinantes sem descorar a qualidade dos seus artigos reflecte não apenas a necessidade da sua difusão como meio de ilustração da instituição militar como, simultaneamente, o seu espírito de missão. Aliás, não nos podemos esquecer que uma das características dos intelectuais do século XIX era o espírito de missão cultural e ideológica que estava presente nas suas actividades. Tinham como motivação superior influir nos desígnios do país, assim o demonstrou Fontes Pereira de Mello na introdução ao primeiro fascículo e que em capítulo posterior iremos desenvolver. A *Revista Militar*, ainda que pretendesse uma grande difusão pelo menos a nível militar, não se dirigia ao grande publico.

⁸⁵ *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1-2º, pág. 45.

⁸⁶ Frederico de Novaes Côrte-Real, "Revista Militar", *RM*, Tomo VI, 1854, n.º 12, pág. 615.

⁸⁷ *RM*, Tomo XI, 1859, n.º 1, pág. 1. *RM*, Tomo XXX, 1878, n.º 1, pág. 1.

⁸⁸ Cfr., Redacção, "Expediente", *RM*, n.º 4, 1904, pág. 128.

Sintomático disso é a linguagem utilizada, a profundidade dos artigos versados, a disposição espacial dos textos, a ausência de cor e poucas ilustrações que transmitem a imagem de um periódico denso e pouco apelativo ao leitor pouco letrado. Reflecte aspectos que indiciam a procura de um público esclarecido. Facultava-se com esta situação o acesso ao periódico, aumentando as possibilidades de captação da mensagem veiculada a quem mais directamente interessava tocar, neste caso à maioria dos oficiais do Exército e aos homens instruídos do país.

A partir de 1834, os periódicos científicos e literários adquirem um notável desenvolvimento, vindo a receber um tratamento diferenciado ao serem considerados excepção, isto é, não serem abrangidos pela proibição de folhas periódicas⁸⁹.

A “*Lei das Rolhas*”, dispensava de depósitos e demais habilitações exigidas, os periódicos que única e exclusivamente se dedicassem à exposição e discussão de matérias literárias bem como fizessem declaração expressa de não tratarem de negócios e questões políticas nem traduzissem artigos contrários aos abusos declarados nesta Lei⁹⁰. As condições eram favoráveis àqueles géneros de periódicos uma vez que o “*governo, ao mesmo tempo que reprimia furiosamente a imprensa de opinião, não só não levantava obstáculos como até favorecia (inclusive os portes de correio) os periódicos literários e científicos, cujo público era necessariamente limitado a uma elite intelectual*”⁹¹, mas que podia ser importante. A *Revista Militar* enquadra-se perfeitamente nesta Carta de Lei, já que os seus estatutos excluíam-na absolutamente de matérias políticas⁹². Assim, embora não encontremos referências a essa situação, tudo indica que o facto da *Revista Militar* estar franca de porte pode estar relacionado com essa mesma carta de lei.

Face ao largo tempo decorrido entre a publicação do primeiro fascículo da *Revista Militar*, 15 de Janeiro de 1849 e a publicação do último fascículo a 31 Dezembro de 1910, parece-nos fundamental para uma melhor ordenação das ideias e dos acontecimentos dividi-lo em etapas e períodos.

⁸⁹ Carta de Lei, de 14 de Agosto de 1840, Art.º 3º, § Único, (regula o diferente tratamento a adoptar em relação aos periódicos literários); Carta de Lei de 14 de Setembro de 1840; Carta de Lei de 6 de Fevereiro de 1844, Art.º 3º § único (são contemplados os periódicos de carácter científico); Decreto de 20 de Abril de 1844, Art.º 2º, § Único; Carta de Lei de 20 de Abril de 1846, Art.º 2º; Decreto de 7 de Outubro de 1846, Art.º 2º, § Único; Decreto de 27 de Janeiro de 1847; Decreto de 6 de Fevereiro de 1847; Decretos de 6 de Março, 6 de Abril, 6 de Maio, 6 de Junho e 6 de Julho de 1847 e Decreto de 16 de Setembro de 1862.

⁹⁰ Carta de Lei de 3 de Agosto de 1850, Art.º 85.

⁹¹ José Manuel Marques do Carmo Tengarrinha, “A Imprensa Romântica ou de Opinião”, in *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª Edição, Lisboa, Editorial Caminha, 1989, pág. 175.

⁹² *Estatutos da Empresa da Revista Militar*, 1 de Janeiro de 1862, pág. 2.

Quadro 1
Estrutura Externa da *Revista Militar*

Etapas	Periodização	Anos	Tomos	Periodicidade	N.º Fascículos	N.º págs. (Média/Ano)	N.º págs. (Média/Fasc.)	Total págs. por período	N.º págs. (Média/Mês)	N.º anos Por período
1ª Etapa	1º	1849	1	Mensal	12	766	64	766	64	13 anos
		1849 - 1857 1858 - 1861	I a IX X a XIII	Mensal Quinzenal	108 96	582 798	49 33	5244 3193	49 66	
		Totais	13	—	204	—	—	8437	—	
	2º	1862 - 1871	XIV a XXIII	Quinzenal	240	552	23	5515	46	43 anos
		1872 - 1881	XXIV a XXXIII	"	240	606	25	6056	50	
		1882 - 1891	XXXIV a XLIII	"	240	768	32	7678	64	
1892 - 1901		XLIV a LIII	"	240	768	32	7680	64		
1902 - 1904		LIV a LVI	"	72	768	32	2304	64		
Totais	43	—	1032	—	—	29233	—			
2ª Etapa	Totais	1905 - 1910	LVII a LXII	Mensal	72	1033	86	6198	86	6 anos
		Totais	6	—	72	—	—	6198	—	
TOTALS GERAIS		62	—	—	1308	—	—	43868	—	62

Fonte: A. H. M., Registo estatístico do número de Tomos, fascículos e páginas editados pela *Revista Militar* de 15 de Janeiro de 1849 a 31 de Dezembro de 1910.

De acordo com o (Quadro 1), a primeira Etapa da *Revista Militar* é articulada em dois períodos. O primeiro período será o decorrido desde a publicação do *Contracto da Empreza da Revista Militar* que foi incluído na escritura do acordo para a fundação da *Revista Militar* em 1 de Janeiro de 1849 até à publicação dos novos Estatutos da *Empreza da Revista Militar* no dia 1 de Janeiro de 1862. O segundo período será o que decorre desde a publicação dos *Estatutos da Empreza da Revista Militar*, ou seja, de 1 de Janeiro de 1862 até à publicação dos novos estatutos elaborados em 1905, ano da realização da fusão das publicações: *Revista do Exército e da Armada*, *Revista da Administração Militar* e o suplemento desta com o título *Portugal Militar na Revista Militar*.

A segunda Etapa decorre desde a publicação dos novos estatutos e fusão daqueles periódicos na *Revista Militar* em 1905 até 31 de Dezembro de 1910. Efectuada que está a divisão em etapas e períodos do respectivo tempo decorrido entre a publicação do primeiro fascículo em Janeiro de 1849, e Dezembro de 1910, parece-nos importante dar a conhecer alguns dados estatísticos relativos à periodicidade, (mensal, quinzenal e mensal), ao volume dos seus fascículos e dos seus tomos anuais em cada uma das etapas da sua história. Podemos dar uma ideia,

de índice estatístico relativo à sua actividade noticiosa e pedagógica ao longo dos seus 62 anos de história ao serviço da nação.

A *Revista Militar* iniciou o seu primeiro ano de publicação com um número total de 12 fascículos que depois de encadernados formaram um tomo com um total de 766 páginas. Referindo-nos agora à 1ª Etapa 1º Período, que compreende os anos de Janeiro de 1849 a Dezembro de 1861, verificámos uma tiragem de 204 fascículos encadernados em 13 tomos a que corresponde um total de 8437 páginas. Ainda na 1º Etapa 2º Período, que decorre entre Janeiro de 1862 e Dezembro de 1904, regista-se uma tiragem de 1032 fascículos encadernados em 43 tomos com um total de 29233 páginas.

A 2ª e última Etapa, que se situa entre Janeiro de 1905 e Dezembro de 1910, regista uma tiragem de 6 tomos, 72 fascículos, com um total de 6198 páginas. Assim, podemos concluir que durante o período em estudo regista-se uma tiragem de 1308 fascículos, encadernados em 62 tomos e 43868 páginas.

Para assegurar a execução material de um periódico com esta dinâmica, além de ser necessário idealizar um novo título de jornal, torna-se ainda indispensável contactar colaboradores, assegurar um número mínimo de leitores e reunir textos de diversas proveniências, é ainda imprescindível cumprir uma última etapa: contactar editores e oficinas tipográficas, o que está de acordo com a História da leitura científica⁹³.

A *Revista Militar*, desde a publicação do seu primeiro fascículo em 15 de Janeiro de 1849 até à publicação do último fascículo em 31 de Dezembro de 1910 foi impressa nas seguintes oficinas tipográficas:

1. 1849-1850 Imprensa Nacional de Lisboa;
2. 1851-1852 Typographia da Revista Popular;
3. 1853-1856 Typographia do Centro Commercial;
4. 1857 Typographia de G. M. Martins;
5. 1858-1910 Typographia Universal de Coelho da Cunha, Brito & Companhia, Rua do Diário de Notícias, 110 Lisboa⁹⁴;

⁹³ Maria de Fátima Nunes, "Editores e Tipografias", *Leitura e Agricultura – A Imprensa Periódica Científica em Portugal 1772-1852*, Universidade de Évora, 1994, Dissertação de Doutoramento, pág. 349.

⁹⁴ As referências às várias tipografias podem ser confirmadas nos tomos dos anos mencionados e ainda, em Innocencio Francisco da Silva, "Revista Militar", in *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo VII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXII, pág. 153, embora nesta referência haja alguma contradição entre o que está escrito e o que está referenciado nas folhas de rosto dos respectivos tomos.

A *Revista Militar*, nos seus dois primeiros anos de existência, começou por ser impressa na Imprensa Nacional de Lisboa, conforme ficou determinado na reunião da Assembleia Geral realizada no dia 24 de Dezembro de 1848, por ser aí que a sua impressão seria mais nítida, embora o seu custo fosse mais elevado: 4.400 réis por folha de entrada⁹⁵.

A Imprensa Nacional em 1849, momento da primeira impressão do periódico, dispunha de um arsenal tipográfico dos mais avançados da época. Dispunha, nomeadamente de uma colecção de chapas em cobre com os mais delicados desenhos gravados por Francisco Bartolozzi⁹⁶. Pela grande qualidade dos seus trabalhos viria a ser reconhecida com diversos títulos em Exposições Internacionais e Universais em que participou⁹⁷.

Nos anos de 1851 e 1852, a *Revista Militar* passou a ser impressa na Tipografia da *Revista Popular* que fora fundada em 1848 por Francisco Pereira de Almeida de sociedade com J. M. Baptista Coelho. Mais tarde, entre 1849 e 1851, a *Revista Popular* passou a ter como proprietário e redactor principal Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, que também pertencia à *Direcção da Revista Militar*, e tinha como seus colaboradores Francisco Pereira de Almeida, José Maria Latino Coelho e Augusto José Gonçalves de Lima. Como os três primeiros volumes da *Revista Popular* (1848-1850) foram impressos na Imprensa Nacional e o quarto volume 1851 na

⁹⁵ *Livros e Escripturação da Empreza da Revista Militar*, 1848, pág. 3.

⁹⁶ Francisco Bartolozzi foi um dos mais célebres gravadores do século XVIII, nasceu em Florença em 1730. Discípulo de José Wagner, não tardou a excedê-lo. Viveu em Veneza de onde saiu para Milão a fim de se dedicar ao trabalho. Em 1764 encontrava-se em Inglaterra com residência fixada nas imediações de Londres. Concedeu à estampa um grande número de gravuras a *água-forte*, *buril* e *pointillé*. Em 1802 D. Rodrigo de Sousa Coutinho trá-lo para Lisboa, onde dirigiu a Escola de Gravura da Imprensa Régia. Faleceu em Lisboa a 1 de Abril de 1815, embora outros investigadores como Nagler defenda que tenha sido em 1813 com 83 anos de idade. José Vitorino Ribeiro, *A Imprensa Nacional de Lisboa 1768-1912, Apontamentos e Subsídios para a sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, pág. pp. 23-24.

⁹⁷ Eis uma ligeira nota dos certames em que concorreu e das distinções que alcançou: em 1862 concorreu à Exposição Internacional de Londres com os seus produtos artísticos e industriais, tendo sido agraciada com a Medalha de Honra; em 1865 participou na Exposição Internacional Portuguesa na cidade do Porto onde obteve as Medalhas de Ouro pelos seus produtos e Medalha de Cobre pela sua fundição; em 1867 concorreu à Exposição Universal de Paris apresentando as provas dos seus progressos técnicos e artísticos e da sua actividade industrial sendo agraciada com a Medalha de Ouro; em 1873 realizou-se em Viena de Áustria a Exposição Universal tendo então obtido a Medalha de Progresso; em 1876 na Exposição Universal de Filadélfia levou alguns produtos artísticos e industriais das suas diversas oficinas onde alcançou o Diploma de Honra; em 1878 realizou-se em Paris mais uma Exposição Universal onde foram expostos os últimos produtos das suas oficinas que lhe valeram mais uma Medalha de Ouro.

tipografia da própria revista⁹⁸, então podemos concluir que em 1851 a *Revista Popular* já tinha a sua própria tipografia onde a *Revista Militar* viria a ser impressa em 1851 e 1852.

No ano seguinte, a *Revista Militar* volta, mais uma vez, a mudar de empresa tipográfica, desta vez para a Tipografia do Centro Comercial⁹⁹.

No ano de 1857, a *Revista Militar* é imprimida na *Tipografia de Gaudêncio Maria Martins*¹⁰⁰. Em 1836, era administrador da imprensa tipográfica denominada de Carvalhense estabelecida na Rua Nova d'El-rei n.º 62¹⁰¹ e propriedade de José Pedro Carvalho. Passado algum tempo sobre a morte do seu proprietário Gaudêncio Maria Martins tornar-se-á seu proprietário, conservando-a pelo menos até 1859. Estava apetrechada de dois prelos manuais, um de ferro importado de Inglaterra, outro de madeira. Em momentos de muito trabalho empregava dois compositores, um aprendiz, um impressor e um ajudante¹⁰².

Entre 1858 e 1910 A *Revista Militar* foi impressa na Tipografia Universal de Thomaz Quintino Antunes situada então na Rua dos Calafates¹⁰³, N.º 113, onde se instalaram os escritórios e oficinas do *Diário de Notícias*. A *Revista Militar* viria assim a ser impressa num dos mais antigos e acreditados estabelecimentos tipográficos de Lisboa.

Segundo Sousa Telles, em 1863 registavam-se cento e trinta e três tipografias em Portugal e Ultramar, das quais quarenta e três em Lisboa e dezassete no Porto. À excepção da Imprensa Nacional de Lisboa, propriedade do Reino que contava com cento e oitenta e seis empregados, a Tipografia Universal era o estabelecimento do

⁹⁸ Innocencio Francisco da Silva, "Joaquim Henriques Fradesso da Silveira", in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, Tomo IV, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLX, pág. 84. Idem, *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, Tomo VII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLX, pág. 150

⁹⁹ *RM*, Tomo V, 1853.

¹⁰⁰ Gaudêncio Maria Martins era natural de Lisboa e nasceu em 1803. Efectuou alguns estudos de Humanidades, aplicando-se depois à arte tipográfica que virá a exercer durante vários anos na condição de compositor. Além da sua actividade tipográfica foi também escritor e tradutor, tendo escrito e traduzido várias obras. Para um estudo mais aprofundado sobre a sua actividade literária veja-se Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo III Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLIX, pág. 137.

¹⁰¹ Actualmente conhecida por Rua do Comércio, antiga Rua dos Capelistas e d'El Rei. Pertence a freguesia de São Julião. Começa de frente do n.º 36 da Rua da Madalena e termina ao lado da Câmara Municipal, na Rua do Município. José sebastião Pacheco, *Roteiro da cidade de Lisboa*, 3ª edição, Lisboa, Livraria Académica, 1922, pág. 253.

¹⁰² João José de Sousa Telles, *Annuário Portuguez Scientifico, literário e Artistico: primeiro ano 1863*, Lisboa, Typographia Universal, 1867, pág. 169.

¹⁰³ A *Revista Militar* entre 1858 e 1910 foi imprimida na Tipografia Universal então propriedade de Coelho da Cunha, Brito & Companhia, situada na Rua do Diário de Noticias, n.º 110, Lisboa, antiga Rua dos Calafates que a partir de 1886 passou a denominar-se com aquela designação.

ramo que empregava o maior número de trabalhadores, seguindo-se-lhe as tipografias da Sociedade Tipográfica Franco-Portuguesa com meia centena de empregados, a *Revolução de Setembro* com duas dúzias e a de Vicente Jorge de Castro com vinte e dois. No Porto destaca-se a Tipografia do Commercio do Porto com vinte e nove funcionários e a do *Diário Mercantil* com vinte e dois. Em Coimbra salienta-se a imprensa da Universidade que empregava cinquenta e três trabalhadores¹⁰⁴.

Em 1863 a *Tipografia Universal* com os seus sessenta e três trabalhadores punha em funcionamento uma máquina de vapor com uma potência de três cavalos força, um prelo mecânico de reacção, único em Lisboa que imprimia cerca de oitocentos exemplares de grande formato por hora, um prelo mecânico de um cilindro que imprimia mil e cem exemplares por hora, três prelos manuais de ferro, uma prensa hidráulica para acetinar o papel de impresso, uma prensa de percussão, um laminador para lustrar o papel antes da sua impressão, um prelo para tirar provas e uma máquina para moer a tinta.

Na década de sessenta do século XIX, antes da fundação do *Diário de Notícias*, a Tipografia Universal imprimia anualmente nas suas oficinas cerca de um milhão e oitocentas mil folhas. O papel utilizado nessas folhas era quase todo proveniente de fábricas portuguesas e orçava em oito contos de réis, enquanto os salários alcançavam o montante de onze contos de réis¹⁰⁵. A Tipografia Universal em 1863 imprimia dois diários, um bissemanário, três semanários, e cinco quinzenários¹⁰⁶, entre eles a "*Correspondência de Portugal*".

Além dos periódicos em vários formatos já referidos, a Tipografia Universal elaborava ainda outros trabalhos como edições de luxo, circulares, mapas e cartazes. A 29 de Dezembro de 1864 era imprimido o primeiro número programa do *Diário de Notícias*.

Em 1870 é reconhecida com o título de *Imprensa da Casa Real* e os seus trabalhos viriam a ser reconhecidos em exposições internacionais. Em 1900 os seus

¹⁰⁴ João José de Sousa Telles, *Anuário Portuguez Scientifico e Artistico: Primeiro Ano 1863*, Lisboa, Typographia Universal, 1864, pp. 165-180.

¹⁰⁵ Idem, pág. 174.

¹⁰⁶ Imprimia-se na Tipografia Universal: *O Investigador da Indústria Lusitana*, (irregular 1862-1863); os diários *Commercio de Lisboa*, (1863-1865); *O Conservador*, (1862-1865), o bissemanário *O Algraviense*, (1863-1870); os semanários *Bourdoir*, (1863-1865), *O Caloiro*, (1863) que vinha a dar origem a *O Paiz*, (1863-1864); *Leituras Populares*, (1861-1881); os quinzenários *Archivo Rural*, (1858-1877); *O Aurora Litteraria*, (1860-1864); *Achronica dos Theatros*, (1861-1871); *Correspondência de Portugal*, (1862-1887); o *Mensal*, embora sofresse algumas alterações, *A América* (1868-1871). João José de Sousa Telles, *Anuário Portuguez Scientifico e Artistico: Primeiro Ano 1863*, Lisboa, Typographia Universal, 1864, pág.183-222.

trabalhos são reconhecidos na Exposição Universal de Paris com a atribuição da Medalha de Prata e de Cobre. Oito anos depois, ou seja em 1908, por altura do primeiro centenário da abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional, é-lhe conferido o Diploma do Grande Prémio na Exposição do Rio de Janeiro. Como conclusão podemos enunciar que a Tipografia Universal granjeou de uma imagem e de uma importância vital na sociedade portuguesa.

Ao constatarmos que o periódico começou por ser imprimido na tipografia da Imprensa nacional onde havia uma melhor qualidade no trabalho de impressão embora o preço de custo fosse mais elevado, importa colocar a seguinte questão: será que foi esse apenas o motivo da decisão da impressão do periódico na Imprensa Nacional? Ou terão ocorrido outros motivos?

É legítimo pensarmos que estando a *Revista Militar* ligada à instituição militar, tratando-se da publicação dos primeiros fascículos de um novo periódico e pretendendo os seus directores dar-lhe o maior crédito possível, é natural que tivessem optado, embora a custos mais elevados, pela impressão na tipografia da Imprensa Nacional, já que era esta a de maior prestígio entre todas as outras existentes na cidade de Lisboa. Por outro lado, poderá ter ainda contribuído o facto do periódico se destinar aos que pretendiam um exército instruído e, simultaneamente, adquirir conhecimentos para alcançar posições mais elevadas, não descurando ainda o facto dos seus primeiros assinantes serem o Rei D. Fernando, os príncipes D. Pedro e D. Luiz, além de vários Ministros e Secretários de Estado. Importa referir ainda que embora a imprensa periódica do século XIX fosse livre, bem como a actual, apresentava algumas características diferentes. Era uma imprensa mais apaixonada, mais forte, mais comprometida ideologica e partidariamente do que a dos nossos dias¹⁰⁷. *“A maior parte dos jornais estavam alinhados partidariamente. Excepto o Diário de Notícias e, depois de cerca de 1895, o Século, todo o resto da imprensa servia uma «política». Tal servidão não queria significar apenas parcialidade. Significava também que o jornal vivia da política, de um grande editorial e de extractos do Parlamento e da legislação”*¹⁰⁸. Acontece ainda, que nos primeiros anos da segunda metade do século XIX, algumas tipografias de Lisboa estavam conotadas politicamente, como era o caso do periódico *Revolução de Setembro*. Assim, para não dar a ideia de qualquer

¹⁰⁷ Sobre as características gerais da imprensa consulte. Fernando de Sousa, *Jornal de Notícias. A Memória de um Século (1888-1988)*, Porto, Empresa do Jornal de Notícias, 1988, pp. 3-47.

¹⁰⁸ Rui Ramos, “A Nação Intelectual”, in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pág. 53.

conotação política nem de ligações especiais a qualquer tipografia, ter-se-á optado pela impressão na Imprensa Nacional.

Por que terá a *Revista Militar* ao longo de todos estes anos mudado com alguma frequência de tipografia? Atendendo às leituras feitas, essa mudança poderá estar relacionada com as dificuldades financeiras vividas pela própria Direcção da *Empreza da Revista Militar* ao longo dos seus primeiros 12 anos de existência já que de 1858 a 1910 viria a ser impressa na mesma tipografia. Pensamos que é no sentido de superar essas mesmas dificuldades e talvez mesmo procurar uma tipografia de melhor qualidade, que terá levado a Direcção a mudar frequentemente de tipografia¹⁰⁹.

Perante a mudança de tipografia no período em que Fradesso da Silveira foi, simultaneamente, proprietário da *Tipografia da Revista Popular* e membro da Direcção da *Revista Militar*, torna-se pertinente colocarmos a seguinte questão: qual o motivo que originou a mudança da *Tipografia Nacional* para a *Tipografia da Revista Popular*? Não possuindo elementos suficientes para análise somos levados a pensar que o motivo dessa mudança poderá estar relacionada com a situação de Fradesso da Silveira estar ligado às duas instituições, isto é, fazer parte da Direcção da *Empreza da Revista Militar* e ser proprietário da *Tipografia da Revista Popular*. Por outro lado, sabendo que a *Imprensa Nacional* praticava os custos de impressão mais elevados, é natural que a *Direcção da Revista Militar*, verificando-se já a boa aceitação do periódico pela Instituição Militar e algumas entidades civis nacionais e internacionais, tenha decidido mudar de tipografia uma vez que com essa mudança conseguiria uma redução dos gastos na impressão do periódico.

Em 1858, e depois de ter sido impressa em quatro oficinas tipográficas, a *Direcção da Revista Militar* optou mais uma vez pela mudança para a Tipografia Universal onde se viria a manter para além de 1910. Este foi o momento em que a sua impressão permaneceu mais tempo na mesma tipografia. Questionando a razão dessa permanência, encontrámos uma referência a Júlio César Machado que pode justificar esse motivo: “*é igualmente um bom e vasto estabelecimento, com boas machinas e onde as impressões são feitas com aceio e brevidade. Tem capacidade para imprimir jornaes de grande formato, os preços são commodos, e todas as reclamações bem attendidas*”¹¹⁰

¹⁰⁹ Pensamos que os motivos desta mudança poderiam ser melhor esclarecidos se não fosse a inexistência de fontes e estudos no arquivo da *Empreza da Revista Militar* bem como estudos sobre as tipografias de Lisboa na segunda metade do século XIX, nomeadamente, no que concerne à qualidade de impressão e preços de custo por folha de entrada.

¹¹⁰ Júlio César Machado, *Guia do Viajante em Lisboa, Cintra, Collares, mafra, batalha, Setubal, Santarem, Coimbra e Bussaco*, 4ª ed., Lisboa, Loja do Editor J. J. Bordalo, 1880, pág. 86.

Outra questão que podemos colocar é a de saber como é que o Exército enquanto instituição não tinha a sua tipografia própria apesar de fabricar nos seus arsenais prelos mecânicos¹¹¹ considerados ao nível dos melhores da Europa, nomeadamente, para a Imprensa Nacional? De acordo com a Portaria dos Governadores do Reino de 13 de Fevereiro de 1812, todos os documentos relacionados com as instituições régias, nomeadamente, com o exército e todas as suas dependências teriam exclusivamente de ser impressos na Impressão Régia¹¹².

Relativamente à imprensa no século XIX, penso que as tipografias deveriam ser objecto de um valioso estudo quer em termos de inventariação e caracterização que considero imprescindível para o seu próprio conhecimento, quer ainda como instrumento precioso para o labor do historiador, obviamente em moldes muito específicos e recorrendo ao cruzamento de informações provenientes dos mais diversos campos de investigação.

A função das tipografias através da sua utilização para a impressão de livros, jornais, revistas e folhetos mostra que havia uma ligação entre a sua função de divulgação e o poder do estado. Através das tipografias é possível fazer-se uma digressão da *Revista Militar* em termos da sua gestão e da história interna da evolução da própria revista. Quer isto dizer que a *Revista Militar*, além de fazer história contém ela própria o historial que pode ser conhecido através da deambulação de tipografia em tipografia.

¹¹¹ Entre Agosto de 1814 e Junho de 1815 foram construídos nas oficinas do *Real Arsenal do Exército* 12 prelos de ferro e bronze segundo os modelos existentes na Impressão Régia. Esses prelos funcionaram regularmente durante muitos anos e sem grande desvantagem ao lado dos prelos de origem inglesa. José Vitorino Ribeiro, *A Imprensa Nacional de Lisboa 1768-1912, Apontamentos e Subsídios para a sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, pág. 39.

Sinais Internos e Externos de Leitura: a geografia de difusão

Foi no dia 1 de Dezembro de 1848 que um grupo de oficiais do Exército e da Armada assinou o acordo estatutário, que designou de *Contracto da Empreza da Revista Militar* e que viria a dar origem à publicação de um periódico mensal com o título de *Revista Militar* destinado ao “recreio e ilustração da classe militar, tratando de todos os objectos que dizem respeito à instrução geral do exercito e à especial das diferentes armas”¹¹³ e ainda, “à marinha de guerra e estado militar nas provincias ultramarinas; assim como, não se achando entre nós determinada a divisão dos Engenheiros em classes, como acontece em algumas outras nações, mas devendo os Engenheiros militares possuirem tambem os conhecimentos dos Engenheiros civis, hydraulicos, das pontes e calçadas”¹¹⁴.

No seguimento da avaliação da *Revista Militar* o Exército em 9 de Janeiro de 1849, fez distribuir uma circular que anunciava o aparecimento de um novo periódico:

III.^{mo}

“Tendo-se reunido alguns officiaes do Exercito com o fim de emprehenderem a redacção de uma publicação periodica cujo programa temos a honra de enviar a V Ex^a e achando-se os ditos officiaes convencidos que inuteis serão os seus desejos e esforços, se na espinhoza empreza de que vão encarregar-se não forem eficazmente protegidos pelas pessoas, que por sua instrucção ou jerarchia teem jus incontestavel ao respeito, e veneração dos Militares Portugueses resolveram encarregar-nos de solicitar a protecção d’essas pessoas, e pedir particularmente a uma d’ellas, como por esta carta nos honramos de o fazer a V Ex^a se digne não só empregar a sua valiosa influencia em grangear assignantes, a fim de se poder levar a effeito a publicação deste periodico; mas muito principalmente auxiliar a empreza com as suas luzes, e experiencia Os abaixo assignados tudo confiam do reconhecido zelo de V Ex^a pela honra, e lustre do exercito Portuguez, e respeitosaente teem a honra de assignar”¹¹⁵.

¹¹² Portaria dos Governadores do Reino, 13 de Fevereiro de 1812, reforçada pelo Alvará, 26 de Outubro de 1824.

¹¹³ *Contracto da Empreza da Revista Militar*, Art.º 1º, 31 de Dezembro de 1848, pág. 3.

¹¹⁴ *Contracto da Empreza da Revista Militar*, Art.º 5º, 31 de Dezembro de 1848, pág. 3

De V. Ex.^a

Muito attenciosos veneradores
José Maria Moreira de Bergára
Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello
João Maria Fradesso da Silveira
José C. Conrado de Chelmicki

Juntamente com esse documento seguia um prospecto avulso elaborado com o programa e boletim de assinatura destinado à divulgação da *Revista Militar* e obtenção de assinantes: *"na imprensa periodica de Portugal, onde avultam alguns jornaes litterarios de subido merito, encontra-se uma lacuna, que por diversas considerações, aliàs bem obvias, convém preencher Um jornal de especialidade para a classe militar que tanto carece de instrução variada, e que tão pouco tem onde a encontre, é uma verdadeira necessidade entre nós, a que alguns officiaes do exercito pretendem ocorrer escrevendo a Revista Militar. Não vão elles, n'esta ardua tarefa, que emprehendem, bastante seguros do cabedal dos conhecimentos que possuem; entendem comtudo que fazem um serviço ao seu paiz e ao exercito, a que se honra de pertencer, encetando uma publicação d'este genero, que talvez estimule outras pennas mais habeis e mais competentes, para tractar objectos de tanta importancia. A Revista nem faz política, nem admite questões pessoaes; e com estas bem entendidas exclusões, aceita com reconhecimento quasquer reflexões ou memorias a bem do exercito, marinha de guerra, sciencia de construções e todas as outras que lhe são accessorias.*

*Este jornal não faz programma dos assumptos a que especialmente há de dedicar os seus artigos. O seu titulo indica o quanto basta, e quer ser julgado pelas suas producções. É provavel que, se promettesse quanto deseja, ficaria muito áquem da expectação do público. A empresa fará quanto póder, e n'isso mesmo julga prestar um serviço nobre profissão das armas: a critica de juizes competentes dirá se cumpriu a sua missão"*¹¹⁶.

Além dessas iniciativas, foi ainda enviado officio pelo Ajudante General do Exército recomendando este periódico ao Comandante da 2ª Divisão Militar e que seguidamente passaremos a transcrever:

"III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Tendo sua Magestade El-Rei Commandante em Chefe do Exercito, dado a Sua Benevola Annuencia á publicação de um jornal mensal com o

¹¹⁵ Cfr. Anexo IX, doc. n.º 1, pág. 177.

¹¹⁶ Cfr. Anexo IX, doc. n.º 2, pág. 178.

titulo de Revista Militar redigido por uma Sociedade de officiaes do Exercito, o qual offerecerá artigos de interesse sobre diversos ramos da nossa profissão, na forma dos Prospectos inclusos, authoriza-me o Mesmo Augusto Senhor para rogar a V. Ex.^a que se sirva prestar a sua assignatura para o referido jornal, e alcançar dos individuos dos corpos da Divisão do seu Commando o maior numero dellas que lhe for possivel.

Deus Guarde a V. Ex.^a Quartel General no Paço das Necessidades, em 8 de Janeiro de 1849.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Commandante da 3.^a Divisão Militar. Barão de Villa Nova d'Orem Ajud.^o g.^{al}.¹¹⁷.

Olhando para os primeiros passos que a *Revista Militar* deu, podemos justificar o esforço feito pela *Empreza* e instituição militar no sentido de se afirmar como indispensável e ser aceite no seio do periodismo técnico, científico e literário militar e civil da segunda metade do século XIX.

No Tomo I da *Revista Militar*, figura na lista de assinantes o escol¹¹⁸ da sociedade portuguesa da primeira metade do século XIX à frente da qual se encontram o Rei D. Fernando, o Príncipe Real D. Pedro e o Infante D. Luiz, que foram os assinantes números 1, 2 e 3 do periódico. Seguem-se-lhes 7 Ministros e Secretários de Estado, o Ministro da Guerra Adriano Mauricio Guilherme Ferreri e os Secretários de Estado Honorários (Duque de Palmella, Visconde de Castro, Joaquim José Falcão, Antonio Roberto de Oliveira Lopes Branco, João Elias da Costa Faria e Silva e Marino Miguel Franzini e, ainda, os 2 Marechais do Exército, (Duque de Terceira e Duque de Saldanha, também Ministro), 5 Tenentes-Generais, (Marquez de Santa Iria, Visconde de Fonte-Nova, Barão de Monte-Pedral, Visconde de Vallongo e Conde do Casal), 9 Marechais de Campo, (Conde da Ponte de Santa Maria, Visconde de Estremoz, Alexandre Marcellino Maio e Brito, Euzebio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado, Visconde de Ovar, Antonio de Padua da Costa, Barão da Mesquita, Visconde da Campanhã e Barão de Santo António), 20 Brigadeiros, (Visconde de Sá da Bandeira Ministro do Reino, José Pedro Celestino Soares, Barão de Leiria, Carlos José Cardozo Moniz Castello Branco, João José da Cunha Fidié, Barão da Foz, Barão de Resende, José Jorge Loureiro, Fernando da Costa Leal, Barão de Sarmento, Barão de Almofalla, José Feliciano da Silva Costa, Barão de Vinhais, Francisco Xavier

¹¹⁷ *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 4º vol., 1934, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, pág. 142. Teixeira Botelho, "No Centenário da Revista Militar", *RM*, 1948, n.º 1-2, pág. 46.

Ferreira, Thomaz de Magalhães Coutinho, Bernardo José d'Abreu, Barão da Luz e José António Vieira da Fonseca, Filipe Marcely Pereira e Antonio Pinto de Lemos).

Quanto aos Oficiais Gerais Reformados contam-se, 3 Tenentes-Generais, (António de Azevedo Coutinho, Visconde da Lançada e Visconde da Ponte da Barca), 6 Marechais de Campo, (Luiz de Moura Fortado, Antonio Pereira Quinland, Pedro Lobo Teixeira de Barros, Anselmo de Noronha Torrezão, João José Ferreira de Sousa e Joaquim Pereira Martinho), 3 Brigadeiros, (Francisco António Marques Geraldo Barbas, António Pimentel Maldonado e Manoel Alexandrino Pereira da Silva). Seguem-se-lhes ainda na hierarquia 45 Coroneis, 43 Tenentes-coroneis, 63 Majores, 196 Capitães, 184 Tenentes, 93 Alferes, 2 Aspirantes a Oficial, 12 Oficiais Inferiores, 7 Sargentos, 9 Cirurgiões-Mor e Ajudantes de Cirurgiões, 4 Facultativos Veterinários, 4 Capelães, 2 picadores, 2 Porta Bandeiras e 3 Voluntários.

Todos eles dos mais diversos serviços e armas do Exército e da Armada, *Corpo de Estado Maior do Exército*, *Corpo de Engenheiros*, *Arma de Artilheria*, *Arma de Cavallaria*, *Batalhão Naval*, *Batalhão de Empregados Públicos*, *Escola do Exército*, *Escola Polytécnica*, *Escola Veterinária*, *Colégio Militar*, *Escola Naval*, *Corpo Militar do Arsenal do Exército*, *Inspecção Fiscal do Exército*, *Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra* com doze assinaturas, *Hospital Militar da Estrela* e *Grémio Literário*¹¹⁹.

Desta forma, além dos assinantes referenciados, o periódico estava presente em todas as bibliotecas militares das armas e serviços. "(...) *Porque a brevidade com que se costumam tratar as matérias em compêndios não basta para instruir os discípulos com solidez, em todos os ramos da ciência, S. Majestade se dignará mandar que haja na Casa das Aulas uma colecção dos livros que tratam da fortificação, ataque e defesa de praças, artilharia e castramentação, para que os discípulos se possam instruir profundamente e melhor veremos diferentes sistemas e combinando uns com os outros poderem pôr as suas dúvidas aos lentes*(...)"¹²⁰.

Faziam ainda parte como assinantes diversas personalidades civis, auditores dos serviços de Inspecção Fiscal, Assistentes de Deputados, Arquivistas e Conselheiros de Saúde, num total de 48 de entre as quais salientaremos D. António da Camara Leme Carvalho Esmeralda, Conde de Barbacena e Marquez de Ficalho.

¹¹⁸ Fernando Louro de Sousa, "Revista Militar na sua Ligação com o Colégio Militar", *RM*, 1978, n.º 3, pág. 124. Cfr. Anexo VIII, pp. 152-175.

¹¹⁹ Cfr., Redacção, "Lista dos Senhores Assignantes da Revista Militar em Todo o Anno de 1849", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 12, pp. 741-766. Cfr. Anexo VIII, PP. 152-175.

¹²⁰ Manuel Jorge Pereira de Carvalho, "As Conferências do Casino, em 1871, e os seus Ecos na Revista Militar: As Sociedades Militares", *RM*, n.º 11, 1999, pág. 1903.

Podemos verificar que o número total de assinantes no primeiro ano de publicação do periódico, exceptuando as permutas com outras publicações nacionais e estrangeiras, foi de 791 o que demonstra de forma evidente o interesse com que na Instituição Militar bem como na Sociedade Civil foi recebida a publicação da *Revista Militar*¹²¹.

No dia 26 de Janeiro de 1849, reuniram-se, na sede da *Empresa da Revista Militar*, os membros da Direcção à excepção de Luiz de Sousa Folque e Augusto Xavier Palmeirim que por motivos profissionais não lhes foi possível estar presentes. Aí se determinou enviar alguns fascículos para os seguintes periódicos nacionais: *Revista Popular*, *Revista Universal*, *Jornal a Epoque*, *Jornal o Farol*, *Revolução de Setembro*, *Diário do Governo*¹²², continuando depois a enviar-se mensalmente os mesmos fascículos aos periódicos que também retribuíssem com as suas publicações¹²³.

Os contactos da *Revista Militar* não se limitaram apenas ao território nacional pois estenderam-se além fronteiras, nomeadamente, à imprensa militar espanhola onde em Madrid estabeleceram contactos com *La Revista Militar*¹²⁴, *El Memorial de Ingenieros*¹²⁵ e *El Memorial de Artilleria*¹²⁶. Aliás, a imprensa militar espanhola já vinha a desenvolver-se extraordinariamente nos últimos tempos¹²⁷ de tal modo que os periódicos que nesse país se publicavam em 1860 ascendiam a um número total de 12. Assim, o número total de periódicos militares publicados na Península era de 14,

¹²¹ Idem. Ibidem.

¹²² *Arquivo da Revista Militar*, Livros e Escripuração da Empresa da Revista Militar, 1848, pág. 7.

¹²³ Idem, Ibidem.

¹²⁴ *La Revista Militar*, era um periódico de Arte, Ciência e Literatura Militar. Tinha periodicidade quinzenal. Era uma das melhores publicações da Europa e tratava dos mais diversos assuntos militares. Tinha como seu Director o Brigadeiro D. Eduardo Fernandez San Roman. Redacção, "Bibliografia", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 3, pág. 191.

¹²⁵ O *Memorial de Ingenieros* começou a sua edição em 1845. Publicava-se, mensalmente, em forma de folheto com muitas estampas e era impresso em Madrid. Veja-se Redacção, "Periódicos Militares em Portugal e Hespanha", *RM*, Tomo 12, 1860, n.º 6, pág. 206. Capel Horacio, Prólogo al libro de J. M. Muñoz Corbalán: *Los Ingenieros Militares de Flandres a España (1691-1718)*, 2 vols., Madrid, Ministerio de Defensa, 1993. <http://www.ub.es/geocrit/mun-corb.htm>, 2001, 01, 10.

¹²⁶ *El Memorial de Artilleria* começou a sua edição em 1845. Publicava-se mensalmente em forma de folheto e por vezes com estampas e era impresso em Madrid. Era uma publicação ilustrada composta de artigos na sua grande maioria científicos, originais ou traduzidos do Alemão e de outros periódicos notáveis de outras nações. Sustenta com muito brilho a reputação da Artilharia Espanhola. Veja-se Redacção, "Periódicos Militares em Portugal e Hespanha", *RM*, Tomo 12, 1860, n.º 6, pág. 206.

¹²⁷ Sobre a evolução da imprensa periódica em Espanha no século XVIII e XIX veja-se: Alejandro Pizarroso Quintero, "Evolução Histórica da Imprensa em Espanha", in *História da Imprensa*, Lisboa, Planeta Editora, 1996, pp. 277-304.

contando com os dois que se publicavam em Portugal: A *Revista Militar* e o *Escholiaste Medico*¹²⁸.

Em Espanha publicava-se a *Gaceta Militar* (1851-1852); *La Asamblea del Ejercito* *El Memorial de Ingenieros*, *El Memorial de Artilleria*, *El Memorial de Infanteria*, *El Memorial de Carabineros*, *El Guia del Guardia Civil*, *El Boletin de Administracion Militar*, *El Memorial de Sanidad del Ejercito e Armada*, *La Cronica Naval*, *El Departamento* e *El Mundo Militar*.

Além das permutas com a imprensa periódica espanhola, a *Revista Militar* estabeleceu ainda contactos com a imprensa periódica militar alemã (*Artilleristische Monatshefte*), imprensa periódica militar francesa (*Revue D'artillerie* e *Revue de Cavallerie*), imprensa periódica militar belga (*Revue de L'Armée Belge*) e ainda com a imprensa periódica militar italiana (*Rivista di Artiglieria e Genio* e *Rivista di Cavalleria*).

O Continente Americano, também não foi esquecido, porquanto parece ter havido permuta entre a *Revista Militar* e a imprensa periódica militar americana (*Annual Report of the Secretary of War for the Year* e *Journal of the United States Artillery*), com a imprensa periódica militar peruana (*Boletim del Ministerio de Guerra Y Marina*) e com a imprensa periódica militar brasileira, (*Revista Maritima Brasileira*)¹²⁹.

O Periódico *Revista Militar* inicia as primeiras páginas do seu Tomo XXI, referente ao ano de 1869, afirmando que completa vinte e um anos de existência sem

¹²⁸ “*Jornal dos Facultativos Militares*” começou a publicar-se no dia 1 de Janeiro de 1843. Porém, os acontecimentos políticos de Outubro de 1846 levaram à interrupção desse periódico e quase todos os facultativos do Exército foram obrigados a sair de Lisboa. Voltaria a ser publicado em Outubro de 1847 para, depois, em Junho de 1849, ver a sua publicação interrompida.

Em 1851 sai novamente com o título de *Escholiaste Medico – Jornal dos Facultativos Militares* e em 1855 foi a sua redacção entregue a uma comissão permanente que lhe alterou o título da seguinte forma: O *Escholiaste Medico* – publicado sob os auspícios da *Repartição de Saúde do Exército*.

Este interessante e bem redigido periódico, que tinha por finalidade dar a conhecer tudo o que dizia respeito à classe médica a que se dedicava, publicava-se mensalmente, mas a partir de 1857 passou a publicar-se duas vezes por mês, nos dias 15 e último. Constava de uma folha de 16 páginas em quatro grande. Veja-se Redacção, “Periódicos Militares em Portugal e Hespanha” *RM*, Tomo XII, 1860, n.º 6, pág. 205. José Brandão Pereira de Melo, “Resenha da Imprensa Periódica Militar Portuguesa”, *RM*, 1951, n.º 6, pág. 355. Cfr. Anexo VIII, pp. 145-151.

¹²⁹ No sentido de acompanhar todos os avanços da Ciência que ocorriam por todo o mundo, o periódico a *Revista Militar* apoiou-se nas permutas que fazia com os seus congéneres estrangeiros e que fazem parte do seu espólio, nomeadamente, alemão, italiano, francês, belga, peruano, americano e brasileiro e que segundo as fontes consultadas pensamos terem ocorrido logo desde o início da publicação do periódico e que parecem ter ultrapassado o limite do período em estudo. Estas permutas levam-nos a pensar na possibilidade de existência de redes de periodismo militar de cariz científico, técnico e literário entre a Europa, e o Novo Mundo, América.

quaisquer interrupções e transcrevendo artigos dos mais diversos assuntos, tanto originais como traduções¹³⁰.

O periódico *"tambem nos oferece a vantagem de fazer-nos conhecidos nos paizes estrangeiros, trocando as nossas lucubrações com os excelentes jornaes militares que se publicam na França, Hespanha, Itália e Prussia.*

Graças á imprensa que nos fornece os meios de assim transmitirmos aos nossos contemporaneos e aos vindouros, a história do presente e do passado, e de lembrar que existimos, a paizes que talvez o ignorassem, pois tão pequenos e abandonados estamos"¹³¹.

Nesse mesmo sentido, em 15 de Janeiro de 1887, Mello Breyner escrevia: *"como os outros jornaes celebramos a entrada do novo anno, não com festas e folgares como é isso popular, mas com agradecimentos sinceros aos nossos assinantes, e á imprensa nacional e estrangeira que troca com os nossos os seus jornaes, dando a todos as boas festas e saudações"*¹³². E acrescentava ainda: *"Alem dos jornaes estrangeiros que a empreza possui vae fazer a aquisição de outros mais, para poder dar aos seus assinantes noticias mais variadas e de interesse"*¹³³.

À luz da sua grande divulgação, fomos à procura de alguns sinais exteriores de uma possível rede de leitores pelo país e ilhas, dando particular atenção à *Lista de Assinantes da Revista Militar para o Ano de 1849*¹³⁴. A prévia assinatura de um periódico do género da *Revista Militar* tornava-se, decerto, um meio apropriado e eficaz de fazer chegar um determinado número de notícias diversificadas, e de uma qualidade selectiva ao Portugal letrado e interessado nas novidades técnicas, científicas, literárias, acontecimentos políticos e militares e novidades bibliográficas de Portugal e dos mais diversos países da Europa, Américas e Ásia.

Lisboa, Porto e Coimbra pelo seu desenvolvimento cultural e intelectual, eram os três centros urbanos mais propícios ao aparecimento de publicações periódicas de

¹³⁰ As traduções parecem terem sido uma prática logo desde o início da publicação da *Revista Militar*. Como o número de leitores era muito elevado e não podia adquirir o periódico espanhol *La Revista Militar*, acontecia que a Direcção da *Revista Militar* fazia as traduções e depois publicava-as no seu periódico. Antonio Florencio de Sousa Pinto, "Variedades", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 11, pp. 534-538.

¹³¹ António Florêncio de Sousa Pinto, "1º de Janeiro de 1869", *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º pág. 3.

¹³² António de Mello Breyner, "1877. Revista Militar", *RM*, Tomo XXXIX, 1877, n.º 1, pág. 3.

¹³³ Idem, pág. 4.

¹³⁴ Elaborámos e cartografámos as listas nominais de assinantes com a indicação dos aquartelamentos militares onde estavam colocados os subscritores do periódico. Para essa catalogação recorreremos à *Lista de Assinantes da Revista Militar para o Ano de 1849* e a um diversificado número das *Ordens do Exército* no sentido de localizar geograficamente os locais de residência dos respectivos assinantes. Cfr. Anexo VIII, pág. 152 e Quadro n.º 1, pág. 153.

natureza técnica científica e literária. Todavia, distribuindo os subscritores pelos respectivos centros urbanos de assinatura, podemos verificar que o mapa da distribuição referencia diferente importância para os centros urbanos tidos como mais importantes noutros contextos. Assim, ao analisarmos a figura 1, relativamente à *Revista Militar* constatamos que as cidades de Lisboa, Porto e Chaves, surgem como os principais centros polarizadores de leitura deste periódico. A primeira, como grande centro polarizador de assinaturas com 312 assinantes, a segunda com 65 e a terceira com 30. Podemos ainda verificar que existe uma grande discrepância em termos de assinantes entre Lisboa, Porto e Chaves o que poderá estar relacionado com o desenvolvimento cultural desta última bem como com o número de aquartelamentos militares.

Observando o mapa da distribuição de assinantes relativa ao periódico *Revista Militar*, verificamos que ela se encontra distribuída por localidades onde se encontravam aquartelamentos militares. Lisboa, capital do Reino e centro principal de divulgação de cultura, contém o maior número de assinantes: 315. Este número tão elevado de assinantes pressupõe um número ainda maior de leitores porquanto alguns dos assinantes eram entidades colectivas e organismos de dinamismo cultural frequentados por um grande número de indivíduos. Haveria o efeito de multiplicação de leitura realizado por instituições de ensino militar e civil – Escola do Exército, Colégio Militar, Escola Naval, Escola Veterinária Academia das Ciências de Lisboa e Grémio Literário.

O Porto aparece-nos como o segundo maior centro de divulgação do periódico com 65 assinantes, uma vez que também esta cidade se encontrava em condições propícias à divulgação do periódico sendo o segundo centro de divulgação de cultura do país e também com mais unidades militares.

Observando o mapa cartografado e seguindo todo o espaço geográfico a Norte do Rio Douro podemos constatar vários núcleos de assinantes, estabelecendo-se uma ordem decrescente de número de assinantes para os diferentes centros populacionais, Porto e Chaves (com 65 e 30 assinantes), Braga, Bragança e Vila Real (21 e com 18, e 18 assinantes) e Valença do Minho e Viana do Castelo (com 13 e 5 assinantes) o que corresponde a um somatório de 170 assinantes.

Importa também referir que outros núcleos de leitores estavam localizados entre o Rio Douro e o Rio Tejo. Nesta mancha cartográfica podemos verificar que para além da capital como o grande centro de divulgação nacional de assinantes da *Revista*

Militar, onde o periódico foi idealizado e preparado pelos seus fundadores¹³⁵, surgenos ainda Guarda e Aveiro (com 24 e 17 assinantes), Castelo Branco e Viseu (com 16 e 13 assinantes), Lamego e Leiria (com 12 e 4 assinantes) e, finalmente, Torres Novas (com 1 assinante), totalizando estes oito núcleos 402 assinantes¹³⁶.

A Sul, seguindo o itinerário do Rio Tejo até à fronteira, podemos encontrar núcleos de assinantes na zona interior do Alentejo, Beja e Elvas (com 29 e 21 assinantes), Lagos e Faro (com 14 assinantes) e Setúbal e Vila Viçosa (com 12 assinantes) e Tavira e Évora (com 8 e 5 assinantes) constituindo um somatório de 115.

Assim, podemos verificar que a orientação de dispersão dos leitores da *Revista Militar* se processava a partir de Lisboa, capital do reino, centro do poder que tinha um movimento periodístico mais intenso. A capital era um polo de atracção cultural, para lá afluíam intelectuais para frequentarem os aparelhos de sociabilidade, ocuparem cargos políticos ou esperarem por uma oportunidade. Era aí onde se encontrava uma grande parte dos intelectuais,¹³⁷ maior centro divulgador do território nacional e o local onde era imprimida.

Na região centro e norte os focos de leitura do periódico estão mais dispersos e, portanto, chegam a um maior número de assinantes de toda a região. A sul do Rio Tejo e excluindo Lisboa e Setúbal existem dois núcleos concentrados de focos de leitura: um em Elvas, Vila Viçosa, Évora e Beja e outro no litoral algarvio em Portimão Faro e Tavira.

Analisando os locais onde o periódico era recebido, aqueles coincidem com importantes aquartelamentos militares de então. Embora as assinaturas fossem individuais eram enviadas para as unidades militares onde os seus assinantes prestavam serviço. Olhando ainda para o mapa importa perguntar o porquê da ausência de assinantes em Coimbra, sabendo-se que havia aí unidades militares bem como militares a frequentar a Universidade e sendo ainda Coimbra um importante centro de divulgação de cultura.

¹³⁵ Embora a *Revista Militar* tivesse sido idealizada e imprimida em Lisboa na Imprensa Nacional, não nos podemos esquecer que a sua ligação ao Norte do País, nomeadamente, ao Porto, Serra do Pilar, é muito forte, pois decorria o ano de 1847 quando Fontes Pereira de Mello aí se reuniu com alguns oficiais para tratarem da fundação da *Revista Militar*. Para um estudo mais aprofundado veja-se Carlos Gomes Bessa, "O Porto, a Serra do Pilar e a Fundação da Revista Militar", *RM*, n.º 12, 1999, pp. 1983-1990.

¹³⁶ Cfr. Anexo VIII, Quadro 1, pág.176.

¹³⁷ Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, "Possibilidade de Formação em Portugal", in *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, L.da, 1988, pág.70.

No entanto, tivemos que considerar que 100 dos subscritores para todo o ano de 1849 surgem sem qualquer localidade identificadora o que, de acordo com a lista que utilizamos correspondia a um número importante de leitores, pois 34 são Oficiais Generais, 12 Oficiais Reformados, 14 Reformados e 40 com referência apenas ao seu nome o que nos leva a crer que serão assinantes civis. Porém, podemos colocar a hipótese de a maior parte desses assinantes, nomeadamente, os Generais e civis estarem sediados na capital.

Face ao exposto, importa colocar uma questão que nos parece ser de grande relevância: a que se deve o sucesso da *Revista Militar* como veículo de difusão de conhecimentos úteis por todo o país?

Pensamos que a grande importância do periódico como veículo de difusão de conhecimentos técnicos, científicos e literários não está apenas relacionado com as leis que desde o liberalismo permitiram difundir livremente a imprensa periódica e com ela os conhecimentos técnicos e científicos. Outros factores devem ser tidos em consideração: a Revolução Liberal que permitiu a divulgação de ideários que desde finais do século XVIII se vinham afirmando, um grupo de intelectuais *intelligenza vintista* enquanto modelo cultural saído de várias instituições de cultura (a sociabilidade académica, a Universidade de Coimbra, os círculos de formação técnica e científica, os currículos militares e as Academias da Marinha e do Exército)¹³⁸, as leis democráticas sobre o ensino a partir de 1832, que estabeleceram a liberdade e gratuidade do ensino, a reforma da instrução primária de Rodrigues da Fonseca Magalhães do Setembrismo, relacionadas com o ensino secundário e técnico que levaram à redução do analfabetismo e conseqüentemente à elevação do nível médio da cultura. Segundo José Tengarrinha outro aspecto que devemos ter em conta é o da legislação que regula os sufrágios, que restringiam ou alargavam o número de eleitores que participavam na eleição para a Câmara de Deputados. Adianta ainda o mesmo autor que quanto maior era o número de indivíduos que participavam na vida política nacional, maior era o seu empenhamento nos acontecimentos da sociedade portuguesa¹³⁹.

¹³⁸ Maria de Fátima Nunes, "O Publicismo e a Difusão dos Conhecimentos Úteis", in *História de Portugal Contemporâneo – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. João Medina, Amadora, Edição e Promoção do Livro, L.da, 1993, pp. 319-328. Veja-se ainda Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, "Possibilidade de Formação em Portugal", in *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, L.da, 1988, pp. 86-95.

¹³⁹ José Tengarrinha, "Os Primórdios", in *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª Edição, Lisboa, Editorial Caminho, SA, 1989, pp. 52-56.

Assim, podemos considerar que o sucesso da *Revista Militar* como veículo de difusão de conhecimentos técnicos, científicos está inteiramente relacionado com o aumento do número de leitores que começou a verificar-se sensivelmente a partir de 1836 e com a instauração do regime democrático estabelecido a partir da Revolução de Setembro. O desenvolvimento da imprensa militar, particularmente da *Revista Militar* na segunda metade do século XIX, coincide inteiramente com o desenvolvimento da imprensa periódica civil, daí não podermos fazer essa abordagem de forma isolada, mas sim, no âmbito do movimento periodístico português de todo o século XIX.

Atendendo às instituições militares e civis e ainda aos subscritores singulares que recebiam o periódico, podemos considerar que estamos perante a criação de um corredor de leitura que levava por todo o país os mais recentes avanços no domínio da técnica, da ciência e da literatura.

Nota Explicativa da Figura 1

Na figura um não são cartografados os subscritores cujo local de origem se localizava fora de Portugal Continental, (Ultramar 14). Excluimos também os assinantes de Espanha, (Madrid 3). O maior número de subscritores 100 não apresentava indicação de localidade. Porém, atendendo às graduações militares de uns e aos títulos aristocráticos de outros ou ainda aos cargos públicos desempenhados podemos inferir que se tratavam de possíveis leitores de Lisboa.

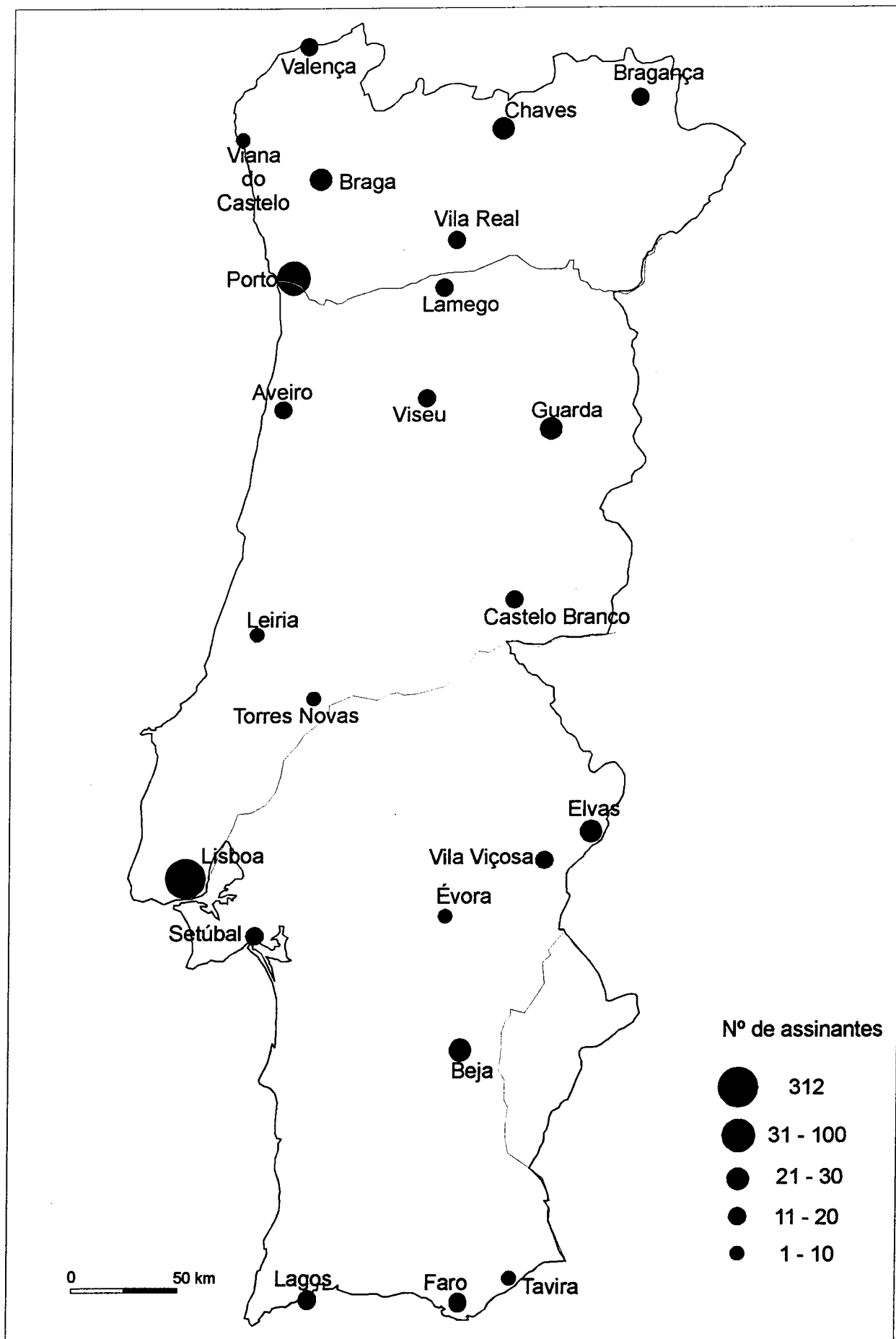


Fig.1. Representação gráfica dos Assinantes da *RM* referente ao ano de 1849.

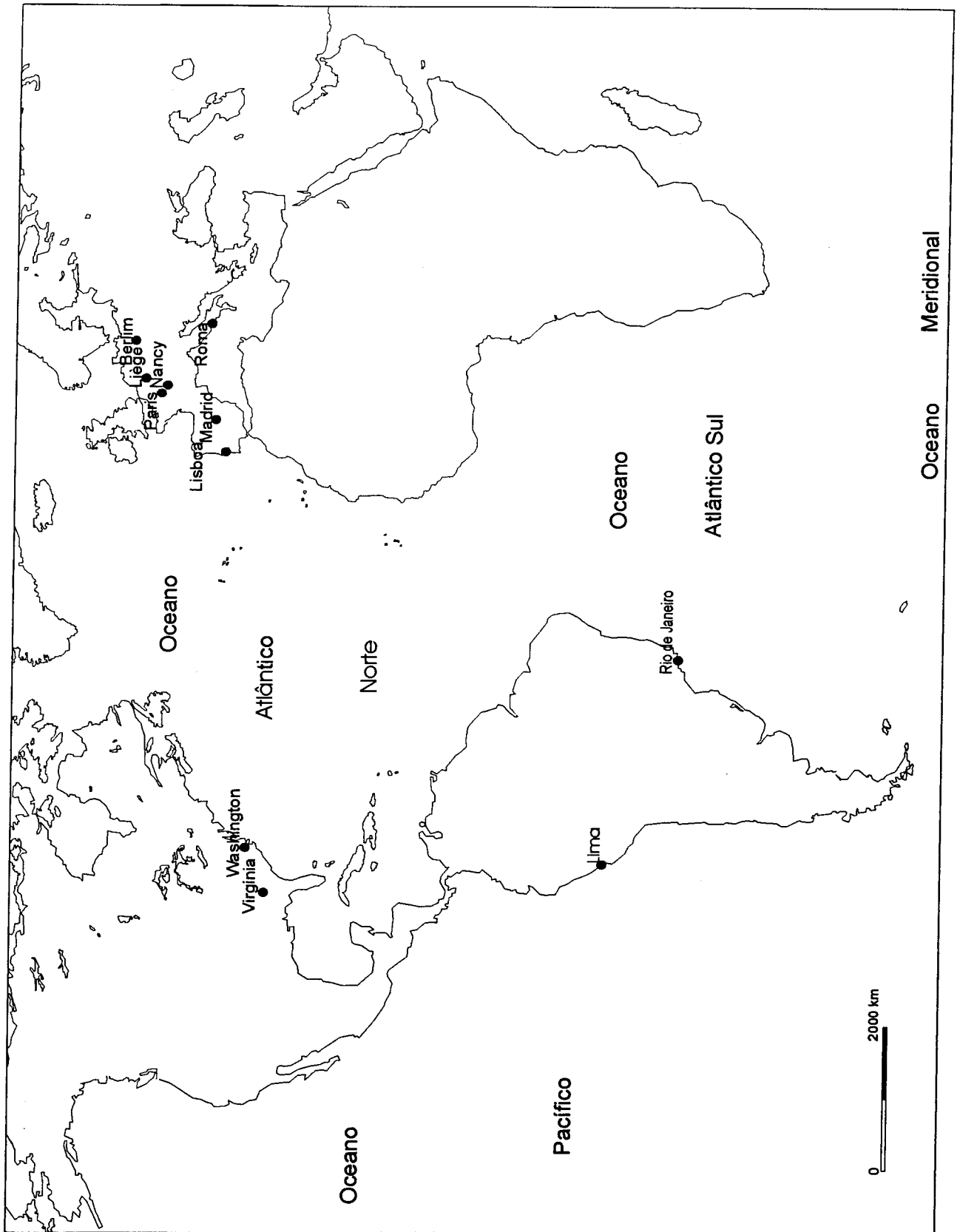


Fig. 2. Representação gráfica da rede de permutas da RM com as suas congéneres entre 1849 e 1910.

Capítulo 2

Ciência Cultura e Sociedade

1º Andamento: temas e discursos de saber científico 1849 – 1861

A *Revista Militar* iniciou a sua publicação com a Introdução de um dos seus fundadores, José Maria de Fontes Pereira de Mello, onde este começou por referir *“que o seculo em que vivemos tende, sem dúvida, a consumir o grande pensamento humanitario, que tem por baze o predomínio da intelligencia sôbre a fôrça. Todos os homens pensadores, todos os corações generosos se congregam hoje para melhorar a sorte de seus irmãos na sociedade; é uma cruzada civilizadora, em que se alistam quantos querem sinceramente o bem do maior numero”*¹⁴⁰.

Depois daquelas palavras o autor passa a revelar a importância do contributo das Ciências e das Artes no desenvolvimento das sociedades durante a primeira metade do século XIX e remete para um momento mais afastado aqueles que por ambições estereis se envolveram nas mais sangrentas lutas. *“A indole do seculo está marcada nos quasi cincoenta annos, que já lá vão, e durante os quaes se tem devido mais ás sciencias e ás artes, do que em centenas de outros, consumidos, pela maior parte, na lucta sanguinolenta de ambições estereis. Os barcos a vapôr, os caminhos de ferro, e os telegraphos electricos, são tres grandes padrões, que uma mesma geração levantou para si, e com que honrou para sempre o seculo a que pertenceu”*¹⁴¹. Ainda a propósito das palavras de Fontes Pereira de Mello, o *Farol* – periódico de instrução e recreio publicava numa das suas páginas, *“felizmente o jomal compreendeu a situação intelectual do país, e não veio com as pretensões estupidamente literárias de um ou dois jomais científicos, que ai grasnam, manchar a honrada família das publicações periódicas de Portugal. Notabilizou-a pelo contrario. Tem uma introdução escrita pelo Sr. Tenente Fontes, em que com a decencia própria do escritor militar, e com um estilo, por vezes terso e varonil se rebatem os orgulhos deslocados, e as exageradas pretensões dos homens-máquinas da classe militar”*¹⁴².

¹⁴⁰ António Maria de Fontes Pereira de Mello, “Introdução”, *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, pág. 5.

¹⁴¹ Idem, pág. 6.

¹⁴² “De Algumas Revistas”, *RM*, vol. 100, 1849, n.º 12, pág. 828.

Fontes Pereira de Mello procurou demonstrar o contributo de cada uma das Ciências na eficácia das actividades do Exército e da Marinha e da importância particular dos Engenheiros Navais que, para exercer a sua especialidade, necessitavam do poderoso auxílio das Ciências Exactas. Os bons resultados obtidos pelas instituições militares não são apenas fruto da estratégia e da tática, mas também do contributo eficaz de todos os outros ramos da Ciência. *“O conhecimento exacto do terreno em que deve manobrar um exercito, é indispensável ao general que o commanda; e são os officiaes de engenheiros e estado-maior que, segundo as mais modernas organizações militares preparam as plantas topographicas, descendo desde as mais altas considerações geodesicas até aos trabalhos praticos de campo; são ainda os engenheiros que, conforme os principios geometricos applicados, levantam as fortificações, as defendem, (...). Aplicam a machanica á construção das obobedas (...). A physica ensina-lhes as propriedades dos corpos que, se empregam nas construcções e machinas; a chymica allumia-os na analyse dos solidos e fluidos (...). O conhecimento da mineralogia é util nas fundições; o da botanica nas obras de construção - todas estas sciencias se prendem mutuamente, e todas interessam (...)”*¹⁴³.

As diversas Ciências não podem ser consideradas isoladamente porquanto todos os conhecimentos se podem relacionar entre si, mostrando que a Ciência é uma só todavia a inteligência humana tem necessidade de definir objectos de estudo mais restritos para que a possa abranger na sua totalidade: *“Não se conhecem hoje sciencias completamente independentes: as idéas são concatenadas por tal fórma, que todos os conhecimentos humanos se prestam reciprocamente um auxilio mutuo, e efficaz; por mais remotos; que parençam entre si dous ramos de saber diversos, lá se póde estabelecer a corrente successiva das idéas, com que se ligam e se abraçam finalmente. É porque a sciencia é uma só, mas a intelligencia humana é muito limitada para a abranger e estudar complexamente. Formaram-se grupos de idéas connexas, e brotaram innumerous ramos d'esta immensa arvore do bem e do mal, mas todos ligados ao tronco, mais ou menos remotamente. A arvore é dominio da especie, em quanto que a mais robusta intelligencia de homem mal póde abranger um só ramo. Não ha superioridade entre elles - todos são filhos da mesma mãe, e vegetam alimentados pela mesma seve”*¹⁴⁴.

¹⁴³ António Maria de Fontes Pereira de Mello, “Introdução”, *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, pág. 12.

¹⁴⁴ Idem, pág. 7.

À imprensa periódica, a quem o autor também atribui uma enorme importância, cabe a missão de levar a todos a instrução de que carece toda a civilização, enriquecendo o público com as suas produções e criando o gosto pela leitura e pela escrita. Na imprensa, *“com as armas do raciocínio, no campo da imprensa livre, combatem-se antigos prejuizos, diffunde-se a instrucção, deffinem-se os interesses legitimos, e trabalha-se com affan em todos os melhoramentos, que importam verdadeiramente ao bem-estar da especie humana. Quaesquer que sejam os devaneios que, no meio do excitamento das paixões, possam, porventura, apparecer perturbando este grande fim, nem por isso a sociedade tende menos ao seu aperfeiçoamento”*¹⁴⁵. Cumpre ainda à Imprensa *“crear prosélytos n’esta seita propagadora da instrução, cumpre animar os tíbios, e convencer os incrédulos; cumpre, além d’isso, tomar a ignorancia menos crassa, diffundir as idéas geraes elementares pelas grandes massas, e proporcionar aos engenhos mais curtos as noções indispensaveis nos variados ramos ou profissões, em que a sociedade se divide”*¹⁴⁶.

Neste âmbito, é com estas palavras que o autor procura justificar o aparecimento daquele periódico militar cuja especificidade se centra nas actividades militares e na instrução adequada e geral de que o Exército, à semelhança de outras instituições civis, tanto necessitava depois das violentas lutas travadas ao longo de toda a primeira metade do século XIX.

Pela relação estreita que se estabelece entre os vários conhecimentos científicos e a instituição militar e a sociedade civil, a publicação periódica técnica, científica e literária ocupa um espaço importante pela sua função de acompanhar momento a momento o progresso contínuo das Ciências e das Artes nos seus mais diversos domínios do saber e simultaneamente difundir esse mesmo saber politécnico pela Instituição Militar e pelo país.

Como tivemos oportunidade de verificar o autor enaltece o contributo das Ciências no melhoramento das instituições militares. Debruçou-se, ainda, com especial relevância, sobre o papel que as publicações periódicas especializadas podem desempenhar na divulgação e enriquecimento dos conhecimentos científicos e no desenvolvimento do país.

Embora se trate de uma publicação técnica, científica, literária e pedagógica, o autor adoptou um discurso literário e filosófico recheado de recursos estilísticos,

¹⁴⁵ Idem, pág. 5.

¹⁴⁶ Idem, pág. 6.

linguagem subtil e rebuscada, característica da corrente romântica. O texto da introdução conduz-nos através de um pensamento científico e filosófico e de grande expressividade como forma de enaltecimento das Ciências, das Artes e da Imprensa no progresso e desenvolvimento da Humanidade.

Dada a natureza do discurso utilizado, importa-nos colocar a seguinte questão: quais as razões que levaram o autor a adoptar esse discurso? Pensamos que a adopção do mesmo está relacionada com o facto do autor pretender justificar a criação do periódico para uma das instituições de maior prestígio (e que tanto carecia dele), com a própria legitimação que Fontes Pereira de Mello pretendia que esse mesmo periódico, *Revista Militar*, viesse a adquirir não apenas na Instituição Militar mas também na Sociedade Civil e, ainda, com o discurso romântico característico do ambiente social e cultural de então. O texto inaugural do periódico tem um carácter programático: divulga as características, os princípios e os objectivos da publicação que se inicia e refere os argumentos que a justificam e os motivos que a impelem.

Após a introdução, e ao folhearmos as muitas páginas do Tomo I da *Revista Militar*, encontramos as áreas temáticas que de uma forma directa ou indirecta interessavam aos militares profissionais estudiosos de então e à sociedade civil. Constituem-no 67 artigos distribuídos de acordo com a seguinte tipologia: 7 «Técnicos e Científicos», 16 «Sociedade e Humanidades», 3 «Letras e Arte», 1 «Política e Administração Pública» e 40 «Corpos, Batalhões e Repartições»¹⁴⁷.

Entre os «Técnicos e Científicos» salientamos, no que refere à Geodesia, o estudo efectuado pelo Tenente Coronel Baeyer em 1847 sobre *Base Geodesica – Medida nas Proximidades de Bonn*. Este estudo revestia-se de grande importância do ponto de vista científico, já que permitia o levantamento topográfico mais rápido e perfeito dos territórios. Portugal, na altura, era dos poucos países da Europa que ainda não possuía este estudo, daí ter sido recomendado ao governo e às cortes, porquanto permitiria acelerar o levantamento da carta topográfica do país¹⁴⁸.

O artigo sobre topografia – *Ensaio sobre a Theoria do Relevo dos Terrenos* - exprime a necessidade de descrever correcta e universalmente o relevo dos terrenos. A descrição verbal dos mesmos exigia uma linguagem técnica apropriada que era muito reduzida em Portugal. Na forma de representação dos terrenos por desenhos ocorriam muitos erros que eram originados pela extrema dependência entre o observador e o observado. Para evitar esses erros, os geógrafos fixaram uma

¹⁴⁷ Cfr., Anexo IV, Quadro n.º 1, pág. 135.

terminologia referente a cada ideia de observação dos terrenos que depois seria aplicada aquando da sua representação¹⁴⁹.

Na temática «Sociedade e Humanidades», de entre outros, analisámos o artigo sobre ensino - *Escolas Regimentais*¹⁵⁰ - cujo objectivo era instruir os militares portugueses e, conseqüentemente, elevar o nível de qualidade do serviço militar. Pretendia-se com este ensino que os militares aprendessem a ler, escrever, contar, conhecer elementos gerais de aritmética, sistema métrico, pesos e medidas legais, desenho linear, gramática de língua, moral e doutrina cristã. Nesta instrução primária foi adoptado o método de ensino mútuo, ou de *Lancaster*, metodologia de vanguarda na Europa, uma vez que era o mais económico e que permitia um só mestre e progressos com rapidez num período de tempo mais reduzido. Ainda no âmbito desta temática referimos o artigo sobre História de Portugal, *a Memoria sobre a Campanha de 1762 em Portugal*, pelo Marechal Conde de Schaumbourg-Lippe, onde o seu autor começa por descrever a ocupação das localidades de Miranda, Bragança, Chaves e Torre de Moncorvo pelas forças inimigas espanholas na Primavera de 1762 e a sua retirada forçada pelas tropas portuguesas momentos depois dessa ocupação. Seguidamente descreve de forma pormenorizada toda a campanha militar fronteiriça das Beiras e do Alto e Baixo Alentejo¹⁵¹.

Nas «Letras e Arte», as resenhas bibliográficas regularmente publicadas nos primeiros fascículos funcionavam como um importante meio de divulgação de um

¹⁴⁸ Veja-se M. "Base Geodesica – Medida nas Proximidades de Bonn", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 6, pág. 356-361.

¹⁴⁹ José Maria das Neves Costa, "Topographia – Ensaio sobre a Theoria do Relevo dos Terreno", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, pp. 47-53; n.º 2, pp. 65-73; n.º 7, pp. 396-403; n.º 8, pp. 451-459; n.º 10, pp. 582-590; n.º 11, pp. 613-621 e Tomo II, 1850, n.º 1, pp. 9-16; n.º 7, pp. 311-318; n.º 9, pp. 409-416; n.º 10, pp. 455-662; Tomo III, 1851, n.º 1, pp. 11-16.

¹⁵⁰ As Aulas Regimentais surgiram em primeiro lugar na Escócia, tendo sido divulgadas em 1815 pelo Duque de York a todos os regimentos militares. Veja-se João Carlos da Silva, "Escolas Regimentais", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 4, pp. 226-229; n.º 5, pp. 291-297. Em Portugal as Escolas de Primeiras Letras ou Aulas Regimentais foram criadas em todos os corpos do Exército em 1816 e foram frequentadas por militares, filhos de militares e paisanos. Foram destacadas para os vinte e quatro Regimentos de Infantaria, doze Batalhões de Caçadores, doze Regimentos de Cavalaria, quatro de Artilharia, Corpo da Guarda Real da Polícia de Lisboa, Arsenal do Exército, Brigada Real da Marinha e Real Cordoaria. A abertura destas escolas realizou-se a 1 de Janeiro de 1817 e em Dezembro do mesmo ano encontravam-se em funcionamento 50 das 55 previstas. Devido ao encargo financeiro que representavam para o Estado, encerraram no dia 17 de Abril de 1823, alguns dias antes da Abrilada. Em 1837 voltariam a reabrir sob acção de Sá da Bandeira, contribuindo durante muito tempo para a alfabetização do Exército e do País. Veja-se Ana Isabel Seixas, "O Ensino de Primeiras Letras no Exército Português: 1815 – 1823", in *História Militar de Portugal no Século XIX*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1993, pp. 191-218.

¹⁵¹ Veja-se Schaumbourg-Lippe, "Memoria sobre a Campanha de 1762", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 3, pp. 182-187; n.º 7, pp. 427-432; n.º 9, pp. 536-545; n.º 12, pp. 701-710.

grande número de publicações nacionais e estrangeiras dignas de relevo. Na publicação dessa bibliografia encontramos, além de obras de carácter que podemos designar de puramente militar, outras ainda que dizem respeito às mais diversas áreas científicas: Engenharia Civil, Engenharia Naval, Engenharia Militar, Memórias da *Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Viagens Científicas, História de Portugal e Universal e Política Nacional e Internacional¹⁵². Ainda nesta temática o artigo Necrologia do Tenente-General Bartholomeu da Costa prestou grande contributo ao bem público¹⁵³.

Na «Política e Administração Pública», considerámos a tradução do artigo da *United Service Gazette* por António Xavier Palmeirim que versa sobre a problemática do emprego dos oficiais e soldados do Exército Prussiano em cargos civis a que o mesmo periódico deu particular importância, defendendo idêntico procedimento em Inglaterra. *Entendia* o periódico que prática tão liberal difundia o espírito militar por todo o país, o estudo da respectiva ciência tão necessária à instrução dos cidadãos bem como o desenvolvimento e progresso da nação inglesa¹⁵⁴.

Na introdução ao fascículo n.º 12, Tomo I do periódico *Revista Militar*, consta uma reflexão ao primeiro ano de publicação, onde a *Direcção* do periódico refere que procurou não sair dos limites impostos pelo estatuto da *Empresa da Revista Militar*, respeitando as diferentes conveniências sociais e militares de modo a não ofender justas susceptibilidades e a fortalecer os laços da disciplina no Exército.

A necessidade de publicar o avultado número de artigos dos seus colaboradores, tanto efectivos como officiosos, bem como o desejo de criar o hábito de escrever entre os jovens oficiais, levou a que no primeiro ano de edição não se transcrevessem dos periódicos militares estrangeiros, quer integralmente quer por

¹⁵² Veja-se: Redacção, "Bibliographia", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, pp. 54-56; n.º 2, pp. 113-114; n.º 3, pp. 191-192; n.º 4, pág. 253; n.º 5, pág. 311, n.º 6, pp. 379-380; n.º 7, pp. 440-441; n.º 11, pp.656-658.

¹⁵³ Assim releváramos algumas das suas invenções e funções públicas: foi ele que inventou a maneira de fundir e alterou a liga de metal das bocas de fogo até então usada, mandou construir fornos próprios para as fundições que não existiam e fez reparações nas já existentes e que até aí tinham esperado pelo seu génio empreendedor, inventou uma máquina para torear peças e outra para torear os munhões bastante avançadas em relação aos conhecimentos científicos e tecnológicos daquele tempo, realizou com sucesso a fundição da estátua de D. José I, fundida de um só jacto e com grande perfeição, inventou o cubículo ou cubímetro para medir com exactidão os moldes da estátua e criou uma máquina para retirá-la da cova onde foi fundida e transportá-la para cima de um carro. Para além de todos esses inventos, foi nomeado superintendente das ferrarias de Tomar e de Figueiró e do engenho da Foz d'Alge e ainda de todas as minas de carvão de pedra do reino. António Florencio de Sousa Pinto, "Necrologia – Bartholomeu da Costa", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 4, pp. 230-235.

excertos, vários artigos de interesse geral e da organização das instituições militares das principais nações europeias¹⁵⁵.

Podemos dizer que as dificuldades para a *Revista Militar* nasceram logo no próprio dia da sua fundação. No Tomo I encontramos um eloquente período que revela precisamente essa situação: “a única utilidade (e não a refutamos pequena) que a Empresa da Revista tira da publicação deste periodico, é a satisfação de ver preenchida uma lacuna que nos deslustrava, a de não haver em Portugal um jornal militar; mas é justo que se saiba que esta utilidade está sendo obtida à custa de bem penosos sacrificios, não só pecuniários, porque todos os sócios da empresa se acham no desembolso de quantias que não teem esperança de receber, mas sobrê tudo de tempo porque os officiais que teem formado a direcção que hoje acaba e os que vão constituir a do ano de 1850, estão muitíssimo pensionados com as obrigações diárias dos respectivos serviços nas repartições e corpos a que pertencem; de modo que, se não a animara o desejo de ver difundir por mais este meio a instrução no exercito, a empresa, ou não se teria formado, ou já se haveria dissolvido”¹⁵⁶. O que vem ao encontro da análise material e das deambulações que se efectuaram para as tipografias.

A *Revista Militar* regista, no seu segundo ano de edição, 45 artigos distribuídos pelas seguintes tipologias: 6 «Técnicos e Científicos», 7 «Sociedade e Humanidades», 7 «Letras e Arte», 5 «Política e Administração Pública» e 20 «Corpos, Batalhões e Repartições»¹⁵⁷. Atendendo a estes valores, verificamos que no Tomo II ocorreu uma diminuição do número de artigos publicados nas temáticas «Técnicos e Científicos», «Sociedade e Humanidades» e «Corpos, Batalhões e Repartições», ao contrário das temáticas de «Letras e Arte» e «Política e Administração Pública» que registaram um aumento no seu número¹⁵⁸. Em termos gerais, constatamos uma diminuição dos artigos publicados em relação ao Tomo I, diminuindo o seu número de 67 para 45¹⁵⁹.

À semelhança do seu primeiro ano de edição, a *Revista Militar*, iniciou o Tomo II com uma introdução onde a *Direcção da Empresa da Revista Militar* começou por referir a lacuna de não existir, na imprensa portuguesa, um periódico técnico, científico e literário dirigido ao estudo e ilustração da classe militar pois, aos militares não se

¹⁵⁴ António Xavier Palmeirim, “Reflexões Sobre o Emprego de Officiaes nos Cargos Civís”, *RM*, Tomo I, 1849, n.º 2, pp. 108-112.

¹⁵⁵ Empresa da Revista Militar, “Introdução ao Presente Numero”, *RM*, Tomo I, 1849, n.º 12, pág. 670.

¹⁵⁶ Idem, pp. 669-670.

¹⁵⁷ Cfr. Anexo IV, Quadro n.º 1, pág. 135.

¹⁵⁸ Idem, *Ibidem*.

requeria apenas a bravura no campo de batalha, mas antes era indispensável o estudo e o saber em situações que exigiam algo mais do que o simples automatismo¹⁶⁰. A *Direcção* finaliza a sua introdução solicitando ajuda para que a *Revista Militar* possa tornar-se uma publicação indispensável para a Instituição Militar e desenvolvimento técnico e científico do país.

Debruçando-nos sobre a análise temática relativa ao Tomo II, começamos por nos referir a alguns dos artigos no domínio da técnica e da ciência e, que permitem estabelecer ligação entre a Instituição Militar e a Sociedade Civil. Entre outros, destacamos o artigo sobre *Hydrographia* onde se relatam todos os trabalhos necessários ao conhecimento do plano hidrográfico da barra do Tejo e porto de Lisboa, executados pela primeira vez pelos primeiros tenentes da Armada Francisco Maria Pereira da Silva¹⁶¹ e Caetano Maria Batalha¹⁶² obedecendo aos mais modernos métodos científicos que podemos colocar ao nível dos melhores planos hidrográficos executados em Inglaterra, França e Espanha¹⁶³.

O estudo *Considerações sobre a Ophthalmia, que tem Grassado em Differentes Corpos do nosso Exercito* refere diversas considerações sobre a oftalmia que se alastrava de forma epidémica no *Regimento de Granadeiros da Rainha* e por algumas praças de outros corpos da guarnição de Lisboa e mesmo fora dela. Tomou tais proporções que levaram o cirurgião António Gomes do Valle¹⁶⁴, facultativo militar, a

¹⁵⁹ Idem, *Ibidem*.

¹⁶⁰ Empresa da Revista Militar, "Introdução", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 1, pág. 6.

¹⁶¹ Francisco Maria Pereira da Silva terá nascido em Lisboa por volta do ano de 1813, foi chefe da Secção Hidrográfica da Comissão responsável pelos trabalhos geodésicos do Reino e outras comissões de serviço marítimo. Capitão tenente da armada e Engenheiro Hidrográfico. Concluiu o curso da Academia Real da Marinha em 1832. Publicou várias obras de carácter científico. Innocencio Francisco da Silva, "Francisco Maria Pereira da Silva", in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo II, MDCCCLIX, pág. 465. Idem, "Francisco Maria Pereira da Silva", in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo IX, MDCCCLIX, pág. 338.

¹⁶² Caetano Maria Batalha nasceu em Lisboa no ano de 1810 e aí faleceu em 1881. Foi engenheiro hidrógrafo e contra Almirante na Marinha. Frequentou o Colégio dos Nobres e Academia de Marinha. Fez parte da Comissão dos Trabalhos Geodésicos do Reino em 1836 e organizou os trabalhos corográficos do Reino em 1856.

¹⁶³ Veja-se Francisco Maria Pereira da Silva; Caetano Maria Batalha, "Hydrographia", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 6, pp. 261-276.

¹⁶⁴ Antonio Gomes do Valle nasceu em Lisboa a 16 de Novembro de 1819, cirurgião médico pela Escola de Lisboa e cirurgião do Exército, Membro da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. Publicou vários estudos sobre diferentes aspectos da medicina prática. Além disso, colaborou no *Cosmorama Litterario*, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa* e no *Jornal dos Facultativos Militares* entre outros. Faleceu no Porto a 9 de Julho de 1869. Veja-se Innocencio Francisco da Silva, "Antonio Gomes do Valle", in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo, VIII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXVII. Idem, "Antonio Gomes do Valle", in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo, XX, Lisboa, Imprensa Nacional, MCMXI.

proceder à sua observação de forma a detectar as causas que estiveram na sua evolução e propagação. Procedeu, ainda, à avaliação dos sintomas, do grau de intensidade e manifestação esporádica ou epidémica, carácter leve ou grave, comparando-a com estudos sobre outras ophthalmias que tinham grassado endémica e epidemicamente por outros países Europeus como a França, Alemanha e Bélgica¹⁶⁵.

Na temática «Sociedade e Humanidades», o artigo sobre História de Portugal, *Apontamentos para a História e Descrição das Fortalezas que Defendem a cidade de S. Paulo da Assumpção de Loanda. – Escripto em 1846*. Começa por nos falar dos contactos dos enviados pelo Rei do Congo a Portugal a fim de estabelecerem comércio e amizade com o monarca português e das diligências levadas a efeito pela Rainha D. Catarina, Regente do Reino, e momentos depois por D. Sebastião no sentido de estabelecer esses contactos comerciais. O artigo revela-nos ainda as memórias das fortalezas de São Miguel, São Francisco do Penedo e Forte de São Pedro pelo papel desempenhado na defesa, povoamento e desenvolvimento da cidade de São Paulo de Assumpção¹⁶⁶.

Nas «Letras e Arte», as resenhas bibliográficas publicam os títulos de algumas obras recentes nacionais e estrangeiras dignas de referência pela sua natureza literária e valor técnico e científico e a necrologia de Gregorio Nasiazeno do Rego¹⁶⁷.

Ainda dentro desta temática, são de grande complexidade literária os dois poemas *Três dias depois de um Combate*¹⁶⁸. No que concerne ao primeiro poema, o poeta promete não deixar esquecer aqueles que morrem nas batalhas. O seu valor literário reside nos recursos estilísticos de que o poeta faz uso para engrandecer o sentimento que deveria ser de todos nós. Inverte a ordem sintáctica da frase, usa metáforas, personificações, comparações e imagens. O segundo poema demonstra o esquecimento votado aos que heroicamente caem em combate. Em termos estilísticos recorre-se a figuras em muito semelhantes ao anterior. Igualmente digno de destaque é a expressão de sentimentos em versos soltos à morte do Brigadeiro Barão de

¹⁶⁵ Cfr., António Gomes do Valle, "Hygiene Publica – Considerações sobre a Ophtalmia que tem Grassado em Differentes Corpos do nosso Exercito, e Particularmente no Regimento de Granadeiros da Rainha", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 2, pp. 96-103.

¹⁶⁶ Francisco Xavier Lopes, "Apontamentos para a História e Descrição das Fortalezas que Defendem a Cidade de S. Paulo da Assumpção de Loanda – Escripto em 1846", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 2, pág. 83-95.

¹⁶⁷ Gregorio Nasiazeno do Rego, nasceu a 9 de Maio de 1918 e faleceu a 22 de Novembro de 1850. Engenheiro de Marinha e lente da Escola Polytechnica e Naval. António Ladislau da Costa Camarate, "Gregorio Nasiazeno", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 12, pp. 575-577.

¹⁶⁸ Idem, "Tres Dias Depois de Um Combate", *RM*, Tomo, II, 1850, n.º 1, pág. 36.

Almofalla¹⁶⁹, António José da Silva Leão, onde se enaltece toda a sua dedicação ao desenvolvimento e progresso do país.

Na «Política e Administração Pública», pela sua sugestão, salientamos os artigos: *Serão os Exercitos Permanentes Incompatíveis com a Liberdade Civil e Política?* e *o Ultra Liberalismo, os Exercitos e a Sociedade*, ambos os artigos traduções da *La Revista Militar*¹⁷⁰ Espanhola com a qual a *Revista Militar* mantinha cordiais contactos, nomeadamente, com o seu Presidente de Direcção, Brigadeiro D. Eduardo Fernandez San Roman cujos conselhos sinceros e amigáveis não deixou de seguir¹⁷¹. O primeiro artigo mostra-nos através de diversos exemplos que o Exército deverá ser uma força que, para defender os interesses da maioria e as condições de vida que distinguem civilização de tribo e a própria existência do povo, não poderá ter uma vontade civil mas sim antes deverá estar sujeito a uma obediência voluntária que emane de uma autoridade legítima.

Se no exército cada elemento pudesse exprimir a sua independência e vontade própria para actuar em certas circunstâncias, não seria possível assistir à defesa da existência de um povo. É desse equilíbrio entre direitos e deveres que surgirá o sucesso do homem como ser social, civilizado e a harmonia na sociedade¹⁷².

O segundo artigo *Ultra Liberalismo, os Exercitos e a Sociedade*, destaca o papel do Exército francês na reposição da ordem nos terríveis momentos que Paris viveu em 24 de Junho de 1848. Releva ainda a sua importância na salvação dos valores da ordem, da lei, da propriedade e da civilização – a causa da razão e da justiça¹⁷³.

O periódico iniciou o seu Tomo XIII com o artigo *Portugal e o Século Presente*, onde o autor relaciona de forma patriótica a localização Geográfica de Portugal com os

¹⁶⁹ António José da Silva Leão, primeiro Barão de Almofalla, nasceu em Aveiro a 17 de Fevereiro de 1793. Foi um dos grandes defensores da Liberdade, participou em várias lutas militares, nomeadamente, na contra-revolução, ao lado do marechal Saldanha. Dos vários cargos desempenhados ao longo da sua vida relevamos os de Ministro e Secretário de Estado Honorário do Reino, Membro do Supremo Conselho de Justiça e Governador da Praça de Elvas, local onde viria a falecer a 22 de Junho de 1850. Para um estudo mais aprofundado veja-se Redacção, "Barão de Almofalla, (António José da Silva Leão), brigadeiro dos Reaes Exercitos", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 7 pp. 343-346.

¹⁷⁰ *La Revista Militar Espanhola* é um periódico técnico, científico, literário e artístico, tinha publicação quinzenal e era considerado um dos melhores periódicos militares da Europa. Bibliographia, *RM*, Tomo I, 1849, n. 3, pág. 191-192.

¹⁷¹ Idem, *Ibidem*.

¹⁷² Por um oficial general do Exército espanhol, "Serão os Exercitos Permanentes Incompatíveis com a Liberdade Civil e Política?", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 5, pp. 242-248.

¹⁷³ Redacção, "O Ultra Liberalismo, os Exercitos e a Sociedade", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 9, pp.433-439.

feitos inigualáveis praticados pelos portugueses ao longo da sua História e que assombraram o mundo¹⁷⁴, num claro assumo de nacionalismo patriótico.

No que diz respeito às tipologias, começamos por nos referir aos «Técnicos e Científicos», onde relevamos, pelos seus verdadeiros princípios da ciência e da economia rural, o artigo *Opinião sobre a Organização d'uma grande Caudelaria nas Lezírias do Riba-tejo*. No artigo são considerados aspectos relacionados com o desenvolvimento agrícola e comercial, a complexa questão da reprodução, a especial atenção que a companhia deve dar a todas as condições fisiológicas dos animais, fazendo uma escolha rigorosa dos mesmos, os cuidados a ter com a procriação, a alimentação e sistemas de criação e educação dos solípedes.¹⁷⁵

Na tipologia Sociedade e Humanidades, entre outros, o artigo sobre História Universal, *Novas do Mundo*, onde o autor faz uma breve referência à situação geográfica e política da Polónia, nomeadamente, à opressão em que vivia e às lutas travadas em silêncio pelo seu povo. Ocupa-se depois da guerra civil de Nápoles e da violência por ela originada, estabelecendo uma comparação entre esses momentos e os tempos do Império Romano. Por último, o autor debruça-se sobre a situação americana descrevendo vários momentos da guerra civil¹⁷⁶.

O artigo, História de Portugal, *Um Brado a Favor da Pátria*, tem para nós particular importância na medida em que o autor se refere ao momento em que alguém admitia o desaparecimento das monarquias Espanhola e Portuguesa, tomando-se os seus habitantes apenas ibéricos. Revela os benefícios que a Espanha retiraria dessa união e os prejuízos que daí adviriam para o povo português. Faz um apelo ao sentimento patriótico do povo luso avivando as memórias dos momentos mais difíceis para manter a independência do país, respeitando a memória de quantos por ele deram a vida. É de salientar que em vários momentos do artigo se fazem referências à utilização do jornalismo pela Espanha na tentativa de manipulação da opinião pública, *“a Hespanha finalmente, que reputa este solo como seu, tem manifestado claramente a idéa da nossa anexação à monarchia hespanhola, servindo-se para esse fim do jornalismo, como primeira arma que emprega para conseguir o exterminio de um povo que tem dado heroes ao Universo inteiro”*¹⁷⁷.

¹⁷⁴ Luiz Augusto Pimentel, “Portugal e o Seculo Presente”, *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 1, pp. 3-7.

¹⁷⁵ Antonio José da Cunha Salgado, “Opinião sobre a Organização de uma Grande Coudelaria nas Lezírias do Riba-Tejo”, *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 22, pp. 705-709.

¹⁷⁶ Antonio Florencio de Sousa Pinto, “Novas do Mundo”, *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 18, pág. 605.

¹⁷⁷ Joaquim Augusto Quintino de Sá Camello, “Um Brado a Favor da Pátria”, *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 18, pp. 599-603.

Na tipologia «Letras e Arte», a necrologia do General D. Carlos de Mascarenhas irmão do Marquês de Fronteira D. Fernando e bisavô do actual Marquês de Fronteira elabora um estudo pormenorizado da sua ascendência até à nona geração paterna e até à terceira geração materna e dos seus contributos nas muitas lutas em que participou em prol da liberdade do país¹⁷⁸.

Nos artigos de domínio «Política e Administração Pública», e à semelhança da análise feita ao Tomo II, o artigo *O Exército e a Liberdade* expõe a problemática sobre a incompatibilidade ou não dos exércitos com a Liberdade, que tanto parece ter apaixonado alguns homens de então, que aproveitaram a *Revista Militar* para fazer eco dos seus ideais políticos. O autor começa por referir que a nenhum homem deixará o coração de palpitar ao mais leve impulso de liberdade. Nenhum homem de boa formação defende hoje ideais que não sejam dirigidos à liberdade de pensamento e à espontaneidade de acção¹⁷⁹. Continua referindo que a árvore da Liberdade plantada em Portugal pelos exímios heróis e o derramamento de sangue dos seus mártires não tem frutificado¹⁸⁰. O nosso Exército, que outrora bem armado era considerado forte, temeroso e valoroso, encontra-se actualmente em descrédito e a perder a sua força em homens e armas e, sobretudo, não lhe é reconhecida a consideração que merece¹⁸¹.

A *Revista Militar* teve uma publicação mensal entre os anos de 1849 e 1857. Publicou 12 fascículos por ano e ao longo deste período poderiam ler-se 58 artigos «Técnicos e Científicos», 92 sobre «Sociedade e Humanidades», 29 no âmbito das «Letras e Arte», 19 na «Política e Administração Pública» e, finalmente, 222 sobre «Corpos, Batalhões e Repartições»¹⁸². Ainda durante a mesma etapa e período, assistimos à mudança da periodicidade que passou de mensal a quinzenal. Nestes quatro anos compreendidos entre 1858 e 1861 foram publicados 24 fascículos por ano contendo na sua totalidade 19 artigos «Técnicos e Científicos», 84 «Sociedade e

¹⁷⁸ D. Carlos de Mascarenhas era filho de D. João de Mascarenhas Barreto e neto da conhecida poetisa portuguesa Alcipe, condessa de Ogenhausen, marquesa d'Alorna. Nasceu em 1804 em Lisboa e alistou-se no Exército em 27 de Maio de 1821 com 17 anos de idade. Foi um Grande defensor da liberdade e combateu ao lado dos marechais duque de Saldanha e duque da Terceira. Faleceu em Lisboa a 3 de Maio de 1861 com 57 anos de idade. Para um estudo mais aprofundado veja-se António Florencio de Sousa Pinto, "Necrologia", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 13, pp. 396-405. *Arquivo Histórico Militar*, 3º Divisão, 7ª Secção, Caixa 496.

¹⁷⁹ Manoel Alves dos Santos, "O Exército e a Liberdade", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 9, pág. 271.

¹⁸⁰ Idem, *Ibidem*.

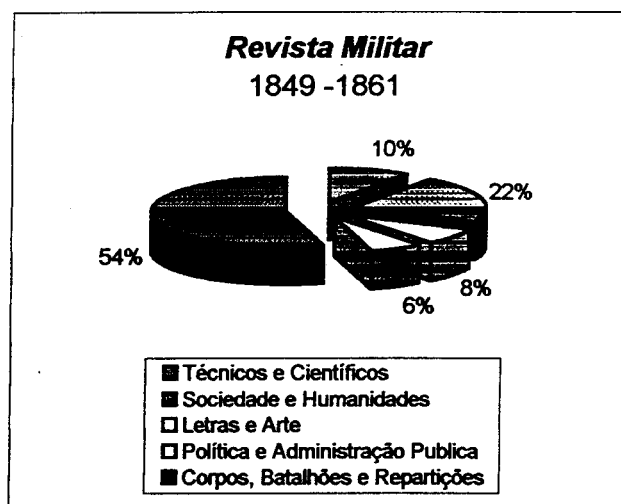
¹⁸¹ Idem, *Ibidem*.

¹⁸² Cfr., Anexo IV, Quadro n.º 4, pág. 138.

Humanidades», 31 «Letras e Arte», 32 «Política e Administração Pública» e 214 «Corpos, Batalhões e Repartições»¹⁸³.

Analisando o quadro anexo que nos mostra o número de artigos distribuídos pelas diferentes áreas temáticas, podemos verificar que, ao mesmo tempo que ocorre uma mudança de periodicidade, ou seja, de mensal para quinzenal, também o número de artigos das diferentes áreas aumentam sensivelmente para o dobro¹⁸⁴. Os artigos «Técnicos e Científicos» sofrem um decréscimo passando de 6 em média por ano para 4. Por outro lado, verificamos um acréscimo na média de artigos no âmbito das «Letras e Arte» e nos artigos de «Política e Administração Pública» passando de 2 para 8¹⁸⁵. «Sociedade e Humanidades» e «Corpos, Batalhões e Repartições» vêm o seu número duplicado, o que se justifica pelo aumento para o dobro das publicações¹⁸⁶. Na totalidade de artigos das diferentes áreas temáticas, verificamos que foram publicados 77 artigos «Técnicos e Científicos», 176 «Sociedade e Humanidades», 60 «Letras e Arte», 51 «Política e Administração Pública» e 436 «Corpos, Batalhões e Repartições», o que corresponde a 800 artigos na sua totalidade¹⁸⁷.

Gráfico n.º 1



Fonte: A. H. M. Registo estatístico do número de artigos publicados nos Tomos I a XII de 15 de Janeiro de 1849 a 31 de Dezembro de 1861.

¹⁸³ Idem, Ibidem.

¹⁸⁴ Idem, Ibidem.

¹⁸⁵ Idem, Ibidem.

¹⁸⁶ Idem, Ibidem.

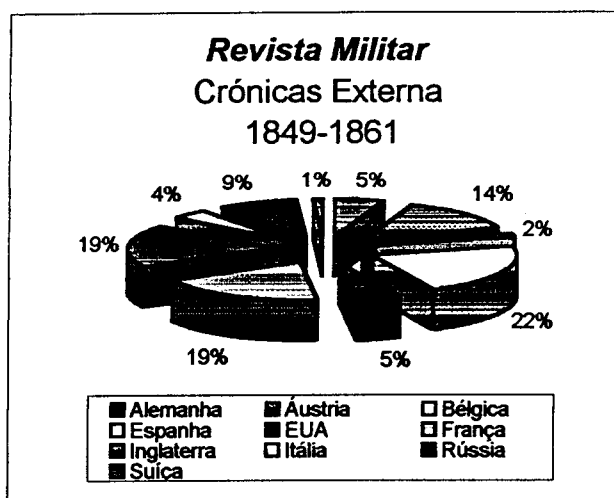
¹⁸⁷ Idem, Ibidem.

O Gráfico n.º 1 mostra-nos que 54% dos artigos são referentes a «Corpos, Batalhões e Repartições» e 22% situam-se na «Sociedade e Humanidades»; com 10% dos artigos apresenta-se a temática «Técnicos e Científicos», por fim temos «Letras e Arte» com 8% e «Política e Administração Pública» com 6%.

Quanto à rede de comunicabilidade, desde o início da sua publicação que a *Revista Militar* inclui nas suas páginas crónicas de publicações estrangeiras¹⁸⁸. No primeiro ano de edição, destaca-se a Espanha com 12 crónicas publicadas, seguida da França com 6, a Alemanha e Áustria com 3, Rússia com 2 e Inglaterra com 1¹⁸⁹.

Nos anos que se seguiram, juntaram-se a estes países a Bélgica, os Estados Unidos a Itália e a Suíça. O maior número de crónicas publicadas é proveniente da Espanha, França e Inglaterra com um número superior a 50. Igualmente numerosa foi a colaboração da Áustria e da Rússia com 41 e 26 crónicas respectivamente. Mais fraca foi a participação da Alemanha com 16 crónicas e os Estados Unidos com 14 e a Itália com 12. Quase nula foi a colaboração da Bélgica e da Suíça com 5 e 3 crónicas respectivamente¹⁹⁰.

Gráfico n.º 2



Fonte: A. H. M. Registo estatístico das Crónicas Externas publicadas nos Tomos I a XIII de 15 de Janeiro de 1849 a 31 de Dezembro de 1861.

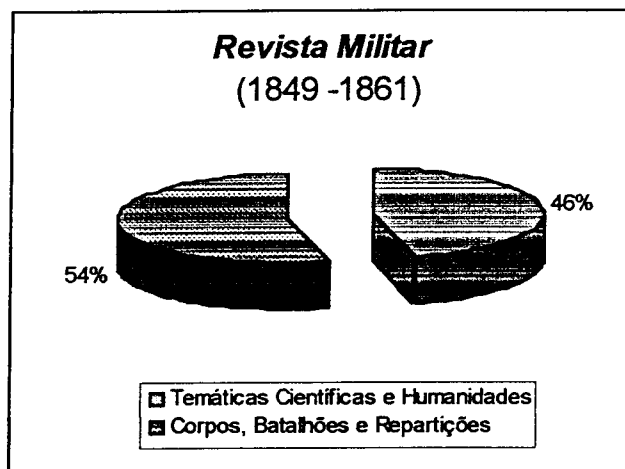
¹⁸⁸ A *Revista Militar* logo no seu primeiro ano de edição começou a publicar Crónicas Externas referentes a pequenas notícias ocorridas em alguns países estrangeiros: organização dos exércitos, conflitos internacionais, expedições, manobras militares, nomeação de Ministros da Guerra e inventos científicos. Foi ainda durante esta etapa que a publicação das crónicas externas foi interrompida entre os anos de 1853 e 1857 o que poderá estar relacionado com o avultado número de artigos dos seus colaboradores a publicar.

¹⁸⁹ Cfr., Anexo V, Quadro n.º 1, pág. 139.

¹⁹⁰ Idem, *Ibidem*.

Em termos de percentagem, o Gráfico n.º 2 mostra a Espanha com 22%, a França e a Inglaterra com 19% e a Áustria com 14%. Os restantes países têm uma colaboração compreendida entre 1% e 9%.

Gráfico n.º 3



Fonte: A. H. M. Registo estatístico comparativo entre as Temáticas Científicas e de Humanidades com as temáticas estritamente militares, «Corpos Batalhões e Repartições» publicados nos Tomos I a XIII da *Revista Militar* entre 15 de Janeiro de 1849 e 31 de Dezembro de 1861.

Em suma, o Gráfico n.º 3 regista 54% de artigos relacionados com as temáticas militares, (Corpos, Batalhões e Repartições) enquanto que 46% referem-se às Temáticas Científicas e de Humanidade. Temos um predomínio claro dos artigos de conteúdo militar em relação aos artigos de conteúdo que serve à instituição militar e à sociedade civil.

Podemos caracterizar este primeiro período como um período de experiências das vias e processos determinados no Contrato da Empresa da Revista Militar em 31 de Dezembro de 1848: completamento da sua orgânica, consolidação financeira e consolidação do seu corpo redactorial. Este período corresponde aos primeiros 13 anos de publicação do periódico.

Terminado o ano de 1861, encerra-se o 1º período da 1ª Etapa de publicação do periódico *A Revista Militar*. Com um novo estatuto publicado no dia 1 de Janeiro de 1862, dá-se início ao 2º Período da 1ª Etapa que decorrerá até 31 de Dezembro de 1904, ano anterior à fusão dos outros periódicos militares na *Revista Militar* e a que nos iremos debruçar no momento seguinte.

2º Andamento: temas e discursos de saber científico 1862 - 1904

No que se refere à 1ª Etapa, 2º Período, nos anos entre 1862 e 1904, a periodicidade foi sempre quinzenal e notamos uma evolução na tipologia dos artigos publicados.

A *Revista Militar* compreende no seu Tomo XIV, 81 artigos distribuídos pelas seguintes tipologias: 10 «Técnicos e Científicos», 16 «Sociedade e Humanidades», 6 «Letras e Arte», 5 «Política e Administração Pública» e 44 «Corpos, Batalhões e Repartições»¹⁹¹. Representa este tomo o primeiro integrado no novo estatuto. Tem início com um artigo onde se reflecte sobre a verdadeira razão da existência do homem e se faz uma retrospectiva do passado brioso do povo português. A *Revista Militar* faz uma referência à Instituição Militar que sempre a apoiou até esse momento e que se prepara para continuar no seu propósito embora, não prometendo nada, mas apelando ao passado para a continuidade do futuro.

Nos artigos «Técnico e Científicos» relevamos o resumo do trabalho publicado pelo periódico científico italiano *O Politecnico* onde é divulgado o estudo sobre o sistema de franquear as montanhas através do caminho de ferro utilizando o ar comprimido, do que em Física se chama a *máquina de Altwood* dado o seu elevado interesse para os engenheiros portugueses no lançamento dos caminhos de ferro em Portugal¹⁹².

Pelo contributo que trouxe ao conhecimento topográfico e progresso do país em termos económicos, sociais, culturais e administrativos, o artigo *Noticias sobre os Trabalhos Geodesicos do Reino* levado a efeito pelo Doutor Francisco António Ciera¹⁹³ e pelos engenheiros militares Carlos Frederico de Caula¹⁹⁴ e Pedro Folque¹⁹⁵. Os seus

¹⁹¹ Cfr., Anexo IV, Quadro n.º 2, pág. 136.

¹⁹² Carlos Barcellos Machado, "Idea de um Novo Systema para Atravessar as Montanhas com Caminhos de Ferro", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 15, pág. 455-456.

¹⁹³ Francisco António Ciera, nasceu em data e local desconhecidos, faleceu presumivelmente entre 1814 e 1817. Doutor em Matemática, Lente da Cadeira de Astronomia e Navegação na antiga *Academia Real da Marinha* e sócio da *Academia Real das Ciências de Lisboa*. Publicou várias obras relativas à sua área de investigação. Innocencio Francisco da Silva, "Francisco Antonio Ciera", in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLIX, pp. 327-328. Idem, "Francisco Antonio Ciera", in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo IX, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXX, pág. 253.

¹⁹⁴ Carlos Frederico Bernardo de Caula nasceu em Elvas a 1 de Abril de 1766. Desempenhou ainda as funções de engenheiro militar, governador da Praça de Elvas, Conselheiro de Estado, Comandante Geral de Engenharia do Reino em 1826 e conselheiro no Supremo

trabalhos foram de facto notáveis, nomeadamente, a *Carta Chorográfica do País* que pelo seu rigor científico e perfeição de levantamento mereceu do nosso país e dos países estrangeiros os mais distintos elogios¹⁹⁶.

O artigo *Campo de Instrução em Vendas Novas – informação a respeito da hygiene do Campo das Vendas Novas* avalia as condições higiénicas em 1857 a partir de informações obtidas pela opinião técnica de facultativos médicos locais e militares, nomeadamente, do cirurgião João Pires da Matta Pacheco¹⁹⁷, opinião essa baseada na ciência médica, na observação de todas as circunstâncias locais e em dados estatísticos obtidos e comparados com outras localidades já estudadas. Este trabalho incidiu sobre condições climáticas, condições de salubridade da povoação, pureza das águas e dos alimentos, luz e ventilação das casas, facilidades de comunicações e proximidade da capital. Foi ainda dada particular atenção à ricultura, estabelecendo o estudo como condição indispensável a proibição da respectiva cultura a uma distância mínima de 3 a 4 quilómetros, tendo em vista evitar as epidemias transmitidas pelas intermitentes, o que revela uma preocupação pelas questões de saúde pública pela instituição.

Em 1862, quando decorria a implantação da linha de caminho de ferro do Alentejo, (Barreiro, Évora e Beja) que empregava na sua construção entre 1500 a 2000 homens,¹⁹⁸ foi essa população acometida da mórbida epidemia provocada pelo fenómeno da frequência das intermitentes. Face a tal situação endémica em 25 de Junho de 1862 foi dada ordem ao cirurgião inspector de brigada António José Monteiro Seixas¹⁹⁹ para efectuar o conveniente estudo médico da situação e depois informar as

Conselho de Justiça Militar. Viria a falecer a 21 de Setembro de 1835. Veja-se 3ª DIV, 7ª Secção, Caixa 46. "O Engenheiro Caula", *O Minhoto*, 1940, 17, 3, coluna central.

¹⁹⁵ Pedro Folque nasceu em Stays a 30 de Abril de 1774. Frequentou a *Academia de Marinha* e concluiu o curso da *Academia de Fortificação Artilharis e Desenho*. Lente da Academia de Marinha e Comandante Geral da Engenharia do Reino, vindo a falecer em 1848.

¹⁹⁶ Redacção, "Noticia sobre os Trabalhos Geodesicos do Reino", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 21, pág. 563. Cfr. Maria de Fátima Nunes, *O liberalismos português: ideários e ciências. O universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*, Lisboa, I.N.I.C. / Centro de História as Cultura U.N.L., 1988.

¹⁹⁷ João Pires da Matta Pacheco nasceu em Mafra em 1812, foi bacharel formado em Medicina pela Universidade de Salamanca, Cirurgião Médico pela Escola de Lisboa, Cirurgião da Brigada do Exército, Secretário e Presidente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa e sócio correspondente da Academia de Medicina de Cadiz e das Económicas Salmantina e de Leão. Morreu em Cabeço de Vide em 1868. Innocencio Francisco da Silva, "João Pires da Matta Pacheco", *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo IV, Lisboa, MDCCCLX, pág. 24. Idem, "João Pires da Matta Pacheco", *in Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo X, Lisboa, MDCCCLXXXIII, pág. 336.

¹⁹⁸ Antonio Gomes do Valle, "Campo de Instrução em Vendas Novas – Informação a Respeito da Hygiene do Campo das Vendas Novas", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 23, pág. 612.

¹⁹⁹ António José Monteiro Seixas era filho de Manuel Gerardo de Seixas e de D. Francisca Gertrudes Nossa Senhora do Livramento, nasceu a 4 de julho de 1814 em Lisboa. Formado

respectivas autoridades da possibilidade ou não da localização do polígono no Campo das Vendas Novas²⁰⁰.

O artigo sobre higiene veterinária também nos mereceu especial atenção, pela sua utilidade quer para a instituição militar, quer ainda para o desenvolvimento da economia rural do país, na medida em que são feitas algumas reflexões sobre várias doenças ²⁰¹ provocadas pelo abuso de alguns dos princípios alimentares dos solípedes. Chama ainda à atenção para a importância das sangrias, mas que para a sua aplicação devem os técnicos ter um perfeito conhecimento da sintomatologia que levam à sua aplicação nos solípedes²⁰².

Na tipologia por nós designada «Sociedade e Humanidades», ao debruçarmos sobre a História de Portugal, nomeadamente sobre a memória, *Apontamentos para a História da Guerra Peninsular* destacamos a descrição pormenorizada da situação em que se encontravam as defesas das linhas de fronteira de Elvas, Campo Maior e Arronches. Ainda neste artigo encontramos excertos das descrições dos diários das operações das divisões militares do Exército Aliado em Espanha. Estas descrições contêm diversas informações militares: composição das forças, comandos, divisões de cada uma das unidades que as constituíam. Descrevem ainda em pormenor, o avanço quotidiano e o evoluir das operações (descrição de tomadas de praças militares), com referências a topónimos (portugueses e espanhóis), localização e deslocação das forças aliadas e inimigas, descrição dos recontros nos diversos topónimos e ocorrência das baixas sofridas e causadas por ambas as forças envolvidas no conflito²⁰³. Sem pretendermos aprofundar mais estes acontecimentos, porque não é essa a problemática deste estudo, pensamos, no entanto, não deixar de referir a obra de António Pedro Vicente que consideramos fundamental pelo seu valor científico e erudição para o conhecimento desta época da História de Portugal e das suas conexões europeias, em especial com a França da Revolução Francesa e das

pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, faleceu a 2 de Março de 1896. Veja-se Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1283.

²⁰⁰ Antonio Gomes do Valle, "Campo de Instrução em Vendas Novas – Informação a Respeito da Higiene do Campo das Vendas Novas", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 23, pág. 609-614.

²⁰¹ As doenças mais comuns nos solípedes eram os espasmos ou encefalites sintomáticas, diarreias, cólicas, indigestões violentas ou bradipepsias, mormo e lamparões. Para um estudo mais aprofundado veja-se Francisco Maria de Carvalho, "Higiene Veterinária – Abusos D'alguns dos seus Princípios nos Corpos de Cavalaria, e Reflexões acerca destes Abusos", *RM*, Tomo XIV, 1861, n.º 17, pág. 478.

²⁰² Para um estudo mais aprofundado sobre esta matéria veja-se Francisco Maria de Carvalho, "Higiene Veterinária – abusos D'alguns dos seus Princípios nos Corpos de Cavalaria, e Reflexões acerca destes Abusos", *RM*, Tomo XIV, 1861, n.º 17, pp. 476-491.

posteriores etapas que culminaram na “tempestade napoleónica” e suas consequências na Península Ibérica²⁰⁴. Uma análise que está ainda bem longe de terminada, mas que nos permite fazer uma avaliação da importância do acervo documental respeitante ao período da nossa história em que Portugal registou a presença das forças napoleónicas²⁰⁵.

Voltando à *Revista Militar* o artigo *Considerações Historicas sobre a Utilidade das Praças de Guerra e sua Aplicação às Defesas de Lisboa* reveste-se de particular importância porquanto demonstra que muitas cidades sitiadas não foram cidades conquistadas. O autor, tendo por base este princípio, defende que Lisboa deverá ser fortificada convenientemente, pois apesar de ter à sua volta diversos pontos que poderiam retardar o avanço de forças invasoras, encontra-se demasiado exposta por mar e por terra, referindo-se os pontos de melhor acesso e desembarque de grandes esquadras²⁰⁶.

A Questão Ibérica, embora tratada logo na primeira etapa através dos artigos de Joaquim Augusto Quintino de Sá Camello, volta, na agitada década de 1864 a 1873, a assumir particular importância nas páginas da *Revista Militar*. Os artigos dos seus colaboradores Antonio Florêncio de Sousa Pinto, Antonio Mello Breyner e Antonio Marinho de Sousa e Barros esclareciam o Exército, a Armada e os espíritos cultos da Nação que a liam realçando-lhes as desvantagens que para Portugal adviriam e os benefícios para Espanha se, porventura, essa união viesse a

²⁰³ Redacção, “Dos Movimentos do Exercito Alliado em Hespanha”, *RM*, Tomo XII, 1860, n.º 19, pp. 628-630, n.º 20, pp. 696-702, Redacção, “Dos Movimentos do Exercito Alliado em Hespanha”, *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 2, pp. 57-61, n.º 4, pp. 108-111.

²⁰⁴ O autor reúne nessa sua obra estudos e pistas de trabalho cuja consulta consideramos imprescindível para quem pretenda enveredar por esta temática e cujos títulos dos seus capítulos são bem elucidativos: “*Fontes Espanholas, Francesas e Inglesas para a História Militar Portuguesa dos Séculos XVIII e XIX*”; “*Levas e recrutamentos nos Séculos XVIII e XIX – Uma Evolução*”; “*Portugal Face á Revolução Francesa – Atitudes Contraditórias*”, “*A Inglaterra e as Ilhas Atlânticas na Época das Invasões Francesas – Acções na Madeira (1807-1808)*”; “*A Igreja Perante a Ocupação de Portugal pelo Exército Napoleónico*”; “*A Reacção Popular contra os Comandos Militares Organizados Durante a Invasão de Soult*”; “*Côa – Prólogo de Uma Invasão Improvisada*”; “*Almeida em 1810 – Primeira Etapa de uma Invasão Improvisada*”, “*A Batalha do Buçaco – Segunda Etapa de Uma Invasão Improvisada*”. Ainda neste âmbito, e não menos importante é a comunicação do mesmo autor proferida no X Colóquio de História Militar onde faz referência ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, como fonte de grande importância para o estudo da história pátria durante o período das invasões francesas e que corresponde precisamente ao momento em que a família real permaneceu no Brasil. António Pedro Vicente, *O Tempo de Napoleão em Portugal*, Estudos Históricos, 2ª ed., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000.

²⁰⁵ Veja-se António Pedro Vicente, *Invasões Francesas. Fontes no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Comunicação ao X Colóquio de História Militar. Brasil e Portugal História das Relações Militares”, Lisboa, (Policopiada), 2000, pp. 1-24.

²⁰⁶ António de Mello Breyner, “*Considerações Historicas sobre a Utilidade das Praças de Guerra e sua Aplicação às Defesas de Lisboa*”, *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 9, pp. 233-239.

concretizar-se. *"Não queremos de Castela senão amizade, respeito recíproco, acordo de interesses e menos zelo pelos nossos destinos. Separados quasi no berço vivemos com glória, unidos pela força agonizamos. Somos irmãos – mas irmãos independentes, com existência e individualidade própria"*²⁰⁷. Porém, o problema do iberismo era ainda apresentado de outra forma, na medida em que *"não é provável, que, para conseguir a tão decantada união ibérica, a Espanha intente a conquista de Portugal – conquista, que seria uma calamidade para os dois povos"*²⁰⁸. Continuando, as posições quanto ao iberismo extremam-se: *"infelizmente a nação que se deixa dominar por estranhos, os quais lhe sugam a substância, e deprimem o nome. O que seria com a união ibérica, se por fatalidade se realizasse!"*²⁰⁹. Ainda neste contexto, em 1873, alerta-se para o perigo se Portugal incorresse nessa fatalidade: *"o iberismo de alguns espanhóis pode comparar-se á mania de alguns doentes, que tendo esgotado todos os recursos da ciência, acabam por não acreditar senão no elixir dos charlatães. A união ibérica é o elixir que uma parte dos espanhóis se receita como o específico para curar a enfermidade da pátria"*²¹⁰.

Pela importância que tiveram no combate de ideias da "Geração de 70", as Conferências do Casino propunham chamar à atenção de intelectuais das mais diversas áreas: escritores, políticos, pedagogos, militares, e demais elites para a denúncia da letargia em que Portugal vivia em relação à Europa e que tanto condicionava a vida pública portuguesa. A "Geração de 70" surge nos anos 1865-1866 e manifestou-se através de um movimento literário denominado "Questão Coimbrã" ou "Questão Bom Senso e Bom Gosto" numa disputa entre a escola ultra-romântica cujo mentor foi António Feliciano de Castilho e os estudantes de Coimbra de onde se destacaram Antero de Quental e Teófilo Braga. Esta juventude "coimbrã", preconizava mudanças ao nível social, económicas, políticas e culturais, tendo como móbil a construção de uma nova ordem em Portugal. Pela pertinência dessas novas ideias, a *Revista Militar* acompanhou atentamente esses movimentos e combates ideológicos através da publicação de diversos artigos de alguns dos seus mais distintos colaboradores e que em capítulo posterior iremos desenvolver²¹¹.

²⁰⁷ António Florêncio de Sousa Pinto, "Questão do Dia", *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º 17, pp. 322-323.

²⁰⁸ José Joaquim Namorado, "Memoria sobre fortificações em geral e particularmente das da cidade do Porto" *RM*, Tomo XXIII, 1871, n.º 3, pág. 57.

²⁰⁹ F. P. Celestino Soares, "Guerra Peninsular – a Soberba Inglesa", *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º 10, pág. 154.

²¹⁰ António Mello Brayner, "Portugal em 1872", *RM*, Tomo XXV, 1873, n.º 6, pág. 153.

²¹¹ António Florêncio de Sousa Pinto, "O Ano Novo de 1873", *RM*, Tomo XXV, 1873, n.º 15, pág.5-6.

A questão problemática como a pena de morte, tão discutido na imprensa periódica de então e nas Câmaras dos Deputados e dos Pares, também mereceu a atenção da *Revista Militar* através de um estudo levado a efeito pelo Conde do Bonfim em 1876, onde o autor aponta as razões pelas quais a supressão da pena de morte seria maléfica para a sociedade, "*pois de qualquer assassinio se seguem muitas vezes reciprocas vinganças dos parentes e amigos das victimas e dos matadores; e sobretudo no exercito, perigaria forçosamente a disciplina, se por um mal entendido sentimento humanitario, esta pena continuasse a não ser executada; e os grandes attentados se commettessem sem risco de vida perante a lei*"²¹². Adianta ainda que além de amplamente discutida nos parlamentos, também foi combatida por grandes personalidades como Beccaria, Bentham, Filangieri, Rossi, Guisot, Le Blanc entre outros em nome da humanidade e filantropia. Todavia, ela continua a existir nos Códigos Civis das nações mais ilustradas: Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos da América e em todos os códigos militares de quase todo o mundo, embora a discussão continuasse em aberto.

São dadas algumas justificações para a sua existência: uma prende-se com o desconhecimento da utilidade da abolição e outra com o desconhecimento de outra punição grave para os atentados contra a vida dos cidadãos e segurança do Estado. O argumento de que a vida só deve ser retirada por Deus não convence o autor do artigo, porque até na Sagrada Escritura se prevê a punição de morte dos grandes crimes e o julgamento das más acções. Olhando para o passado, encontra-se a pena de morte nas leis de Atenas, da Grécia, e de Roma, na República de Veneza e na 1ª República Francesa e, actualmente, nas Repúblicas Espanholas da América e até a tenacidade das ideias democráticas se referem à pena de morte tal como Robespierre refere "*A arvore da liberdade precisa ser regada com sangue!*"²¹³.

Argumenta que todos aqueles que defendem os ideais de fraternidade e igualdade não queriam ser iguais aos que renegam os laços da sociedade e se tornam verdadeiros monstros. Não temos o direito de fazer vingança pelas nossas próprias mãos, pelo que é necessário decretar a pena de morte para assassinos depois de julgados judicialmente e para conter os exércitos cujos elementos incorrem em grandes traições e crimes horrendos. "*(...) não basta que continue a ser lei do paiz; e se ha desejo de manter a disciplina e de reprimir os attentados, é necessario que esta pena se execute n'esses malvados assassinos, ultimamente condemnados; e que*

²¹² Conde de Bonfim, "A Pena de Morte", *RM*, Tomo XXVIII, 1876, n.º 10, pág. 190.

²¹³ *Idem*, pág. 191.

*erradamente ainda inspiram sentimentos humanitarios, a muita gente, que devera antes inspirara-se de horror em vista dos cadaveres das innocentes victimas que traiçoeiramente sacrificaram! É necessario um exemplo para que os malvados se convençam de que essa lei não é letra morta, e reconheçam que não se póde continuar a matar sem risco da propria vida! É necessário um exemplo, ou então resignar-se o paiz, a ver repetir a miudo os mais revoltantes crimes; a não ter exercito nem disciplina, e receiar que se torne a força armada um ninho de assassinos*²¹⁴. É fundamentado nas razões apresentadas que o autor fundamenta e apela à aplicação da pena de morte como forma a evitar que se cometam tais crimes contra a humanidade, posição que não vigorou no Parlamento.

Em 1880 a *Revista Militar*, através de um apontamento de José Estêvão de Moraes Sarmiento, faz alusão ao discurso²¹⁵ proferido por A. M. de Campos Junior²¹⁶ no sarau em que o Grémio de Leiria solenizou o Tricentenário da Morte de Camões. Começa por referir que o discurso foi precedido de uma erudita e eloquente introdução, passando depois a debruçar-se sobre a publicação *Luiz de Camões. Sonetos*²¹⁷ no sentido em que releva a homenagem patriótica prestada pelos nossos irmãos das Terras de Santa Cruz que aí exaltam e enobrecem tudo o que é grandioso e provém da mãe pátria. "(...) *Que lembrança mais delicada se poderia suggerir, em que marco mais rendilhado e elegante inscreveriam os nossos compatriotas d'além mar o seu tributo de respeito pela memória de camões? (...) a elles um brado de entusiasmo e reconhecimento atravez do oceano*"²¹⁸

A *Revista Militar* acompanhou o desenvolvimento dos acontecimentos coloniais que desde 1822 se vinham a desenrolar e que culminaram entre 1872 e 1890, acentuando-se depois nas conferências de Bruxelas - realizadas em 1876 por

²¹⁴ Idem, pág. 193.

²¹⁵ A. M. de Campos Junior, Discurso Proferido no Sarau em que o Gremio Recreativo de Leiria Solemnizou o Tricentenario de Camões, Leiria, 1880.

²¹⁶ José Estêvão de Moraes Sarmiento referindo-se a Campos Junior explicita: "*um modesto 1.º sargento do batalhão de caçadores n.º 6, que dedica ao estudo as horas que outros malbaratam ociosamente. Tanto basta para merecer a sympathia de quantos présam o trabalho honesto e assiduo. Embora a materia do opusculo não seja d'aquellas que por sua natureza tem acolhida n'este jornal, folgamos de ter occasião de dispensar uma phrase de incitamento a quem tão zelosamente busca illustrar o seu espirito e honrar a farda que veste* José Estêvão de Moraes Sarmiento, "Discurso Proferido no Sarau em que o Grémio Recreativo de Leiria Solemnizou o Tricentenario da Morte de Camões", *RM*, Tomo XXXII, 1880, n.º 16, pág. 509.

²¹⁷ Luiz de Camões. Sonetos, 1 vol., Porto, Edição Especial do Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco para Commemorar o Terceiro Centenario do Grande Épico em 10 de Junho, 1880.

²¹⁸ José Estêvão de Moraes Sarmiento, "Discurso Proferido no Sarau em que o Grémio recreativo de Leiria", *RM*, Tomo XXXII, 1880, n.º 16, pág. 509.

iniciativa do Rei Leopoldo II da Bélgica onde Portugal não foi convidado a participar apesar de aí se debaterem diversas questões relativas a África (exploração científica, lançamento de vias de comunicação, termo da escravatura e perda dos interesses políticos das nações) – e de Berlim – solicitada por Portugal para resolver a questão do domínio da foz do Congo. Dessa conferência ressalta o entendimento entre as potências europeias, França Alemanha, Inglaterra e Bélgica sobre a partilha do Continente Africano e o estabelecimento de novas regras para a corrida a África²¹⁹. As medidas aí tomadas vão constituir uma ameaça ao domínio colonial português e a *Revista Militar* juntamente com a *Sociedade de Geografia de Lisboa* começam a debater com certa frequência esta questão tendo em vista o esclarecimento e mobilização das forças políticas e da opinião pública por forma a manter viva a corrente nacionalista colonialistas. Como refere Nuno Severiano Teixeira é "(...) desde o projecto do Mapa Cor-de-rosa e, fundamentalmente, do Ultimato inglês de 1890 que o imaginário político português se revelava fortemente investido pelo sonho de um império colonial. Ora, é este sonho, colectivo e profundo, que se desenvolvem as ameaças reais e sucessivas de desmembramento e partilha do império colonial português, por parte das grandes potências europeias. E é, precisamente, a consciência dessas mesmas ameaças, quer por parte das elites políticas, que lhe conheciam os pormenores diplomáticos, quer por parte da opinião pública, particularmente sensível a esta questão, que radica a força do consenso e o porquê da questão colonial em Portugal"²²⁰. "(..) a questão colonial foi, para Portugal uma condicionante de peso e um factor de mobilização importante, de resto o único que reunio consenso na sociedade portuguesa"²²¹. Mas, passados esses momentos difíceis e depois da fusão dos outros periódicos na *Revista Militar* os artigos relacionados com os domínios ultramarinos, continuam a ser tratados com grande interesse e elevação nas páginas do periódico²²².

²¹⁹ A Conferência de Berlim, (1884-1885) trouxe três grandes consequências para Portugal: retira a Portugal o controlo sobre a foz do Congo, deixando apenas um pequeno enclave em Cabinda; rejeita o direito histórico como critério de ocupação do território e estabelece o princípio de livre navegação dos rios internacionais, o que afecta não apenas o Congo como o Zambeze e o Novune na zona litoral portuguesa; confirma internacionalmente a França e a Alemanha como potências coloniais e possibilita um sistema de alianças alternativo à Inglaterra em África.

²²⁰ Nuno Severiano Teixeira, "Portugal antes da Guerra: os Condicionamentos da Entrada", in *O Poder e a Guerra 1914-1918 Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, L.da, 1996, pág.113.

²²¹ Idem, pág. 374.

²²² Ainda dentro deste âmbito, salientaríamos o célebre *Ensaio Estatístico das Colónias Portuguesas*, continuado por Francisco Maria Bordalo, também ele preciosos repositório de

A *Revista Militar* compreende no Tomo LVI, 50 artigos distribuídos da seguinte forma: 4 «Técnicos e Científicos», 14 «Sociedade e Humanidades», 13 «Letras e Arte», 8 «Política e Administração Pública» e 11 «Corpos Batalhões e Repartições»²²³. Nos Técnicos e Científicos relevamos os artigos sobre *O Novo arreo m/1903*, em que são apresentados à consideração dos oficiais de Cavalaria algumas apreciações a respeito do referido arreo que se encontrava em experiência em alguns regimentos da Arma de Cavalaria. O estudo faz uma evolução histórica, técnica, fisiológica e anatómica, descrevendo a cabeçada e o freio desde a sua primitiva simplicidade, seguindo depois momento a momento a evolução científica até ao *freio de bocado articulado*²²⁴.

O segundo artigo resulta das experiências realizadas sobre o ensino dos cavalos, expondo o autor as conclusões a que chegou relevando as vantagens e os ajustes que entendeu serem necessários a uma melhor utilização do novo arreo²²⁵.

Nas Letras e Arte, destacamos as referências bibliográficas sobre a importância de algumas publicações de carácter técnico e científico militar e civil e as necrologias. Entre as primeiras podemos comentar as *Linguas Vivas na Instrução Secundária* e *Algumas Palavras sobre o Ensino do Latim entre Nós*. Entre as segundas ressaltamos a necrologia de Fernando da Costa Maya²²⁶.

Inicia o seu número um com um artigo de «Política e Administração Pública» de José Estêvão de Moraes Sarmiento, onde o autor faz uma referência à situação de crise política internacional que a Europa então vivia com a entrada do novo ano. A discórdia travada entre a Rússia e o Japão no ano anterior acentuava-se de forma ameaçadora no início do novo ano. Por todo o mundo esta controvérsia era seguida com grande interesse e preocupação, enquanto que em Portugal esses acontecimentos eram seguidos com absoluta indiferença e ninguém se preocupava com as eventualidades que daí poderiam advir para o nosso país. Era natural que não tivéssemos interesses aparentes a defender no Oriente, mas fazendo uma análise mais reflectida dos acontecimentos, a situação poderia tomar-se bastante desagradável e muito perigosa com a eclosão da guerra.

informação sobre o qual nenhum historiador deixará de se debruçar quando pretenda escrever sobre o ultramar português.

²²³ Cfr., Anexo IV, Quadro n.º 2, pág. 136.

²²⁴ A. Ilharco, "O novo arreo m/1903", *RM*, n. 6, 1904, pp. 166-173; n.º 7, pp. 202-210.

²²⁵ Cfr. X. "O arreo de cabeça m/1903", *RM*, n.º 10, 1904, pp. 264-265.

²²⁶ José Estêvão de Moraes Sarmiento, "Fernando da Costa Maya" *RM*, n.º 23, 1904, pp. 705-710

Para Portugal era indiferente ser a Rússia a exercer o protectorado na Manchúria e o Japão na Coreia, ou vice versa, desde que o assunto fosse resolvido pacificamente. Mas como o Japão tinha um tratado de aliança com a Inglaterra, esta em caso de conflito declarado estava ao lado do Japão e contra os Russos. Assim, a Inglaterra entraria na guerra e face ao tratado de aliança com Portugal arrastá-lo-ia também para o conflito²²⁷.

Na 1ª década encontramos publicados 50 artigos «Técnicos e Científicos», 182 «Sociedade e Humanidades», 58 «Letras e Arte», 37 de «Política e Administração Pública» e 376 de «Corpos, Batalhões e Repartições»²²⁸. Na 2ª década verificamos um aumento dos artigos «Técnicos e Científicos» e «Política e Administração Pública» que vêem o seu número subir para 69 e 40 artigos respectivamente²²⁹. As áreas temáticas de «Sociedade e Humanidades», «Letras e Arte» e «Corpos, Batalhões e Repartições» têm um decréscimo de artigos publicados, verificando-se 129, 39 e 265 respectivamente²³⁰. Na 3ª década, a *Revista Militar* conheceu um grande impulso no número artigos publicados, registando-se 98 artigos «Técnicos Científicos», 191 de «Sociedade e Humanidades», 80 de «Letras e Arte», 74 de «Política e Administração Pública» e 345 de «Corpos, Batalhões e Repartições»²³¹. Na 4ª década ocorreu um decréscimo no total de artigos publicados; todas as áreas temáticas viram o seu número de artigos reduzido²³².

Nos últimos três anos deste período, verificamos grandes alterações no número de artigos publicados por área temática. A média de artigos «Técnicos e Científicos» diminuiu para 4 por ano, enquanto que nas duas décadas anteriores, ou seja, de 1882-1891 e 1892-1901 fora de 9 e 7. A mesma tendência verificamos nos artigos sobre «Sociedade e Humanidades» que diminuíram de 19 para 15 nas duas últimas e, ainda, «Corpos Batalhões e Repartições» que também diminui de 34 para 26 e depois para 22²³³. Na totalidade foram publicados nas diferentes áreas temáticas durante este período 306 artigos «Técnico e Científicos», 739 «Sociedade e Humanidades», 265 Letras e Arte, 230 «Política e Administração Pública» e 1315 nos «Corpos, Batalhões e Repartições», o que corresponde a 2855 artigos²³⁴.

²²⁷ José Estevão de Moraes Sarmiento, "Nuvens no Horizonte", *RM*, n.º 1, 1904, pp. 5-11.

²²⁸ Cfr., Anexo IV, Quadro n.º 4, pág. 138.

²²⁹ Idem, *Ibidem*.

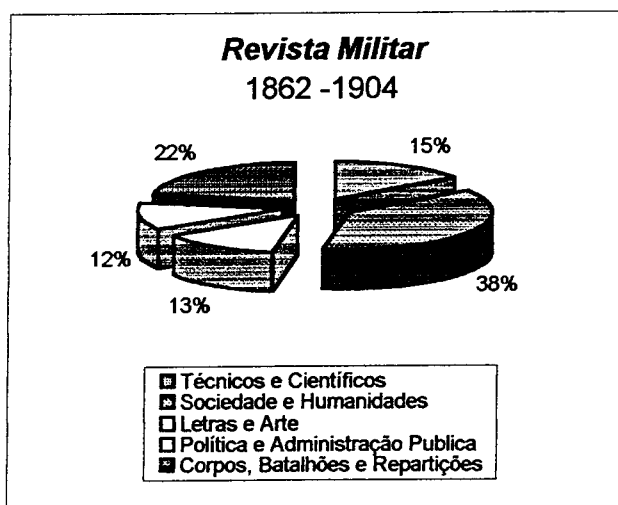
²³⁰ Idem, *Ibidem*.

²³¹ Idem, *Ibidem*.

²³² Idem, *Ibidem*.

²³³ Idem, *Ibidem*.

Gráfico n.º 4



Fonte: A. H. M. Registo estatístico do número de artigos publicados nos Tomos XIV a LVI de 15 de Janeiro de 1862 a 31 de Dezembro de 1904.

Constatamos através de uma análise ao gráfico 4 que, em termos percentuais, 12% dos artigos foram publicados na área temática de «Política e Administração Pública», 13% nas «Letras e Arte», 15% «Técnicos e Científicos», 22% «Sociedade e Humanidades» e por fim 38% nos «Corpos, Batalhões e Repartições»²³⁵. Destes dados, e à semelhança do período anterior, podemos observar que em termos individuais a maior percentagem de artigos publicados relaciona-se com a temática «Corpos, Batalhões e Repartições», artigos cujo interesse é exclusivo da Instituição Militar.

A pouco e pouco o estilo dos artigos vai-se alterando de acordo com o movimento literário em que a *Revista Militar* está inserida, notando-se o uso de uma linguagem simples sem, ênfase, coloquial, mais rica, mais próxima do que é natural, perdendo o embelezamento do discurso encontrado nas primeiras décadas de redacção. O autor participa do seu relato, está presente e emite a sua própria opinião, seja ela de natureza técnica ou científica, literária ou mesmo administrativa.

Depois da década de 70 do século XIX, valoriza-se a observação directa que conduz à análise minuciosa dos costumes, observa-se os fenómenos de forma materialista e empírica, de forma a atrair o observador neutro e objectivo. Os artigos são muito diversificados: referem-se a pormenores técnicos e científicos e, igualmente,

²³⁴ Idem, Ibidem.

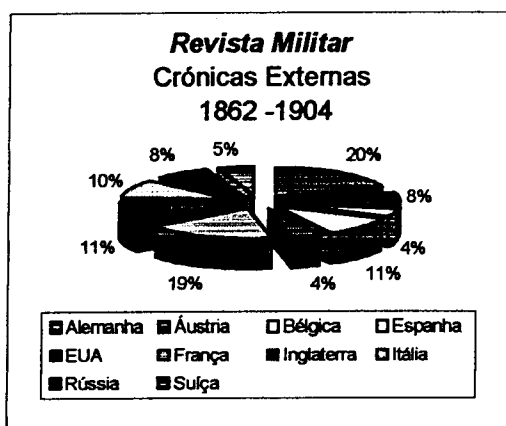
²³⁵ Idem, Ibidem.

à sua aplicação quer na Instituição militar quer na Sociedade civil. Os artigos científicos e técnicos desempenham o seu papel de instrução e alargamento de conhecimentos que se dispuseram a divulgar o que de mais recente e inovador se realizava no nosso país e nos países nossos correspondentes, nomeadamente, na França, na Inglaterra e na Alemanha.

Acompanhando o movimento realista que se iniciou no nosso país por volta de 1870 com a "Questão Coimbrã" e as Conferencias do Casino, o discurso da *Revista Militar*. Adquire uma autenticidade própria e uma linguagem jornalística clara, objectiva e sem embelezamento. O autor torna-se impessoal e a *Revista Militar* desenvolve-se numa necessidade de agir sobre a sociedade. Interessa a vida social com os seus rituais e actos públicos e a explicação das causas remotas dos factos observados e a crença nas leis naturais que explicam as transformações a que a sociedade está sujeita. A *Revista Militar* adopta uma postura de análise de tipos e situações carenciadas de reforma, na medida em que os seus Colaboradores procuram relacionar os seus artigos com a veracidade da notícia que pretendem transmitir.

Podemos considerar que em termos de crónicas externas, o periódico continuou a sua edição entre 1862 e 1904, onde se destaca a Alemanha e a França com 344 e 325 crónicas, seguindo-se-lhe a Inglaterra com 200, a Espanha com 188 e a Itália com 175 e ainda a Rússia com 144 e a Áustria com 140, mais fraca foi a participação da Suíça com 90 a Bélgica com 74 e os Estados Unidos com 70²³⁶.

Gráfico n.º 5



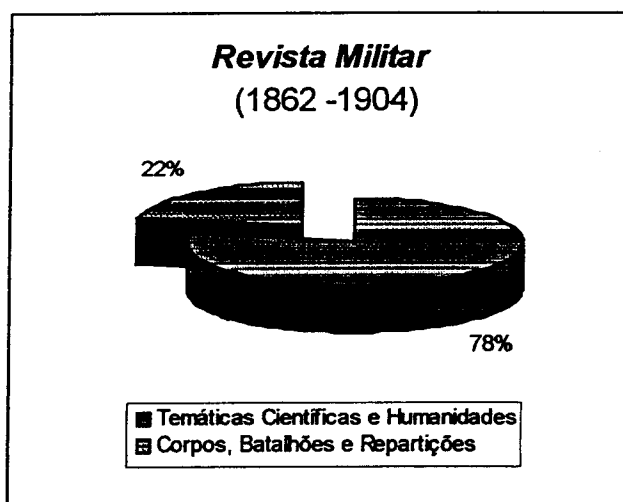
Fonte: A. H. M. Registo estatístico das Crónicas Externas publicadas nos Tomos XIV a LVI de 15 de Janeiro de 1862 a 31 de Dezembro de 1904.

²³⁶ Cfr. Anexo V, Quadro n.º 5, pág. 142.

De acordo com o que atesta o Gráfico n.º 5, em termos percentuais, destacam-se a Alemanha com 20% e a França com 19% respectivamente. A representação mais fraca foi a dos Estados Unidos com apenas 4%.

Iniciado o ano de 1862 e ultrapassados os momentos de dificuldade económica que teve de enfrentar, contando com o apoio dos numerosos assinantes individuais, incluindo o próprio Monarca, o Príncipe e os Infantes, os Marechais do Exército, os Generais da mais elevada hierarquia, os Brigadeiros, número elevado de oficiais, entre eles os comandantes das divisões do continente e ilhas, de todas as unidades das diferentes armas e serviços do Exército, dos estabelecimentos fabris, das várias comissões permanentes das instituições de ensino e mercê ainda do crédito conseguido pelo seu elevado e honesto labor, pela sua acção pedagógica, pela variedade dos assuntos versados nos seus diversos artigos técnicos, científicos e literários, podemos verificar que a *Revista Militar* afirmava-se cada vez mais na sociedade portuguesa.

Gráfico n.º 6



Fonte: A. H. M. Registo estatístico comparativo entre as temáticas científicas e de humanidades com as temáticas de cariz estritamente militar «Corpos, Batalhões e Repartições» publicados nos Tomos XIV a LVI da Revista Militar de 15 de Janeiro de 1862 a 31 de Dezembro de 1904.

Situação aquela que podemos confirmar através da análise ao Gráfico n.º 6 onde se regista 78% de artigos relacionados com as Temáticas Científicas e de Humanidades e apenas 22% de artigos de natureza militar.

3º Andamento: temas e discursos de saber científico 1905 - 1910

A 2ª Etapa compreende os anos entre 1905, ano da fusão dos periódicos *Revista do Exército e da Armada* e *Revista de Administração Militar* com o seu *Suplemento Portugal Militar* na *Revista Militar* e 1910, momento de viragem na sociedade portuguesa com a queda da Monarquia Constitucional e implantação da República Portuguesa. Esta etapa ficou marcada pela mudança da periodicidade da *Revista Militar* que passou de quinzenal a mensal.

A *Revista Militar* regista, no seu ano LVII, a fusão dos periódicos *Revista do Exército e da Armada* e *Revista da Administração Militar* com o seu *Suplemento Portugal Militar* e engloba 59 artigos: 12 «Técnicos e Científicos», 21 «Sociedade e Humanidades», 5 «Letras e Arte», 4 «Política e Administração Pública» e 17 «Corpos, Batalhões e Repartições»²³⁷.

Na introdução ao Tomo LVII, a *Redacção da Revista Militar* começou por reafirmar o propósito de engrandecimento e aperfeiçoamento da Instituição Militar, reafirmando a imparcialidade e isenção com que as diferentes direcções trataram o periódico. As suas páginas foram sempre eco da concórdia e subordinação, mesmo em momentos de grandes controvérsias. Apesar de muitas vezes as opiniões serem divergentes, sempre a *Revista Militar* esteve disponível para a manifestação das ideias cujo objectivo fosse o «engrandecimento do Exército e consagração da Pátria»²³⁸.

Voltando à temática «Técnica e Científica», o artigo *Material de Campanha de Telegraphia sem Fios* mostra as vantagens da telegrafia sem fios (TSF) sobre a telegrafia com fios (TCF) em termos de economia de esforço de colocação e de transmissão, pois permitia que a mesma comunicação alcançasse diversos receptores em simultâneo sem ser interrompida pelo exército contrário. Revela, ainda, vantagem da sua utilização nos territórios coloniais e as novas potencialidades criadoras. Este artigo surge como meio de ligação entre o progresso científico promovido pela instituição civil em termos de utilização pela Instituição Militar²³⁹.

O artigo *Necessidade de Criar um Observatorio* prende-se com a importância em satisfazer a navegação militar e comercial. O serviço técnico da navegação não

²³⁷ Cfr., Anexo IV, Quadro n.º 3, pág. 137.

²³⁸ Redacção, "Pro Patria", *RM*, 1905, n.º 1, pág. 5.

²³⁹ J. Mascarenhas, "Material de Campanha de Telegraphia sem Fios", *RM*, 1905, n.º 2, pp. 121-127.

podia prescindir de um observatório onde se estudassem os ramos da ciência que interessavam ao complexo problema da navegação: hora oficial, regulação de cronómetros, agulhas magnéticas, magnetismo terrestre, electricidade atmosférica, meteorologia náutica, sismologia e oceanografia. O artigo reflecte sobre alguns aspectos dignos de interesse em relação a cada uma das áreas técnicas e científicas atrás referidas. Demonstra que só todos os serviços localizados num observatório e orientados de uma forma prática levariam à satisfação das exigências postas pela navegação moderna²⁴⁰.

O artigo *Marinha Mercante Nacional* é composto por vários conselhos sobre náutica aos navegadores da marinha mercante; a necessidade de reforma e a instrução dos oficiais de marinha mercante nacional com vista ao desempenho cabal da sua missão. Além desses conselhos, alerta para a necessidade de actualização de todas as cartas náuticas e para os livros de estudo de natureza técnica e científica que todos os navios mercantes deveriam possuir e até incentivar à sua leitura por todos os oficiais de marinha. Além das cartas, destinadas à navegação, deveriam ainda existir a bordo cartas de ventos, de correntes de diversas regiões marítimas e cartas de declinação magnética ou linhas isognitas. Os livros recomendados para a navegação eram os *almanach nautico, roteiros e taboas nauticas*²⁴¹.

Ainda no âmbito desta temática, destacamos o artigo *Sobre Nivelamento de Precisão* em Portugal que consistia no conhecimento da configuração exacta e indispensável para a resolução dos problemas de viação, linhas férreas, canalizações, comunicações das águas, defesa dos portos e organização dos planos de defesa do país²⁴². Estes nivelamentos foram executados com o nível Brito Limpo e com as miras suíças de Kern²⁴³. O nível Brito Limpo teve o nome do seu inventor, o malgrado Coronel de Artilharia Francisco António de Brito Limpo²⁴⁴ cujos notáveis trabalhos científicos mereceram a maior consideração. Das superiores qualidades que foram teórica e praticamente demonstradas, referimos apenas a principal que é a de não

²⁴⁰ Augusto Ramos da Costa, "A Necessidade de Criar um Observatorio", *RM*, n.º 6, 1905, pp. 285-291.

²⁴¹ Manuel Muda, "Marinha Mercante Nacional", *RM*, n.º 6, 1905, pág. 481-488.

²⁴² Marquez Dávila e de Bolama, "Sobre Nivelamento de Precisão em Portugal", *RM*, n.º 7, 1905, pág. 521.

²⁴³ Idem, *Ibidem*.

²⁴⁴ Francisco António de Brito Limpo nasceu em 1832. Professor de Engenharia da Escola do Exército e autor de vários inventos, escreveu e publicou várias obras científicas e estudos sobre nivelamentos na *Revista de Obras Públicas e Minas* da Associação de Engenheiros Civis em 1870. Faleceu em Abril de 1891 com 69 anos de idade.

estarem os resultados influenciados pelas pequenas imperfeições de rectificação do instrumento²⁴⁵.

Na área da «Sociedade e Humanidades», entre outros, destacamos o artigo *As Nossas Ilhas Atlânticas e os Pontos de Apoio da Esquadra* que se revelaram de grande importância geográfica e estratégica, já que localizadas no vastíssimo oceano, eram fundamentais em qualquer guerra marítima e terrestre europeia ou mesmo americana. O autor faz um estudo comparativo da localização geográfica das ilhas atlânticas dos arquipélagos da Madeira, Cabo Verde e Açores, demonstrando estrategicamente as vantagens e inconvenientes de cada uma delas²⁴⁶.

No artigo *Guerra Civil de 1826-34, sob o ponto de vista da defesa do paiz* trata da crise dinástica, questionando sobre quem seria o legítimo herdeiro: D. Pedro, D. Miguel ou D. Maria da Glória? Depois aborda as questões relacionadas com as reacções à Carta Constitucional, juramento e tentativa Miguelista contra a mesma²⁴⁷.

O artigo *População Civilização* incide no estudo sobre a vasta região da Zambézia, um dos mais importantes distritos em que se divide a província de Moçambique. O estudo analisa as características do solo e a população nativa que na opinião do autor constituem as verdadeiras riquezas para a oferta à actividade humana, não se esquecendo do subsolo que em determinadas zonas territoriais desperta algumas expectativas de existência de jazidas de minérios em ouro. Outro aspecto que se revela de forma bastante positiva é a existência de um vasto campo para a prática da agricultura e da indústria colectivas que poderão originar um desenvolvimento em perfeita concordância com as necessidades de abastecimento dos mercados externos, não apenas pelo lado alimentar, como também pelo manufactureiro²⁴⁸.

Em «Letras e Artes», relevamos as resenhas bibliográficas²⁴⁹ onde a *Direcção da Revista Militar* publicava os títulos dos livros e periódicos com os estudos nacionais e estrangeiros mais recentes dignos de referência pelo seu carácter técnico e científico e de interesse quer para a Instituição Militar quer para a Sociedade Civil. Ainda nesta tipologia o artigo sobre *As Línguas Estrangeiras sob o Ponto de Vista Militar*, refere as

²⁴⁵ Marquez d'Ávila e de Bolama, "Sobre Nivelamento de Precisão em Portugal, *RM*, n.º 7, 1905, pág. 522.

²⁴⁶ Joaquim Anselmo da Matta Oliveira, "As Ilhas Atlânticas e os Pontos de Apoio da Esquadra", *RM*, n.º 8, 1905, pág. 651-665.

²⁴⁷ Alfredo Pereira Taveira de Magalhães, "A Guerra Civil de 1826-34 sob o Ponto de Vista da Defesa do Paiz", *RM*, n.º 9, 1905, pp. 713-726; n.º 10, pp. 815-835.

²⁴⁸ José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro, "Zambezia – População e Civilização", *RM*, n.º 3, 1905, pp. 199-205.

orientações de alguns países acerca do estudo das línguas vivas do ponto de vista militar e algumas conclusões que serviram de norma no itinerário a seguir pelo Exército português. Assim, nas nossas escolas estudava-se a língua francesa pelo grande número de livros e revistas e diversidade de assuntos científicos que continham e por ser a mais falada na Europa e a inglesa por ser a dos nossos aliados, os ingleses que serviam no nosso exército e que era necessário entendê-los. Só muito mais tarde, em 1905 é que a língua alemã fez a sua aparição nas nossas escolas militares²⁵⁰.

Em “Política e Administração Pública” o artigo *Montepio Oficial* que como instituição procura ou tem por objectivo ajudar as famílias dos funcionários militares e civis falecidos. Questiona se essa ajuda poderá continuar segundo o regime de administração actual. Atendendo ao progresso e desenvolvimento que o Montepio Geral conhece sem o financiamento do Estado, entendeu-se alterar os estatutos do Montepio Oficial de que beneficiavam todos os associados, sendo essa alteração o desconto individual de uma importância mensal para a compensação da sua situação de reforma²⁵¹.

O artigo *Alliança Política e Convenção Militar* começa por mencionar o estado político e comercial em que se encontravam as nações europeias, Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Alemanha. De seguida expõe as novas necessidades materiais e humanas que são indispensáveis para formar os exércitos e esquadras ao melhor nível de intervenção militar. À falta de capacidade financeira de Portugal para aquisição de novos meios militares de defesa terrestre e marítima, não lhe restava outra alternativa que aliar-se à Inglaterra continuando a sua longa tradição histórica²⁵².

Pelo seu significado militar e nacionalista que as invasões francesas tiveram para o nosso país, a *Direcção da Revista Militar* em Novembro de 1907 tomou a iniciativa da *Commemoração Centenária da Guerra da Peninsula* com um carácter verdadeiramente nacional e sem o exclusivismo da restrição à classe militar, pois entendiam que nacional e bem do povo partira tão heróica iniciativa. Assim, procurou a *Revista Militar*, com essa atitude levantar o espírito nacional e estimular o sentimento

²⁴⁹ Redacção, “Bibliographia”, *RM*, Anno LII, 1905, n.º pp. 171-176; n.º 3, pp. 267-272; n.º 5, pp. 343-351; n.º 6, pp. 429-436.

²⁵⁰ Para um estudo mais aprofundado veja-se Teixeira Botelho, “As Línguas Estrangeiras sob o Ponto de Vista Militar”, *RM*, Anno LII, 1905, n.º 5, pp. 382-395.

²⁵¹ Cfr., Carlos Augusto d’Amorim, “Montepio Oficial”, *RM*, Anno LII, 1905, n.º 3, pp. 216-220.

²⁵² Carlos Roma do Bocage, “Alliança Política e Convenção Militar”, *RM*, Anno LII, 1905, n.º 5, pp. 353-361.

patriótico²⁵³. É nesse sentido que são enviadas numerosas circulares pelo país expondo as suas ideias e convidando todos os periódicos a fazerem representar-se por um dos seus delegados numa reunião a realizar-se no dia 27 de Maio de 1908²⁵⁴.

Os resultados de tal iniciativa não se fizeram esperar e poucos dias decorridos era apresentado na Câmara Baixa um projecto de lei habilitando o governo com os meios necessários para, à semelhança do que se passava em Espanha e Inglaterra, promover e auxiliar a *Commemoração Centenaria da Guerra da Peninsula* e que em capítulo próprio iremos desenvolver.

O periódico *Revista Militar* compreende, no seu Tomo LXII, 62 artigos distribuídos pelas tipologias: 11 «Técnicos e Científicos», 23 «Sociedade e Humanidades», 7 «Letras e Arte», 13 «Corpos Batalhões e Repartições»²⁵⁵.

Nos artigos «Técnicos e Científicos» publicados pela *Revista Militar* temos a relevar os artigos no campo das descobertas na área da aeronáutica e sua aplicação nas mais diversas actividades civis e militares. Debate-se a aplicação de inventos civis pela instituição militar. Em causa está a utilização das descobertas no campo da aeronáutica na melhoria das actividades de observação e reconhecimento territorial que até esse momento eram realizadas pela arma de cavalaria.

Assim, destacamos o artigo *O Emprego dos Aeroplanos na Guerra Terrestre* que começa por estabelecer uma relação muito próxima entre a ciência que é desenvolvida pela sociedade civil, mas logo com o estímulo de ser utilizada como auxílio da instituição militar.

A aviação começou, desde logo, a ser objecto de vários estudos pela importância da sua colaboração em actividades de observação e operações de estratégia e também pelo desenvolvimento que começava a ter em países como a Alemanha, Áustria, Inglaterra, Rússia, Itália e França, onde as instituições militares se

²⁵³ "(...) Afigura-se, porém, á direcção da mesma Revista que a comemoração de tal facto não deve ficar unicamente no exclusivo de uma classe da nação, antes deve englobar os votos e a acção commum de todos os elementos do paiz, tanto mais que aquella lucha revestiu exactamente um character grandiosamente nacional. Ora sendo a imprensa o elemento mais poderoso para divulgar os factos patrioticos a commemorar, e para orientar a opinião publica no sentido de fazer vibrar novamente o espirito nacional por todo o paiz (...)", Direcção da Revista Militar, "Commemoração Centenaria da Guerra da Peninsula", *RM*, Anno LX, 1908, n.º 6, pág. 357.

²⁵⁴ A propósito de tal iniciativa o *Diário de Notícias* de 28 de Maio de 1908 escrevia: "A convite da redacção da Revista Militar realizou-se hontem pelas 9 horas da noite, nas salas d'este nosso colega, uma reunião em que se fizeram representar a maior parte dos jornaes de Lisboa e muitos da provincia. Assistiram tambem grande numero de officiaes do exercito, das diversas armas, e de marinha". Cfr. José Estevão de Moraes Samento, "Commemoração Centenária da Guerra da Peninsula", *RM*, Anno LX, 1908, pp. 353-361.

²⁵⁵ Cfr., Anexo IV, Quadro n.º 3, pág. 137.

envolveram, sendo notável já a tenacidade com que a França reivindicava a supremacia no poder militar aéreo²⁵⁶.

São ainda feitas algumas reflexões sobre problemas a solucionar quanto às características técnicas dos aeroplanos: segurança, evolução em condições atmosféricas adversas, formas de evitar a queda em caso de avaria do motor e garantia do raio de acção vertical e horizontal.

As pesquisas já feitas e as que se presumem realizáveis podem permitir um emprego satisfatório do aeroplano como agente de transmissão de ordens e participações, como serviço de exploração e como meio de transporte. O artigo termina com algumas considerações sobre o uso exclusivo dos meios aéreos pela instituição militar e com o apelo para a actualização dos conhecimentos sobre trabalhos no progresso da aviação²⁵⁷.

No artigo *A Evolução do Couraçado* o autor começou por relevar a teoria científica como base para se chegar à exactidão dos seus intentos. Refere que teoria e prática terão que caminhar juntas para obterem as fantásticas descobertas que caracterizaram a civilização moderna. Foi graças aos avanços das ciências exactas e aos resultados das sucessivas experiências que os engenheiros procederam às alterações nos seus projectos. Depois das experiências e lançamento dos mesmos projectos, o autor faz uma descrição pormenorizada de como deve ser constituído um navio, passando pelas suas mais diversas fases: elaboração do projecto, resistência dos materiais, lançamento da quilha no estaleiro, aos forros, aos edifícios, às máquinas e caldeiras, às couraças, enfim, desde a concepção do plano até ao navegar²⁵⁸.

Na temática «Sociedade e Humanidades» o artigo *Bastão de Marechal* é uma reflexão sobre o papel da publicidade na conquista da opinião e na queda das muralhas em volta de velhas crenças ou prejuízos sociais. A evolução no campo das ciências acontece ao mesmo tempo que a evolução no estudo da vida social e na transformação que as ciências sociais sofreram. A Sociologia aumentou o seu domínio entre as sociedades com o reconhecimento da existência de leis que dirigem os fenómenos sociais²⁵⁹.

Nesta área destacamos ainda o artigo sobre História de Portugal, *As Linhas de Torres Vedras* que começa com uma alusão à importância das linhas de Torres

²⁵⁶ Raul Augusto Esteves, "O Emprego dos Aeroplanos na Guerra Terrestre", *RM*, Anno LXII, 1910, n.º 3, pp. 179.

²⁵⁷ Idem, pp. 179-191.

²⁵⁸ Mariano Silva, "A Evolução do Couraçado", *RM*, Anno LXII, 1910, n.º 8, pp. 597-607.

Vedras na protecção e defesa da cidade de Lisboa, considerado-as mesmo o autor como um importante bastião na defesa da independência de Portugal contra as águias napoliónicas que nelas encontraram o primeiro rebatido do seu aniquilamento. De seguida o autor descreve de forma pormenorizada o plano de Lord Wellington para evitar a tomada de Lisboa pelos exércitos napoliónicos²⁶⁰.

No que concerne à tipologia «Política e Administração Pública», salientamos o artigo *Congresso Nacional*. A *Revista Militar* através de um convite veiculado pela *Liga Naval Portuguesa*, participou no *Congresso Nacional*²⁶¹ realizado na Sociedade de Geografia de Lisboa em Maio de 1910, expondo a Tese *Situação do Exército, Males e Remédios* pelo Capitão Fernando Augusto Freiria²⁶².

A participação da *Revista Militar* resultou de uma conjugação entre as teses *Males e Remédios, Situação Internacional, Organização da Defesa Nacional*. O artigo refere-se depois às conclusões.

O artigo *A Transformação do Regime Político Nacional*, começa por reiterar o propósito de não fazer política nem tomar partido por situações políticas, religiosas e pessoais, mas antes preocupar-se em promover a discussão e propagação dos conhecimentos técnicos e científicos, nomeadamente, dos militares.

De seguida, a *Revista Militar* esclarece que não se dedicou à apreciação dos factos que deram origem às transformações políticas do país, mas pela sua natureza importa esclarecer qual a atitude que se propõe tomar no novo regime.

²⁵⁹ José Estevão de Moraes Sarmiento, "O Bastão de Marechal", *RM*, n.º 4, 1910, pp. 241-149.

²⁶⁰ Ortigão Peres, "As linhas de Torres Vedras", *RM*, n.º 9, 1910, pp. 722-738.

²⁶¹ O Congresso Nacional iniciou-se em Maio de 1910 e terminou em Junho desse mesmo ano, teve como objectivo dar início a um movimento consciente de regeneração nacional, indicando para o efeito uma orientação no sentido do desenvolvimento científico, cultural, económico, financeiro e judicial, de que tanto necessitava a sociedade portuguesa. Nesse Congresso foram apresentadas dezoito teses principais: sobre a *Situação demographica do paiz, sob o ponto de vista da densidade da população; Situação demographica do paiz sob o ponto do vigor da raça; Reclamações operárias; A extinção do analfabetismo e o problema nacional; O problema educativo; O problema juridico nacional; Situação económica do paiz; Situação da Agricultura Nacional; Situação da Industria Nacional, Situação do Comércio Nacional; O problema das Pescarias e da Marinha Mercante; O problema colonial Portuguez; Situação financeira do paiz, O problema internacional; a produção, o trabalho e a questão social em Portugal; Situação da marinha de guerra; Organização da defesa nacional sob o ponto de vista terrestre; Papel da imprensa na grande obra da regeneração nacional*. Foram ainda apresentadas mais sete teses extra.

²⁶² Fernando Augusto Freiria nasceu em Lisboa a 12 de Janeiro de 1877. Como representante da Escola de Guerra em 1913 efectuou uma viagem à Itália e à França para estudar a organização e funcionamento das escolas daqueles países. Foi lente e director em diversos estabelecimentos de ensino militar e civil entre 1912 e 1920, Ministro da Guerra por duas vezes, em 1921 e 1922. Fez parte do Congresso Republicano, eleito por Viana do Castelo. Depois de uma grande actividade política e militar viúva a falecer a 13 de Abril de 1955. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 715.

Como sempre defendeu a transformação e progresso das instituições militares, apresenta a sua própria opinião no *Grande Congresso Nacional de 1910*, onde obteve as maiores referências e a aprovação geral dos membros do *Partido Republicano* presentes no congresso. Houve de facto uma unidade de pensamento que se justifica pela lei natural da evolução que abrange a constituição das sociedades e que a *Revista Militar* sempre defendeu.

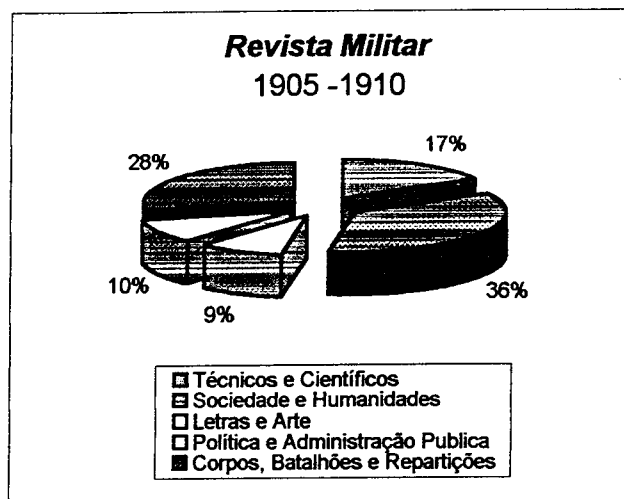
A *Revista Militar* preocupou-se em esclarecer que a sua posição tem o intuito de demonstrar unicamente que continuará a manter as doutrinas que sustentou nos anos anteriores e que estão perfeitamente de acordo com o programa adoptado pelo governo provisório da Republica Portuguesa. Isto significa que de acordo com os seus estatutos estará disponível para continuar a sua actividade apesar da alteração do regime político português. Demonstra ainda que pela conformidade das ideias, pelas quais sempre lutou, e as que são próprias da nova estrutura política, continuará a seguir a sua linha de conduta e orientação doutrinária, alheando-se das paixões políticas e empenhando-se em contribuir para o robustecimento da defesa nacional e engrandecimento do país.

Na *Revista Militar* encontramos uma forma empenhada de intervir na sociedade e contribuir para o progresso e civilização. Os artigos de reflexão estampam a comparação entre os grandes clássicos e os momentos românticos, a linguagem das primeiras décadas está de acordo com os ideais e formas de literatura que se viviam na época do Romantismo. A escola romântica reveste-se de um estilo floreado e rico de recursos estilísticos próprios da época. Ao entrar-se na década de 70 nota-se uma alteração no estilo discursivo da *Revista Militar*. Os seus artigos são menos rebuscados e mais objectivos. Reflectem mais as situações reais com um estilo naturalista e realista. Deixa de se usar grandes paráfrases e eufemismos. O autor trata dos seus assuntos com uma linguagem clara, denotativa, objectiva e concisa. Não há o recurso a adjectivação. No que refere aos artigos de cariz científico a linguagem permanece científica.

Ao longo deste III andamento foram publicados 59 artigos «Técnicos e Científicos», 126 de «Sociedade e Humanidades», 32 «Letras e Arte» 35 «Política e Administração Pública» e 98 de «Corpos, Batalhões e Repartições», totalizando 350 artigos, perfazendo em média 58 artigos por ano²⁶³.

²⁶³ Cfr., Anexo IV, Quadro n.º 4, pág. 138.

Gráfico n.º 7



Fonte: A. H. M. Registo estatístico do número de artigos publicados nos Tomos LVII a LXII de 15 de Janeiro de 1905 a 31 de Dezembro de 1910.

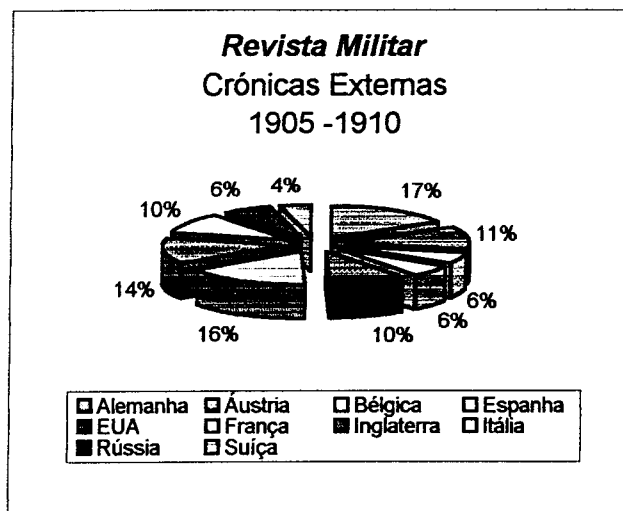
Em termos percentuais, podemos constatar através do Gráfico n.º 7 que 9% dos artigos pertencem à temática «Letras e Arte», 10% à «Política e Administração Pública», 17% aos «Técnicos e Científicos» e 28% aos «Corpos, Batalhões e Repartições» e 36% «Sociedades e Humanidades». Comparando a 1ª Etapa, com os seus dois períodos, e a 2ª Etapa verificamos que a tipologia dos artigos foi, ao longo do tempo, sofrendo alterações, pois na 1ª Etapa, 1º Período encontramos 54% dos artigos estritamente relacionados com a Instituição Militar, mas ainda na mesma etapa, 2º Período, ocorreu um decréscimo, situando-se nos 22% e, finalmente, na 2ª Etapa fixando-se nos 28%, enquanto os artigos relacionados no seu conjunto com as outras áreas temáticas começaram por ser de 46% na 1ª Etapa 1º Período, aumentando depois para 78% no 2º Período e, finalmente, fixando-se em 72% na última Etapa²⁶⁴.

À semelhança da etapa anterior a *Revista Militar* apresenta um conjunto de Crónicas Externas deixando antever a importância que a sua Direcção continuou a dar ao que de mais importante se passava nos países estrangeiros. Assim, nesta etapa destacamos a Alemanha e a França com 94 e 91 crónicas, seguindo-se depois a Inglaterra com 77, a Áustria com 64, os estados Unidos com 56, a Rússia com 36, a Espanha com 33, a Bélgica com 31 e, finalmente a Suíça com 23²⁶⁵.

²⁶⁴ Cfr., Quadros 3, pág. 73; Quadro 6, pág. 86 e Quadro 9 pág. 97.

²⁶⁵ Cfr., Anexo V, Quadro n.º 3, pág. 142.

Gráfico n.º 8



Fonte: A. H. M. Registo estatístico do número de Crónicas Externas artigos publicadas nos Tomos LVII a LXII da *Revista Militar* de 15 de Janeiro de 1905 a 31 de Dezembro de 1910.

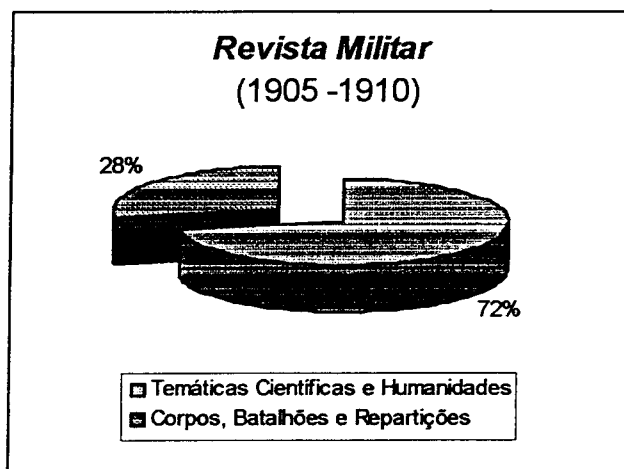
Em termos percentuais, verificamos através do Gráfico n.º 8 que a Alemanha e a França detêm a maior percentagem com 17% e 16% , seguindo-se-lhe a Inglaterra com 14%, a Áustria com 11% e, finalmente, a Suíça com apenas 4%.

Analisando a evolução do contributo dos países estrangeiros nas crónicas externas da *Revista Militar* verificamos que a mais elevada contribuição foi a da França com 472, seguida da Alemanha com 454, depois a Inglaterra com 332, a Áustria 245 e a Itália com 243, a Rússia com 206, os Estados Unidos com 140, e por fim, a Suíça 116 e a Bélgica com 110²⁶⁶.

Verificamos que, inicialmente, a Espanha deteve, durante a 1ª Etapa a mais elevada contribuição de crónicas externas. Logo depois a Alemanha e a França passaram elas a ser os países principais colaboradores de crónicas externas.

²⁶⁶ Idem, Ibidem.

Gráfico n.º 9



Fonte: A. H. M. Registo estatístico comparativo do número de temáticas científicas e de humanidades com as temáticas estritamente militares, «Corpos, Batalhões e Repartições» publicadas nos Tomos LVII a LXII da *Revista Militar* de 15 de Janeiro de 1905 a 31 de Dezembro de 1910.

Nesta última Etapa, analisando o gráfico 9, continua a registar-se o predomínio das temáticas científicas e de humanidades, com 72% de artigos, enquanto 28% remetem para os artigos de interesse militar ou que exclusivamente à instituição militar dizem respeito.

Perante os dados apresentados ao longo destas páginas, importa colocar as seguintes questões: por que terá a *Revista Militar* iniciado a sua publicação com o predomínio dos artigos de interesse estritamente militar, ou seja com uma linguagem dirigida a um público leitor reduzido? Por que foi alterado esse percurso ao longo do tempo e passar a dirigir-se a um público mais alargado?

No que concerne à primeira questão, constatamos que A *Revista Militar* iniciou a sua publicação com o predomínio dos artigos de natureza estritamente militar, ou seja, com uma linguagem puramente militar, artigos que, no âmbito técnico e científico, interessavam a uma minoria de leitores, aos militares, à instituição militar. Esta situação relaciona-se com a necessidade que o exército tinha de modernizar-se porque, por um lado tinham terminado a guerra civil e os golpes militares e, por outro, porque o periódico estava no início da sua publicação e precisava de galvanizar-se através da instituição militar e daí o seu discurso puramente militar.

Quanto à segunda questão, verificamos que à medida que *Revista Militar* avança no tempo, os artigos de linguagem puramente militar vão diminuindo, dando

lugar a outros artigos técnicos, científicos e literários destinados a um público leitor mais alargado, não se limitando apenas aos militares, mas também à sociedade civil. À medida que os artigos puramente militares vão diminuindo o periódico vai, simultaneamente, afastando-se da instituição militar e aproximando-se da sociedade civil. A *Revista Militar* que, inicialmente, teve como fim a Instituição Militar, à medida que avança no tempo começa a deixar de galvanizar-se com o discurso puramente militar, e a dirigir-se a um público leitor mais alargado, afirmando a alteração que começou a verificar-se a partir de 1862 e que culmina em 1910. A *Revista Militar* não precisa de afirmar-se com o discurso dirigido para a Instituição Militar.

Como podemos verificar, este último ano coincidiu, como já referimos, com a fusão de alguns periódicos militares na *Revista Militar*, com a preparação dos novos estatutos e com o final da 1ª Etapa 2º Período. A 1ª Etapa 2º Período teve assim, uma longevidade jornalística de 43 anos sempre na procura do cosmopolitismo.

Consideramos agora a 2ª Etapa, da publicação da *Revista Militar*, o decorrido do dia 1 de Janeiro de 1905 a 31 de Dezembro de 1910, porque neste ano assiste-se em Portugal à mudança de sistema político, de uma monarquia constitucional para uma república, a mais curta delas, com uma longevidade de apenas cinco anos.

"Não é, porém, só no estudo pròpriamente dos assuntos estritamente técnico-militares que se confina a nossa Revista; também se tem ocupado desde a sua fundação, de todos os assuntos de política, na acepção elevada do termo, que interessam ao Estado por vezes até orientando a restante imprensa. Para o comprovar basta percorrer os seus sessenta e dois volumes. Todos os factos que interessam à nacionalidade têm sido tratados no nosso periódico, em reportagem de elevada e construtiva crítica, tendo sempre em mira um Portugal Maior. De-certo que essas reportagens e seus comentários não se podem comparar, dada a índole desta Revista, às dos jornais de «faits divers» que Girardin criou com a Presse, Miland com o Petit Journal, Villemessant com o Figaro, em França e Eduardo Coelho com o Diário de Notícias em Portugal, embora a Revista Militar também tenha por vezes e por razões de ordem financeira, que recorrer à obtenção do anúncio ...!"²⁶⁷.

Quem percorrer os 62 tomos, lá encontrará todos os factos que interessavam à vida do país, mesmo os de grande melindre em momentos de grande agitação política, salientando-se a busca da objectividade científica.

Outros momentos houve em que a *Revista Militar* em 1880, pelo momento da comemoração do Congresso Literário de Lisboa, numa notícia sobre o Jornalismo

²⁶⁷ Eduardo Menezes, "A «Revista Militar» no Jornalismo Português", *RM*, 1941, n.º 1, pág. 11.

português vê destacada a sua actividade jornalística, bem como em 1894 a sua citação no Congresso Internacional da Imprensa de Anvers.²⁶⁸

A *Revista Militar* também acompanhou o desenvolvimento dos acontecimentos coloniais que desde 1822 se vinham a desenrolar e que alcançaram o seu auge entre 1872 e 1890, assentuando-se depois nas conferências de Bruxelas e de Berlim que sob os aspectos filantrópicos e científico disfarçaram os propósitos ambiciosos de conseguir novos mercados comerciais.

Mudaram as Instituições, mas o periódico continua na sua missão, pois como diz o Teixeira Botelho "não há Instituições contrárias à eficiência do Exército mas êste tem de se adaptar àquelas na sua maneira de ser, integrando-se no seu espírito"²⁶⁹.

Nestes 62 anos de publicação encontramos nas páginas da *Revista Militar* páginas de história, onde em algumas transcrições que fazemos reflectem estados de espírito, aspirações, anseios, impressões e comentários sobre determinados assuntos dos momentos, épocas a que se referem. A abordagem de algumas dessas passagens, incluídas neste trabalho, poderão levar à consulta de tão valiosas fontes de repositórios informativos para investigadores, estudos preciosíssimos como base de trabalho para quem pretenda realizar sobre diversos assuntos que estiveram na base do desenvolvimentos e progresso da instituição militar e do país.

Estes artigos publicados ao longo das diversas páginas deste tão antigo periódico, onde sucessivas gerações de diferentes oficiais da Marinha, do Exército e alguns civis, dedicados a difundir os seus estudos através da imprensa, assinalaram a sua passagem com um traço fulgurante em prol do Progresso das instituições militares e do País com legitimidade na Ciência e na técnica aplicadas à Sociedade

²⁶⁸ *Idem*, pág. 12.

²⁶⁹ *Idem*, pág. 13.

PARTE 2

Fundadores, Redactores e Colaboradores: Acção pedagógica e de divulgação de Cultura Científica e Literária

Capítulo 1 Perfil Sociológico dos Fundadores

Vamos iniciar este capítulo sobre o mundo personalizado e intelectual da *Revista Militar*, periódico de divulgação do conhecimento técnico, científico, literário e pedagógico. A nossa primeira etapa foi identificar os Fundadores, Redactores e Colaboradores do periódico. Tratámos com um universo de cerca de 64 personalidades²⁷⁰ e elaborámos fichas de observação de acordo com a necessidade que tivemos de proceder à compilação de um grande número de elementos decorrente de uma consequência lógica de várias propostas incentivadoras de investigação e leituras cruzadas de carácter teórico e metodológico²⁷¹.

Ao folhearmos as páginas dos 62 tomos do periódico, verificamos a existência de um potencial humano de cultura muito específica e diversificada matizada nos inúmeros artigos técnicos, científicos e literários publicados ao longo desses 62 anos de existência. Potencial esse constituído por indivíduos directamente ligados a uma cultura politécnica com traços evidentes de uma convivência com a cultura científica essencialmente europeia através das inúmeras viagens científicas realizadas a países estrangeiros como a França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália e Áustria, bem como através das permutas efectuadas com outros periódicos técnicos e científicos estrangeiros de onde se difundia tudo quanto de mais avançado se realizava nesses países em termos de desenvolvimento e progresso da Ciência. Esta

²⁷⁰ Cfr., Anexo I, Prosopografias, pp. 2-45, Anexo II, Prosopografias, pp. 55-96 e Anexo III, Prosopografias, pp. 106-126.

²⁷¹ Helge Kragh, "Las Fuentes", in *Introducción a la Historia de la Ciencia*, s. l., s. n., 1989, pp. 159-174. Idem, "La Prosopografía", in *Introducción a la Historia de la Ciencia*, sl., s. n., 1989, pp. 227-236.

geração foi marcada pelo dinamismo do progresso técnico e científico preconizado pela *Academia Real de Marinha de Lisboa* (1779), *Academia Real de Fortificação Artilharia e Dezenho* (1790), *Escola Politécnica* (1837) e *Escola do Exército*.

Deste modo, considerámos todos os nomes de Fundadores, Redactores e Colaboradores do periódico, tendo cada um deles um tratamento individualizado em função de um determinado número de elementos²⁷² que nos poderiam esclarecer sobre os mecanismos de divulgação da ciência e sobre as possíveis ligações entre a *Revista Militar* e instituições científicas, *Revista Militar* e poder, *Revista Militar* e sociedade civil e *Revista Militar* e periodismo nacional e estrangeiro.

No conjunto dos elementos que contribuíram para a realização do periódico podemos englobar quatro gerações de homens da ciência de reconhecida reputação técnica, científica e literária, muitos deles, que por mérito e competência própria se encontravam ligados quer à sociabilidade científica e literária quer à formação em academias científicas e em instituições como *Academia Real de Marinha*, *Academia Real de Fortificação Artilharia e Dezenho*, *Escola do Exército*, *Universidade de Coimbra*, *Escola Politécnica*, *Academia Politécnica do Porto* e instituições estrangeiras integradas na época áurea cultural e científica da Europa durante os finais do século XVIII e século XIX. Nesta perspectiva, a *Revista Militar* é o produto de uma elite, reconhecida pelas demais instituições científicas como um conjunto de indivíduos com capacidade de influência nos designios do país²⁷³.

As listas que elaborámos dos Fundadores, Redactores e Colaboradores da *Revista Militar* tomam-se, porventura, mais compreensíveis sendo completadas com uma análise sociológica do seu conjunto e das actividades que estiveram na base do presente estudo. Toma-se pertinente esclarecer quais os critérios que estiveram presentes na construção do universo dos 26 Fundadores, 24 Redactores e 14 Colaboradores. Salientamos que para o efeito da análise quantitativa considerámos quatro grandes variáveis: local de nascimento; idade à data da fundação, redacção e colaboração no periódico; percurso académico e área científica de formação; actividades desenvolvidas; e colaboração em periódicos. Advertimos que na pesquisa para o terceiro e quarto itens, registámos a situação frequente em que um

²⁷² Prosopografias com os perfis biográficos das personalidades científicas. Numa primeira leitura é visível a coincidência temática dos interesses de uma cultura técnica, científica e literária de homens voltados para a divulgação dos enigmas da Ciência. Cfr., Anexo I, Prosopografias, pp. 2-45, Anexo II, Prosopografias, pp. 55-96 e Anexo III, Prosopografias, pp. 106-126



elemento se diplomou em mais do que um curso superior ou desempenhou várias actividades. Esta foi a forma de procurarmos transmitir uma estatística fidedigna e de investigar com rigor, nos conjuntos, a percentagem dos indivíduos que se formaram em mais do que uma instituição de ensino (quer ela fosse militar ou mesmo civil), ou desempenharam mais do que uma actividade profissional. A sua identificação foi sempre determinada em relação ao número total de desempenhos e não ao número total dos indivíduos, (Ministros, Secretários de Estado, Pares do Reino, Deputados, Governadores do Reino Professores entre outros, tiveram mais de uma actividade). Neste âmbito, o exercício de múltiplas actividades em simultâneo e sucessivas foi, sem dúvida, a situação mais comum. Por último, referimos o facto de não termos considerado a respectiva origem social devido à carência de informação sobre as profissões dos pais, embora saibamos que alguns destes elementos eram oriundos de famílias de militares e aristocratas²⁷⁴. Registaremos as principais conclusões relativas ao conjunto de Fundadores da *Revista Militar*, apresentado nos quadros (1 – 7 do Anexo I), seguindo-se uma análise semelhante aos conjuntos de Redactores nos quadros (1 – 7 do Anexo II) e Colaboradores nos quadros (1- 7 do Anexo III).

Naturalidade

Como podemos observar no quadro identificativo do local de nascimento²⁷⁵, um grande número de Fundadores 11 (42,30%) é natural da cidade de Lisboa. Naturais de Cidades de Província, temos: 4 Fundadores (15,38%) nascidos em Elvas; 2 (7,69%) em Abrantes e Chaves; 1 (3,84%) em Faro, Viana do Minho e Leiria, e ainda 1 (3,84%) nascido em Campo Maior Piauy no Brasil. Nascidos em países e cidades estrangeiras, Estados da Alemanha, Varsóvia e Montevideo temos 1 Fundador (3,84%) por cada uma delas. Pensamos que significativo é a maior parte dos Fundadores ser natural das cidades de província e cidades e países estrangeiros com 15 naturalidades

²⁷³ Juan Villa Arraz, "Classes Y Eliyes en La Investigacion, Algunas Reflexiones Teoricas y Metodologicas", in *Elites Prosopografia Contemporânea*, Valladolid, Pedro Carasa, Valladolid, Soto Editor, 1994, pág. 11.

²⁷⁴ Ao longo da investigação aos processos individuais confrontámo-nos com a situação em que os elementos de descendência aristocrática tinham mais informação biográfica do que os elementos de origem não nobre, onde por vezes, ocorre uma ausência de informação mais elementar. Esta foi uma situação constatada na segunda metade do século XIX. Contudo, a investigação que tem vindo a ser efectuada para a elaboração do Dicionário Biográfico de todos os Oficiais Gerais do Exército Português de 1640 à actualidade, também tem revelado essa situação para os séculos XVII e XVIII.

²⁷⁵ Cfr., Anexo I, Quadro n.º 1, pág. 47.

(57,69%)²⁷⁶. Dos 26 Fundadores, 11 nasceram nas diferentes cidades de Província e foram durante a sua infância ou na juventude viver para a capital do Reino onde iniciaram o seu percurso académico e alguns mesmo a sua actividade profissional, aspectos que em momento oportuno iremos desenvolver com mais detalhe. Naturais de países estrangeiros temos João Tavares de Almeida (1816-1877), nascido em Montevideo e que ainda em criança veio para a Europa, tendo chegado ao Porto onde se apresentou às ordens de D. Pedro para combater nas lutas liberais. De referir ainda Guilherme Luiz, Barão de Eschwege, de nacionalidade alemã, tendo entrado em Portugal em 1802 acompanhado de outros oficiais da sua nacionalidade a contrato do então Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho e José Carlos Conrado de Chelmiki natural de Varsóvia, vindo de França e presente no Porto em 1833 para servir nas fileiras do Exército Liberal como engenheiro militar.

Em termos de distribuição geográfica, verifica-se uma maior concentração dos locais de nascimento a Norte do Rio Tejo com 17 Fundadores (65,38%), enquanto que a Sul apenas registamos 5 (19,23%) nas cidades de Elvas e Faro.

Idade à data da fundação do Periódico

Analisando o quadro referente à idade dos Fundadores do periódico em 1849, verificamos que metade (50%) é bastante jovem, com idades abaixo dos 36 anos. A outra metade (50%) distribui-se entre os 36 e 71 anos de idade. É de realçar que o indivíduo mais novo Joaquim Henrique Fradesso da Silveira (1825-1875) tinha apenas 24 anos, enquanto que o mais velho, o Barão de Eschwege (1778-1855), tinha 71 anos de idade, o que nos deixa antever uma grande amplitude de idades entre os Fundadores²⁷⁷. Esta situação é reveladora da sã convivência entre os Fundadores mais jovens e os Fundadores de idade mais avançada, mas também nos revela a existência de uma saudável vivência que foi sempre característica do jornal até ao momento actual. Os grupos etários referidos no quadro são acrescidos pelos quatro indivíduos de quem não possuímos informação²⁷⁸.

Pela diferença de idades entre os Fundadores mais novos e os Fundadores de mais idade, estamos em presença de duas gerações de Fundadores.

²⁷⁶ *Idem*, *Ibidem*.

²⁷⁷ Cfr., Anexo I, Quadro n.º 2, pág. 48.

A geração mais antiga, educada durante os finais do século XVIII e princípios do Século XIX, é uma geração formada sob a influência das Luzes, em instituições de ensino militares e instituições de ensino civis estrangeiras. Foi este grupo de homens que à semelhança do que afirma Pedro Vicente contactou com o *“ideário liberal, (...) participaram na «Grande Armée» de Napoleão (...) combateram na Europa. Às vezes ocuparam aí posições de responsabilidade, experimentaram formas, práticas políticas e até administrativas de um Estado moderno, ou seja, de um Estado como o que o I império fora criando numa Europa ainda coalhada em minúsculas unidades políticas de recorte «feudal», antiquado. Esses militares ajudaram a formar uma nova ordem europeia, conforme com o triunfo do liberalismo emergente da revolução de 89. O Exército de Napoleão foi, em larga medida, para além da sua acção propriamente castrense ou do sucesso variável das suas armas, um enorme «parteiro» de modernidade política, organizacional, prática. Alguns dos nossos militares (desde o lendário Gomes Freire a outros soldados de carreira) colheram, precisamente nessa experiência ao serviço do Império francês, os primeiros vislumbres do que poderia ser a modernização de Portugal (...)”*²⁷⁹. Contactou ainda com as primeiras vivências do liberalismo marcadas como refere Maria de Fátima Nunes por “debates oratórios do vintismo e pelas lutas políticas e bélicas travadas entre as forças miguelistas e pedristas. Foi o tempo do triunfo da política e da retórica irrealista e apaixonada, na qual o discurso racionalista da ciência e da técnica soava a algo muito prosaico, pouco sonhador e nada utópico. Ou numa outra dimensão, ciência e técnica eram mechas de variados rastilhos de pendor revolucionário, perigosamente incendiários e subversivos”²⁸⁰.

A segunda geração é caracterizada pelos indivíduos que tiveram a sua formação académica durante o período das lutas liberais. Pensamos que este aspecto é demasiado importante para que não lhe possamos dar alguma atenção. Foi uma geração de militares de formação académica superior adquirida em instituições de cultura estrangeira, caso de Chelmiki formado em Engenharia em França e instituições civis e militares portuguesas José Maria de Pina e de Antonio Mello Breyner entre outros que movidos por ideias liberais vieram a fazer parte dessas mesmas lutas.

²⁷⁸ Desconhecemos informação sobre António Ladislau da Costa Camarate, António José Gonçalves Chaves, José Maria Moreira de Bergára e Leopoldo Xavier de Miranda.

²⁷⁹ António Pedro Vicente, *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*, 2ª edição, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, pág. 9.

²⁸⁰ Maria de Fátima Nunes, “Periodistas, Redactores e Colaboradores”, in *Leitura e Agricultura – A Imprensa Periódica Científica em Portugal (1772-1852)*, Évora, Universidade de Évora, 1994, pág. 330. Tese de Doutoramento.

Eram homens com uma sociabilidade académica muito dinâmica e específica, para quem as lutas liberais representavam um esforço de salvação nacional face ao Portugal cada vez mais antiquado representado por uma aristocracia retrógrada a quem não era reconhecida legitimidade. Foi essa aristocracia fundiária e imobilista e o Clero, por um lado, e as forças modernizadoras da Burguesia e da Nobreza, por outro que constituíram as forças em confronto no campo da luta de classes durante a Guerra Civil.

A formação académica proporcionada pelas instituições militares e civis, possibilitaram uma harmonia entre ciência e inovação, técnica e renovação capazes de contribuir para a reorganização de uma sociedade, oportunidades que foram interrompidas pelo exílio decorrido entre 1828 e 1834²⁸¹.

Esta segunda geração contactou de perto com a situação de exilado já desperta para a nova realidade científica que a rodeava e que permitiu formar-se em escolas superiores dos países adoptados, adquirindo experiência científica e especializando-se em diversos graus académicos. Estas personalidades conviveram com as publicações científicas periódicas que se destinavam a uma comunidade científica, ao mesmo tempo que se destinavam a tornar popular a ciência.

Ao longo do período de exílio os nossos intelectuais puderam estabelecer e consolidar contactos ao mesmo tempo que novos manuais universitários e a *Escola Politécnica* em conjunto com as visitas a fábricas lhes fizeram despertar para uma realidade bem distinta da que deixaram no seu país.

A esta geração²⁸² de homens técnicos e científicos permitiu-se combinar o poder da ciência com a ciência do poder e sociedade e pudessem caminhar juntos

²⁸¹ Na retirada do Exército Liberal, embarcaram em Espanha com destino a Inglaterra, em Agosto de 1828, 2383 exilados, na sua grande maioria militares, contando-se também entre eles algumas centenas de civis. Assim, descriminaremos: Militares – 1 Brigadeiro, 36 Coronéis; 52 Tenentes-coronéis e Capitães-mores; 60 Majores, 154 Capitães e Voluntários; 142 Tenentes; 136 Alferes, 702 Praças e 610 ditas de Voluntários. Paisanos – 2 Desembargadores, 36 Juizes de Fora e Corregedores; 4 Lentes e Opositores da Universidade; 52 Bacharéis de diferentes Faculdades; 32 Advogados; 14 Médicos, 28 Cirurgiões; 10 Boticários; 12 Frades de diversas Ordens; 25 Padres Seculares inclusivé um Cônego e alguns Abades; 51 Empregados Civis, Escrivães, Oficiais da Fazenda, etc.), 66 Proprietários e Negociantes, 90 Mulheres, 27 Filhos menores; 41 Criados. Na classe dos voluntários incluíam-se proprietários, negociantes e académicos de estudos maiores entre os quais se contavam 25 brasileiros alistados no Batalhão Académico. Cfr., José Joaquim da Silva Maia, *Memórias Históricas, Políticas, e Filosóficas da Revolução do Porto em Maio de 1828 e dos Emigrados Portugueses pela França, Espanha e Bélgica*, Rio de Janeiro, s. n., 1841, pág. 206.

²⁸² Concordamos com a opinião formalizada por Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, "O Exílio, Lugar de Aprendizagem", in *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, L.da., 1988, pp. 102-107.

atribuindo um novo estatuto e um novo alento à comunidade de cientistas que legitimou o poder da ciência face ao poder político.

Deste movimento, emergiu uma terceira geração de homens responsáveis pelo desenvolvimento científico e pelo progresso do país que a partir de 1851 com a Regeneração viria a ganhar ênfase e que estaria associado aos levantamentos geodésicos, ao progresso das estradas, dos caminhos de Ferro, das expedições africanas e da organização de exposições nacionais e internacionais. Foi ainda este núcleo de personalidades responsável pelo, alargamento da imprensa científica militar vocacionada para um determinado ramo do saber e voltada para um grupo de leitores muito específico e diversificado, com fortes ligações ao periodismo nacional e internacional.

A quarta geração de intelectuais, foram homens nascidos em pleno momento da revolta intelectual, revolução cultural: a *Questão Coimbrã* onde Antero de Quental foi o seu principal incentivador. É uma geração que viveu as consequências do *Ultimatum Britânico* e a crise económica social e política da sociedade portuguesa na última década do século XIX e que iria culminar com a Revolução Republicana de 1910. Foi, assim, educada dentro dos parâmetros que lhe permitiram alcançar uma grande abertura de natureza intelectual e cultural e, em simultâneo, capaz de criar as suas próprias ideias. Neste fim de século, as condições conservadoras são alteradas influenciadas por um realismo e naturalismo crescentes, ao mesmo tempo que seguem as ideias de Hegel, Comte, Shelling.

Apesar de se poder falar de quatro gerações, não podemos estabelecer uma divisão temporal na vida dos biografados, pois o que importa é perceber que houve uma continuidade de acontecimentos políticos, sociais culturais e científicos que permitem perceber os elos de ligação entre as várias gerações. Uma mesma personalidade pode ter acompanhado mais do que uma geração e adquirido o perfil que mais se adequava à realidade presente.

Ao longo do período em estudo sobre a *Revista Militar* podemos perceber que o conjunto de individualidades que constituíram o periódico formam o perfil duma instituição que atravessou diferentes momentos, políticos, sociais, económicos e científicos que tanto desenvolvimento trouxe à instituição militar e ao país.

Percurso Académico

Relevante é o elevado número de possuidores de cursos académicos de grau superior, 99% do total do conjunto dos 26 Fundadores. Apenas se apresenta um elemento a quem não nos foi possível registar formação académica de grau superior²⁸³. Nestas condições não surpreende que, ao analisarmos o quadro, nos surjam as instituições militares de ensino superior em posição bastante mais destacada em relação às instituições civis de ensino superior como a *Escola Politécnica* e a *Academia Real de Marinha e Commercio do Porto* (1803). A *Academia Real de Fortificação Artilharia e Dezenho* é a instituição de ensino superior de onde saíram mais diplomados 11 (42,30%). Seguem-se-lhe a *Academia Real de Marinha* com 9 diplomados (34,61%) e a *Escola do Exército* com 6 diplomados (23,07%)²⁸⁴.

No que diz respeito aos diplomados em instituições de ensino superior não militar, aparece com o maior número a *Escola Politécnica* com 4 elementos (15,38%)²⁸⁵, instituição de ensino que teve um papel determinante na difusão das ideias positivistas e da mentalidade científica sobretudo a partir de 1880. Seguem-se as instituições de ensino superior estrangeiras com 2 diplomados, (7,69%)²⁸⁶. Por último a *Academia Real de Marinha e Commercio do Porto* e a *Academia de Línguas Inglesa e Francesa* com 1 diplomado cada, (3%).

Quanto às instituições de ensino não superior temos a registar o *Collegio Militar* onde completaram os seus estudos 8 elementos, (30,76%) dos Fundadores²⁸⁷.

Nas áreas científicas mais frequentes nos cursos de formação académica superior, encontramos 12 Engenheiros (46,15%), 4 Matemáticos (15,38%), 1 Artilheiro

²⁸³ Desconhecemos informação sobre a formação académica de grau superior referente a Leopoldo Xavier de Miranda, apenas conseguimos registar o Curso do *Colégio Militar* em 1838. *RM*, Tomo XXIII, 1871, n.º 4, pp. 102-103; *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 810, docs. 168, L3-47, avulso e 3-47.

²⁸⁴ Cfr., Anexo I, Quadro n.º 3, pág. 49.

²⁸⁵ Formaram-se na *Escola Politécnica* Faustino José de Menna Aparício, Silvino Cândido d'Almeida Carvalho e Joaquim Henrique Fradesso da Silveira. Cfr. Anexo I, Quadro n.º 4, pág. 50.

²⁸⁶ Formaram-se em instituições de ensino superior estrangeiras o Barão de Eschwege Guilherme Luis que fez formação universitária no seu país de origem, Estados d'Allemanha e José Carlos Conrado de Chelmicki que fez o Curso de Engenharia em França. *Idem*, *Ibidem*.

²⁸⁷ Quanto aos restantes elementos é de admitir que tivessem estudos secundários frequentados noutros estabelecimentos de ensino (colégios particulares - religiosos ou não e liceus), contudo, é uma questão à qual não conseguimos encontrar resposta por ausência de dados.

(3,84%) e 9 indivíduos de área científica não especificada (34,61%)²⁸⁸. Nestas condições, a maioria dos Fundadores eram indivíduos com uma preparação específica, empenhados na divulgação do conhecimento técnico, científico e literário com repercussões ao nível do desenvolvimento e progresso da instituição militar e do país.

Começaremos por debruçar-nos sobre os Fundadores que cursaram em mais do que uma instituição de ensino superior, independentemente, da sua natureza militar ou civil. Assim, Silvino Candido d'Almeida Carvalho, (1818-1852) iniciou a sua formação científica na *Academia Real de Marinha* em 1836, tendo depois continuado os estudos na *Escola do Exército* onde concluiu o curso de Engenharia em 1839 e o curso da *Escola Politécnica* em 1843. Estudou ainda Latim, Filosofia Racional e Moral²⁸⁹.

Faustino José de Menna Aparício, (1819-1869) recebeu a sua primeira formação científica no *Collegio Militar*, cursou na *Escola Politécnica*, *Academia Real de Fortificação Artilharia e Dezenho* e *Escola do Exército* onde concluiria o curso de engenharia com destino à Engenharia Militar em 1837²⁹⁰. António Ladislau da Costa Camarate, grande defensor dos ideais liberais, homem da ciência, matemático dos mais distintos do seu tempo, cultivava essa ciência no convívio de intelectuais como Francisco Horta, Daniel da Silva e Latino Coelho entre outros espíritos igualmente superiores que o levariam a impor nos seus estudos um carácter notável de rigor científico. A sua formação académica iniciou-se na *Academia Real de Marinha*, tendo depois frequentado a *Academia Real de Fortificação Artilharia e Dezenho* e termina o curso na *Escola do Exército*²⁹¹.

Continuando o panorama geral do percurso académico dos Fundadores da *Revista Militar*, referenciaríamos dois grupos de intelectuais que tiveram a particularidade de terem frequentado duas instituições de ensino superior: Fortunato José Barreiro, (1797-1885); Barão de Wiederhold, Augusto Ernesto Luiz, (1799-1869); Francisco Xavier Lopes e João Manuel Cordeiro (1811-1901) que cursaram na *Academia Real de Marinha* e na *Academia Real de Fortificação Artilharia e Dezenho*. O Outro grupo de Fundadores é constituído por João Tavares de Almeida, (1816-

²⁸⁸ É de admitir que entre este número se encontrem mais Engenheiros, Matemáticos e Artilheiros ou de outras especialidades militares. Porém as fontes consultadas não nos revelaram essas informações.

²⁸⁹ *Arquivo Histórico Militar*, 3.ª Divisão, 7.ª Secção, Caixa 775, Maço 88, doc. Modelo 1.

²⁹⁰ *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º 2, pp. 31-32. Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo IX, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXX, pág. 204.

²⁹¹ *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 3183, doc. 502/1880.

1877) e Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, (1819-1890) que se diplomaram pela *Academia Real de Marinha e Escola do Exército*. Constatamos uma outra particularidade entre ambos que é o facto de todos os intelectuais terem cursado na *Academia Real de Marinha*. Além dos cursos já referidos, Wiederhold frequentou as lições de Física e Química de Mouzinho de Albuquerque em 1826 e 1827 na antiga *Casa da Moeda*, enquanto Francisco Xavier Lopes além da sua formação científica em Portugal, estudou ainda em França e Inglaterra. Foi um intelectual esclarecido e aplicado com conhecimentos superiores ao nível do domínio das línguas inglesa e francesa, da gramática latina, da lógica, da geografia e do desenho civil. João Manuel Cordeiro, engenheiro e matemático, tinha o domínio das línguas francesa e inglesa e conhecimentos de geografia, desenho militar e civil²⁹². Embora com duas instituições frequentadas, mas uma delas distinta, temos José Frederico Pereira da Costa, (1817-1910) que iniciou a sua formação científica na *Academia Real de Marinha e Commercio do Porto* onde se distinguiu pelo seu empenho e inteligência ao vencer dois prémios na cadeira de Matemática²⁹³.

Antonio José da Cunha Salgado, (1823-1881) principiou a sua actividade académica no *Collegio Militar*, frequentando depois o curso de Engenharia da *Real Academia de Fortificação Artilharia e Dezenho e Escola Politécnica* onde tirou diversas cadeiras²⁹⁴. Dotado de inquestionáveis dotes intelectuais pelos conhecimentos científicos que possuía em virtude das diversas viagens ao estrangeiro, e das leituras que fazia com regularidade dos melhores livros e periódicos que se publicavam na Europa e Intelectual de espírito aberto abraçava as ideias de inovação e progresso de que o país tanto necessitava.

No seu percurso académico Joaquim Henrique Fradesso da Silveira, (1825-1875) começou com os estudo do latim e da língua francesa no *Collegio dos Nobres*, passando depois ao *Collegio Militar* onde demonstrou dotes de um aluno aplicado e inteligente. Em 1839 entrou na *Escola Politécnica*, terminando o curso de Marinha ao mesmo tempo que frequentava todas as cadeiras da *Escola Politécnica*, obtendo em todas prémios e distinções em concorrência com Latino Coelho e Andrade Corvo seus condiscípulos de Zoologia e onde todos foram premiados²⁹⁵.

²⁹² Arquivo Histórico Militar, 3.^a Divisão, 7.^a Secção, Caixa 1058, doc. 284.

²⁹³ Arquivo Histórico Militar, 3.^a Divisão, 7.^a secção, Caixa 1175, doc. 9-78.

²⁹⁴ Arquivo Histórico Militar, 3.^a Divisão, 7.^a secção, Caixa 889, doc. 1804.

²⁹⁵ Esteves Pereira; Guilherme Rodrigues, *Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artistico*, Lisboa, João Romano Torres & C.^a - Editores, 1912, pág. 948.

Naturalmente que esta interpretação dos dados não se limita apenas a determinar os grupos de elite de intelectuais Fundadores do periódico que cursaram em mais do que uma instituição, note-se contudo que outros elementos serão considerados. Nesse propósito identificamos dois grupos cuja formação técnica e científica ocorreu apenas numa instituição científica. Cursaram na *Academia Real de Fortificação Artilharia e Dezenho* José Maria de Pina, Antonio José Gonçalves Chaves, José Maria Moreira de Bergára e João Maria Fradesso da Silveira.

José Maria de Pina como grande defensor do regime constitucional, adverso ao interesse do governo miguelista, viu interrompidos os seus estudos e ser afastado da Academia em 1829, conseguindo depois com alguma dificuldade e persistência realizar os exames em 1830 e ficar habilitado com o Curso de Artilharia. António José Gonçalves Chaves e José Maria Moreira de Bergára, iniciaram ambos a sua formação na mesma Academia onde concluíram o curso de Engenharia. António José Gonçalves Chaves tinha ainda o domínio das línguas francesa e inglesa e conhecimentos de geografia, desenho militar e civil²⁹⁶.

Na *Academia Real de Marinha* Joaquim José Gonçalves de Mattos Correia (1801-1878) distinguiu-se como escritor na primeira metade do século XIX na área técnica e científica sob temáticas relacionadas com a Marinha; Augusto Xavier Palmeirim, (1807-1890) concluiu os preparatórios e tinha conhecimento de línguas vivas, (francês, inglês e alemão), tendo-se matriculado em 1822 depois do regresso da família Real ao Reino que, contudo, por motivos políticos foi obrigado a interromper o curso que só viria a terminar em 1841; António de Mello Breyner (1813-1866), matemático de inteligência clara e aberta ao progresso da nação, defensor dos ideais liberais quer no Parlamento a que pertenceu quer mesmo nas colunas dos periódicos em que foi colaborador; Antonio Florencio de Sousa Pinto, (1818-1890) entrara na Academia onde conquistara alguns prémios nos cursos que frequentara. Com a idade de 15 anos alistou-se nas fileiras do Exército Libertador e participou em diversas refregas e acções. Restabelecida a paz, solicitou e obteve permissão para continuar o curso de engenharia que viria a terminar em 1837; Francisco Maria Bordalo, (1821-1861) iniciou a sua actividade académica na *Academia Real de Marinha* onde se diplomou com o curso de Marinha.

²⁹⁶ *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1058, doc. 284.

Actividades ocupacionais militares e civis

O conjunto dos Fundadores da *Revista Militar* era formado por homens que além de uma formação académica de cariz técnico e científico, vieram a desenvolver actividades profissionais como Professores, Cientistas, Políticos, Jornalistas, Publicistas, Conselheiros de Estado, Promotores de Justiça e Militares, com uma grande capacidade de intervenção e influência ao nível dos órgãos detentores do poder de decisão do país. O exercício cumulativo de várias actividades marca a profissionalização destes homens que por vezes, se nos tornou difícil destrinçar qual delas era a principal. No grupo dos Fundadores, registamos entre outros exemplos, o caso de António Maria de Fontes Pereira de Mello que além da sua formação académica como engenheiro militar foi ainda Político, Ministro, Deputado, Par do Reino e colaborador em periódicos como a *Revolução de Setembro*. Esta é uma situação comum à maioria dos Fundadores da *Revista Militar* e ao que parece característica do século XIX onde os intelectuais desenvolviam mais do que uma actividade sendo, por vezes, difícil saber qual delas era a principal.

Dos 26 Fundadores, 5 estavam ligados à actividade docente. Desses, 2 estavam ligados à *Escola Politécnica*, Fortunato José Barreiros²⁹⁷ e Joaquim Henrique Fradesso da Silveira e António José da Cunha Salgado lente na *Escola do Exército*, Joaquim José Gonçalves de Mattos Correia na *Academia Real de Marinha*²⁹⁸ e o Barão de Eschwege na *Academia Militar do Rio de Janeiro*²⁹⁹. Todos tiveram formação técnica e científica. Da análise do itinerário biográfico dos Fundadores que vieram a exercer a actividade de lente nas diversas instituições de ensino, encontrámos como aspecto comum o facto de todos eles terem uma vasta produção literária e colaboração periodista na imprensa geral e na imprensa especializada. Todos estes lentes estabeleceram contactos com o estrangeiro através de exposições internacionais, em que foram responsáveis por representar o Estado, ou de contactos com agremiações científicas estrangeiras, com que se relacionaram, e ainda através

²⁹⁷ Fortunato José Barreiro exerceu ainda a sua actividade como Lente Substituto e Efectivo da *Academia Real de Fortificação, Artilharia e Dezenho* e Lente Jubilado da *Escola do Exército* em 1851. Cfr., Anexo I, Quadro n.º 6, pág. 52.

²⁹⁸ Idem, *Ibidem*.

²⁹⁹ Guilherme Luiz, Barão de Eschwege foi nomeado Lente da *Academia Militar do Rio de Janeiro* em 1811 quando a Corte e os Ministros se encontravam no Brasil. Cfr., Anexo I, Prosopografias, pp. 25-26.

de viagens facilitadas pela sua condição militar e pelos interesses científicos, muitas vezes relacionados com a actividade que desenvolviam ou com a arma que serviam, Engenharia³⁰⁰. Nessas viagens científicas procuraram conhecer as conquistas do desenvolvimento técnico e científico da civilização de além Pirinéus cujo registo podemos encontrar até ao mais ínfimo pormenor e que lhes poderia servir para um objectivo último: o progresso da instituição militar e do país.

Os Fundadores da *Revista Militar* encontravam-se na sua grande maioria ligados ao aparelho de Estado, destacando-se pelo seu elevado número o grupo dos Directores de Organismos Públicos, Deputados, Docentes, Governadores do Reino, Pares do Reino e Ministros. A ligação ao aparelho da Administração Pública muitas vezes revelava-se temporária e efectivava-se de acordo com as diversas actividades: participação em comissões científicas para elaboração de projectos, desempenho de missões científicas especiais; exercício de cargos no executivo ou mesmo como parlamentar³⁰¹.

Desenvolveram a actividade de Directores de Organismos Públicos 17 Fundadores, (65,38%) de entre os quais destacamos: **José Carlos Conrado de Chelmiki** que teve a Direcção dos Serviços de Obras Públicas nos distritos de Évora, Portalegre e Viseu; **Silvino Candido d'Almeida Carvalho**, Director Superior de todos os trabalhos de Engenharia civil e militar da província de Angola em 1851; **Faustino José de Menna Aparício** que depois de ter demonstrado a sua capacidade científica como engenheiro nas diversas comissões científicas a que pertenceu, nomeadamente, nos *Serviços Geodésicos do Reino* passou a servir nas *Obras Públicas do Reino* quando se organizou a Secretaria de Estado, o que lhe mereceu ser nomeado Secretário do extinto Conselho e pela última reforma nomeado Engenheiro Chefe da 1ª Divisão de Obras Públicas que compreendia todo o distrito de Lisboa³⁰²; **Joaquim Henrique Fradesso da Silveira** exerceu diversas comissões durante a sua longa carreira pública, de entre as quais referimos a de Director do *Observatório*

³⁰⁰ Das viagens científicas efectuadas por estes lentes salientaríamos a viagem científica (1856-57) de Fortunato José Barreiros e seu acompanhante António José da Cunha Salgado a Inglaterra, Bélgica, Prússia, Áustria, Itália e França a fim de estudarem e tomarem conhecimento dos últimos aperfeiçoamentos técnicos e científicos realizados na instituição militar daqueles países. Sabemos que dessa viagem foram elaborados seis relatórios pormenorizados acompanhados de muitos documentos relativos a cada um desses países. Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo IX, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXX, pág. 238.

³⁰¹ Cfr., Anexo I, Quadro n.º 5, pág. 51.

³⁰² Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo IX, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXX, pág. 204; Cunha Viana, "Amizade e Saudade", *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º 2, pág. 31.

Meteorológico de Lisboa que dirigiu de forma notável, colocando-se ao mesmo tempo em contacto directo com os postos meteorológicos mais importantes dos países estrangeiros³⁰³. Dos relevantes serviços prestados por esse ilustre cientista deu testemunho a correspondência do Barão de Schwarz Senhorn, Director Geral da Exposição e as provas de estima do próprio Imperador da Áustria³⁰⁴.

Significativo é que 8 dos Fundadores (30,76%)³⁰⁵ desenvolveram em paralelo uma importante actividade científica que contribuiu para o reconhecimento e progresso da Instituição Militar e do país. São exemplo expressivo dessa actividade as diversas comissões científicas em que participaram alguns dos Fundadores da *Revista Militar* e que aqui sucintamente passamos a referir: **João Maria Fradesso da Silveira** (1816-1860) fez parte da Comissão Central de Pesos e Medidas do Reino onde foi responsável pela comparação dos pesos e medidas e sistema métrico decimal no Distrito administrativo de Ponta Delgada em 1858; **António José Gonçalves Chaves**, participou nas comissões de Obras de fortificação de Lisboa e das estradas do Reino, da Companhia das Obras Publicas de Portugal e responsável pelo reconhecimento dos trabalhos públicos e outros melhoramentos a adoptar na província do Alentejo; **Augusto Xavier Palmeirim** integrou várias comissões científicas – da responsável pelo estudo do desenvolvimento da fabricação e comércio da pólvora, da que elaborou o estudo sobre o projecto do Código Penal e da que estudou e elaborou o plano de defesa do Reino e de Lisboa; **José Maria Moreira de Bergára** também ele participou em diversas comissões científicas, a Comissão responsável pelo estudo e parecer sobre o lançamento do Caminho de Ferro de Lisboa ao Porto, e a Comissão científica encarregada de estudar e fixar as escalas que deveriam ser adoptadas nas cartas topográficas do Reino³⁰⁶.

³⁰³ Em 1853, solicitou a sua demissão de substituto da *Escola Politécnica* e foi nomeado Chefe da *Repartição de Pesos e Medidas do Reino*, contribuindo com a sua larga experiência científica para a implementação do sistema métrico em todo o país. Foi Vogal da *Comissão das Pautas e do Conselho Geral das Alfândegas do Reino* e Presidente da *Associação Promotora da Indústria Fabril de Lisboa*. Representou Portugal como Comissário Régio junto da Exposição Universal de Viena em 1873, que organizou de forma admirável e da qual redigiu um magnífico relatório. Visitou centros culturais e científicos de vários países da Europa de onde trouxe elementos importantíssimos para a fundação de um Museu Industrial que depois entregou ao Conselho Geral das Alfândegas e que mais tarde se viria a dispersar completamente. Nessa ocasião representou ainda Portugal no Congresso Metrológico da mesma cidade.

³⁰⁴ "Necrologia", *RM*, Tomo XXVII, n.º 8, pág. 172.

³⁰⁵ Cfr., Anexo I, Quadro n.º 6, pág. 52.

³⁰⁶ Cfr., Anexo I, Prosopografias, pp. 17-18 e Quadro n.º 6, pág. 52.

Quanto à actividade de Deputado, 8 Fundadores (30,76%) dos intelectuais exerceram aquele cargo³⁰⁷. Dos Fundadores que exerceram funções parlamentares alguns viriam também a desempenhar funções ministeriais, caso de António Maria de Fontes Pereira de Melo, enquanto outros já desempenhavam ou viriam a desempenhar actividades docentes na *Escola Politécnica* e nas Academias Militares a que se poderia ainda vir a associar mais uma eleição para deputado numa ou mais legislaturas.

Aos Fundadores a quem foi reconhecido os seus relevantes serviços prestados ao país, foi possível distingui-los com o lugar de vitalício de Conselheiro de Estado ou mesmo de Par do Reino³⁰⁸.

No que diz respeito às actividades profissionais desempenhadas pelos Fundadores, todas foram consideradas elevadas, englobando o ensino, a Administração Pública, Jornalistas e actividades na *Academia das Ciências de Lisboa* e em instituições científicas estrangeiras. O maior número de cargos surge ao nível da Administração Pública com especial relevância para os 17 Directores de Organismos Públicos (65,38%) e para os 8 Deputados (30,76%)³⁰⁹. Os cargos de Ministro, Pares do Reino e Governadores do Reino foram de 2 (7,69%) cada. A este nível encontramos ainda 1 Secretário de Estado, 1 Conselheiro de Estado e 1 Promotor de Justiça (3,84%). Entre as actividades de Administração Pública, é o cargo de Director de Organismos Públicos e Deputado aqueles que foram mais desempenhados pelos Fundadores da *Revista Militar*. No domínio do ensino relevamos os 6 Professores, (23,07%) em diversos estabelecimentos de ensino militar e civil, com especial incidência para a *Escola do Exército* que conta com 2 Professores (7,69%) e a *Escola Politécnica* também com 2 Professores (7,69%) e na *Academia Real de Marinha e Academia Real de Fortificação Artilharia e Dezenho* com 1 Professor (3,84%) cada. Relativamente ao desempenho da actividade de Jornalista, apenas 2 indivíduos (7,69%) se dedicaram àquela actividade. Toma-se ainda pertinente referir que 16 Fundadores (61,53%) desempenharam actividades científicas nos mais diversos domínios da Ciência³¹⁰.

³⁰⁷ Cfr., Anexo I, Quadro n.º 5, pág. 51.

³⁰⁸ Foram elevados ao Pariato pelos seus excepcionais serviços prestados à Nação António Maria de Fontes Pereira de Mello e Augusto Xavier Palmeirim. Foi ainda atribuído o cargo de Conselheiro de Estado a Fortunato José Barreiros. Cfr., Anexo I, Quadro n.º 5, pág. 52.

³⁰⁹ Idem, *Ibidem*.

³¹⁰ No que respeita às actividades científicas desempenhadas pelos Fundadores releváramos as Comissões Científicas nos mais diversos domínios da Ciência: levantamentos geodésicos, topográficos e estatísticos; reorganização de estabelecimentos de ensino, desenvolvimento da fabricação da pólvora, lançamento de Caminhos de Ferro, pesos e

Colaboração Científica e Literária noutros periódicos militares e civis

A actividade profissional dos intelectuais Fundadores da *Revista Militar*, implicou em termos gerais o exercício de várias funções, a sua produção cultural e literária foi fundamentalmente técnica, científica e literária e surgiu normalmente associada ao desempenho de outras actividades, consistissem elas no exercício de cargos de direcção em Organismos Públicos, Professores, Parlamentares, Ministros ou mesmo noutros órgãos de soberania do Estado.

Do grupo dos Fundadores da *Revista Militar*, 24 (92,30%) foram seus colaboradores³¹¹ e 13 (46,15%) publicaram artigos noutros jornais ou revistas, tendo mesmo alguns já exercido a actividade de Directores, Redactores, Colaboradores e mesmo proprietários noutros periódicos antes da *Revista Militar*³¹².

Como tivemos oportunidade de constatar, existe um vasto leque de publicações periódicas técnico-científicas, literárias e políticas onde os 13 Fundadores (50%) colaboraram activamente³¹³. Existem quatro publicações onde colaboram dois Fundadores simultaneamente: **Augusto Xavier Palmeirim** e **Guilherme Luiz**, Barão de Eschwege que escreveram na *Revista Universal Lisbonense* periódico de divulgação cultural de grande referência no periodismo nacional fundada por António Feliciano de Castilho em 1841³¹⁴. Para quem se iniciava na carreira das letras, ou mesmo para os literados, publicar um romance ou mesmo algumas páginas soltas na

medidas do Reino e obras públicas entre outras. Quanto às missões científicas a países estrangeiros salientariamos as viagens científicas e as conferências em Inglaterra, França, Bélgica, Prússia, Áustria e Itália onde representaram Portugal. Cfr., Anexo I, Quadro n.º 6 e especialmente Prosopografias correspondentes.

³¹¹ António José Gonçalves Chaves foi o único Fundador de quem não conseguimos encontrar registo de actividade como Redactor ou Colaborador nos índices da *Revista Militar*. Silvino Candido de d'Almeida Carvalho apenas encontramos referências como Redactor em 1850.

³¹² Francisco Maria Bordallo foi Redactor do *Jornal Distração Instructiva*, (1842); António José da Cunha Salgado colaborou na *Cosmorama Litterario, Jornal da Sociedade Escolastico-Philomatica*, (1840). Cfr., Anexo I, Quadro n.º 7, pág. 53.

³¹³ Idem, *Ibidem*.

³¹⁴ Quanto a essa referência Innocencio Francisco da Silva ao aludir à Revista de quem também era colaborador refere no seu Dicionário: "*Pode-se afirmar, sem nota de exageração, que durante aquele intervalo «os doze anos durante os quais se publicou a Revista» poucos foram os homens ilustrados ou conhecidos em Portugal, por ciências letras e artes, que deixaram de concorrer, com a sua colaboração, para tornar mais interessante e amenas as colunas da Revista.* Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, Tomo VII, 1858, pág. 158.

Revista Universal Lisbonense representava uma distinção tão apetecida “que a não trocariam pelo diploma de sócio de nenhuma Academia” segundo palavras de Rebelo da Silva ao referir-se à estreia de **Francisco Maria Bordalo** na Revista, onde publicara uma lenda precedida de “*uma recomendação valiosa, redigida pelo sr. António Feliciano de Castilho, com aqueles esclarecimentos de honra e de amizade, que o inspirado cantor prodigalizava como estímulo aos que, encostados ao seu braço, se atreviam a afrontar as provas públicas*”³¹⁵.

Guilherme Luiz e Fortunato José Barreiros escreveram para os *Annais da Academia de Sciencias de Lisboa e Panorama*, jornal de instrução e recreio editado pela *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* que publicava diversos artigos traduzidos do *Magazine Pittoresque* e do *Mussee des Familles* e recebia muitas das gravuras que publicava, enquanto que Bento José da Cunha Vianna e João Manuel Cordeiro colaboram no *Diário Ilustrado*³¹⁶. Este viria ainda a colaborar no *Jornal do Comércio* onde publicou o estudo sobre o *Arsenal do Exército* em Fevereiro de 1868³¹⁷.

Guilherme Luiz, pelos trabalhos que realizou viria a tomar-se conhecido como geógrafo, cartógrafo, mineralogista e metalurgista do Reino e Sócio Efectivo da *Academia Real das Sciencias de Lisboa* em 1836. Da sua vasta produção literária referimos: *Memoria sobre as Difficuldades das Fundições e Refinações nas Fabricas de Ferro*, inserta no Tomo IV das Memórias Económicas 4.º (1812); *Extracto de uma Memoria sobre a Decadencia das Minas de Ouro da Capitania de Minas-geraes, e sobre varios objectos Montanhisticos*, Tomo IV, parte 2.ª, fol; *Memoria Geognostica, ou Golpe de Vista do Perfil Pluto Brasiliensis*; *Achegas para o Conhecimento Montanhístico do Brasil*; *Notícias sobre Reflexões Estatísticas da Província de Minas Gerais*; *Notícias Geográficas do Brasil*, (1827); *Memória Geognóstica ou Golpe de Vista do Perfil das Estratificações das Differentes Rochas de que é Composto o Terreno, desde a Serra de Cintra na linha do Noroeste a Sudoeste até Lisboa, Atravessando o Tejo até à Serra d'Arrabida e sobre a sua Edade Relativa*, Tomo XI parte 1.ª, (1831); *Memória Sobre o Melhoramento das Providencias para Atalhar os Incêndios e para Augmento de Água em Lisboa*, Tomo XII, parte 1.ª, (1837); *Memória*

³¹⁵ Rebelo da Silva, “Francisco Maria Bordallo”, *Revista Contemporanea de Portugal e Brasil*, Tomo III, 1854, pág. 142.

³¹⁶ Cfr., Anexo I, Quadro n.º 7, pág. 53.

³¹⁷ Esse estudo *O Arsenal do Exército* foi publicado nos números 4:282, 4.284, 4.285 de 5, 6 e 11 de Fevereiro de 1868. Outro estudo de reconhecido mérito que foi apresentado na Assembleia, merece aqui o nosso destaque: *A Exploração do Salitre em Portugal, e com*

Geognóstica dos Arredores de Setúbal, (1837); *Odologia dos Engenheiros Construtores, ou Guia para a Construção e Conservação das Estradas em Portugal e no Brasil*, publicado em Lisboa, pela Typografia de Castro & Irmão, (1844)³¹⁸.

Fortunato José Barreiros, também ele Sócio Efectivo da *Academia Real das Sciencias de Lisboa* em 1838, colaborou no *O Panorama* e publicou alguns trabalhos de âmbito científico e literário que num breve apontamento destacaremos: *Ensaio sobre os Principios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, (1837); *Memorias sobre os Pezos e Medidas de Portugal, Hespanha, Inglaterra e França que Empregam no Corpo de Engenheiros e da Arma de Artilharia*, Tomo 12; (1838); *Nota ácerca do Emprego dos Odres nas Pontes Militares*, Tomo I, das actas Impresas; *Nacionalidade Portuguesa*, lido na Academia em sessão presidida pelo Duque de Palmela, D. Pedro que insistiu com o autor no sentido de fazer publicar esse trabalho como resposta às pretensões ibéricas que já se começavam a fazer sentir no país³¹⁹.

Ao verificarmos o vasto número de jornais e revistas onde colaboraram Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, Guilherme Luiz e Francisco Maria Bordallo, consideramos, especialmente, a obra de **Fradesso da Silveira** que em 1846 com apenas 21 anos de idade publicou o manual do curso de *Chimica Elementar* que viria a ser professado na *Escola Politécnica* e em 1848 as *Lições de Optica*. Em 1849 tornou-se proprietário da *Revista Popular*, semanário ilustrado e barato de literatura e indústria. Neste periódico iniciou a sua carreira de jornalista e fez as suas primeiras e talvez as últimas intervenções contestatárias, embora de forma cortês, porque lhe foram confiadas umas revistas muito bem redigidas e assinadas com o Pseudonimo de *Fr. Gerundio*. Ainda como Director da *Revista Popular* publicou os *Almanachs Populares*. Como Director do *Observatório Meteorológico de Lisboa* iniciou a publicação dos *Annaes do Observatorio*. Fundou a *Gazeta Fabril* para ser o órgão da *Associação Promotora da Industria Fabril* e o *Diário Mercantil*, jornal de grande formato. Em 1869, depois da sua passagem pela política onde sofreu grandes decepções, dirigiu e foi Redactor da *Gazeta do Povo*, jornal que surgiu a partir da fusão do *Partido Histórico* com o *Partido Regenerator* e que depois se transformou no *Paíz* e no *Progresso*. Conseguiu ainda tempo para colaborar no *Jornal do Comercio* e no *Diário de Noticias*. Fundado em 1865 por Eduardo Coelho, jornal popular, essencialmente noticioso, sem filiação partidária e de baixo preço que pretendia estar

Particularidade na Villa de Moura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854. Cfr. Anexo I, Prosopografias, pp. 44-45.

³¹⁸ Idem, pp. 25-27.

³¹⁹ Idem, 35-37.

ao alcance de todos. Pretendia-se que o jornal visasse unicamente “*interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências*”³²⁰. E mais adiante acrescentava: “(...) *não discute política, nem sustenta polémicas. Regista com possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu favor*”³²¹. Baseava-se na orientação já seguida pelo primeiro diário noticioso, o inglês Daily Courant (1702-1735), cujo director e impressor Buckley se baseava no princípio em que “*os eleitores são capazes de reflectir por eles próprios*”³²². Assim, se desenvolve no nosso país a imprensa noticiosa e se lançam as bases para o jornalismo contemporâneo onde a informação surge como a sua principal preocupação e objectivo.

São inúmeros os trabalhos publicados por **Fradesso da Silveira** e versam sobre os mais diversos assuntos: pesos e medidas, finanças, fábricas, assuntos científicos, problemas industriais e sociais, instrução pública e política militante³²³.

Francisco Maria Bordallo teve um percurso de autor literário de artigos em prosa³²⁴, verso, literários e políticos em diversos periódicos. Neste breve apontamento sobre Bordallo começamos por nos referir que foi Redactor do Jornal *Distracção Instructiva*, publicado em 1842 no qual tem muitos artigos escritos em prosa e verso, literários e políticos e ainda noutros como a *Ilustração, Imprensa, Rei e Ordem*. Além da sua participação nestes periódicos colaborou ainda: *Rei ou Impostor?* Drama original apresentado no Teatro D. Maria II e já publicado anteriormente na *Revista Universal Lisbonense* em (1844); *A Nau de Viagem*, romance, constituído por 27

³²⁰ José Tengarrinha, “A Fase Industrial da Imprensa”, in *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Caminho, SA, 1989, pág. 215.

³²¹ Idem, *Ibidem*.

³²² *Ibidem*.

³²³ Para além da sua actividade como colaborador nos periódicos, Fradesso da Silveira publicou ainda outros estudos: *A Liberdade do Commercio e a Protecção das Industrias*, Lisboa, (1862); *Informações da Inspeção Geral dos Pesos e Medidas do Reino – A Fábrica de Linhos de Torres Novas*, Lisboa, (1863); *Memorias sobre a Industria do Linho e Algodão no Districto de Beja*, Lisboa, (1863); *As Fabricas de Portugal; Inquerito de 1862 – 1863, Indagações Relativas aos Tecidos de Lã*, 2 vols., Lisboa, (1864); *Conselho Geral das Alfandegas, Inquerito de 1863, Indagações Relativas aos Tecidos de Seda*, Lisboa, (1864); *Relatorio do Serviço do Observatorio do infante D. Luiz no Anno de Meteorologico de 1863 - 1864*, Lisboa, (1864); *Notícias sobre a Exposição Universal de Vienna de Austria em 1873, Bruxelas*, (1873). Contem algumas gravuras e Mapas desdobráveis. A sua competência científica estendeu-se tanto ao país como a assuntos estrangeiros. Cfr., Anexo I, Prosopografias, pp. 38-40.

³²⁴ Na *História da Literatura Portuguesa* Francisco Maria Bordallo tentou o romance histórico. Os seus romances marítimos são considerados fracos quanto à estrutura de romance sentimental, mas interessantes na descrição de certas operações e aventura marítima. Neles encontramos as primeiras impressões de viagens. António José Saraiva, Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 8ª Edição, Porto, Porto Editora, 1975, pp. 865-866.

capítulos e saiu na *Revista Popular* nos anos de (1851 e 1852); *Viagem Pittoresca á Roda do Mundo, Panorama*, (1855); *O Voador, Panorama*, (1855). É um estudo romântico, fundado sobre factos certos ou prováveis da vida do aeronauta Portuguez-brasileiro Bartholomeu Lourenço de Gusmão³²⁵.

António de Mello Breyner colaborou, essencialmente, em periódicos militares, contudo merece particular destaque o estudo: *Considerações Históricas sobre a Utilidade das Praças de Guerra, a sua Aplicação á Defeza de Lisboa*. Trabalho apresentado à *Academia Real das Sciencias de Lisboa* e publicado pela mesma Academia em 1854.

Estas personalidades escreveram para uma quantidade tão diversificada de jornais e revistas que pressupõe uma ampla ligação a um publico de leitores distintos já que a natureza dos periódicos em que colaboram assim o determinava. O facto destes intelectuais serem ao mesmo tempo Fundadores, Redactores e Colaboradores da *Revista Militar* e em periódicos civis demonstra a rede de leituras e difusão de ideias que se estabelecia entre aquele periódico e o periodismo civil.

O facto de identificarmos cerca de 32 jornais e revistas em que encontramos colaboração deste grupo de Fundadores, levam-nos a concluir que existia uma forte ligação entre a *Revista Militar* e o periodismo civil da época, onde se encontravam os jornais de maior destaque do país como *Revolução de Setembro*, *Annais da Academia de Sciencias de Lisboa*, *Revista Universal Lisbonense*, *Panorama* e *Diário de Notícias* entre outros³²⁶.

Como o leque de publicações é muito vasto, elaboramos uma classificação dos artigos publicados a partir das prosopografias dos diferentes Fundadores, tendo verificado que o maior número de artigos publicados são de carácter técnico e científico, o que não quer dizer que outros artigos literários e mesmo políticos não fossem publicados por alguns daqueles Fundadores. Enquanto Fontes Pereira de Mello se encontra mais ligado à publicação de artigos de carácter político, todos os outros se ocupam da difusão de conhecimentos técnicos e científicos. Francisco Maria Bordallo, Joaquim Henrique Fradesso da Silveira e Bento José da Cunha Vianna desenvolvem a sua escrita pelo domínio científico, literário e político, embora que por

³²⁵ *Trinta Annos de Peregrinação (1821 a 1851): manuscrito Ensaio sobre a Estatística na Africa Occidental e Oriental, na Asia Occidental, na China, e na Oceania*, começado a redigir por José Joaquim Lopes Lima e continuado por Francisco Maria Bordallo, Lisboa, Imprensa Nacional (1859) o achado na gruta de Camões, Editado em Macau pela Typografia de Albion de Smith em (1852).

³²⁶ Anexo I, Quadro n.º 7, pág. 53.

vezes de forma efémera. Mais restritos são José Carlos Conrado de Chelmiki e Antonio de Mello Breyner que se ocupam temáticas de domínio científico e literário.

Capítulo 2 Perfil Sociológico dos Redactores

Naturalidade

O quadro identificativo do local de nascimentos dos Redactores da *Revista Militar* revela-nos que 11 Redactores (45,83%) são naturais da capital do Reino. Com 2 Redactores (8,33%) temos as cidades do Porto, Coimbra, Guarda e Viseu. As cidades de Chaves a Norte do país e Faro a Sul, surgem com 1 Redactor (4,16%) cada. Nascidos nas cidades de províncias ultramarinas, Luanda e Goa temos 2 Redactores (8,33%)³²⁷.

Do grupo dos Redactores 13 (54,16%) nasceram nos dois maiores centros de cultura do país e, simultaneamente, mais populosos, Lisboa e Porto. Os outros 10 Redactores (41,66%) nasceram nas cidades de Província do Continente e Províncias ultramarinas.

À semelhança dos Fundadores, também os 12 Redactores (50%) nascidos no Porto e noutras cidades do Reino, se deslocaram para a capital durante a infância para frequentar o *Colégio Militar* ou, depois, na juventude, para ingressarem nas diferentes Academias. Foi em Lisboa que iniciaram o seu percurso Académico e a sua actividade profissional, e aí se manteriam, embora com pequenas saídas para o desempenho de missões relacionadas com a sua actividade militar.

Naturais das cidades de províncias ultramarinas temos José Joaquim de Castro, nascido em Luanda, que muito cedo veio para Lisboa onde iniciou a sua formação académica no *Collegio Militar*, e Francisco Xavier Correia Mendes nascido em Panguim³²⁸.

Idade ao Momento da sua Actividade Redactorial

Quanto à idade dos Redactores da *Revista Militar* ao momento da sua Actividade redactorial podemos afirmar que 18 Redactores (75%) distribuem-se entre os 36 e os 55 anos de idade. 6 Redactores (25%) são bastante jovens com idade

³²⁷ Cfr., Anexo II, Quadro n.º 1, pág. 98.

inferior a 36 anos. Importa referir que o Redactor mais jovem, José Maria Pereira d'Almeida, (1826-1865) tinha apenas 23 anos, enquanto que o mais velho, Carlos Roma do Bocage (1853-1918), tinha 53 anos de idade. Esta situação é semelhante à dos Fundadores, embora a amplitude de idades entre os Redactores seja inferior. A situação de sã convivência entre os Fundadores, que já tinha sido verificada, está presente também nos Redactores³²⁹.

Percurso Académico

No que diz respeito à formação académica, o número de Redactores diplomados com cursos académicos de grau superior é de 20 (83,33%)³³⁰. 2 Redactores (8,33%) José Maria Pereira d'Almeida e Luiz António de Vasconcelos Dias (1866-1924) apresentaram como habilitações o curso do *Real Collegio Militar*. A Luiz Travassos Valdez (1816-1900) e a Francisco Xavier Correia Mendes (1861-1944) não foi possível registar qualquer formação académica, embora saibamos que ambos vieram a ocupar cargos ao mais alto nível da administração da Nação. Nesta situação, foi nas instituições militares de ensino superior que se diplomou o maior número de Redactores em relação às instituições civis de ensino superior, nomeadamente, *Universidade de Coimbra*, *Escola Politécnica* e *Academia Politécnica do Porto*³³¹.

Quanto aos diplomados em instituições militares de ensino superior registamos a *Escola do Exército* onde se diplomaram 18 Redactores (75%) e a *Escola Naval* com 2 Redactores (8,33%)³³².

As instituições civis de ensino superior também estiveram presentes na formação académica dos Redactores. Surge com o maior número de diplomados a *Escola Politécnica* com 8 Redactores (33,33%), a *Universidade de Coimbra* com 2 (8,33%) e a *Academia Politécnica do Porto* com 1 (4,16%)³³³.

Diplomaram-se em mais do que uma instituição de ensino superior independentemente da sua natureza militar ou civil, 11 Redactores (45,83%). Cursaram na *Escola do Exército* e na *Escola Politécnica* 7 Redactores (29,16%).

³²⁸ Idem, *Ibidem*.

³²⁹ Cfr., Anexo II, Quadro n.º 2, pág. 99.

³³⁰ Cfr., Anexo n.º II, Quadro n.º 3, pág. 100 e Quadro n.º 4, pág. 101.

³³¹ Idem, *Ibidem*.

³³² Idem, *Ibidem*.

³³³ Idem, *Ibidem*.

Augusto Pinto de Rebêlo Pedroza, (1831-1891) iniciou os seus estudos no *Liceu de Santa Cristina* em Viseu onde se matriculou nas disciplinas de Filosofia Racional e Moral. Em 1855 frequentou a *Escola Politécnica* onde foi um aluno aplicado, conquistando o primeiro prémio pecuniário atribuído por aquela instituição aos alunos que mais se distinguissem nas suas actividades académicas. Terminados aqueles estudos, matriculou-se na *Escola do Exército* onde viria a concluir o curso em 1859.

Carlos Roma do Bocage, (1853-1918) foi, sem dúvida, uma figura proeminente da sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX e inícios do século XX. Familiar do grande poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage, filho de um dos maiores cientistas do século XIX, o Doutor José Vicente Barbosa du Bocage, herdeiro portanto, de nome por tantos títulos ilustres, foi Carlos Roma do Bucage um distinto publicista, diplomata, estadista e parlamentar, homem teórico e prático, (aspectos que desenvolveremos em momento oportuno). A sua formação académica começou na *Escola Politécnica* onde cursou engenharia com distinção, tendo depois frequentado engenharia na *Escola do Exército* onde voltou a ser laureado e que viria a concluir em 1875 com 22 anos de idade.

José Justino Teixeira Botelho, (1864-1956) recebeu a sua primeira formação académica no *Colégio Militar* onde foi um aluno brilhante e aplicado, cujo curso completou em 1880. Cursou na *Escola Politécnica* e matriculou-se na *Escola do Exército*, terminando o curso em 1884 com a idade de 21 anos. Diplomaram-se ainda nestas duas instituições de ensino Antonio Maria Celestino de Sousa (1840-1915), José Joaquim de Castro, Eduardo Augusto Ferreira da Costa (1865-1907) e Raul Augusto Esteves³³⁴.

Pela *Universidade de Coimbra* e *Escola do Exército* diplomaram-se José Nunes Gonçalves, (1859-1917) e José Joaquim Mendes Leal, (1859-1930) enquanto que Rodolpho Ferreira Dias Guimarães cursou Engenharia na *Academia Politécnica do Porto* e *Escola do Exército*. O segundo cursou Direito na *Universidade de Coimbra* durante o período de 1888 a 1893, onde foi um aluno distinto e discípulo do egrégio catedrático Doutor Manuel Emídio Garcia. O terceiro iniciou a sua formação académica no liceu do Porto realizando com distinção os preparatórios para a *Academia Politécnica do Porto*, onde viria a frequentar quatro anos do curso de engenharia com destino à engenharia militar. Concluiu este curso em 1886. De

³³⁴ Idem, Ibidem.

Outubro a Novembro de 1890 frequentou curso de engenharia na *Escola do Exército* tendo vindo a concluí-lo com distinção³³⁵.

Pela *Escola Naval* diplomaram-se Victorino Gomes da Costa e Augusto Ramos da Costa (1865-1939), o reconhecido engenheiro hidrógrafo da Marinha, que começou logo a distinguir-se na *Escola Naval* onde foi o primeiro aluno do curso de engenharia, conquistando vários prémios pecuniários. Ainda no curso para aquela especialização cursou na *Escola Politécnica* onde obteve distinção e louvor na cadeira de Astronomia.

Diplomaram-se na *Escola do Exército* Frederico Augusto de Novaes Côrte-Real, Domingos José Correia, José Nicolau Raposo Botelho, José César Pereira Gil, Luiz Henrique Pacheco Simões, João Ortigão Peres, Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento e Fernando Augusto Freiria³³⁶.

Actividades ocupacionais militares e civis

O grupo dos Redactores da *Revista Militar*, à semelhança dos Fundadores, era constituído por indivíduos que além da sua formação académica técnica e científica nas diferentes instituições de ensino superior militar e civil, vieram a desenvolver as suas actividades como Professores, Jornalistas, Cientistas, Políticos (Ministros, Secretários de Estado, Deputados, Governadores do Reino, Conselheiros de Estado e Promotores de Justiça) e Militares com uma grande capacidade de intervenção e influência ao nível dos órgãos detentores do poder de decisão do país. Como apuramos nos Fundadores, também a profissionalização dos Redactores foi marcada pelo exercício de várias actividades, em simultâneo tomando-se por vezes, difícil identificar qual delas era a principal.

Do grupo de Redactores, 16 (66,66%) exerceram a actividade docente como lentes nas diversas instituições de ensino liceal³³⁷ ou mesmo superior. 9 Redactores (37,5%) leccionaram na *Escola do Exército*, Antonio Maria celestino de Sousa, Augusto Frederico Pinto de Rebêlo Pedroza, Augusto Ramos da Costa, José Joaquim

³³⁵ Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XVIII, Lisboa Imprensa Nacional, MCMVI, pág. 278.

³³⁶ Idem, *Ibidem*.

³³⁷ Foram lentes no *Real Collegio Militar* José Nicolau Raposo Botelho, José Justino Teixeira Botelho, Luiz Henrique Pereira Simões e José César Ferreira Gil. Cfr., Anexo II, Quadro n.º 6, pág. 103.

Mendes Leal, José Joaquim de Castro, Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento, José Nunes Gonçalves, João Ortigão Peres e Fernando Augusto Freiria³³⁸.

Deste grupo destacaríamos o segundo elemento Professor de Fotografia e Clinica Aplicada entre 1875 e 1881, o terceiro, lente de Astronomia na *Escola Politécnica*, Professor de Geodesia e Topografia da *Escola do Exército* e Professor de Hidrografia e Meteorologia Náutica na *Escola de Marinha* e o quarto Professor de Direito Publico, Constitucional e Internacional entre 1894-1908 na *Escola do Exército*.

Segundo a análise biográfica dos Redactores, 6 (25%) dos Lentes estabeleceram contactos com países estrangeiros onde se deslocaram como representantes da Nação nas mais diversas conferências científicas internacionais em que participaram e ainda através das viagens científicas proporcionadas pela condição de militar e dos interesses relacionados com a arma a que pertenciam³³⁹. Estas viagens científicas a países estrangeiros tinham como propósito contactar com o que de mais avançado aí existia em termos de desenvolvimento técnico e científico das quais elaboravam relatórios para serem aplicados no progresso da instituição militar e do país.

No que respeita às actividades desenvolvidas, os Redactores da *Revista Militar*, encontram-se na sua maioria ligados ao funcionalismo da Administração Pública do Estado, sobretudo da alta burocracia do Estado – Directores de Organismos Públicos, Professores, Deputados e Ministros - o que nos revela bem a sensibilidade para o desempenho de funções em organismos do Estado. 5 Redactores (20,83%) desempenharam funções de Ministro: José Nicolau Raposo Botelho, José Joaquim de Castro, Carlos Roma do Bocage, Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento e Fernando Freiria³⁴⁰. Os 6 Redactores (25%), desempenharam funções parlamentares: Luiz Travassos Valdez, José Joaquim Mendes Leal, José Joaquim de Castro, Carlos Roma do Bocage Francisco Xavier Correia Mendes e João Ortigão Peres³⁴¹. O mesmo

³³⁸ Idem, *Ibidem*.

³³⁹ Entre outras, temos as viagens científicas de Antonio Maria Celestino de Sousa em 1880 e a de João Ortigão Peres em 1910. Ambas a França onde contactaram com a instituição militar daquele país e assistiram a manobras militares onde elaboraram os relatórios para depois apresentar no país. Cfr., Anexo II, Quando n.º 6, pág. 103.

³⁴⁰ Destes cinco ministros, quatro exerceram a pasta dos Negócios da Guerra, Embora, Fernando Freiria o exercesse em 1921 e 1922 e Ernesto de Moraes Sarmiento em 1928. Carlos Roma do Bocage deteve a pasta dos Negócios Estrangeiros em 1909. Idem, *ibidem*.

³⁴¹ Dos seis deputados, Luiz Travassos Valdez, depois de ter participado nas campanhas da Liberdade, em 1834 deixou o serviço militar para desempenhar o cargo de Deputado do Ajudante-General do Exército Libertador; José Joaquim Mendes Leal foi eleito Deputado em 1901 pela primeira vez, deputado nas sucessivas legislaturas (então sempre dissolvidas no conturbado período histórico da falência do regime constitucional monárquico estabelecido em 1826) e manteve o seu lugar com uma ligeira interrupção em 1904; Carlos Roma do

devemos referir em relação aos cargos públicos ligados à administração central e local como sejam os de governadores do Reino³⁴².

Entre as personalidades que desenvolveram actividades de Direcção em Organismos Públicos, 15 Redactores (62,5%) de que já falamos, sobre alguns destacaríamos ainda Augusto Ramos da Costa, José Justino Teixeira Botelho, Rodolpho Ferreira Dias Guimarães, Raul Augusto Esteves e Victorino Gomes da Costa³⁴³.

Quanto às actividades profissionais exercidas pelos Redactores da *Revista Militar* e, à semelhança dos Fundadores, todas foram consideradas elevadas, sendo o grupo preponderante o dos que exerceram cargos de Directores de Organismos Públicos, 15 Redactores (62,5%). Significativo foi também a actividade de Deputados onde 6 Redactores (25%) desenvolveram aquela actividade e 5 Redactores (20,83%) desempenharam o cargo de Ministro. Ao nível da Administração Pública podemos encontrar ainda 3 (12,5%) Governadores do Reino e 1 (4,16%) Conselheiro de Estado e Promotor de Justiça. Presença significativa ocorre também no domínio do ensino liceal e superior com a existência de 16 Professores (66,66%) de diversos estabelecimentos de ensino militar e civil, com especial relevância para os 9 (37,5%) da *Escola do Exército*. Menor é a presença na *Academia Real de Marinha* com 2 Redactores (8,33%) e a *Escola Politécnica* com 1 (4,16%). No ensino liceal surge-nos o Colégio Militar com 4 (16,66%) Professores. De salientar que dos 4 Professores do *Colégio Militar* nenhum deles leccionou no ensino superior. A actividade de jornalista também esteve presente, embora com apenas 3 Redactores, (12,3%) a dedicarem-se àquela actividade.

Bocage Deputado em duas legislaturas pelo círculo de Portalegre, (1884-87) e (1890-94) com já referimos chegaria a Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1909. Com itinerário inverso, José Joaquim de Castro desempenhou o cargo de Ministro em 1888 e mais tarde, em (1906-07) foi eleito Deputado pelo círculo de Beja; Francisco Xavier Correia Mendes exerceu o cargo de Deputado da nação pelo *Partido Progressista* em 1907 e João Ortigão Peres foi eleito Deputado pelo círculo de Beja. Cfr., Anexo II, Prosopografias, pp. 55-96.

³⁴² José Maria Pereira d'Almeida e Eduardo Augusto Ferreira da Costa desenvolveram, fundamentalmente, a sua actividade como administradores ultramarinos onde desempenharam funções de Governadores do Reino. O primeiro foi adjunto do Governador Geral da Província de Moçambique em 1857 e depois governador de Timor. O segundo foi Governador do distrito de Moçambique (1899-1900), Governador do distrito de Benguela, (1903-1905) e Governador Geral de Angola em (1906-1907). Pelos seus serviços relevantes prestados ao país como administrador ultramarino, D. Carlos I concedeu-lhe as honras de seu oficial às ordens e mesmo de seu Conselho de Estado. Idem, *Ibidem*.

³⁴³ Augusto Ramos da Costa exerceu o cargo de Director da Hidrografia, Navegação e Meteorologia Náutica da Direcção Geral da Marinha; José Justino Teixeira Botelho desempenhou o cargo de adjunto do Governador Geral da Índia em 1889. Toma-se pertinente referir que a actividade destes homens embora tivesse o seu início na segunda

A actividade científica também esteve presente nos Redactores da *Revista Militar*, manifestando-se ao nível das diversas comissões científicas nacionais e internacionais que efectuaram em território nacional e aos diferentes países da Europa³⁴⁴.

Colaboração Científica e Literária noutros periódicos militares e civis

No que toca à actividade profissional dos intelectuais Redactores da *Revista Militar*, importa esclarecer que esta implicou em termos gerais o exercício de várias actividades, o que também foi característico dos Fundadores. Não saindo do cariz do periódico, a produção cultural e literária desenvolveu-se dentro de um carácter técnico, científico e literário associada ao desempenho de outras actividades, Direcção de Organismos Públicos, Professores, Deputados, Ministros e Militares.

No grupo dos 9 Redactores (37,5%) colaboraram noutros periódicos, tendo mesmo exercido a actividade de Directores, Redactores e mesmo Proprietários antes e depois da *Revista Militar*, (aspectos que serão desenvolvidos em momento oportuno).

Este grupo de Redactores colaborou num grande número de periódicos tecnico-científicos, literários, políticos e económicos³⁴⁵: **José Justino Teixeira Botelho** e **Carlos Roma du Bocage**, dois dos Redactores, colaboraram numa mesma

metade do século XIX ela viria a desenvolver-se com maior intensidade a partir de 1910 e por isso, fora do período em estudo. Cfr., Anexo II, Prosopografias, pp. 65-66.

³⁴⁴ Nessas viagens científicas, entre outras, referimos: Carlos Roma du Bocage independente das experiências efectuadas em França no âmbito do seu projecto, em 1892 representou Portugal no Congresso Militar Hispano-português-americano que se realizou em Madrid. Desse congresso apresentou um relatório numa sessão da 1ª Classe da *Academia Real das Sciencias de Lisboa* realizada em 27 de Abril de 1893. Das importantes conclusões apresentou o relatório de sua autoria e cujo título é Congresso Militar Hispano-portuguez-americano; Rodolpho Ferreira Dias Guimarães representou Portugal e a *Academia de Ciências de Lisboa* no Congresso Besançon, tendo valorizado ainda mais essa viagem visitando vários estabelecimentos científicos e militares, bem como fábricas importantes de material de guerra, tendo deixado artigos relevantes para quem se interesse por estas questões. Entre outros estabelecimentos científicos visitados, referimos: as descrições de fábricas de *St. Chamond*, a *Sociedade Eléctrica de Genebra*, a das oficinas *Decanville* e *Cockerill*, a de *Fábrica de Armas de Berne*. Continuou nos anos seguintes a ser convidado aos congressos da *Associação Francesa*, participando no de Caen no ano de 1894, onde foi um dos seus Presidentes Honorários. Em 1895 voltou a França em mais uma missão de carácter científico e militar a fim de contactar com a instituição militar daquele país e assistir às manobras do Exército francês na região de Vogues. Destas viagens podemos encontrar notícias na *Revista do Exército e da Armada*.

³⁴⁵ Cfr., Anexo II, Quadro n.º 7, pág. 104.

publicação: o *Diário de Notícias*, jornal de que já falámos em momento anterior. O primeiro, historiador, académico, colonialista, pedagogo, tradutor e jornalista, viria a notabilizar-se com os seus estudos relativos à Pedagogia e à História. A sua carreira literária jornalística iniciou-se em 1893 na companhia de Eduardo Costa, Ayres de Ornelas e Mascarenhas Galvão com a fundação da *Revista do Exército e da Armada* de que eram proprietários. Como pedagogo, preocupou-se com o ensino das línguas vivas no país deixando notáveis artigos nos jornais da época em que colaborou³⁴⁶. Homem muito dedicado à difusão dos conhecimentos úteis, viria a colaborar incessantemente em periódicos técnicos e científicos. No *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, *Arquivo Ultramarino*, *Mensagem Literária* (Porto), *Boletim da Sociedade Luso-africana* (Rio de Janeiro) *Journal of the society of Army Historical Research* (Inglaterra) e no *Diário de Notícias*, onde publicou o seu último artigo *A Guerra Peninsular e a Inglaterra*³⁴⁷.

Ao segundo, engenheiro de formação e publicista, foram porém os assuntos coloniais e estudos históricos que mais absorveram a sua atenção como estudioso, sem nunca descurar a sua área de formação a engenharia. Em 1880, apresentou à *Academia Real das Ciências de Lisboa* uma memória sob um tema colocado a concurso sobre a defesa do país e melhor sistema de organização militar. Intitulada *Estudo sobre o mais eficaz sistema de defesa do país subordinado aos meios de que podemos dispor, discutindo as hipóteses prováveis em que possa realizar-se a agressão, e formulando ao mesmo tempo os princípios em que deve basear-se a melhor organização e construção do exército português de maneira que seja fácil e profícua a sua mobilização*. Esta foi premiada com a medalha de ouro, sendo o seu autor eleito Sócio Correspondente da Academia. Poucos anos depois, escreveu uma memória em colaboração com um escritor espanhol: *Estudos de História Pátria* –

³⁴⁶ *As Línguas Vivas na Instrução Secundária – Considerações Gerais, Professores e Métodos de Ensino, Conclusões*, Lisboa, Edição Ferin, 1904, págs. 180; *Livre de Lecture Française à l'usage des Classes de 1^{ère}, de 2^{ème} et 3^{ème} des lycées Portugais*, Porto, Livraria Chardron, 1907, págs. 249; *Lectures Scientifiques et littéraires à l'usage de 4^{ème} et de 5^{ème} Classes des Lycées Portugais*, Porto, Livraria Chardron, 1909, págs. 249. Para mais informação sobre a produção literária como Historiador, Académico, Colonialista, Pedagogo, Tradutor e colaborador veja-se José Filipe de Barros Rodrigues, "General José Justino Teixeira Botelho", *RM*, 1956, n.º 2, pp. 109-114.

³⁴⁷ Foi graças à sua excepcional capacidade de estudo e trabalho que em 27 de Janeiro de 1916 foi eleito Sócio Correspondente da *Academia das Ciências de Lisboa* na Classe de Letras. Doze anos volvidos e em 28 de Junho era escolhido para Sócio Efectivo na secção de Ciências Históricas e Geográficas. Restaurada a *Academia Portuguesa de História* e é considerado fundador em 30 de Dezembro de 1937 e considerado Sócio titular em 19 de Março de 1945. Pelos seus estudos como colonialista viria a ocupar lugar de destaque nas diversas secções e comissões que debatiam e estabeleciam a doutrina nas ciências de aplicação ao Ultramar.

Origem do Condado de Portugal que viria a ser inserta nas memórias da Academia 2ª Classe (Tomo VI, parte II). Esta memória valeria a Carlos Roma do Bocage ser eleito sócio correspondente da *Academia de La Historia de Madrid*. Em 1889, escreveu dois artigos na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, Lisboa Tomo III, um de título *Aliança de Portugal* e o outro *Portugal sem Aliados*. Sem nunca esquecer a sua formação científica de engenheiro, e verificando que a aplicação dos automóveis na guerra e os seus constantes aperfeiçoamentos e progressos faziam prever a sua utilização no Exército para dar mobilidade às bocas de fogo na defesa de forças entrincheiradas, sobre as vias de cintura e de reparo, dispensando as linhas férreas. Detentor e entusiasta dessa ideia, delineou e realizou em França em 1902, as primeiras experiências nesse sentido, organizando um comboio constituído por quatro bocas de fogo nos seus reparos, rebocado por um tractor a álcool e que fora denominado de *Train Schneider-canet-du-Bocage*³⁴⁸. Em 1906 e 1907 colaborou no *Diário de Notícias* onde publicou uma série de magníficas crónicas internacionais que mais tarde, em 1914, viriam a ser publicadas em volume.

Rodolpho Ferreira Dias Guimarães, aluno de Gomes Teixeira Conde de Campo Bello e Luiz Woodhouse desenvolveu os seus trabalhos no âmbito da geometria, especificamente, no estudo da Elipse, onde obteve resultados bastante importantes que lhe dariam a notoriedade no país e no estrangeiro. De vocação sobretudo para as matemáticas, logo em 1885 com 19 anos de idade publicou dois trabalhos no *Ateneu do Porto*³⁴⁹, sobre geometria e outro no *Jornal de Sciencias Matematicas e Astronomicas* do Dr. Gomes Teixeira. Ainda como estudante, em 1886 e 1888 continuou a colaborar com artigos sobre matemática naqueles periódicos e no *O Instituto*³⁵⁰, tendo mesmo redigido um folheto, dedicando-se ao estudo da geometria,

³⁴⁸ Destas experiências deu resumidamente notícia num artigo de título: *Baterias Moveis de Praça*, publicado no mesmo ano na *Revista de Engenharia Militar*, no Tomo VII, pp. 433-439.

³⁴⁹ *Ateneu do Porto*, Periódico de administração e economia social, fundado em 1850, jornal científico-literário e jornal técnico, tratava assuntos relacionados com a produção, distribuição e consumo de riquezas, obras públicas e á instrução publica, fundamentalmente, no que refere à ao *"ensino técnico das classes industriais"*, publicava também estudos literários que, *"elevando-se acima do mero recreio de espíritos frívolos, pudessem contribuir para desenvolver no animo dos nossos concidadãos o sentimento da sua própria estima e a firme crença de um futuro de felicidade e engrandecimento nacional"*. O *Ateneu*, n.º 1, 6 de Janeiro de 1850.

³⁵⁰ *O Instituto*, órgão de uma sociedade, (o Instituto de Coimbra) apoiado pela Universidade de Coimbra, fundado em 1852 destinava-se a publicar os estudos dos seus membros que se distribuíam por três áreas: ciências morais e políticas, ciências físico-matemáticas e literatura e belas-artes. Tinha como colaboradores quase exclusivamente lentes da Universidade de Coimbra e dedicava grande parte dos seus artigos à vida da Universidade

especialmente ao estudo da elipse, onde conseguiu resultados brilhantes que seriam referidos no estrangeiro.

Em 1892 foi admitido como sócio correspondente da *Academia Real das Ciências de Lisboa*, pelo reconhecimento dos seus estudos de matemática já publicados e que mereceu uma grande distinção de personalidades ilustres do mundo da Ciência como o geómetra Schiapa Monteiro e Francisco Horta e Mota Regado. Embora apaixonado pelas ciências matemáticas, não esqueceu os assuntos para a ciência de engenheiro como prova o interessante artigo publicado no *Génie Moderne* sobre o cálculo dos perfis transversais nos projectos de estradas, onde demonstrou que o processo Silva Ribeiro é mais simples que o método clássico do chileno Krahnass. Em 1891 evidenciou-se logo como engenheiro, ao aplicar os seus conhecimentos na *Escola Prática de Engenharia*, no desenvolvimento dos *Serviços Fotográficos do Reino*, havia pouco tempo montados pelo Coronel João Veiga da Cunha, já no estudo e aproveitamento do material recentemente adquirido para a iluminação eléctrica de campanha, tanto com projectores como com lâmpadas. Desse estudo resultou um seu artigo: *O Material Photo-electrico, Typo de Campanha* publicado na *Revista de Sciencias Militares*, ilustrado com numerosas imagens elaboradas pelo próprio autor³⁵¹.

Os estudos de investigação histórica e bibliográfica também mereceram a atenção de Rodolpho Ferreira Dias Guimarães: ocupou-se ao estudo das obras de Pedro Nunes. Deste resultaria uma série de artigos publicados no *O Instituto* com o título de *Investigações históricas sobre as Obras de Pedro Nunes*. Neste trabalho, revela-nos os trechos mais importantes das obras desse grande matemático, bem como faz uma avaliação das críticas e comentários que por reconhecidas autoridades da ciência lhe foram dirigidas. Em 1900, voltou a publicar no mesmo periódico *Les Mathématiques en Portugal* que é uma compilação de crítica de tudo quanto neste ramo da ciência foi estudado entre nós, desde o início da nacionalidade. Posteriormente, esse trabalho viria a ser completado com dois sucessivos apêndices e depois de reunido em volume com três índices, sistemático, cronológico e biográfico. Terminado aquele estudo e logo deu início a outro, que resultaria na publicação de

e a investigações sobre matérias das diferentes cadeiras leccionadas nas diferentes faculdades, a estudos eruditos de história e literatura.

³⁵¹ Foi nesse âmbito que realizou e publicou alguns estudos sobre fotografia: *A Photographia Applicada nos Levantamentos Topographicos*, REA, Tomo III, 1894, pp. 272-352, *Retrophotographia*, RSM, Tomo XVII, 1894, pp. 117-120, *Sobre um Problema de Photographia*, Revista de Obras Publicas e Minas, Tomo XXIX, 1899, pp.355-358.

uma série de Artigos de título *Sur La Vie et L'ouvre de Pedro Nunes* nos *Annales da Academia Polytechnica*.

São inúmeros os estudos publicados nas colecções da *Academia de Ciências de Lisboa*, na *Revista do Boletim Bibliografico da Universidade de Coimbra*, no *Instituto*, na *Revista das Obras Públicas*, no *Boletim do Ministério de Instrução*, no *Jornal de Sciencias Mathematicas e Astronomicas de Coimbra*, no *Bulletin de la Société Mathématique de France*, no *El Progreso Matematico de Saragoça*, entre outros³⁵².

Francisco Xavier Correia Mendes, embora sendo um homem de grande aptidão intelectual, nunca escreveu uma grande obra, pois o seu espírito dinâmico sentia-se melhor como jornalista do que nas diversas considerações sobre os grandes estudos, que fizeram dele uma personalidade de relevo no meio jornalístico.

A sua colaboração em prosa e verso distribui-se por numerosos periódicos diários. *Correio da Noite*, *Voz Pública*, *Primeiro de Janeiro* e em vários outros órgãos da imprensa de Coimbra, Monção, Viana do Castelo e Funchal. Foi ainda cronista militar muito apreciado das *Novidades no Tempo* em que era seu Director o jornalista Emídio Navarro. Na *Revista de Portugal em África*, publicou em 1896 as biografias de Eduardo Costa e Ayres Ornelas, oficiais que ganharam celebridade nas campanhas de África.

Frederico Augusto de Novaes Côrte-Real, escritor estudioso dotado de uma reflexão contemplativa, realizou vários estudos sobre a ciência militar, colaborando na *Cosmorama Literário* e foi Director e Redactor da *Revista Estrangeira*, exercício que acumulava com o de Redactor Principal da *Revista Militar*.

Luiz Travassos Valdez desenvolveu a sua actividade a partir de 1842 como Redactor, Autor e Coordenador de vários estudos – almanaques civis e militares³⁵³. Esses estudos são de tal modo interessantes que além de notícias comuns,

³⁵². Para mais informação sobre a sua produção literária veja-se Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XVIII, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 278-279.

³⁵³ *Lista Geral dos Officiaes do Exercito Libertador, referida ao dia 25 de Julho de 1833*. Lisboa, Typ. A. J. C. da Cruz, 1835, 8.º 188 pag. Encerra a relação dos oficiais condecorados com a Ordem da Torre e Espada, a das acções que tiveram lugar até aquela data, relação dos oficiais mortos, feridos e prisioneiros na guerra até então e mapas das mortes que ocorreram em cada acção; *Almanach de Portugal para o Anno de 1855*, Lisboa, Imp. Nac., 1854, 8.º de 703 pág.. Contém muitos mapas estatísticos e outras informações de grande interesse. Apresenta a relação dos titulares, com as datas da criação dos títulos, relações dos empregados, com as suas condecorações e datas de nomeações dos empregos que exerciam. Foi o primeiro deste género a ser publicado em Portugal, *Notícias sobre os Pesos e Medidas de Portugal e suas Possessões Ultramarinas e do Brazil, Comparando os Antigos Systemas com o novo Systema Metrico Decimal*. Lisboa, Imp. Nac., 1855, 8.º

encontramos outras menos vulgares que os tomam de grande interesse para serem consultados por investigadores de diferentes áreas. A eles recorreu Innocencio Francisco da Silva para redigir o seu *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Foi durante alguns anos colaborador do *Jornal do Commercio* e no *Diário Popular* onde publicou em 1880 um estudo: *Memoria Ácerca das Impressões do Governo, Obras Subsidiadas pelo Estado, Bibliothecas, Archivos, Boletins das Provincias Ultramarinas, Bibliographia Ultramarina*.

José Joaquim Mendes Leal, Domingos José Correia e Raul Augusto Esteves, tiveram em comum o facto de pelo menos terem sido colaboradores num periódico.

O primeiro, Professor e Político, foi ainda em Coimbra quando cursava Direito que deu os primeiros passos no jornalismo como director e colaborador do *Jornal Gazeta Nacional* que se publicou na última década do século XIX. Como escritor militar, foi director da *Revista do Exercito e da Armada*. A sua colaboração não foi vasta, mas os seus estudos são demonstrativos de grande profundidade e rigor científico.

Domingos José Correia dedicou-se aos estudos no domínio do Direito, tendo publicado alguns dos seus estudos no periódico *Revista de Jurisprudência Militar*, enquanto que Raul Augusto Esteves, escritor militar de vasta bibliografia, colaborou na *Revista de Engenharia Militar* com estudos relacionados com a engenharia e na *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, com o seu estudo *O Problema Nacional dos Caminhos de Ferro*. Foi ainda colaborador noutra imprensa diária.

Capítulo 3 Perfil sociológico dos Colaboradores

Naturalidade

No que refere ao local de nascimento, dos 10 Colaboradores considerados 5, (50%) são provenientes de cidades portuguesas que podemos considerar de nível europeu, Porto com 3, (30%) e de Lisboa 2, (20%). Igualmente significativo é que das cidades de província temos 3, (30%) dos Colaboradores. Santarém, Elvas e Faro com 1 Colaborador, (10%), enquanto que também se nos apresenta um colaborador de quem não conseguimos obter informação quanto ao seu local de nascimento³⁵⁴. Ora, se tivermos em linha de conta o mapa, facilmente nos apercebemos que o maior número dos Colaboradores é de origem a Norte do Rio Tejo com 6 Colaboradores, (60%), enquanto que a Sul do mesmo rio temos apenas o Alentejo e Algarve com 2, (20%) dos Colaboradores³⁵⁵.

Idade no Momento da Primeira Colaboração

Como tivemos oportunidade de verificar, através de uma análise à idade dos Colaboradores à data da publicação do primeiro artigo, facilmente nos apercebemos que 4, (40%) estrearam-se na divulgação do conhecimento técnico, científico e literário com uma idade igual ou inferior a 30 anos, portanto bastante jovem, o que indicia que ser-se colaborador de um periódico, neste caso da *Revista Militar*, era entendido como forma de afirmação perante a opinião pública e quem sabe de promoção política, (na verdade, o maior número dos colaboradores do periódico, até aos 30 anos vieram a ocupar cargos públicos), aspecto que abordaremos em momento oportuno. Os outros 4 Colaboradores (40%) distribuem-se entre os 37 e os 70 anos de idade. Os indivíduos mais novos, José Estevão de Moraes Sarmiento (1843-1930) e Antonio José de Mello (1859-1946), tinham apenas 23 anos de idade enquanto que o Colaborador mais velho, Francisco Pedro Celestino Soares (1792-1873), contava 71 anos de idade o que

³⁵⁴ Cfr., Anexo III, Quadro n.º 1, pág. 128.

³⁵⁵ Idem, *ibidem*.

mais uma vez revela uma grande amplitude de idades entre os colaboradores³⁵⁶. Estes grupos etários acima referidos são acrescidos de 2 colaboradores de quem não conseguimos informação³⁵⁷.

Percurso Académico

No que toca à formação Académica, relevante se nos apresenta o facto de 6 Colaboradores (60%) serem possuidores de formação académica de grau superior. Todavia sobre 4, (40%) dos Colaboradores desconhecemos informação relativa à sua formação académica³⁵⁸. As instituições militares de ensino superior surgem em posição bastante mais relevante que as instituições de ensino superior civis, aliás temos presente apenas uma, a *Escola Politécnica* com 2, (20%) dos Colaboradores. A *Escola do Exército* é a instituição de ensino superior onde se diplomaram mais Colaboradores, 4 (40%), enquanto que na *Academia Real de Marinha* foram 2, (20%) e na *Real Academia de Fortificação Artilharia e Dezenho* 1 Colaborador (10%)³⁵⁹. Como já referimos em momento anterior, 4, (40%) dos colaboradores surgem sem informação quanto à sua formação académica. Diplomaram-se em instituições militares de ensino superior 6 Colaboradores, (60%). Diplomaram-se em mais do que uma instituição de ensino superior 3, (30%) dos Colaboradores, José Estevão de Moraes Sarmiento e Fernando da Costa Maya pela *Escola Politécnica* e pela *Escola do Exército*, e Francisco Pedro Celestino Soares na *Academia Real de Marinha* e *Real Academia de Fortificação Artilharia e Dezenho*. Com formação académica na escola do exército temos Antonio José de Mello e João Xavier d'Athayde Oliveira, enquanto que Carlos Barcelos Machado se diplomou na *Academia Real de Marinha*³⁶⁰.

³⁵⁶ Cfr., Anexo III, Quadro n.º 2, pág. 129.

³⁵⁷ Desconhecemos a data de nascimento de Luiz Augusto Pimentel e de Pedro Manuel Tavares.

³⁵⁸ Desconhecemos informação académica relativa a Luiz Augusto Pimentel, Pedro Manuel Tavares, Manuel Alves de Souza e Antonio Marciano Ribeiro da Fonseca. Quanto ao primeiro, sabemos que cursou Gramática Latina, Língua Francesa, Lógica, Retórica e Geografia, mas desconhecemos a natureza da instituição científica. Contudo, é de se admitir que tivesse formação académica de grau superior, tomando em linha de conta os cargos públicos exercidos bem como a posição hierárquica que alcançou na instituição militar. Cfr., Anexo III, Quadro n.º 3, pág. 130.

³⁵⁹ Idem, *Ibidem*.

³⁶⁰ Idem, *Ibidem*.

Actividades ocupacionais militares e civis

No que diz respeito às actividades desenvolvidas, pelo grupo dos Colaboradores da *Revista Militar*, este era formado por personalidades que além de formação científica nas diferentes instituições militares e civis de ensino superior, estiveram como os Fundadores e Redactores a exercer actividades como Docentes, Jornalistas, Publicistas, Políticos (Ministros, Secretários de Estado, Deputados, Governadores do Reino e Directores de Organismos Públicos). A actividade dos Colaboradores foi também ela marcada pelo desempenho de várias funções em simultâneo.

No conjunto considerado, um grupo é preponderante: o do funcionalismo da Administração Pública – alta burocracia do Estado. Neste grupo, 5 Colaboradores, (50%), exerceram o cargo de Directores de Organismos Públicos. Significativa é também a actividade de Professor, onde 4 Colaboradores, (40%), exerceram a docência na *Escola do Exército*. As actividades de Jornalista, Publicista e Deputado também estão presentes com 2 Colaboradores, (20%) cada a exercerem aquelas actividades. Ainda dentro do funcionalismo publico encontramos 1, (10%) a exercer o cargo de Ministro, Secretário de Estado e Governador do Reino³⁶¹. Do grupo de Colaboradores, 4 (40%), exerceram a actividade docente: Francisco Pedro Celestino Soares, Fernando da Costa Maya, Manuel Alves de Souza (1829-1892) e Antonio José de Mello (1859-1946)³⁶². Deste grupo de Colaboradores que exerceram a actividade docente, destacaríamos o primeiro pelas suas múltiplas actividades desenvolvidas quer como político, quer como cientista nas diversas comissões científicas a que pertenceu³⁶³.

³⁶¹ Cfr., Anexo III, Quadros n.º 5 e 6, pp. 132-133.

³⁶² Francisco Pedro Celestino Soares e Fernando da Costa Maya exerceram a docência como Professores na *Escola do Exército*, conseguindo o primeiro o grau académico de Professor Jubilado em 1850, enquanto que o segundo a posição de Lente provisório em 1892 e Lente efectivo em 1896. Manuel Alves de Souza foi Professor de Inglês e Francês em 1864 e António José de Mello Professor de Inglês, Matemática e Física em 1881. Cfr. Anexo III, Prosopografias, pp. 107-126.

³⁶³ Francisco Pedro Celestino Soares como político exerceu o cargo de Subsecretário de Estado para os Negócios da Guerra nas Províncias do Norte em 1841, Director Geral do Ministério da Guerra em 1846 e membro do Conselho da Guerra em 1856. Fez parte de várias comissões científicas, entre as quais destacamos: Comissão de Estudos da *Academia Real das Ciências de Lisboa* para a elaboração dos estatutos das Belas Artes, (1841); Comissão que estudou os projectos de edificação do Teatro Nacional, (1841). Idem, pp. 117-118.

O Funcionalismo da Administração Pública do Estado – Ministro, Deputados e Directores de Organismos Públicos são os mais representativos. Assim, exerceu a actividade de Ministro, Deputado, Par do Reino, Conselheiro de Estado, Promotor de Justiça e Director de Organismo Público **José Estevão de Moraes Sarmento**, enquanto que Luiz Augusto Pimentel exerceu o cargo de Deputado em duas legislaturas. Como Directores de Organismo Públicos, além de Sarmento já referido, desempenharam ainda esse cargo Carlos Barcelos Machado, Antonio José de Mello, Francisco Pedro Celestino Soares e António Marciano Ribeiro da Fonseca³⁶⁴.

De entre estas personalidades destacaríamos **José Estevão Moraes Sarmento**, que exerceu o cargo de vogal da Comissão Central dos Trabalhos Preparatórios para a Exposição Universal de Paris em 1878, de chefe da 4ª Repartição da Administração Geral das Alfândegas de 1885 a 1886, cargos que exerceu em acumulação com o de Promotor de Justiça desde 1875 e que viria a deixar em 1893. Também serviu o país como político, sendo eleito Deputado pelo círculo de Beja na legislatura de 1890 a 1893, e depois na seguinte pelo círculo de Mértola, de 1894-1897. Nesta legislatura distinguiu-se nos assuntos relacionados com as questões militares, que lhe valeriam a conquista do cargo de Ministro da Guerra em Abril de 1896 e que viria a exercer até Fevereiro de 1897.

Colaboração Científica e Literária noutros periódicos militares e civis

À semelhança dos Fundadores e Redactores, também a actividade dos Colaboradores foi marcado pelo exercício de diversas ocupações, quer fossem elas de Docente, Ministros, Deputados noutros órgãos de soberania do Estado.

Posta de parte, por razões óbvias, a possibilidade de fazermos incidir o estudo sobre a totalidade dos Colaboradores da *Revista Militar*, cerca de 728 no período em estudo, importa começar por esclarecer quais os critérios que presidiram à construção da amostragem que constitui o conjunto dos Colaboradores: adoptámos como parâmetro essencial para a inclusão nesse conjunto, todos os Colaboradores cuja

³⁶⁴ Carlos Barcelos Machado desempenhou funções como Engenheiro no Ministério das Obras Públicas, (1846) e Inspector da Engenharia, (1871-73) enquanto que António Marciano Ribeiro da Fonseca exerceu o cargo de Chefe da Repartição Militar da Secretaria do Governo de Macau e Timor em 1884. Cfr. Anexo III, Prosopografias, pp. 107-126 e quadro n.º 6.

colaboração igualou ou ultrapassou a publicação de 25 artigos no periódico. Deste critério resultou a selecção de 18 Colaboradores (100%). Como não poderia deixar de ser, nesse conjunto de Colaboradores, encontram-se 7, (38,88%), personalidades que além de Colaboradores, foram Fundadores e Redactores do periódico, por conseguinte já estudados em momentos anteriores³⁶⁵.

Do grupo dos restantes colaboradores, começaríamos por referir que em termos individuais, José Estevão de Moraes Sarmento e Fernando da Costa Maya deram o seu maior contributo, publicando um número superior a 100 artigos.

Como historiador, jornalista e publicista **José Estevão de Moraes Sarmento** legou-nos uma vasta e diversificada obra de erudição e rigor científico. A sua actividade como Publicista começou em 1862 quando com 19 anos de idade iniciou a sua colaboração na *Revolução de Setembro*. Em 1873 fundou o *Diário Popular* e, nesse mesmo ano, viria a colaborar no *Diário de Notícias* com uma crónica militar que, aliás, viria a manter até 1896 e no *Jornal do Commercio* com assuntos militares. Foi profícua a sua actividade literária com a divulgação de inúmeros estudos de que se salientam: *A Defesa das Costas de Portugal e a Aliança Inglesa*, mais tarde traduzido para a língua inglesa; *Os caminhos de Ferro sob o Ponto de Vista Militar* (1873); *A Engenharia militar*, (1875); *Estudos sobre a Estabilidade Financeira dos Monte-pios*, (1884); *Memoria sobre a telegrafia Eléctrica Militar na Exposição da Electricidade de Paris em 1881*, (1884); redigiu o prólogo para a segunda edição do *Tratado Pratico de Topographia Regular e Irregular, Desenho e Leituras de Cartas, noções de Agrimensura, Photographias e suas principais Aplicações*, Lisboa, Imp. Sousa Neves, 1880, com 329 pág. e 12 estampas.

Em 1866, iniciou a sua colaboração na *Revista Militar* com a transcrição de um artigo da *Revolução de Setembro* de seu título *Collegio Militar* que marca o início de um elevado número de publicações de artigos durante 40 anos de colaboração. A sua proveitosa e extraordinária colaboração na *Revista Militar* pode ser apreciada através da publicação dos seus 296 artigos³⁶⁶, sobre os mais diversos assuntos:

³⁶⁵ Foram estudados como Fundadores os Colaboradores do periódico: João Manuel Cordeiro de (1849-1910) com 98 artigos publicados; António Florencio de Sousa Pinto de (1849-88) com 274 artigos publicados; Antonio Mello Breyner de (1849-78) com 100 artigos publicados; Bento José da Cunha Vianna de (1849-68) com 69 artigos publicados; Foram ainda estudados como Redactores os Colaboradores Frederico Augusto de Novaes Córte-real de (1854-1855) com 57 artigos publicados; Augusto Frederico Pinto Rebelo Pedrosa de (1872-91) com 59 artigos publicados; José Nicolau Raposo Botelho de (1889-1910) com 52 artigos publicados.

³⁶⁶ José estevão de Moraes Sarmento foi colaborador da *Revista Militar* durante 64 anos, tendo publicado 355 artigos, num total de 2800 páginas. Fernando Louro de Sousa, "No Duplo Centenário da Academia das Ciências de Lisboa", *RM*, 1980, n.º 11/12, pág. 976.

Administração, Biografias, Colónias, Política de Defesa Nacional, Direito, História de Portugal, Marinha, Política Externa, Técnica e Ciência³⁶⁷.

Os seus trabalhos científicos e literários levaram a que em sessão de 14 de Julho de 1910 fosse eleito sócio Correspondente da *Academia Real das Ciências de Lisboa*. Mas, seria na *Revista Militar* que Moraes Sarmiento prestaria um notável serviço técnico e científico nos sucessivos e eruditos artigos científicos que publicou.

Fernando da Costa Maya iniciou a sua produção literária em 1883 com 19 anos de idade, publicando na *Revista Militar* o artigo: *Do Ensino Militar nas Escolas Civis*³⁶⁸. Em 1897, foi nomeado para a comissão científica responsável pelo estudo de propor a reorganização das forças ultramarinas e a cooperação das forças da metrópole no serviço colonial, tendo saído deste estudo a publicação de três volumes do maior interesse para quem se dedique ao estudo das questões coloniais e de seu título: *Reorganização das Forças Ultramarinas*. Com a sua capacidade científica e erudição adquirida como Professor, nos diversos estabelecimentos de ensino onde leccionou, facilmente se evidenciou como jornalista e publicista colaborando no jornal *A Província do Porto*, no *Diário de Notícias* como Redactor efectivo para os assuntos militares e ainda noutros jornais e revistas. Além do grande número de artigos publicados nesses periódicos, publicou ainda uma notável série de livros dos quais destacamos alguns dos seus títulos: *Royal Collège Militaire* – monografia que fez parte na preciosa colecção de livros e opúsculos apresentados pelo governo na Exposição Universal de Paris, (1890); *Memoria Histórica e Descritiva do Real Colégio Militar*, (1890); *Primeiro Centenário do mesmo Colégio*, (1902); *Subsídios para a História de Portugal*, (1902); *Compêndio do Novo Sistema Legal de Pesos e Medidas*. Porém, foi, contudo, na *Revista Militar* em que mais se ocupou durante dezassete anos, onde publicou mais de 100 artigos³⁶⁹.

Em 1903, apresentou como título de candidatura à *Academia Real das Ciências de Lisboa* dois dos seus livros: *Elementos de Tática das Três Armas e da*

³⁶⁷ Para mais informação sobre a actividade técnica, científica e literária de Moraes Sarmiento, consulte-se o Arquivo da *Revista Militar* onde se encontram arquivados de (1866-1929) a maior parte da sua produção técnica, científica e literária: crónicas, resenções críticas a livros e opúsculos.

³⁶⁸ Cfr., Anexo III, Prosopografias, pp. 110-111.

³⁶⁹ De entre esse grande número de artigos publicados na *Revista Militar*, relevamos: *As Armas*, (1890); *As Guerras Coloniais*, (1895); *A Capitulação de Almeida*, (1890); *A Guerra Sul-Africana*, (1900); *A Campanha Franco-Chinesa e Paz Armada*, (1900). Idem, *Ibidem*.

Cavalaria. A Sua Missão Estratégica e Tática, vindo a ser eleito sócio correspondente da classe de Ciências em Maio de 1904³⁷⁰.

Significativa foi a colaboração de Luiz Augusto Pimentel, Carlos de Barcellos Machado, António José de Mello e João Xavier d'Atayde de Oliveira com uma colaboração entre os 96 e os 25 artigos publicados de natureza técnica, científica e literária nas páginas da *Revista Militar*.

Luiz Augusto Pimentel das suas actividades como cientista, escritor e investigador de História e Direito, resultaram numerosos estudos publicados, na *Revista Militar* durante uma década, (1859-69) em que foi colaborador do periódico e dos quais se destacam: *Comunicações e Transportes: A Praça de Estremoz e os Caminhos de Ferro do Alentejo*, (1860); *Aos Jornais da Índia*, (1863); *Um Brado a Favor dos Monumentos*, (1864); *Código Penal*, (1865); *Comunicações e Transportes: Considerações Estratégicas sobre os Caminhos de Ferro da Beira*, (1865).

Carlos de Barcellos Machado ao longo dos seus 16 anos de colaborador (1862-1878) no periódico, publicou uma vasta série de artigos, sendo o primeiro inserto no tomo X de 1862, intitulado de *Transmissões e Telecomunicações: A aplicação da telegrafia às Operações Militares*, (1862) e nos anos seguintes muitos outros: *A Ideia de um Novo Sistema para Atravessar as Montanhas com Caminhos de Ferro*, (1862); *Sistemas de Telegrafia Analítica Universal*, (1864); *Novo Sistema de tracção para Vencer as Rampas Íngremes do Engenheiro Agudio*, (1864); *Instruções sobre Pára-raios Estabelecidos nos Paióis, Adoptados pela Academia das Ciências de Paris*, (1868); *Nova Construção Gráfica para Achar o Comprimento de uma Circunferência sendo dado o Raio*, (1876).

António José de Mello e João Xavier d'Athayde de Oliveira tiveram em comum o número de publicações no periódico em que foram colaboradores. O primeiro iniciou a sua colaboração com 21 anos de idade, mantendo uma notável participação que se estendeu por 22 anos, 1882-1904. Na sua actividade como escritor e investigador redigiu o *Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa* e colaborou nas páginas da *Revista Militar*, entre outros com os seguintes artigos: *Gambetta e o Balão Correio «Armand Barbés» na Guerra Franco-prussiana de 1870*, (1889); *Vedemecum do Remontista, útil ao Exército e aos Possuidores de Cavalos*, (1890); *o Cavallo e a Guerra*, (1890). O segundo, colaborador da *Revista Militar*

³⁷⁰ Sobre estes trabalhos a secção de Matemática relata que tendo recebido as mais elogiosas considerações dos periódicos estrangeiros *France Militaire*, *Revue de l'Armée Belge* da *Revue do Cercle Militaire*, tendo este em 27 de Abril de 1901 publicado o seguinte: "L'étude

durante uma década, (1891-1901), na sua vasta bibliografia incluem-se estudos sobre investigação histórica, temas religiosos e ultramarinos e assuntos sociológicos: *O Futuro da Família*, (1892); *África. História*, (1894); *Subsídios para a História*, (1898).

Na sua faceta de escritor e historiador António Marciano Ribeiro da Fonseca foi autor de valiosos estudos de investigação no campo da História de Portugal que publicou nas páginas da *Revista Militar* durante 18 anos com particular incidência na década de 1889-1898 de entre eles destacamos. *História de Portugal: o Exército e as Colónias*, (1880); *História de Portugal: a Expedição a Moçambique*, (1891); *História de Portugal: o Problema Colonial*, (1891); *História de Portugal: a Questão Colonial*, (1891); *História de Portugal: Timor*, (1895).

Francisco Pedro Celestino Soares, como publicista, desenvolveu uma grande actividade durante 8 anos na divulgação de alguns artigos nas páginas do periódico sobre uma variedade de assuntos: *Marinha*; *Engenharia e História de Portugal*. Desta série mencionaremos: *Marinha. Náutica*, (1867); *Novo Modo de Equilíbrio entre Pontes Levadiças e Contrapesos*, (1867). Pelo seu interesse para a História de Portugal, destacaríamos os 20 estudos sobre a Guerra Peninsular.

Para terminar este estudo sobre a actividade jornalística dos Colaboradores na *Revista Militar*, abordáremos Pedro Manuel Tavares e Manuel Alves de Souza. Quanto ao primeiro a sua actividade jornalística iniciou-se em 1872 com uma colaboração durante 16 anos, 1872-1888, onde publicou uma vasta série de 30 estudos de entre eles: *O Broze como Metal para Peças*, (1882); *Trabalhos de Engenharia no Campo de Tancos em 1881*, (1882). O segundo, embora com um período de colaboração no periódico durante 16 anos, 1856-1892, ela foi relativamente intensa na década de 1869-1878 com a publicação de 13 estudos nas páginas da Revista. A sua actividade versou sobre os mais diversos assuntos: *Questões Ultramarinas*, *Política*, *Veterinária e História Cultural – As Províncias Ultramarinas*, (1858); *O Exército e a Liberdade*, (1861); *As Sociedades Militares*, (1872); *A África Portuguesa*, (1879); *Veterinária. Os Facultativos Veterinários*, (1888).

Para além dos Colaboradores já tratados, a *Revista Militar* conheceu, embora em menor escala, a colaboração do monarca D. Pedro V e de algumas personalidades civis eminentes da cultura portuguesa do século XIX: Raimundo Bulhão Pato, António Feliciano de Castilho e Francisco de Sousa Viterbo.

que le major Fernando Maya vient de livrer à la publicité est des plus constructives; toutes les questions Qui interessent la cavallerie y sont traitées de main de maître”.

D. Pedro V foi o monarca, na História de Portugal, que manteve uma polémica na *Revista Militar* quando responde ao artigo de Luiz Augusto Pimentel respeitante às razões económicas e estratégicas relacionadas com a abertura do Caminho de Ferro do Leste. Nessa polémica estão presentes duas opiniões: a primeira prende-se com aspectos militares, num primeiro momento de pensamento, com as bases sustentadas em provas pouco convincentes. A segunda defendida pela pequena minoria esclarecida a que pertencia o Monarca, apoiava a integração do Caminho de Ferro no sistema de defesa, isto é, os Caminhos de Ferro, independentemente do seu traçado deveria depender sempre do previamente estabelecido em relação à defesa do Reino. Foram estas ideias que levaram à polémica entre o monarca e Luiz Augusto Pimentel e que em momento oportuno iremos desenvolver.

Raimundo António de Bulhão Pato, (1829-1912), nasceu em Bilbao e em 1837, com a Guerra Civil, veio juntamente com seus pais para Portugal. O seu percurso académico iniciou-se no antigo e conceituado *Collegio do Quelhas*, tendo-se depois matriculado na *Escola Politécnica* e começado a conviver com as figuras eminentes da literatura do seu tempo: Almeida Garret, Alexandre Herculano, Andrade Corvo, Gomes de Amorim, Mendes Leal, Latino Coelho entre outros. Discípulo preferido de Alexandre Herculano, a sua convivência levou-o a desenvolver o gosto pelas letras, tendo logo em 1847 mandado publicar os seus primeiros versos: *Se Córas não Conto*. Foi ainda nesse convívio que Bulhão Pato pensou nas primeiras estrofes da *Paqueta*, poema que viria a receber as palavras mais elogiosas de Alexandre Herculano e de Rebelo da Silva.

Bulhão Pato entregou-se com muito entusiasmo à vida das letras, colaborando desde muito cedo em diversos periódicos políticos e revistas literárias: *Pamphletos*, a *Semana*, *Revista Peninsular*³⁷¹, *Revista Contemporanea*. No primeiro publicou em 1848 os poematos *Um Sonho, ou Lelia*, enquanto que no segundo, a *Parisina*, imitação de Lord Byron. Na terceira publicou em 1856 o canto I, 600 versos em sextinas hendecassílabas ritmadas e na quarta alguns fragmentos dos contos II, III e

³⁷¹ A *Revista Peninsular* (1855-1856), tem a sua introdução assinada por Mendes Leal e é considerada como o documento mais rico e visível do intercâmbio luso espanhol realizado sob a égide do Romantismo Liberal. Teve como Colaboradores Latino Coelho, Andrade Corvo, António Serpa, Luiz Augusto Palmeirim entre outros. Maria Fernanda Abreu, "Romantismo Espanhol: Leituras e Contactos", in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, coord., Helena Carvalhão, Editorial Caminho, 1997, pág. 503.

IV VOL. II. Além da sua actividade como Colaborador, foi ainda Director da publicação *Monumentos Inéditos* por conta da *Academia Real das Sciencias de Lisboa*³⁷².

Como colaborador na *Revista Militar* publicou em 1886 no Tomo 38 dois artigos sobre História de Portugal. *Escavações Históricas: António da Silveira em Diu* e *Escavações Históricas: D. Francisco de Almeida com os Rumes*³⁷³.

António Feliciano de Castilho, (1800-1875), foi poeta, tradutor e jornalista, bacharel em Cânones pela *Universidade de Coimbra* em 1822. A sua vida atravessou a vigência de três escolas literárias. O Arcadismo Renascente o Romantismo e o Realismo, tomando-se no final da sua vida no patriarca da literatura oficial portuguesa, exercendo uma influência literária muito forte na produção literária do seu tempo. Porém, surgia em Coimbra o fervilhar do Realismo que viria a opor-se ao magistério castilhiano e provocar uma das mais célebres polémicas literárias do nosso país – a *Questão Coimbrã* a que nos referimos em momento anterior.

Castilho como publicista colaborou em diversos periódicos: *Agricultura Michaelense*, *Aguia do Occidente*, *Guarda Avançada dos Domingos*, *Jornal dos Amigos das Letras*, *Nacional*, *Patriota*, *Revolução de Setembro*, *Independente*, *Restauração*, *Jornal de Bellas Artes*, *Panorama*, *Diário do Governo*, *Civilização*, *Archivo Pittoresco*, *Gazeta de Portugal*, *Patria*, *Revista de Instrucção para Portugal e Brazil* entre outros. Colaborou, nas páginas literárias de quase todos os periódicos do seu tempo. A sua produção literária foi, fundamentalmente, sobre o romantismo literário e que o viriam a tornar conhecido e a ser distinguido pelas mais diversas instituições científicas nacionais e estrangeiras³⁷⁴. Como Colaborar da *Revista Militar*

³⁷² Como reconhecimento pelos seus trabalhos, foi eleito Sócio Correspondente e Efectivo da *Academia Real das Sciencias de Lisboa* e depois por unanimidade votado Sócio Emérito da mesma agremiação científica. Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, Tomo XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, MCXXIII, pág. 157.

³⁷³ Acrescenta-se àqueles estudos por ordem cronológica as seguintes obras: *Portuguezes na Índia*, *Scenas Históricas*, Lisboa, s. n., Santos Valente & Faro, 1883, 246, *Cartas de Affonso de Albuquerque*, Lisboa, Typographia da *Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1884 – Tomo I 4.º de 448 pág. – Tomo II, 1898, 4.º 456 pág.; *O Marquez de Salisbury*, Typographia das Horas Românticas, 15 pág..

³⁷⁴ A sua vasta produção literária levou-o a que fosse agraciado por várias corporações científicas nacionais e estrangeiras: *Sócio da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, *Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, *Academia de Sciencias e Bellas Letras de Ruão* entre muitas outras. Para os estudiosos destas questões recomendamos: Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, Tomo VII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXII, pág. 130-135. Idem, *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, Tomo VIII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXVII, pág. 132-138. Idem, *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, Tomo IX, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXX, pág. 203-209. Todavia o estudo mais interessante, minucioso e cheio de informação importante e inédito encontra-se nas *Memórias de Castilho* redigido pelo Visconde de Castilho que escreveu e mandou imprimir dois tomos em 1881, com 309 e 348 páginas compreendendo a vida do ilustre

publicou o seu primeiro e único artigo relativo ao ensino na instituição militar: *Escolas Regimentais - Instrução Militar* no ano de 1858³⁷⁵.

Francisco Marques de Sousa Viterbo, (1845-1910), destinado inicialmente à vida eclesiástica, concluiu os estudos no *Seminário do Porto*. Porém, sentindo pouca vocação para a vida religiosa, matriculou-se na *Escola Médico-cirurgica* em 1869, vindo a concluir o curso em 1876 com a defesa da tese: *Da Irritabilidade*. Exerceu a actividade de Professor de Arqueologia na *Academia de Bellas Artes* a partir de 1881. Desde muito cedo começou a desenvolver o seu talento poético, escrevendo muitas poesias que viriam a ser publicadas em diversos jornais e revistas: *Mundo Elegante*, *Mosaico*, *Porto Ilustrado*, *Aurora*, *Grinalda*, *Folha Chrysalida de Coimbra*. Fundador da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, foi Redactor do periódico a *Mocidade*³⁷⁶ onde publicou diversos trabalhos em prosa, e vários trechos de poesia, sendo seus colaboradores Alberto Pimentel Alexandre da Conceição, Guilherme Braga Pinto Almeida entre outros.

Sousa Viterbo colaborou activamente na *Revista Militar* entre 1887 e 1897 onde publicou diversos artigos como historiador, merecendo-nos especial atenção o seu trabalho sobre expedições científicas. Esse estudo *Expedições Científico-militares de Portugal no Brasil*, publicado em 1893 e 1894, constitui fonte valiosa para o conhecimento do que foi essa ex-colónia portuguesa e, simultaneamente, saber qual o contributo dessas viagens para o progresso e desenvolvimento da Ciência.

poeta desde 1800 a 1834 e que depois prosseguiu em capítulos sucessivos no Instituto de Coimbra no volume XXXVIII, pág. 613.

³⁷⁵ *RM*, Tomo 10, 1858, n.º 14.

³⁷⁶ *A Mocidade* começou a ser publicado no Porto em Junho de 1887 e terminou com o número 12, contendo ao todo 96 páginas e foi impresso na Typographia Pereira da Silva.

Parte 3

A Revista Militar e a Sociedade Portuguesa

Capítulo 1

A Revista Militar e a Sociedade Portuguesa: contributo científico e técnico para o desenvolvimento e progresso da Nação

Veterinária

A *Revista Militar*, logo após a sua fundação em 1849, não hesitou em publicar nas suas páginas importantes estudos no âmbito da Medicina Veterinária. Alguns desses estudos já vieram à luz do dia através de publicações na *Revista Medicina Veterinária*, onde muitos dos seus autores foram colaboradores enquanto outros encontram-se ainda inéditos. A escolha desses artigos correspondia à preocupação dos seus autores em responder às necessidades da veterinária na instituição militar e na economia do país, de estruturas marcadamente rurais.

Foi durante o período áureo da cavalaria que a instituição militar desempenhou uma função importante e decisiva na evolução da Medicina Veterinária, sobretudo no seu início, mantendo-se depois como um dos seus mais importantes alicerces. É no sentido de responder a frequentes necessidades que a Medicina Veterinária se vai especializar. É nessa linha de pensamento que em 1761 se criou em França - Lyon a primeira Escola Veterinária de ensino regular pelo advogado e *écuyer* Claude Bourgelat³⁷⁷ e em 1767 a de Alfort³⁷⁸ em Paris. Confirmada a importância dessas escolas nas economias agro-pecuárias, logo outras se lhe seguiram: Turim (1769), Copenhaga (1773), Viena d'Áustria (1777), Hannover (1778), Berlim (1790), Milão

³⁷⁷ Bourgelat precursor da ciência veterinária, a ele se deve a fundação das escolas veterinárias da França. Foi Amigo do sábio d'Alambert e durante muito tempo manteve correspondência com Frederico II Rei da Prússia o qual o associou aos trabalhos da Academia de Berlim.

³⁷⁸ Alfort era uma pequena povoação do Departamento do Sena próximo de Paris. Tornou-se célebre pela sua escola veterinária

(1791), Londres (1792) e Madrid (1793). Neste contexto, teve início o ensino científico da Medicina Veterinária.

Embora em todas as Escolas Veterinárias fundadas em finais do século XVIII e princípios do século XIX a preparação escolar se caracterizasse pelos métodos *Hipiátricos* com vista à manutenção dos efectivos equídeos para a defesa das Nações, destinos diferentes iriam determinar, mais tarde, o ensino da veterinária que começou a abranger os campos da higiene, profilaxia, zootecnia, tecnologia e sanidade com o fim de prevenir as necessidades das populações em permanente mutação.

Em Portugal, a introdução da Medicina Veterinária também se iniciou à semelhança do que se passou noutros países da Europa. Entre as várias medidas de fomento hípico regista-se a fundação da Coudelaria de Alter em 1748, a regulamentação dos serviços de remonta do Exército em 1751 e a publicação dos regulamentos militares³⁷⁹ onde se determinava como deveriam ser tratados os equídeos.

A introdução de conhecimentos técnicos e científicos relacionados com a Medicina veterinária foi obra de D. Pedro, José Joaquim Vito de Menezes Coutinho, 6º Marquês de Marialva que em 1819, sendo embaixador de sua Majestade El Rei D. João VI em Paris, propôs a este soberano a deslocação de seis bolseiros a França a fim de frequentarem a *Escola Veterinária de Alfort*³⁸⁰, tendo quatro deles ao fim de cinco anos diplomado-se³⁸¹. Foram eles, João Januário Vianna de Resende e António

³⁷⁹ Nessas medidas legislativas podemos incluir as reformas promulgadas no reinado de D. José I pelo Conde de Lippe, que reformou e reorganizou o Exército, essencialmente no Regulamento de Cavalaria onde estão presentes capítulos especiais sobre a conservação e trato dos cavalos, bem como pesadas sanções para os cavaleiros menos zelosos.

³⁸⁰ A criação da Veterinária em Portugal foi a concretização e um sonho alentado desde o início do século XIX pelo Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho que enquanto Secretário de Estado propusera ao Príncipe Regente a criação de um curso de Filosofia com duas escolas anexas, uma de Agricultura e Economia Rural e outra de Arte Veterinária. Joaquim Veríssimo Serrão, "Religião Assistência e Cultura", in *História de Portugal*, VOL. VII, Póvoa de Varzim, Editorial Verbo, 1984, pág. 492.

³⁸¹ Foram eles João Januário Vianna de Resende e António Filipe Soares (subsidiados pela *Intendencia das Cavalariças Reaes*), João Francisco Jesus de Figueiredo e Nicolau Tolentino de Carvalho Villa (subsidiados pela *Casa Pia de Lisboa*). No regresso a Portugal, vão ocupar lugar de Mestres Alveitares nas *Cavalariças Reaes* e na *Enfermaria Geral dos Cavalos Doentes* dos corpos da capital. Insatisfeitos por serem colocados em situação que consideraram deprimente, pois em França os seus colegas ocupavam lugares profissionais compatíveis com os conhecimentos científicos adquiridos, João Januário Vianna de Resende e Nicolau Tolentino de Carvalho Villa abandonaram os seus lugares. O primeiro voltou para França onde cursou medicina e se doutorou, dedicando-se depois à carreira docente em Portugal – leccionando a cadeira de Química Médica na *Real Escola de Cirurgia* do Hospital de São José. O segundo cursou na *Escola Cirúrgica* onde depois foi colocado como cirurgião, voltando mais tarde à profissão de veterinário como Professor da *Escola de Veterinária Militar* apenas durante 4 anos, para depois se dedicar exclusivamente à cirurgia humana. Sobre Filipe Soares veja-se *Arquivo Histórico Militar*, 32º Divisão, 7ª

Filipe Soares (subsidiados pela *Intendencia das Cavalariças Reaes*), João Francisco Jesus de Figueiredo e Nicolau Tolentino de Carvalho Villa (subsidiados pela *Casa Pia de Lisboa*). No seu regresso a Portugal, vão ocupar lugar de Mestres Alveitares nas *Cavalariças Reaes* e na *Enfermaria Geral dos Cavalos Doentes* dos corpos da capital. Nessas condições, insatisfeitos por serem colocados em situação deprimente, pois em França os seus colegas ocupavam lugares profissionais compatíveis com os conhecimentos científicos adquiridos, João Januário Vianna de Resende e Nicolau Tolentino de Carvalho Villa abandonaram os seus lugares. O primeiro voltou para França onde cursou medicina e se doutorou, dedicando-se depois à carreira docente em Portugal – leccionando a cadeira de Química Médica na *Real Escolla de Cyrurgia* do Hospital de São José, sendo mais tarde nomeado Físico-mor do Reino. O segundo cursou na *Escola Cirúrgica* onde depois foi colocado como cirurgião, voltando mais tarde à profissão de veterinário como Professor da *Escola de Veterinária Militar* apenas durante 4 anos, para depois se dedicar exclusivamente à cirurgia humana.

Por Portaria de 6 de Julho de 1825 construiu-se a Enfermaria Militar para os serviços do Exército, onde prestaram a primeira actividade profissional como veterinários João Francisco Jesus de Figueiredo e Nicolau Tolentino de Carvalho Villa³⁸². Foram então nomeados lentes da Escola os veterinários Carvalho Villa, Filipe Soares, Jesus de Figueiredo e o espanhol Afonso Olhero, diplomado pela *Escola Veterinária de Madrid*.

Em 1830, em pleno reinado miguelista, por Alvará de 29 de Março foi fundada a *Escola Veterinária Militar*³⁸³ na antiga *Escola Elementar de Cavalaria*, próximo de

Secção, Caixa 623, doc. avulso. Sobre Tolentino José de Carvalho Villa veja-se *Arquivo Histórico Militar*, 32 Divisão, 7ª Secção, Caixa 541, doc. avulso.

³⁸² Joaquim Fiadeiro, "Elementos para a História da Medicina Veterinária", *Boletim Pecuário*, Ano XI, n.º 4, Lisboa, s. d., Idem, Resumo Histórico sobre a Escola de Medicina Veterinária", in *Anais da Escola Superior de Medicina Veterinária*, VOL. I, n.º 2, Lisboa, 1996, pág. 492.

³⁸³ Dessa fundação passamos a transcrever o respectivo Alvará "EU EL-REY. Faço saber aos que este Alvará virem: Que sendo de absoluta necessidade, que nos Corpos de Cavallaria, e nas Companhias de Conductores do Meu Real Exercito hajaõ Veterinarios, que adquirindo os precisos conhecimentos desta Arte, possaõ bem desempenhar as funcções daquelles lugares, com vantagem do Meu Real Serviço: E convindo igualmente que estes conhecimentos se generalizem, para utilidade publica, na conservação, e creação de toda a especie de gado cavallar, vacum, e lanigero, para o que se toma indispensavel o estabelecimento de huma Escóla Veterinaria, aonde se ensine methodicamente a referida Arte: Sou Servido Determinar o seguinte:

Art. I. Criar-se-ha huma Escóla Veterinaria composta de hum Curso de quatro annos lectivos, nos quaes seraõ distribuidas as materias do modo seguinte:

No 1.º anno ensinar-se-ha Anathomia discriptiva, Anathomia geral, Fisiologia, e conhecimento do exterior dos animaes.

No 2.º anno, repetição de Anathomia, Pharmacia, e Materia Medica.

No 3.º anno, Hygiene, Trapeutica, e Doenças epzooticas.

No 4.º anno, Pathologia externa, e interna, Medicina Operatória e Chinica. (...).

Carnide, nos arredores de Lisboa, onde já se albergava a Enfermaria-Geral e da qual fora nomeado seu primeiro Director Manuel Bernardo Cotta Falcão Aranha de Sousa Meneses. Nascia assim um estabelecimento de orgânica militar não com o objectivo específico de diplomar veterinários para o Exército, mas também para a lavoura conforme podemos constatar no preâmbulo do Alvará transcrito. Ideia que será depois alargada pela reorganização da Escola com a abrangência a outras espécies pecuárias além dos equídeos.

Em 1836, como a assistência a doentes e a frequência de alunos continuava a ser insuficiente e a escola não desempenhava de forma eficaz a função da antiga *Enfermaria-Geral*, não conseguindo diplomar os técnicos em tempo útil requeridos pelo Exército, o Ministro dos Negócios da Guerra Visconde Sá da Bandeira incumbiu o Dr. José Januário Viana de Resende³⁸⁴ de estudar e apresentar uma reforma para o ensino veterinário. Concluído o estudo, é proposta a criação de uma *Escola Nacional e Real de Economia Rural e Veterinária* com um curso de cinco anos onde seriam leccionadas todas as matérias relacionadas com a Medicina Veterinária e com a Agronomia. Esta proposta não foi aceite pelo Ministro e a solução foi anexar a *Escola Veterinária* à *Escola do Exército* em 1837 com a finalidade de melhorar as condições da lavoura e a observação e tratamento dos animais³⁸⁵.

Pelo que: Mando ás Authoridades a quem o conhecimento deste meu Alvará houver de pertencer, que o cumprãõ, e guardem, e façãõ cumprir, e guardar sem duvida alguma, tão inteiramente como nelle se contém. E Sou Servido que valha como Carta passada pela Chancellaria, posto que o seu effeito haja de durar hum, e muitos annos, sem embargo da Ordenação que o contrario dispõe. Dado no Palacio de Queluz, em vinte e nove de Março de mil oitocentos e trinta. = EL-REY Com Guarda. = Conde de S. Lourenço.

Alvará, porque VOSSA MAGESTADE Há por bem, em beneficio do Serviço do Seu Real Exercito, assim como por utilidade pública, crear huma Escóla Veterinaria para nella se ensinarem as doutrinas que respeitaõ a esta Arte, na fórna acima declarada. _ Para VOSSA MAGESTADE Vêr. José da Silva Vieira o fez. - Registado nesta Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra a folhas duzentas e dezesseis do Livro primeiro de Cartas, Leys, e Alvarás. - Secretaria d'Estado em trinta e hum de Março de mil oitocentos e trinta. - José Frederico de Assís e Costa.

³⁸⁴ Veterinário diplomado pela *Escola Real d'Alfort*, Doutor em Medicina pela Universidade de Paris e membro correspondente da *Academia Real de Medicina* da mesma cidade. Médico de epidemias em Portugal, foi membro titular, honorário e correspondente de diversas Sociedades científicas. Fundou o Jornal de *Medicina Veterinária* de que saiu apenas o 1º Tomo. Perseguido pelos miguelistas exilou-se em França onde se viria a doutorar em Medicina publicando aí a sua Dissertação com o título de "*Dissertation sur la Rage*" - Tese apresentada na faculdade de medicina de Paris, em 13 de Abril de 1831. Aliás obra muito considerada pelos franceses. Voltou a Portugal onde desempenhou relevantes serviços como estudioso na epidemia da cólera em 1833-34. Sobre a sua produção bibliográfica veja-se: *Índice Bibliográfico dos Escritos Produzidos pelos Autores Veterinários Portugueses*, Lisboa, Tipografia Silvas, Ltd, 1936, pp. 171-172.

³⁸⁵ "Sendo a Escola Veterinaria um Estabelecimento de muita importancia para o serviço da Cavallaria, e Artilheria do Exercito, e de que se devem seguir vantagens para a lavoura, pois que da incuria no tratamento dos animaes tão uteis a este ramo de industria resultam

Em 1842, reconhecida a vantagem desses estudos o Duque da Terceira apresentou ao Parlamento um projecto de reforma que motivado pelas contingências políticas só viria a ser aprovado através da Carta de Lei de 28 de abril de 1845³⁸⁶. Desta iniciativa surgiu a matrícula de nove alunos, tendo dois deles distinguido-se pelo seu talento: João Inácio Ferreira Lapa e Silvestre Bernardo Lima, futuros lentes da Escola Veterinária e os grandes *paladinos* da causa agro-pecuária em Portugal. Mantinha-se a orgânica militar da escola, reduzia-se o número de anos lectivos para três e confiava-se à Instituição a desejada autonomia pedagógica com um Conselho Escolar.

Em 1852, por Decreto de 16 de Dezembro, é extinta a *Escola Militar de Veterinaria* e passa a ser incorporada no *Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa*, ficando sob a superintendência do *Ministério das Obras Públicas Comércio e Industria*. Note-se, contudo que o mesmo decreto criou ainda outras duas escolas regionais, uma em Évora e outra em Viseu. Embora extinta, a *Escola Militar Veterinaria* continuou a funcionar nos moldes anteriores até 1855, data em que através da Carta de Lei de 17 de Junho todo o ensino da veterinária foi reformado³⁸⁷.

Avaliando o percurso da veterinária portuguesa até à extinção da *Escola Veterinária Militar* em 1855, apesar das paragens ocorridas de início e dos avanços, esta serviu de base ao futuro do ensino com o contributo de personalidades dotadas de grande espírito técnico e científico que se haviam diplomado no estrangeiro e em escolas portuguesas. Iniciadores dos primeiros contactos com o mundo da lavoura, foram personalidades militares como Silvestre Bernardo Lima, José Maria Teixeira,

graves prejuizos: Hei por bem Decretar o seguinte: Artigo 1.º A Escola de Veterinaria será dependencia da Escola do Exercito (...)". José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal*, Lisboa, Tomo VII, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, MDCCCLXXVII, pág. 145.

³⁸⁶ Idem, 147.

³⁸⁷ . Ainda quanto a esta reforma, referimos que "este acontecimento veio transformar estas duas instituições, veio relevar e robustecer a sua importancia, alargar o campo do ensino, e completar o corpo das doutrinas dadas n'estes dois estabelecimentos. Estas doutrinas tem entre si grandes affinidades, esclarecem-se e auxiliam-se reciprocamente. O veterinario carece de possuir muitos conhecimentos agronomicos, e o agricultor bastantes noções de medicina veterinaria. Podem reputar-se complementares umas das outras as disciplinas que formam o quadro d'estas duas profissões. A sciencia da producção animal e vegetal considera, já como essenciaes, já como subsidiarias, tanto umas como outras d'estas disciplinas. Reunil-as por tanto n'um mesmo instituto, ensinal-as n'uma mesma escola, é tornal-as mais prestantes, mais comprehensivas e mais completas" Idem, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, Tomo VII, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1876, pág. 156. José Maria Grande, *Relatorio dos Trabalhos Escolares e Serviços Ruraes Instituidos no Instituto Agricola durante o Anno Escolar de 1855 a 1856*, Instituto Agrícola.

Isidoro José Machado, Francisco José Pinto³⁸⁸ entre muitos outros, que lutaram pela profissão de veterinário e pela causa agro-pecuária nacional³⁸⁹.

Em síntese, um facto nos parece justo referir: é que foram os veterinários militares os primeiros técnicos que iniciaram a actividade profícua em benefício do progresso da economia rural, ao socorrê-lo com novos conhecimentos (importados da Europa) que a ciência colocava ao seu dispor, valorizando-o e protegendo-o das mais diversas zoonoses. A este respeito diz-nos o observador atento Professor Miranda do Vale: *“a primeira voz disciplinada por um curso regular de agricultura que se ouviu nos campos de Portugal foi a dos veterinários militares, os quais desde 1825, tomaram o primeiro contacto no exercício particular da clinica (...). Um quarto de século depois, aos veterinários castrenses juntaram-se os partidos concelhios”*³⁹⁰. Continuando, o mesmo autor refere: *“Os veterinários militares, quando destacados em guarnições mais calmas, tinham tempo para se dedicarem à clinica particular, iniciando, assim, uma fecunda propaganda profissional que veio a frutificar num meio desconfiado e rotineiro, identificado com os empíricos e imbuído de crenças arraigadas por um atavismo secular. Assim se preparou o campo para que as gerações vindouras continuassem a luta com êxito e colhessem o prémio de tão denodado esforço”*³⁹¹.

Depois desta breve incursão pelo de ensino da Veterinária passaríamos à referência de alguns artigos.

Francisco José Pinto, veterinário militar que, entre 1851 e 1855, publicou vários artigos no âmbito do serviço de saúde veterinário militar. Entre estes referimos

³⁸⁸ Veterinário Militar diplomado pela *Escola Veterinária do Salitre* que desempenhou funções no Regimento de Lanceiros.

³⁸⁹ Foram personalidades militares que iniciaram a sua formação académica na *Escola Veterinária Militar* onde se diplomaram com o curso de veterinária e que além de Lentes e investigadores, exerceram os mais altos cargos da nação. Entre eles, Silvestre Bernardo Lima (1824-1893), foi Vogal da *Comissão dos Estudos Agrícolas do Reino*, Vice Presidente do *Conselho Especial de Veterinária e Inspector Geral da Pecuária do Reino*, *Chefe da Repartição do Ministério das Obras Públicas*, *Director Geral de Agricultura, Comercio e Industria* e Deputado da Nação. Graças à sua grande produção literária, (60 estudos) na área da ciência veterinária, foi considerado Sócio de diversas agremiações científicas nacionais e estrangeiras, *Academia Real das Ciências de Lisboa*, *Real Associação Central da Agricultura Portuguesa* e da *Societé Central de Medecine Veterinaire de Paris*. José Maria Teixeira (1824-1883), foi Vice Presidente do *Conselho Especial Veterinário*, fundador do ensino da Patologia Veterinária em Portugal e encarregado pelo governo de fazer uma viagem científica pelas Escolas Veterinárias de Espanha, França, Bélgica e Inglaterra. Dessa viagem apresentou um relatório que data de 5 de Agosto de 1858 - *Relatório dos Comissários Mandados pelo Governo Estudar a Organização do Ensino e dos Serviços Veterinários de Espanha, França, Bélgica e Inglaterra*. Como cientista publicou cerca de 340 estudos todos relacionados com a ciência médica veterinária.

³⁹⁰ Idem, *Ibidem*.

³⁹¹ Idem, *Ibidem*.

*Maneira de Aclimatar em Lisboa os Cavallos Vindos da Alemanha para o Serviço do Exercito*³⁹² e *Veterinária: Cólicas e Indigestões*³⁹³.

No primeiro artigo considera importante os aspectos sobre a importação de cavalos de países estrangeiros, particularmente da Alemanha. Maneira e época do ano em que deveriam ser importados devido à situação climatérica dos países de origem e destino, (os cavalos deveriam ser deslocados em bons transportes e chegarem a Portugal fora da estação seca); géneros alimentícios e seu estado de conservação, (os cavalos deveriam ser alimentados de forma equilibrada tendo em atenção as estações do ano).

No segundo artigo *Cólicas e Indigestões*, define os sintomas e características das doenças quando do seu aparecimento, para depois melhor se conhecer o seu estado e situação clínica dos animais e apresenta o seu evoluir em três estados clínicos completamente diferentes³⁹⁴. O autor clarifica a necessidade de uma terapia oposta³⁹⁵ dada a sintomatologia de cada um deles e alerta para a importância de um diagnóstico correcto, fornecendo todas as informações necessárias ao seu tratamento.

Joaquim Gonçalves Vieira foi colaborador na *Revista Militar*, periódico onde publicou os estudos *Tetano. Veterinária*, (1852) e *Vomito Observado e Tratado n'um Monodactylo*, (1852). No primeiro artigo, o autor teve a particularidade de iniciar o seu estudo referindo-se à importância da veterinária e às vantagens que poderiam advir do seu conhecimento para depois fazer a caracterização da doença, dos seus sintomas e tratamentos³⁹⁶. No segundo artigo o autor começou por referir que o vômito é muito raro nos cavalos mulas e bois pela organização anatómica do seu aparelho digestivo. E acentua que quando tal acontece é quase sempre presságio da morte do animal. Descreve depois a observação de um animal nestas circunstâncias e como conseguiu evitar a sua morte. Aponta de forma sequencial os sintomas que observou bem como

³⁹² Francisco José Pinto, "Maneira de Aclimatar em Lisboa os Cavallos Vindos de Alemanha para o Serviço do Exercito" *RM*, Tomo III, 1851, n.º 6-7, pp. 231-232.

³⁹³ Idem, "Veterinaria: Colicas e Indigestões", *RM*, Tomo IV, 1852, n.º 11, pp. 482-484.

³⁹⁴ No primeiro estado clinico – o animal deixa de comer e apresenta o ventre e os flancos tensos, move continuamente a cauda, olha para o ventre e procura deitar-se. No segundo estado clinico – a agitação aumenta, o animal deita-se, rola-se, levanta-se para logo voltar a deitar-se, apresenta os olhos arrasados de lágrimas, a boca quente, olha para o ventre e apresenta suor no terço anterior e posterior e os flancos estão mais tensos. No terceiro estado clinico – as dores aumentam, o animal geme, fixa os olhos no ventre, o abdómen torna-se balonado, tenso, doloroso e o animal não consegue estar de pé.

³⁹⁵ Veja-se Francisco José Pinto, "Veterinaria: Colicas e Indigestões", *RM*, Tomo IV, 1852, n.º 11, pág. 483.

³⁹⁶ Para melhor esclarecimento sobre os sintomas e tratamento do tétano veja-se: Joaquim Gonçalves Vieira, "Tetano", *RM*, Tomo IV, 1852, n.º 6, pp. 261-262.

todos os tratamentos que aplicou e com os quais obteve resultados positivos³⁹⁷. É de salientar o propósito que o próprio autor enuncia no sentido de dar a conhecer aos interessados como devem agir perante aquelas circunstâncias.

Os estudos veterinários de António Loureiro de Miranda, publicados na *Revista Militar* entre 1858 e 1864, correspondem, de algum modo, à intencionalidade e à exigência científica na divulgação dos conhecimentos veterinários. Relatam com pormenor a sua opinião sobre diversos aspectos da sua área profissional; a veterinária. De entre aqueles referimos: *Coudelarias*, (1858); *Conhecimento da Idade do Cavallo*, (1858), *o Mormo e o seu Contágio*, (1859); *O Serviço do Veterinário*, (1864).

Loureiro de Miranda debruçou-se sobre a evolução dentária dos cavalos e sua importância na avaliação da idade dos equídeos. Preocupou-se ainda em enumerar alguns princípios orientadores do diagnóstico e procedimentos médicos em algumas doenças: paralisia do nervo óptico, insensibilidade da retina, miopia, cegueira, mormo, pulmeira e manqueira crónica.

No estudo *O Mormo e o seu Contágio*, Loureiro de Miranda começou por destacar as inúmeras investigações e experiências que vinham a ser realizadas pelos homens da ciência veterinária no sentido de obterem resultados científicos que lhes permitissem obter um perfeito conhecimento sobre se o *Mormo* nos sintomas que apresenta nos seus três estados clínicos – *agudo*, *crónico* e *gangrenoso* - era ou não contagioso. Os seus mais diversos estudos e experiências são concordantes em que o *Mormo* no seu estado clínico *agudo* e *gangrenoso* é contagioso, sendo as suas formas de contágio através da inoculação de sangue e sobretudo do muco nasal. Estudos recentes tinham confirmado a perigosidade e a transmissão do *Mormo* ao próprio homem, quando em contacto com animais *mormosos*.³⁹⁸

Sobre o contágio do *Mormo*, o autor refere-se aos avanços que têm ocorrido na Medicina Veterinária em relação à sua profilaxia e tratamento evitando assim a morte, por vezes prematura, de muitos animais. Continuando, refere-se à Comissão Científica que nesse momento investigava as causas que estavam na origem da transmissão da doença ao homem, referindo que esses estudos eram da maior importância já que,

³⁹⁷ Para melhor esclarecimento sobre os sintomas e formas de tratamento do vômito veja-se: Idem, "Vômito Observado e Tratado n'um Monodactylo", *RM*, Tomo IV, 1852, n.º 9, pp. 384-385.

³⁹⁸ Para um esclarecimento técnico e científico sobre as mais diversas formas de transmissão do *Mormo* ao homem, primeiras manifestações e estado evolutivo da doença até se tomar causa de morte, veja-se, Antonio Loureiro de Miranda, "O Mormo e seu Contágio", *RM*, Tomo XI, 1859, n.º 9, pág. 278.

posteriormente, iriam levar à proposta de novas profilaxias por forma a evitar a sua contaminação.

Em finais de 1858, tendo a Direcção da Companhia das Lezírias pensado na criação de uma grande coudelaria e tendo conhecimento que António José da Cunha Salgado, autor deste artigo *Opinião Sobre a Organização de uma Grande Coudelaria nas Lezírias do Riba-Tejo*, a que fizemos referência em capítulo anterior, acabara de terminar uma viagem científica ao estrangeiro onde se deslocou para estudar a indústria cavalar desses países³⁹⁹, solicitou a sua opinião no sentido de saber qual a melhor forma de desenvolver esse pensamento. Salgado entendia que a ideia da Direcção da Companhia das Lezírias em criar uma coudelaria foi uma grande iniciativa no sentido que ia ao encontro das necessidades de cavalos que se faziam sentir nos corpos do Exército e no espaço rural português. Representava uma grande economia para as finanças públicas uma vez que a sua criação iria evitar a saída de avultadas somas que todos os anos eram gastas na aquisição de cavalos da Inglaterra, Alemanha e Argentina para as mais diversas práticas, incluindo as do Exército. Mas, para o seu sucesso deveria a Companhia proceder a uma organização dos serviços de acordo com os princípios técnicos e científicos da medicina veterinária⁴⁰⁰.

Não aconselha a criação de cavalos de luxo porque mesmo nos países onde as fortunas particulares eram abundantes, esses cavalos eram mais procurados para luxuosas equipagens, sendo a sua produção pouco especulativa por ser muito dispendiosa e difícil. Aconselha a produção do cavalo de guerra quer para sela, quer para tiro que encontraria no Exército um grande comprador e, além disso, o cavalo de guerra é o que está mais de acordo com as necessidades exigidas pela economia rural do país, sobriedade, vigor resigação no trabalho e preço razoável.

No sentido de obter esses resultados, a Companhia deveria elaborar um estudo onde fizesse constar todos os aspectos relativos à *indústria* cavalar, nomeadamente, a atenção a dar aos meios de que poderia dispor, às necessidades do

³⁹⁹ António José da Cunha Salgado nasceu a 10 de Janeiro de 1823 em Lisboa. Coronel de Cavalaria que em Novembro de 1854 foi nomeado para se deslocar em viagem científica a Inglaterra, França, Prússia, Alemanha a fim de estudar a indústria cavalar daqueles países e assistir a manobras de cavalaria. *Arquivo Histórico Militar*, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 2054, doc. modelo 1.

⁴⁰⁰ Para o seu sucesso a Companhia poderia contar com a escassez de cavalos existente no nosso país e com a superioridade que poderia dar aos seus produtos, empregando os mais recentes conhecimentos técnicos e científicos da Medicina Veterinária que lhes permitiriam afastar os sistemas viciados que geralmente seguiam os lavradores. António José da Cunha Salgado "Opinião Sobre a Organização de uma Grande Coudelaria nas Lezírias do Riba-Tejo", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 22, pág. 706.

país e circunstâncias locais e, por fim, desenvolvê-lo progressivamente no sentido de regular prudentemente o evoluir da espécie. Continuando, aponta aspectos que considera fundamentais e que a Companhia deveria ter sempre presente na elaboração desse projecto: a evolução da espécie só poder alcançar resultados positivos e reputação se obedecer a critérios científicos, pois a prática de experiências inadequadas não deveriam ser realizadas, uma vez que são prejudiciais para os animais quer mesmo para os seus próprios interesses da Companhia. Deveria esta preocupar-se apenas com o apuramento de uma raça com características próprias e que a tomasse apreciável para determinadas actividades. A este princípio deveria estabelecer-se a excepção conjunta da produção do cavalo de sela e de tiro cujas características eram completamente diferentes. A Companhia deveria pois, em primeiro lugar, definir e estabelecer as suas ideias sobre a criação de cavalos de sela ou das duas espécies, sela e tiro em conjunto. Tendo em atenção as circunstâncias locais das pastagens de que dispunha e as necessidades do país, era da opinião que se deveria optar pela criação das duas espécies. Mas, antes disso, deveria proceder a uma avaliação de todos os recursos das terras destinadas à coudelaria, para só depois determinar o número de animais a sustentar.

Outro aspecto não menos importante relaciona-se com o especial cuidado que deveria ser dado à reprodução, particularmente, aos progenitores e que se tornava tanto mais complicada quando se tratava de criar animais para sela e para tiro, que só poderiam ser ultrapassadas através da aplicação correcta dos princípios científicos que já vinham a ser aplicados noutras nações europeias. A criação e a educação bem como aspectos relacionados com a alimentação, o modo de vida, as medidas higiénicas, os exercícios e trabalhos a realizar com os animais, requeriam especial atenção pois a sua ausência iria prejudicar a coudelaria.

De Humberto Ramos da Costa, colaborador na *Revista Militar* entre 1862 e 1874, entre vários estudos publicados no âmbito da medicina veterinária, destacamos *Facultativos Veterinários*, (1862) e *Considerações Acerca da Medicina Veterinária Militar Portuguesa Comparada com a dos Outros Paizes Europeus*, (1874). No seu primeiro estudo problematizou a forma como os serviços veterinários militares estavam organizados e a pouca importância que o governo atribuía aos facultativos veterinários, ao compará-los aos picadores sem qualquer formação técnica e científica na área da Medicina Veterinária. Dotados de conhecimentos científicos os veterinários prestariam um grande serviço ao país que se repercutia numa grande economia para o tesouro público. Para confirmar estes argumentos bastava consultar os relatórios

estatísticos elaborados pelos Professores Lapa e Teixeira publicados no *Boletim Ministério das Obras Públicas de 1857*⁴⁰¹.

No segundo artigo o autor refere que, ao contrário de alguns países europeus⁴⁰², o reino não dispunha de serviços veterinários devidamente organizados nem de veterinários em número suficiente para as suas necessidades, com o serviço veterinário a ser dirigido pelos ferradores quando esse ramo da ciência deveria estar a cargo de homens devidamente diplomados e com conhecimentos técnicos e científicos de medicina veterinária, muitos deles formados em escolas estrangeiras e nacionais. A criação de hospitais veterinários civis constituía outra preocupação do autor, pois os solípedes representavam um considerável capital pecuniário e uma força mecânica tão necessária aos a rural da Nação.

Manuel Cardoso dos Santos Vasques⁴⁰³ (1846-1907) é autor de muitos estudos relacionados com a veterinária que o ocuparam como colaborador da *Revista Militar* durante quinze anos, de 1870 a 1885. Da sua extensa obra mencionaremos, *Algumas Considerações sobre a Necessidade de uma Remonta Anual Regular Feita no Pais*, (1870), *Breves Considerações sobre o Tratamento de Poldros N'uma Escola de Cavallaria*, (1878).

No primeiro artigo o autor começa por enaltecer a criação da *Escola de Cavalaria* bem como por enumerar algumas vantagens que essa iniciativa iria proporcionar no campo dos melhoramentos da higiene e do ensino dos poldros, aspectos que até aí eram incompatíveis com as diversas actividades desenvolvidas nos diversos serviços do Exército onde, por vezes, muitos animais eram atrofiados e mesmo inutilizados, o que representava um grande prejuízo para o país.

⁴⁰¹ Nesse relatório podemos verificar que esse grupo de facultativos veterinários durante 13 anos, ou seja de 1844 momento em que os facultativos tiveram ingresso nos corpos e até 1857, comparando com igual período em que o serviço médico veterinário esteve confiado aos alveitares, o valor dos animais mortos e o valor perdido dos animais inutilizados, foi de 102:960\$000 reis. Durante 13 anos a nação gastou menos 102:296\$000 reis com cavalos pertencentes só ao Exército em virtude da prática médica exercida pelos facultativos veterinários. Humberto Ramos da Costa, "Facultativos Veterinarios", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 15, pág. 438.

⁴⁰² O autor descreve de forma sucinta a organização dos quadros de facultativos veterinários militares, formação académica e actividades profissionais desenvolvidas por aqueles na Espanha, França, Itália, Alemanha, Rússia, Inglaterra, Suíça, Suécia, Holanda e Dinamarca. Veja-se Herculano Augusto Ramos, "Considerações Acerca da Medicina Veterinaria Portuguesa Comparada com a dos Outros Paizes Europeus", *RM*, Tomo XXVI, 1874, n.º 2, pp. 67-72.

⁴⁰³ Foi capitão médico veterinário conferencista veterinário e fez parte da Comissão Científica de Veterinária da Escola do Exército. *Arquivo Histórico Militar*, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa, 1752, doc. 3-11.

Seguidamente, ocupa-se de algumas questões⁴⁰⁴ que deveriam estar presentes no tratamento dos poldros, procurando explicar quais as suas vantagens, inconvenientes e cuidados a ter presentes em cada uma delas para o bem da saúde e higiene dos animais⁴⁰⁵.

Francisco Martinho Motta d'Almeida⁴⁰⁶, foi autor de cerca de 22 estudos que publicou na *Revista Militar* e *Revista de Veterinária* entre os anos de 1888 e 1922. Os seus trabalhos de grande rigor científico são fontes valiosas para o estudo da Veterinária Portuguesa durante os finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Entre aqueles referimos: *Duas Palavras sôbre o Penso Anti-séptico das Feridas em Medicina Veterinária*, manuscrito, págs.170, (1888); *Criação de um Hospital Veterinario-militar*, (1901); *A Distribuição dos Cavalos Reprodutores do Estado e as Remontas do Exercito*, (1905); *Carro Maca. Veterinária*, (1907)⁴⁰⁷.

No segundo artigo, refere-se ao que desde há alguns anos vinha a ser preconizado por algumas personalidades ligadas ao mundo da ciência veterinária, como Manuel Alves Simões, a criação de um hospital veterinário militar que do ponto de vista económico traria grandes vantagens para o Estado, não apenas para a regularidade do serviço, mas também para o progresso da ciência médica veterinária. Esta medida prestaria ainda um precioso auxilio no domínio da profilaxia e tratamento das doenças, evitando a morte e incapacidade prematura de muitos solípedes. Estes objectivos só poderiam ser alcançados num hospital veterinário militar que servisse não apenas para o tratamento dos solípedes, mas também para a formação dos futuros veterinários do reino. Os serviços veterinários da forma como estavam organizados não tinham capacidade para responder às mais diversas solicitações, não

⁴⁰⁴ O Autor coloca as seguintes questões: 1.^a Convem aos poldros o regimen temporario do verde?; 2.^a Convem a todos o uso constante da palha de trigo?; 3.^a Qual é o melhor systema de forragem para os poldros?; 4.^a Os poldros precisam de bastante exercicio; como deverá este realizar-se?; 5.^o Qual é a melhor occasião para embocar os poldros?; 6.^a Deve abusar-se da castração nos poldros?; 7.^a Em que periodo da vida devem os poldros começar o serviço dos corpos?. Manuel Cardoso dos santos Vasques, "Breves Considerações Sobre o tratamento de Poldros N'uma Escola de Cavallaria", *RM*, Tomo XXX, 1878, n.º 9, pág. 269.

⁴⁰⁵ Idem, "Breves Considerações Sobre o tratamento de Poldros N'uma Escola de Cavallaria", *RM*, Tomo XXX, 1878, n.º 10, pág. 294; n.º 11, pág. 342; n.º 12, pág. 361, n.º 13, pág. 395.

⁴⁰⁶ Médico Veterinário Militar diplomado pelo Instituto de Agronomia e Veterinária, Coronel médico-veterinário Vice-intendente da Pecuária do Reino no antigo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Vogal dos Serviços Veterinários e Inspector Geral dos Serviços Veterinários *Arquivo Histórico militar*, 32.^a Divisão, 7.^a Secção, Caixa 1656, doc. 13.

⁴⁰⁷ Para mais informação sobre a produção literária de Francisco Martinho Motta d'almeida, veja-se *RM*, Índices, Autores, Assuntos e Crónicas, VOL. III, (1900-1924). Dir. José Lopes Alves, Lisboa, Europress, s. d., pp. 24-25. Escola Superior de Medicina Veterinária, *Índice Bibliográfico dos escritos produzidos pelos Autores Veterinários Portugueses*, Lisboa, Tipografia Silva, L.da, 1936, pp. 60-61.

por incompetência dos facultativos veterinários, mas sim pela falta dos mais elementares meios para o exercício da prática médica⁴⁰⁸. O autor elaborou um estudo sobre os gastos necessários à criação desse hospital veterinário militar e concluiu que da sua criação sobressaía uma grande economia para o tesouro do Estado, resultante da organização do serviço veterinário. A criação de um hospital dessa natureza iria permitir o internamento de animais quer da instituição militar quer de entidades civis. A essa vantagem económica adicionar-se-iam melhores condições de estudo para os alunos civis e militares destinados a futuros veterinários, bem como uma maior economia de meios e melhorar o aproveitamento do ensino médico veterinário.

José Maria Alves Torgo, (1850-1920)⁴⁰⁹ o conhecido catedrático do *Instituto de Agronomia e Veterinária*, foi autor de cerca de quarenta e um estudos, entre eles duas obras de grande vulto. Parte desses estudos publicou na *Revista Militar* e na *Revista de Medicina Veterinária* entre 1877 e 1907. Nas obras de vulto, *Carteira de um Veterinário* da qual referenciamos 13 volumes e *Defeitos e Doenças do Exterior do Cavallo* conseguimos referência a 11 volumes. Além dessas obras que consideramos de grande importância e valor científico, outros estudos nos merecem referência, tendo alguns deles sido publicados na *Revista Militar*. Esses estudos são. *Dois Palavras Acerca das Remontas do Exercito*, (1886); *Ainda a Questão da Remonta em Cavalos Castrados e Éguas*, (1888); *Breves Considerações Sobre o Novo Reagente do Mormo*, (1893); *Os Médicos Veterinários Militares*, (1890).

No artigo *Breves Considerações Sobre o Novo Reagente do Mormo* o autor começou por divulgar as recentes descobertas do médico veterinário russo Köning em que através de diversas experiências médicas conseguiu um valioso recurso para o diagnóstico do *Mormo* com a descoberta do *extracto glicerico de culturas do bacillo mormoso, Malleina*. Experimentado inicialmente com relativo êxito na Rússia, na Alemanha e na França, acabou por entrar no domínio da prática médica com

⁴⁰⁸ "(...) o serviço medico-veterinario deixa muito a desejar (...) por falta de enfermarias e pela carencia quasi absoluta dos meios necessarios a esclarecer diagnosticos e á pratica de operações de alta cirurgia. (...) faltam os instrumentos cirurgicos mais rudimentares, os aparelhos mais simples (...) para tratamento dos solípedes doentes; e, se em alguns existem taes meios, acham-se elles, na sua maioria, incapazes de servir, valendo, repetidas vezes, a evitar maior numero de insucessos, a iniciativa e boa vontade dos clinicos, efficazmente coadjuvada pela boa orientação de illustres commandantes, que lhes satisfazem, até onde é possível, os seus justos pedidos" Francisco Martinho Motta d'Almeida, "Creação de um Hospital Veterinario Militar", *RM*, Tomo LIII, 1901, n.º 3, pág. 80.

⁴⁰⁹ Coronel médico-veterinário diplomado pelo *Instituto Geral de Agricultura*, além da sua função como militar desempenhou ainda missões como veterinário no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industria. *Arquivo Histórico Militar*, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1427, doc. 3/10.

regularidade e mereceu a consagração de países como a Alemanha⁴¹⁰, onde foi decretado para ser utilizado nos Corpos Montados do Exército. Na Bélgica em 1892 também viria a ser utilizado na prática médica veterinária. A adopção desse excelente profilático nos animais suspeitos de portadores do bacilo *Mormo*, tornou-se quase obrigatório a todos os médicos veterinários civis e militares. Descreve a sintomatologia da doença depois de administração da *Molleina*, referindo que a mesma é perfeitamente idêntica à da *Lympha* de Koch sobre os bovinos tuberculosos⁴¹¹. As conclusões a que chegaram depois de numerosíssimas experiências os cientistas franceses Nocard e Roux, (conclusões essas nunca postas em causa por outras autoridades científicas da época⁴¹²), levaram a que fosse proposto ao Ministro dos Negócios da Guerra a obtenção daquele profilático seguro e expedito de diagnóstico para ser administrado nos cavalos suspeitos de serem portadores do bacilo de *Mormo*.

Francisco José Figueira, (1847-1902) diplomado com o curso de médico-veterinário pelo *Instituto Geral de Agricultura*⁴¹³ E conhecido pelos seus excelentes e dedicados estudos, é autor de diversos trabalhos dos quais publicou cerca de treze na *Revista Militar* onde foi colaborador entre os anos de 1892 e 1901. Os seus estudos foram, ainda, publicados noutras editoras nacionais. Desses trabalhos referimos: *Exterior do Cavalo*, (1898); *A Remonta Portuguesa*, (1897); *A Produção Nacional do Cavalo de Guerra*, (1897); *Remonta*, (1897); *A Alimentação do Cavalo de Guerra – Veterinária*, (1900); *A Ferradura Normal do Cavalo de Guerra*, (1900).

Os artigos sobre a veterinária e que acabamos de analisar, tratam assuntos de extrema importância para uma melhor profilaxia e tratamento das doenças que acometiam os equídeos por estes serem o principal meio de deslocação dos Exércitos. A publicação dos artigos na *Revista Militar* representava o meio mais eficaz de difusão dos mais recentes conhecimentos conseguidos através das mais diversas investigações no campo da ciência veterinária.

A veterinária, sendo uma área da medicina, não impediu que grandes veterinários com importantes estudos desenvolvidos na sua área pudessem também

⁴¹⁰ Em face dos excelentes resultados obtidos na Escola Veterinária de Berlim com a administração da *Malleina*, o Ministro da Guerra determinou em Ordem de 13 de Setembro de 1892 que todos os cavalos do Exército que fossem suspeitos de *Mormo* fossem submetidos às inoculações com a respectiva *Malleina*.

⁴¹¹ Sobre a sintomatologia do *mormo* à inoculação da *molleina* veja-se: José Maria Alves Torgo, "Breves Considerações sobre o novo Reagente do *Mormo*", *RM*, Tomo XLV, 1893, n.º 5 pág. 146.

⁴¹² Manuel Alves Torgo, "Breves Considerações Sobre o novo Reagente do *Mormo*", *RM*, Tomo XLV, 1893, n.º 5, pág. 146.

⁴¹³ *Arquivo Histórico Militar*, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 707, doc. F 5-73.

desempenhar cargos públicos (Directores de Organismos Públicos, Deputados e Professores) tomando parte activa nos destinos políticos do país

Difundiram os seus conhecimentos para aqueles que de perto conviviam com os animais no meio militar e no mundo rural. É de salientar que grande número desses intelectuais esteve ligado directamente ao mundo rural e foram precursores de alguns institutos de ensino superior e áreas de ensino relacionadas com a medicina veterinária.

A difusão dos artigos assentava na necessidade que havia em informar os corpos do Exército e também os criadores de cavalos face à ausência de veterinários para as imperiosas necessidades do país eminentemente rural.

Alguns artigos são importantes pelo alerta que faziam à forma como era pouco reconhecida pelo governo a profissão de veterinária, tecendo-se por vezes críticas à maior importância atribuída ao picador e ferrador em detrimento dos veterinários. Alguns artigos evidenciam ainda de forma clara a má condição em que se encontrava a indústria cavalar no reino e as precárias condições em que os animais eram tratados sem obedecer a qualquer critério científico.

Os artigos de cariz técnico e científico abordam assuntos relacionados com os cuidados que deveriam ser tomados em consideração com os solípedes ao nível da higiene, procriação, educação, alimentação e trabalho.

Apesar de esta análise abranger sobretudo assuntos dos cuidados a observar com os solípedes, não significa que os seus autores não escrevessem sobre outros assuntos. De facto eles foram ainda fundadores e colaboradores noutros periódicos onde deixaram um acervo documental superior ao da *Revista Militar* que constitui um excelente instrumento de trabalho para nos revelar o que foi a actividade científica desses intelectuais em Portugal e nas províncias ultramarinas.

A GEODESIA

A Geodesia nasceu como Ciência assente na hipótese de Pitágoras quanto à experiência da Terra. Após vários estudos sobre este problema e o aprofundamento pelo Geómetra Snellius, surgiu a descoberta de Newton sobre a gravitação universal que veio pôr em causa a hipótese de Pitágoras. A hipótese de Newton sobre o achatamento polar da Terra foi corroborada por Huyges em 1691 com a sua célebre experiência dos meridianos elásticos.

Mais tarde Jacques Cassini (1677-1756), geómetra francês, utilizando uma rede de triângulos desenvolvida nas proximidades de Paris, conseguiu resultados que iriam contrariar a hipótese de Newton, isto é, que o achatamento da terra seria equatorial e não polar e que os valores encontrados para o comprimento de um arco aumentavam um grau de Norte para Sul. Esta questão apaixonou tanto os cientistas que levou a Academia de França a organizar missões geodésicas no Equador e em altas latitudes, no Peru e na Lapónia.

A descoberta de Newton confirmou-se pelos trabalhos realizados e todos os países civilizados reformularam as suas medições, constituindo a sua rede geodésica com as triangulações fundamentais para o seu território.

O sistema de coordenadas assim encontrado levou à definição das posições da superfície da Terra, úteis para todos os trabalhos topográficos e hidrográficos na construção de cartas terrestres e marítimas e aplicáveis ao cadastro, à agricultura, à geologia, à navegação e obviamente às operações militares. Referimos como mais importantes pelo seu desenvolvimento as triangulações: uma primeira que teve início no Cabo da Boa Esperança e seguia na direcção Norte, atravessando o Egipto e a Ásia Menor, indo estabelecer ligação com a rede geodésica da Rússia, abrangendo um arco de meridiano de 106° de amplitude; uma segunda que se desenvolveu ao longo do meridiano dos 98° W. G. saía das costas do México, terminava no Oceano Árctico e abrangia um arco de meridiano de 50° de desenvolvimento, segundo o paralelo dos 39° Norte com uma amplitude de $48,8^\circ$ do mesmo paralelo.

A antiga Geodesia, limitada como referimos em relação à determinação do valor do raio da Terra, supostamente esférica, alargou bastante o seu campo de investigação científica depois de conhecido o achatamento da Terra nos Pólos. Tornava-se, pois, pertinente conhecer com precisão a forma da Terra e determinar o valor das dimensões que melhor a definiam.

Desse alargamento surgiu a Geodesia Matemática⁴¹⁴. Permitindo a resolução de triangulações situadas em várias regiões do globo, convenientemente orientadas, fornecia os comprimentos dos arcos do meridiano e dos paralelos nas diversas latitudes. Foi a partir desses valores que se determinaria a forma do planeta.

A Geodesia, tal como era considerada, abrangia um vasto campo da investigação e a designação Geodesia Superior compreendia o estudo, generalização e comprovação dos resultados obtidos através dos métodos matemáticos, dinâmicos, astronómicos, partindo desses resultados para a forma e dimensão da Terra e seus problemas, interesse de uma determinada região – desvio da vertical, hipótese isostática e escolha da melhor projecção cartográfica a adoptar. Compreendia ainda a Moderna Geodesia: os nivelamentos geodésicos e o geométrico ou de precisão que consideram as superfícies de nível esféricas concêntricas e, portanto paralelas, e o nivelamento ortométrico que não reconhece o paralelismo daquelas superfícies, visto que a intensidade do peso varia com a latitude.

É neste contexto que podemos avaliar o esforço realizado pelos engenheiros militares no campo da Geodesia que, limitaremos ao território nacional, embora levantando a problemática sobre o território ultramarino⁴¹⁵.

Foi no ano de 1788 que se iniciaram em Portugal as operações geodésicas – *os Trabalhos Fundamentais que Servem de Base ás Operações Topographicas e Cadastraes, Obtidas pelos Delicados Processos da Geodesia*⁴¹⁶.

⁴¹⁴ Além da Geodesia Matemática, foram, ainda, criados mais dois novos ramos da geodesia: a Chamada geodesia dinâmica que tem a sua origem nos estudos gravimétricos. Neste campo, foram notáveis os estudos de Clairant, Hermert e depois os trabalhos de Boumie e Hayford. A determinação por processos astronómicos das coordenadas geográficas – latitude e longitude de pontos à superfície da terra e dos azimutes que ligam esses pontos, este processo torna-se importante quando quaisquer obstáculos do terreno não permitiam a determinação das triangulações geodésicas, assim substituídas por triângulos astronómicos. Assim, estamos no domínio da Astronomia Geodesia, considerada mais um ramo da geodesia.

⁴¹⁵ Podemos considerar que até princípios do século XX, a Geodesia nas Colónias Portuguesas, limitou-se, por assim dizer, ao campo matemático com a aplicação de pequenas triangulações em apoio a trabalhos hidrográficos geralmente executados por oficiais da Marinha. Não ocorreu uma iniciativa que encarasse o problema dos levantamentos geodésicos no seu conjunto e método. Daí sucedeu que umas vezes os trabalhos geodésicos adquiriram um determinado desenvolvimento e outras em que a Geodesia foi quase na sua totalidade descurada. Só em 1907 aconteceu a criação da *Missão Geodésica de África Oriental* que iniciou no ultramar os trabalhos de acentuado carácter geodésico e que viriam a terminar em 1910. Para Informação sobre os trabalhos geodésicos realizados e projectados no Ultramar, veja-se as publicações das Missões geodésicas e investigações coloniais, denominada *Notícia Sobre os Trabalhos Geodesicos, Astronomicos e Cartograficos Executados nas colonias Portuguesas*. Aí podemos encontrar informações sobre as missões geodésicas e geográficas na ilha de São Tomé, Cabo Verde, Ilha do Príncipe, Zaire, Macau, Timor, Índia e Guiné.

Desde 1788, e até ao ano de 1803, ocorreram em Portugal os trabalhos geodésicos graças à particular dedicação dos Ministros Luiz Pinto de Sousa Coutinho, 1º Visconde de Balsemão e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 1º Conde de Linhares⁴¹⁷.

Encontrava-se o primeiro em Inglaterra como enviado diplomático à corte de Londres quando o Governo, inspirado pelos trabalhos geodésicos realizados em França, mandou proceder à triangulação até Douves, trabalho esse que teve início em 1784. Prestou àquele acontecimento científico a devida atenção, constatando a sua grande importância para o desenvolvimento do país. Regressado a Portugal logo a introduziu nos trabalhos geodésicos.

Era na altura Lente na *Academia Real de Marinha* o Doutor Francisco António Ciera, homem de grande competência científica para aquele género de trabalho. Foi então encarregue de formar a triangulação do Reino com o objectivo de preparar a base fundamental para a formação da *Carta Geográfica de Portugal*. Para colaborar com o Doutor Ciera na *Direcção dos Trabalhos Geodesicos* foram nomeados dois engenheiros militares, Carlos Frederico de Caula, mais tarde Tenente General, Comandante do *Corpo de Engenheiros* e Pedro Folque, Marechal de Campo e também Comandante do *Corpo de Engenheiros*.

Os trabalhos geodésicos começaram em 1788⁴¹⁸ e tiveram um grande desenvolvimento pelo impulso que lhe deu D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

No seguimento dessas iniciativas, por Alvará de 30 Junho de 1798, foi criada a *Sociedade Real Marítima, Militar e Geographica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas hydrographicas, Geographicas e Militares* que tinha a seu cargo a publicação da *Carta Geographico-topographica do Reino* já em elaboração. Desta sociedade que devia a sua criação a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, era membro o próprio Doutor Francisco António Ciera. Este procedeu à construção de algumas

⁴¹⁶ As expressões aqui referidas constam da memória sobre os trabalhos geodésicos executados em Portugal publicados por ordem de sua Majestade por Filipe Folque, (Tomo I, part., 2º serie das *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*.

⁴¹⁷ Para um estudo mais aprofundado sobre as iniciativas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho no que respeita à implantação da Geodesia no nosso país veja-se José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1874, pp. 212-216.

⁴¹⁸ Para iniciar os trabalhos geodésicos no Reino foi necessário encomendar de Inglaterra um bom círculo repetidor de Adams, um paralatico do mesmo inventor, uma pêndula e um chronometro. De França foram importados um circuito repetidor de Lenoir e outros instrumentos. O Dr. José Moutinho da Rocha, grande matemático e sábio astrónomo, encarregou-se da invenção das régua para a medição das bases geodésicas.

pirâmides geodésicas, projectou triângulos, observou latitudes e azimutes e realizou ensaios sobre a formação de uma carta topográfica.

Por Alvará de 9 de Junho de 1801 foi determinado que todas as comarcas do Reino tivessem um matemático cosmógrafo responsável pela elaboração da *Carta Geral* da respectiva comarca e em maior dimensão pelas cartas individuais de cada uma das vilas e concelhos, com toda a extensão dos seus campos, com todos os lugares, estradas, rios, ribeiras, montes, pontes e fontes da sua jurisdição e por fim, as cartas particulares em escala maior e a configuração de todas as herdades, quintas, fazendas e outros bens, tanto rurais como urbanos, de acordo com as suas dimensões e demarcações. Estas cartas eram elaboradas pelos cosmógrafos de acordo com as directivas da Direcção de Administração estabelecida para a *Carta Geographica e Chorographica do Reino*. Com este Alvará de iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho pretendia-se promover os trabalhos geodésicos e corográficos e desenvolver o cadastro do Reino⁴¹⁹.

Com o objectivo de procurar facilitar a execução do trabalho dos cosmógrafos das comarcas e obter uma correcta uniformidade do que interessava realizar, foi determinado que fossem avaliadas e confrontadas as nossas medidas de extensão com o metro *typo* utilizado pelos franceses⁴²⁰.

Os trabalhos geodésicos do Reino foram interrompidos em 1803, o que se manteria até 1827. Esta situação revelou um abandono a que durante cerca de duas décadas ficaram votados os trabalhos científicos da triangulação do Reino, dos quais dependiam tantos interesses. Viriam mais tarde a ser retomados com Marino Miguel Franzini que iria utilizar os excelentes estudos do seu Mestre⁴²¹ na elaboração da sua

⁴¹⁹ Para mais informação sobre este Alvará veja-se artigo sobre a Universidade de Coimbra.

⁴²⁰ Para a determinação da medida a adoptar foi nomeada uma comissão científica da qual faziam parte, além de outros, o Doutor Francisco Antonio Ciera, o Tenente-Coronel Engenheiro Manuel Jacinto Nogueira Rama, o Coronel Engenheiro Carlos Antonio Napion e o Doutor Antonio Monteiro. Depois de vários estudos e comparações, entre medidas, determinou a comissão que a braça terrestre portuguesa fosse igual a 2, 2 m ou que 22 metros igualasse 10 braças. Veja-se José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimento Científico e Litterarios e artisticos de Portugal Nos Successivos Reinados da Monarchia*, Tomo IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1874, pp. 214-215.

⁴²¹ "O astronomo de Lisboa, Ciera, de quem (...) Frazini fôra discipulo, lhe communicou (...) os resultados das observações astronomicas, e das operações trigonometricas que se tinham feito debaixo da sua direcção, e que tinham fixado a posição exacta de um grande numero de pontos de costa. (...) Foi com estes soccorros que (...) Frazini executou a sua bella carta hydrographica da costa de Portugal, e os planos dos portos que publicou ao mesmo tempo (...)" José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, Tomo IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874, pág. 219.

*Carta Hydrographica da Costa de Portugal e dos Planos dos Portos*⁴²² que publicou para conduzir os navegantes. Referenciou ainda as alturas de diversas elevações que julgou serem suficientemente exactas para o uso da navegação.

Embora em 1827 ocorresse por parte das entidades oficiais a necessidade de serem retomados os trabalhos, só em 1835, depois de serenadas as questões políticas e terminada a guerra civil, recomeçariam para depois serem novamente interrompidos pelas lutas políticas dos anos de 1838 e 1847. As consequências reflectiram-se desastrosamente no desenvolvimento da Nação até ao ano de 1851, data que marcou o início de um próspero período de paz que permitiu ao governo e ao parlamento destinar-lhe uma verba no Orçamento de Estado e que oportunamente iremos abordar.

Depois da Restauração Liberal de 1834, surgiu a ideia de recomeçar os levantamentos geodésicos. Nesse sentido, o governo de então apercebendo-se da importância desses serviços para a futura prosperidade económica e administrativa da nação, determinou através de Portaria que o Marechal de Campo Pedro Folque coadjuvado por seu filho Tenente coronel Filipe Folque na altura Director dos trabalhos geodésicos, procedesse à compilação de todos os trabalhos até aí realizados.

O prolongado interregno a que estiveram sujeitos os serviços geodésicos, durante cerca de 32 anos, e o facto de não terem sido convenientemente arquivados os trabalhos realizados até 1803, tornaram muito difícil satisfazer as determinações do governo. Não obstante essas dificuldades, conseguiram reunir no *Arquivo Militar e Pateo das Vaccas* parte desses documentos e recomeçar os serviços em 1835 com a repetição das operações já realizadas pelo Doutor Ciera⁴²³.

No período de 1835 a 1837, teve a comissão a oportunidade de solicitar apoios financeiros de diversas instituições públicas e habilitar alguns oficiais engenheiros na técnica e prática da geodesia e construir algumas sinais de 1ª ordem, e levantar a plancheta na escala de 1/10.000 na região de Lisboa.

Podemos afirmar que os trabalhos geodésicos só viriam a realizar-se de forma eficaz a partir de 1838 depois da acalmia política e militar do Reino, embora de forma lenta de acordo com a situação financeira do país, pois este não dispunha de meios pecuniários indispensáveis para estes trabalhos, que tinham sido gastos no enorme esforço das sucessivas lutas políticas e militares.

⁴²² Cfr., B.N.L., C.C., 75//1R e C.C.74R//2.

⁴²³ Essa operações incidiram sobre uma nova medição da base de verificação entre o Montijo e Batel, repetindo as observações de muitos ângulos de triangulação de 1ª ordem projectados pelo referido doutor.

Em 1840, já desligados da *Comissão Geodésica do Reino*, os serviços foram entregues ao Tenente-Coronel Engenheiro José Manoel Sacôto Galache⁴²⁴ que permaneceu na *Direcção dos Serviços Geodésicos* até 1843, data em que Pedro Folque recebeu uma Portaria, na qual sua Majestade ordenava que ele e seu filho Filipe Folque retomassem a *Direcção dos Trabalhos Geodésicos do Reino*.

Iniciaram os trabalhos que tinham interrompido em 1838, momento em que se ocupavam dos trabalhos Geodésicos e Topográficos – Lisboa, Cascais e Cintra e os pontos para Norte de Aveiro, Caramulo e Serra da Estrela até à Galiza.

Nos anos de 1843 a 1845 fizeram-se vários trabalhos nas províncias da Estremadura, Alentejo, Beiras e Minho. Foi a partir destas observações que se formou o conhecimento da geografia matemática que esteve na base da criação da primeira *Carta de Triangulação do Reino* na escala de 1/500.000⁴²⁵.

Não havendo em Portugal nenhuma convenção sobre desenho topográfico e escalas pelos quais se deveriam regular os trabalhos topográficos e havendo a necessidade de uniformizar todos os levantamentos, foi adoptado e seguido o modelo da *Carta topographica da França* que reunia todas as condições recomendadas pela Ciência. Para isso, foi mandado vir o último modelo do Coronel Puissant que tinha por título – *Novelle Description Géometrique de la France*.

Pensamos ser importante referir os valores trigonométricos do Observatório do Castelo sobre a superfície das águas do Oceano. Foi um elemento demasiado importante para que não falássemos dele, pois serviu de referência central a todos os trabalhos geodésicos do Reino⁴²⁶.

Os levantamentos geodésicos tiveram algumas dificuldades, pois além de toda a agitação política e militar ocorrida durante a segunda metade do século XIX, tiveram ainda de contar com a desconfiança das populações e os meios rudimentares de que dispunham inicialmente. O rápido desenvolvimento dos levantamentos geodésicos, cadastrais e topográficos dependiam da existência simultânea, boa direcção científica, de técnicos competentes e profissionais, de estabilidade política e militar, de meios financeiros e por fim de bons instrumentos. A ausência de pessoal habilitado tanto em

⁴²⁴ Além de Director dos Serviços Geodésicos, José Manoel Sacôto Galache desempenhou ainda outras importantes missões como a de Chefe da 4ª Repartição da 1ª Direcção da Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra em 1837. *Arquivo Histórico Militar*, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 137, doc. avulso.

⁴²⁵ A Carta Geográfica destinava-se, especialmente, a representar sobre ela o reconhecimento geológico do reino. Cfr., Anexo XII, pág. 107.

⁴²⁶ Como se pretendia representar com clareza tudo o que interessava à administração do reino e instrução militar, adoptou-se a escala de 1/10.000 nos levantamentos topográficos e a

termos técnicos como científicos constituiu uma enorme dificuldade ao seu avanço. As ciências aplicadas pouco desenvolvimento tinham nessa altura e, se considerarmos o momento de letargia em que os serviços estiveram durante vários anos, não nos podemos admirar que se tivesse perdido o gosto pelo estudo dessa ciência muitos anos entregue ao Doutor Ciera e aos seus discípulos Generais Caula e Folque. Além disso, os quadros das academias não contemplavam o ensino da Geodesia e daí resultaria a falta de pessoal técnico nesta área científica. Esta situação só iria ser colmatada com o reinício dos trabalhos geodésicos em 1835 e com a criação da cadeira de Astronomia e Geodesia em 1837 na Escola Politécnica que completava assim o ensino teórico e prático neste ramo do serviço público.

De acordo com a Memória redigida por Filipe Folque podemos considerar que os trabalhos geodésicos do reino até 1848 viveram uma situação difícil, embora acompanhando-se no país os progressos científicos dos outros países, nomeadamente através da *Revista Militar*. Porém achava-se entregue ao seu destino sem verba no orçamento e dependente da generosidade dos Ministros da Guerra e de acordo as suas enormes limitações financeiras⁴²⁷. Esta situação só viria a alterar-se um pouco, com a criação por Decreto de 30 de Agosto de 1848 da *Comissão de Cadastro Parcellar Topographico do Reino* e aprovação do orçamento de 1848 a 1849 e de uma intervenção alongada de Fontes Pereira de Mello onde demonstrou a utilidade e influência directa dos serviços geodésicos no desenvolvimento e progresso nas diversas áreas da administração pública.

Até 1848, momento em que o país se viu de novo envolvido em lutas, as operações geodésicas permaneceram presas a dificuldades económicas e sujeitas às desconfianças populares e descuidadas pelas altas instâncias do poder.

Não obstante essa situação, antes e depois da guerra civil em que se assistiu a um novo interregno dos trabalhos, a superfície do país foi coberta por um grande número de pirâmides tanto de 1ª ordem bem como de ordens inferiores, foram ainda observadas muitas triangulações secundárias e levantados importantes trabalhos de plancheta, incluindo o da Barra do Tejo, de Cascais até Lisboa⁴²⁸.

escala de 1/40.000 na gravura, bastando apenas 192 folhas de gravura para compreender a superfície de Portugal.

⁴²⁷ Filipe Folque, *Memoria Sobre os Trabalhos Geodesicos Executados em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia, 1856, pág. 657.

⁴²⁸ Como a acumulação de trabalhos de campo era notória e não havendo lugar para o eu tratamento, Filipe Folque solicitou ao governo um edifício apropriado para tal fim, sendo-lhe facultadas algumas salas do Palácio das Cortes. Com a aquisição deste espaço que se viria a designar *Deposito dos Trabalhos Geodesicos e Hydrographicos do Reino* surgiu a

Foi só com o levantamento de muitos trabalhos geodésicos que a Comissão passou a beneficiar de um certo favor governamental que em muito contribuiria para a importância que depois conseguiu adquirir⁴²⁹.

O Governo Regenerador ao fazer uma proposta no Parlamento para de financiamento dos despesas da *Comissão Geodesica* exigia, por outro lado, que Filipe Folque alterasse os planos de trabalho que até aí vinha a seguir e ordenou-lhe que procedesse ao levantamento da *Carta Chorographica* de todo o país na escala de 1/100:000⁴³⁰, para servir de orientação no traçado de caminhos de ferro e estradas que já se pensavam lançar. Entendendo Filipe Folque que dadas as exigências do momento e que para que a referida carta não ficasse no futuro sem aplicação e que para dela se retirassem as maiores vantagens, na grande maioria dos serviços públicos "*compoz as instrucções convenientes para que a carta fosse levantada com todo o rigor da sciencia, e com toda a minuciosidade nos detalhes*"⁴³¹.

Estes trabalhos tiveram início com a campanha de 1852 seguindo sem interrupção até 1862⁴³². Quando se iniciaram os estudos para os traçados dos caminhos de ferro de leste, quer os trabalhos topográficos, quer os corográficos já realizados, serviram de grande auxilio.

A carta continuou a ser levantada com a mesma dedicação e rigor científico, daí ter continuado a receber os maiores elogios O Jomal de Limoges - La France Militaire de 2 de Junho de 1881, n.º 22, 2.º ano referindo-se à carta topográfica da

classificação sistemática do trabalho o regulamento das instruções provisórias para o serviço de campo e de gabinete.

⁴²⁹ Cfr., Redacção, "Noticia sobre os Trabalhos Geodesicos do Reino", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 22, pág. 561.

⁴³⁰ A Carta Corográfica de 1:100.000 começou a ser levantada em 1856. Começou por ser representada com relevos normais e passados cerca de uma década começou-se-lhe a adaptar as curvas de nível. A Carta é constituída por um total de 37 folhas que seriam editadas até 1904, sendo seu grande impulsionador Filipe Folque. Cfr. Anexo XII, pág. 206, Folha de Évora.

⁴³¹ Redacção, "Noticia sobre os Trabalhos Geodesicos do Reino", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 21, pág 562.

⁴³² Revelaríamos a obra do Brigadeiro Filipe Folque que levou a que a *Comissão Geodesica* fosse reconhecida e elemento necessário à boa governação do país, que depois veio a sofrer nova organização e a designar-se por *Instituto Geographico do Reino* abrangendo os trabalhos geodésicos, hidrográficos, topográficos e geológicos. No final a memória apresenta uma relação de todos os trabalhos geodésicos executados entre 1851 e 1862, nomes de alguns dos elementos empenhados na tão difícil tarefa que foi o levantamento geodésico do reino. Estes trabalhos foram de tão elevado rigor científico que presentes a concurso na Exposição Universal de Londres foram premiados com a medalha de 1ª Classe e sendo distribuídos muitos desses trabalhos pelas repartições publicas daquela capital e presenteada a comissão nacional com importantes cartas e mapas topográficos. Redacção, "Noticia sobre os Trabalhos Geodesicos do Reino", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 24, pág. 628.

escala de 1/100:000 "diz que é ella um trabalho de um acabado perfeito (d'une fini achevé), de uma clareza notável e de uma execução irreprehensivel.

Tal é, exposto com simplicidade, o estado dos notáveis trabalhos geodesicos, topographicos e cartographicos do reino de Portugal. A pátria (...) não decaiu das suas glorias passadas, das suas brilhantes tradicções scientificas; perdside hoje como outr'ora persistirá ainda amanhã com o mesmo exito no desempenho de trabalhos tão proveitosos como civilizadores"⁴³³.

Nesta linha de pensamento, torna-se pertinente referir a criação da *Commissão Geodésica Internacional* que celebrou a sua primeira conferência em 1864 e a segunda em 1867 na cidade de Berlim onde estiveram presentes 28 delegados de 14 nações e foram discutidos vários assuntos do âmbito da Geodesia. Entre eles referimos: determinação das latitudes, longitudes e azimutes, determinação das estrelas fixas utilizadas nas observações, determinação da intensidade do peso, cálculos de coordenadas dos pontos astronómicos, medidas hypsométricas e escolha de um nível geral para as altitudes e, finalmente, construção de uma carta completa de triângulos para as medidas dos graus da Europa. Apresentou-se o relatório da *Comissão Permanente* e de entre os relatórios sobre os levantamentos geodésicos dos diversos países, destacou-se o da Bélgica pelo General Simons: as 20 folhas da Carta da Bélgica elaboradas através de um novo processo, considerado na altura como um avanço impar no progresso científico da Geodesia – a *reprodução das cartas por meio da aplicação da fotografia directa sobre a pedra*. Este processo permitia "Mostrar não sómente os menores detalhes da planimetria, com a natureza das culturas, mas tambem o nivellamento completo do paiz, indicado por curvas de nivel equidistantes de um metro e traçadas com uma tal precisão que, sem sair do seu gabinete, póde o engenheiro formar um projecto completo de estrada, canal, caminho de ferro, drenagem, etc. assim é ella util, tanto ao serviço militar, como aos trabalhos publicos, á industria, ao commercio e aos particulares"⁴³⁴.

Nessa conferência participou como delegado nomeado pelo governo português o General Filipe Folque e pelo governo espanhol o Coronel Ibañez tendo ambos assumido em nome do governo português e espanhol encargos geodésicos solicitados por aquela *Commissão Geodesica Internacional*.

⁴³³ A apreciação feita pela *França Militar* data de meados do ano de 1881; mas passados seis anos teve o *Instituto de Coimbra* a feliz lembrança de a reproduzir nas suas colunas. Veja-se *O Instituto*, vol. XXXIV, 1886; 2ª série n.º 3.

⁴³⁴ José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, Tomo IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874, pág. 223.

Podemos afirmar que é no período de intensa actividade geodésica vivida pelos países europeus que o Professor Filipe Folque, na altura Director dos Trabalhos Geodésicos do reino, apresentou ao governo as vantagens dos novos progressos fotográficos em relação ao antigo sistema de gravuras que até aí era exclusivamente utilizado pela referida Direcção Geral na elaboração das suas cartas.

O seu regulamento interno datado de 18 de Dezembro de 1869, a organização da *Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos, Topographicos, hydrographicos e Geologicos do Reino* tinha como finalidade a descrição matemática, física e geológica do país e dividia-se nas seguintes secções: trabalhos de geodesia transcendente, Trabalhos de pequena geodesia e projecção das cartas, trabalhos corográficos e topográficos parcelares, trabalhos hidrográficos para uso da navegação e das obras públicas, estudos geológicos e redacção das respectivas cartas. Compunha-se de uma oficina de desenho, gravura, cromo-litografia, fotografia, publicação de cartas, mapas e plantas e encontrava-se sob a dependência da *Direcção Geral o Real Observatorio Astronomico de Lisboa* que compreendia uma secção especial, onde se executavam as observações astronómicas de que dependiam as operações de Geodesia transcendente⁴³⁵.

É, efectivamente, no seguimento dessa iniciativa que por portaria de 5 de Novembro de 1872, foi criada a Secção Fotográfica⁴³⁶ de acordo com os novos processos que aliás já desde há algum tempo vinham a ser adoptados por diversas nações mais avançadas cientificamente.

Na *Associação Geodesica Internacional* para a medição da Terra, na *Conferência de Berlim* em 27 de Outubro de 1886, o delegado português Antonio José de Avila, Major do *Estado Maior* ofereceu a cada um dos delegados presentes na Conferência um exemplar da memória que acabava de ser publicada, sobre a ligação do *Real Observatório Astronomico da Tapada*, contendo a triangulação fundamental. Em virtude desta ligação, ficou o sendo o Observatório de Lisboa o ponto astronomico-geodesico, que, sem interrupção, se estende desde as montanhas do Cáucaso até ao Oceano Atlântico. Apresentou ainda o delegado português um relatório redigido em francês – *Rapporte sur L'état Actuel des Travaux Géodésiques en Portugal* – sobre o

⁴³⁵ Relativamente a esta actividade desenvolvida pelo *Real Observatorio Astronomico de Lisboa* veja-se o Opusculos: *O Real Observatorio Astronomico de Lisboa. Noticia Historica e Descriptiva*. Lisboa, 1871.

⁴³⁶ Embora já prevista na sexta secção, *Officina do Desenho, Gravura, Chromo-lithographia, Photographia, Publicação de Cartas, Mappas, Plantas* do regulamento orgânico da *Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos, Hydrographicos e Geologicos do Reino* de 18 de Dezembro de 1866.

estado actual dos trabalhos geodésicos em Portugal. Contém esse relatório notícias sobre o que se vinha a fazer em Portugal em matéria de trabalhos geodésicos com referência à seguintes particularidades: triangulação, bases geodésicas, pontos astronómicos da triangulação, observações com pêndulo e nivelamentos geométricos de precisão⁴³⁷.

Depois desta alargada síntese à forma como surgiu a geodesia em Portugal e como se desenvolveu começáramos a análise ao artigo da *Revista Militar* debruçando-nos sobre obra de José Maria das Neves Costa⁴³⁸, prestigiado Engenheiro e Geógrafo militar, autor de diversos estudos de entre os quais relevamos a *Memória : Ensaio sobre a Theoria do Relevo dos Terrenos*, publicado na *Revista Militar* durante os anos de 1849 a 1851 do qual já fizemos uma pequena abordagem em capítulo anterior.

A *Memória* é composta por um discurso preliminar e por três partes, cada uma delas dedicada a um aspecto diferente da constituição do relevo. No discurso preliminar o autor começou por definir o objecto da topografia bem como as técnicas a aplicar de acordo com as dimensões e formas naturais do relevo, empregando para esse fim a Geometria e o Desenho através de um código de sinais. Este estudo prendeu-se com a necessidade de criar uma linguagem própria que melhor ajudasse a compreender as diferentes modificações dos relevos. Pretendia o autor com este estudo responder à necessidade de melhorar a linguagem simbólica muito imperfeita em Portugal quando comparada com a de outros países estrangeiros. Com este estudo, o autor propunha definir leis e princípios orientadores que permitissem reconhecê-los de acordo com uma determinada relação e harmonia de maneira a evitar as descrições insignificantes e incorrectas do terreno, provocadas pelas ilusões ópticas a que os desenhadores muitas vezes estavam sujeitos nas suas descrições. Semelhantes defeitos e embaraços eram particularmente constatados pelos geógrafos militares em virtude da sua estreita dependência ou íntima conexão com as operações militares e a exacta descrição das diversas formas de relevo.

⁴³⁷ Estas notícias podem ser encontradas no apêndice n.º 1 do Diário do Governo, 19 de Janeiro de 1887. Aliás, publicação que foi ordenada pelo Decreto de 29 de Dezembro de 1886.

⁴³⁸ José Maria das Neves Costa era filho de Manuel Claudio da Costa e de Josefa Maria da Costa, nasceu em Lisboa em 5 de Agosto de 1774. Iniciou a sua carreira académica na *Real Academia de Marinha* (1771-1773) onde cursou Matemática e depois engenharia na *Real Academia de Fortificação Artilharia e Dezenho* (1793-1796) com destino à arma de engenharia militar. *Arquivo Histórico Militar*, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 641, docs. 324 e avulso.

Para realizar este estudo Neves da Costa fundamentou-se no trabalho de Mr. Allent, Secretário da *Comissão Central do Corpo de Engenheiros Francês* e autor de um interessante artigo sobre os reconhecimentos militares, publicados no n.º 4 do *Memorial Topographique* na página 113 e depois de referir algumas questões a respeito das leis gerais que poderiam orientar as diversas formas do terreno, procurou ainda examinar, com o auxílio da Geografia Física e de outras ciências a possibilidade de determinar através de noções simples, o ambicionado conhecimento da teoria ou sistema natural das formas do terreno.

Na primeira parte da *Memória* realizou um estudo pormenorizado do relevo da superfície terrestre, esclarecendo as formas fundamentais dos terrenos e deu a conhecer as leis que regulam a sua disposição horizontal através de vocábulos que fixam a sua classificação e distinção generalizando-os nas cartas geográficas representativas.

Na segunda parte da sua *Memória*, dedicada ao estudo vertical do relevo dá a conhecer os vulgares acidentes gerais dos terrenos e concebe uma linguagem própria e circunstanciada através da qual se pode perguntar, examinar ou receber informações a respeito dos acidentes na parte da superfície terrestre que interessa conhecer. Refere que o conhecimento da topografia irá melhorar a disposição da defesa artificial, que as disposições servirão melhor para atingir o fim a que se propõem e ainda a sua utilização para quando os reconhecimentos militares sejam impraticáveis. Questiona ainda se não seria possível conhecer os princípios por meio das relações gerais reconhecidas nas formas dos terrenos para as aplicar numa hipótese sobre essas relações topográficas. Neste sentido, deu início à terceira parte da sua *Memória* com a investigação acerca da variação sobre as diferenças de nível a partir do curso das águas marcado nas cartas geográficas e questiona a suposta acção das águas do mar no sentido de formar uma ideia geral dos terrenos, ou seja, até que ponto a acção das águas do mar não se fez sentir na formação do relevo⁴³⁹.

De grande interesse para o desenvolvimento dos Serviços Geodésicos do Reino, consideramos a divulgação do estudo *Base Geodésica. – Medida nas Proximidades de Bonn*, cujo seu autor M. colaborou na *Revista Militar* entre os anos de 1849 e 1870 com diversos estudos no âmbito da Geodesia e da História Universal.

Quanto ao primeiro estudo e único que iremos abordar o autor começou por fazer a exposição de alguns detalhes que considerou muito importantes para a

⁴³⁹ A pertinência e carácter científico deste estudo levou a que além da sua publicação em vários números da *Revista Militar*, fosse ainda reeditado sob a forma de livro.

geodesia portuguesa, executada pelo Tenente-coronel Baeyer em 1847, em Bonn na Alemanha. Baeyer, Chefe da Repartição de Topografia em Berlim, desenvolveu um trabalho no sentido de melhorar e corrigir dúvidas que existiam sobre a utilização correcta dos Triângulos de Tranchot cujos valores dependiam de uma base de verificação.

O primeiro estudo durou cerca de um mês e foi repetido por duas vezes no mesmo sentido. Esta repetição revelou-se muito útil para verificar o trabalho total e corrigir erros cometidos. A operação de medição foi muito pormenorizada e envolveu o Tenente-coronel Baeyer, um capitão do Exército prussiano e o capitão Hellebaut do Exército belga⁴⁴⁰.

Neste estudo houve o cuidado pormenorizado de aferir os instrumentos e utilizá-los nas condições mais favoráveis à obtenção de resultados correctos. Baeyer faz uma descrição exhaustiva da forma como utilizou os instrumentos, preocupando-se com as possíveis interferências do meio físico, nomeadamente, temperatura, ventos, movimentos de rotação e translação da Terra e incidência dos raios solares sobre a mesma.

Perante a utilidade deste estudo, a Bélgica atendeu ao pedido da *Academia Real das Sciencias* e procedeu à realização da carta de triangulações primárias do seu país.

O autor deste artigo fez uma reflexão sobre a utilidade deste estudo do Tenente-Coronel Baeyer a concretizar-se na triangulação completa no nosso país e nas nossas possessões ultramarinas: Portugal era um dos poucos países europeus que apresentava uma lacuna tão vasta na rede geodésica e o autor acrescentava que este ainda se encontrava num ponto mais atrasado que a própria Sibéria, onde o governo russo já procedia aos mais diversos trabalhos deste género. Termina com uma recomendação ao governo português de que este trabalho de grande utilidade e rigor científico representaria o avanço do ponto de vista científico no conhecimento perfeito do território, no interesse para as operações militares e realização da *Carta Topográfica do País* e deixar de ser o único país da Europa sem essa Carta como há bem pouco tempo se fazia ouvir na Bélgica, "*nous sommes la seule nation de l'europe Qui n'ye pas as carte*"⁴⁴¹.

⁴⁴⁰ Sobre a descrição pormenorizada dos procedimentos seguidos e aplicação dos diversos instrumentos científicos adoptados pelo Tenente-coronel Baeyer veja-se: M., "Base Geodésica. – Medida nas Proximidades de Bonn", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, pp. 357-360.

⁴⁴¹ *Idem*, pág. 361.

O conhecimento da configuração exacta dos relevos tornou-se indispensável para a resolução de problemas com que o país se debatia na segunda metade do século XIX: viação, linhas férreas, canalização e comunicação das águas, defesas dos portos, terrenos marginais aos rios e com a resolução de assuntos militares, nomeadamente, com a organização dos planos de defesa e segurança do reino. Para a resolução desses desafios exigiam, alguns deles, que o território nacional fosse sujeito a um levantamento geodésico rigoroso de acordo com as normas implementadas pela *Associação Geodésica Internacional*. Para proceder a esses nivelamentos, os engenheiros militares portugueses adoptaram o *Nível Brito Limpo*, de que já tivemos oportunidade de referir em momento anterior, e as miras suíças de Kern⁴⁴².

A iniciativa de cada Estado proceder aos nivelamentos de precisão e fazer as suas ligações com outros estados limítrofes foi da iniciativa da Suíça que viu nessa ideia uma grande conveniência. Porém, a execução das operações de nivelamento de precisão em todos os estados por operações idênticas foi por resolução da *Associação Geodésica Internacional*, tomada em 1886 na Conferência de Berlim, onde estiveram representados dezanove estados da Europa, um dos quais Portugal. Em virtude dessa tão importante resolução a Europa em finais do século XIX inícios do século XX, já se encontrava coberta por uma rede geral de nivelamentos de precisão, onde estavam niveladas linhas na extensão de vários milhares de quilómetros.

A adesão de Portugal à *Convenção Geodésica Internacional* para a medição da Terra, aprovada na Conferência de Berlim, obrigou o reino português a projectar linhas de nivelamento de precisão que fossem estabelecer ligação na fronteira com as linhas espanholas⁴⁴³.

⁴⁴² As miras de *Kern* foram construídas na Suíça e eram de madeira com três metros de altura, graduadas em centímetros e de secção em forma de (T).

⁴⁴³ Entre essas linhas niveladas encontram-se duas que ligam o nivelamento português ao Espanhol na ponte sobre o Rio Caia nas proximidades de Elvas. A primeira seguiu o itinerário Cascais, Lisboa, Santarém, Almerim, Coruche, Montemor-o-novo, Arraiolos, Estremoz, Elvas e Caia. A segunda o de Cascais, Sintra, Mafra, Caldas da Rainha, Leiria, Tomar Torres Novas, Vila Velha de Ródão, Portalegre, Monforte Elvas e Caia. Pretendia-se com essa ligação obter elementos para uma determinação da diferença de nível entre o Mediterrâneo em Alicante e o Oceano Atlântico em Cadiz, Cascais e Santander e para se confirmar ou rejeitar a ideia apresentada pelo *Director do Nivelamento Geral da França*, Sr. Carlos Lallemand de que todos os mares que banhavam a Europa tinham igual superfície de nível. O nível médio do Mediterrâneo em Alicante e o do Oceano Atlântico em Cadiz, Santarém e Cascais eram determinados pelos quatro marégrafos estabelecidos nesses portos de mar. Importa referir que no projecto português da rede de nivelamentos de precisão os engenheiros portugueses atenderam às normas determinadas pela *Convenção Internacional*, bem como, sempre que possível, à configuração dos polígonos nacionais e à aplicação no território nacional das cotas obtidas nos nivelamentos.

O autor procedeu ao esclarecimento do estudo executado sobre a rede de nivelamento de precisão em Portugal. Baseou-se na teoria ordinária do nivelamento geométrico que supõe que as superfícies de nível da Terra são paralelas, mostrando que a diferença de níveis entre dois pontos é independente do itinerário. Todavia através de um estudo feito, mostrou que isso não era correcto, devido à forma de elipse da Terra e à sua força centrífuga. No processo de análise dos nivelamentos de precisão demonstrou que os instrumentos e métodos empregues se revelaram de grande qualidade, assim como revelaram a grande perícia dos cientistas portugueses. O valor de erro encontrado é muito inferior ao fixado pela *Associação Geodésica Internacional*⁴⁴⁴.

O *Nível Brito Limpo*, adquiriu o nome do seu inventor, o Coronel de Engenharia Francisco António de Brito Limpo. Da grande eficácia deste nível que foi teoricamente demonstrada e confirmada pela prática, referimos apenas a principal, que era a dos resultados das observações não serem influenciados, pelas pequenas imperfeições da rectificação do instrumento.

É digno de relevar que estes métodos e instrumento de precisão tenham sido inventados por um cientista português e reconhecidos pela comunidade científica internacional.

O artigo da autoria de Ângelo Leopoldo da Cruz e Sousa, (1870-1923) colaborador da *Revista Militar* entre os anos de 1900 e 1920, tem o propósito de divulgar a criação de um aparelho topográfico designado de *Regua Topographica Portugueza* cujo seu inventor foi António Oscar Fragoso Carmona⁴⁴⁵. Este oficial trabalhou com o invento vários anos embora nunca tivesse sido reconhecido, situação que se viria a alterar quando a *Direcção do Serviço do Estado Maior* estudou o instrumento e dissipou a pouca confiança que ele inspirava. Assim, o reconhecimento

⁴⁴⁴ Segundo determinação pela *Associação Geodésica Internacional*, os levantamentos para serem considerados rigorosos tinham de obedecer às seguintes condições: ser o erro provável, em medida, inferior a 3^{mm} por Km e nunca exceder 5^{mm} por KM. Acontece que nas duas linhas levantadas pelos serviços geodésicos nacionais, o erro obtido foi de 1mm, 3 que corresponde ao erro provável por quilómetro, erro que é assim inferior ao limite determinado pela *Associação Geodésica Internacional*. Esta diferença derivada do erro das operações demonstra bem a excelência dos instrumentos bem como dos métodos e perícia adoptados pelos engenheiros militares. Marquez D'Avila e Bolama, "Sobre Nivelamentos de Precisão em Portugal", *RM*, Tomo LVII, 1905, n.º 7, pp. 524-526.

⁴⁴⁵ Angelo Leopoldo da Cruz e Sousa nasceu no Porto, era filho de Joaquim Pinto de Sousa e de Maria José da Cruz. A sua actividade académica teve início no *Real Collégio Militar* tendo depois frequentado a *Escola do Exército* e a *Academia Politécnica do Porto*. Foi agraciado com várias menções honrosas, entre as quais a da Ordem de São Bento de Avis. *Arquivo Histórico Militar*, 32ª Divisão, 7ª Secção, docs. avulso e 150.

daquele instrumento aconteceu após várias experiências científicas realizadas com eficácia por um grupo de oficiais, que avaliaram as distâncias com correcção.

O resultado positivo da sua utilização, levou a que se construísse em Lisboa, com precisão, uma régua sob a orientação do seu autor.

A utilidade da *Regua Topographica Portugueza* residia no facto de simplificar as operações para a determinação da distância e resolver qualquer problema de telemetria. Pelas suas características⁴⁴⁶, além de servir de telémetro poderia empregar-se na determinação das distâncias, nos ângulos horizontais e nas diferenças de nível.

O seu inventor criou uma teoria para o uso correcto da régua na medição de grandes distâncias. Este instrumento podia resolver qualquer triângulo e, conseqüentemente, escolher livremente um ponto de referência tanto à direita como à esquerda do observador. Na medição das diferenças de nível é utilizada a régua segundo o processo de Borel⁴⁴⁷. Segundo o autor a *Regua Topographica Portugueza* revelou-se um instrumento sem dúvida muito útil, representando um grande progresso em todas as medições topográficas.

Embora os trabalhos geodésicos não tivessem sido iniciados por engenheiros militares, o Doutor Francisco António de Ciera teve como auxiliares desde o começo, dois oficiais de engenharia militar: Carlos Frederico de Caula e Pedro Folque.

Pela instabilidade política e militar os trabalhos geodésicos passaram por momentos de avanço e de estagnação. Sob a Direcção de Filipe Folque, os trabalhos geodésicos alcançaram o seu máximo desenvolvimento em diversas perspectivas, precisão, extensão, instruções, aparelhagem e laboração da Carta do País a preto na escala de 1/100.000 que marcou o auge da sua direcção à frente desses serviços.

O coronel Francisco António de Brito Limpo valioso colaborador de Filipe Folque e seu continuador destacou-se pelo seu mérito como autor de trabalhos e estudos da especialidade, bem como o inventor do nível que tem o seu nome e com o qual se procedeu com exactidão a toda a rede de nivelamento. Apesar de nunca ter exercido a função de director, o seu nome encontra-se ligado a muitos inventos em instrumentos e métodos de trabalho.

⁴⁴⁶ Esta determinação só servia para os levantamentos expeditos. Também nas diferenças de nível se usou a régua através das divisões logarítmicas. Para mais informação sobre as características da *Regua Topographica Portugueza*, veja-se Ângelo Leopoldo da Cruz e Sousa, "Regua Topographica Portugueza", *RM*, Tomo LVIII, 1906, n.º 1 pág. 55.

⁴⁴⁷ Sobre o modo de calcular as distâncias com a Régua, veja-se Idem, "Regua Topographica Portugueza", *RM*, Tomo LVIII, 1906, n.º 1 pág. 57.

Como director dos trabalhos geodésicos após Filipe Folque encontramos o General Carlos Ernesto de Arbués Moreira (1814-1899)⁴⁴⁸ que tomou conta dos trabalhos em 1879 apesar de anteriormente já ter colaborado com os anteriores directores.

Os trabalhos de reconhecimento geodésico seriam essenciais para o lançamento da rede de caminhos de ferro de que nos iremos ocupar em momento oportuno.

Mais uma vez o periódico dá mostras de estar bem informado sobre a evolução e preocupação dos restantes países da Europa no que respeita ao conhecimento desta ciência.

De salientar a competência técnica e científica destes estudiosos que desenvolveram numerosos instrumentos adequados a cada um dos problemas e que foram reconhecidos pela comunidade científica como dos melhores da Europa.

⁴⁴⁸ O General de brigada Carlos Ernesto Arbués Moreira era filho do engenheiro Francisco Pedro de Arbués Moreira e natural de Valença do Minho de onde saiu ainda criança. Iniciou os seus estudos no *Real Collégio Militar* (1826) e na *Real Academia de Fortificação Artilharia e Desenho* (1831). Fervoroso defensor dos ideais liberais interrompeu os seus estudos para se juntar a seu pai e dois irmãos que serviam nas forças liberais no Porto. Desempenhou funções importantes no Ministério das Obras Públicas (1884) como Chefe de uma secção do *Instituto Geográfico*, e da secção geodésica da *Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos* (1897) e foi ainda vogal da *Comissão de Defesa do Reino*. *Arquivo Histórico Militar*, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1042, docs. 922, 2-2, 196.

A TELEGRAFIA

Desde há muito que as instituições militares se tinham apercebido da grande importância da utilização do Telégrafo no comando das operações militares e do quanto era imprescindível proceder à sua generalização. Não é nosso propósito demonstrar a conveniência da rapidez das comunicações na execução de quaisquer manobras militares, quer em tempo de paz quer em conflito mas sim a partir da análise de alguns artigos ou memórias publicadas na *Revista Militar*, explicar e dar a conhecer a génese, evolução e contributo da telegrafia no desenvolvimento e modernização do Exército e, particularmente, de Portugal, bem como analisar a posição da *Revista Militar* face aos progressos que se iam verificando nesse domínio da Ciência.

Visto ser um tema que requer o domínio de determinados conceitos técnicos e científicos procuraremos, tanto quanto possível, dar explicação daqueles que, por motivos óbvios, se tornem imprescindíveis.

Começamos este estudo com a análise à Memória publicada na *Revista Militar, Engenharia – A Telegraphia Electrica*⁴⁴⁹ onde o autor Frederico António de Novaes tratou das noções gerais da telegrafia, descrição dos seus aparelhos principais, em que consistiam e quais os mais aperfeiçoados telégrafos eléctricos, sistema de funcionamento e, por fim, das novas experiências e aperfeiçoamentos introduzidos nesse ramo da Ciência. Dedicou-se ao estudo dos princípios opostos, (a electricidade vítrea ou positiva e a electricidade resinosa ou negativa) opostos que viriam a permitir a descarga eléctrica e a dar origem ao primeiro telégrafo eléctrico ainda que com grandes limitações. Este género de telégrafo com os seus respectivos inconvenientes como dissemos, correspondia ao nascimento do primeiro período da telegrafia.

Em 1711 Addisson, numa passagem atribuída a Strada nas suas *Prolusiones*, refere uma experiência levada a efeito por dois amigos que através de duas agulhas magnéticas tocadas pelo mesmo íman adquiririam a propriedade de estar uma sempre na mesma posição da outra, independentemente da distância que as separasse. Adaptaram-lhe um circulo de metal com as letras do alfabeto e, recolhidos aos seus gabinetes a horas certas, um deles fazendo corresponder a agulha a uma das letras, a outra tomava imediatamente a mesma posição indicando a mesma letra. Esta

⁴⁴⁹ Cfr., Frederico Augusto de Novaes, "Engenharia – A Telegraphia Electrica", *RM*, Tomo VI, 1854, n.º 9, pp. 424-429; n.º 10, pp. 481-485; *RM*, Tomo VII, 1855, n.º 7, pp. 324-329.

descoberta permitiu que os dois amigos se entendessem reciprocamente com grande facilidade.

Em 1774, Lesage, tendo por base experiências anteriores, estabeleceu em Génova um telégrafo eléctrico⁴⁵⁰ que depois apresentou ao Imperador da Prússia Frederico II com o propósito de lhe ser reconhecida a sua utilidade.

Mais tarde, em 1787, Arthur Young encontra a descrição de uma experiência de telegrafia feita por Lomond. Entre essas duas experiências, Frederico de Novaes verifica que o sistema telegráfico de Lesage era mais perfeito comparativamente ao de Lomond.

Cavallo, em Espanha em 1795, na quarta edição do seu trabalho de electricidade, propôs a aplicação da electricidade na transmissão de um sinal através da "botelha" de Leyde⁴⁵¹.

Betencourt na Espanha fez a experiência em que comunicou Aranjés com Madrid fazendo passar as descargas da "botelha" de Leyde através de fios metálicos.

O médico espanhol Salva em 1796 aplicou a electricidade à telegrafia e chegou a fazer experiências com o novo telégrafo eléctrico por si concebido e mais tarde apresentado ao Infante D. António (fascinado pela telegrafia) que se mostrou bastante interessado e procurou tomar este telégrafo mais completo, realizando para isso experiências no sentido de saber a quantidade de energia eléctrica necessária à sua utilização tanto por mar como por terra⁴⁵².

⁴⁵⁰ O telégrafo eléctrico de Lesage era constituído por 24 fios metálicos separados uns dos outros e envolvidos por uma substância isoladora. A cada um desses fios correspondia uma bola suspensa por um fio. Colocando-lhe uma máquina eléctrica em contacto com um dos fios metálicos, a bola que lhe correspondia no sistema oposto era atraída ou repelida, indicando uma letra do alfabeto ou um sinal pré-convencionado.

⁴⁵¹ A "Botelha de Leyde" era constituída por um frasco de vidro contendo no seu interior fragmentos delgados de metal revestido por uma lâmina metálica até uma determinada altura e tapada com uma rolha de cortiça atravessada por uma haste metálica que comunicava interiormente com as lâminas de cobre, com a forma de um gancho na parte exterior e terminado por uma esfera. Para carregar o dito frasco aproximava-se a esfera a um foco de electricidade segurando a lâmina externa que a envolvia. Depois de carregada de electricidade, para produzir a descarga eléctrica, colocava-se em contacto através de um arco de metal com um cabo feito de um substância isoladora. A lâmina exterior com a esfera que termina o gancho combinam-se e dão lugar aos fenómenos que acompanham as descargas eléctricas. Veja-se Frederico Augusto de Novaes, "A Telegraphia Electrica", *RM*, Tomo VI, 1854, n.º 9, pág. 428.

⁴⁵² A *Revista Militar* publicou esta notícia da Gazeta de Madrid de 25 de Novembro de 1796. "Constando o Príncipe da Paz que M. D. F. Salva lêra na Academia das Sciencias uma Memoria sobre a applicação da electricidade á telegraphia, e a apresentára ao mesmo tempo um telegrapho electrico da sua invenção, quis examiná-lo, e encantado da promptidão e facilidade com que funcçionava, apresentou ao rei e á côrte, e elle proprio o fez trabalhar. Logo depois d'esta experiencia o infante d. Antonio quis fazer". Frederico Augusto de Novaes, "A Telegraphia Electrica", *RM*, Tomo VI, 1854, n.º 9, pág. 427.

Podemos considerar que estes sistemas que acabamos de descrever não passaram de simples experiências já que a electricidade até então conhecida e os meios de a obter não permitiram um avanço significativo e aproveitável da telegrafia. Podemos dizer que a telegrafia eléctrica estava ainda por criar e que só depois as experiências do físico italiano Alexandre Volta e outros que se lhe seguiram tomaram possível a criação e aplicação da telegrafia eléctrica pelas diversas Nações.

O autor continua com a descrição pormenorizada da experiência que permitiu desenvolver e aplicar a electricidade voltaica, bem como das vantagens que existiam na utilização das baterias (pilhas) na telegrafia eléctrica⁴⁵³.

Foi, de facto, a descoberta da electricidade por Volta bem como da teoria da pilha que permitiu à telegrafia desenvolver-se consideravelmente.

Em 1811, Saemerring propôs numa secção da Academia das Ciências um plano completo de telegrafia obtido a partir da decomposição da água em virtude do efeito da pilha, experiência engenhosa que rapidamente foi abandonada por na prática se tornar inexecutível como todas as anteriores. O mesmo podemos afirmar dos telégrafos inventados por Shweiggere Coxe que tiveram muito pouca aplicação prática em virtude das pilhas não serem de efeito constante.

Foi em 1819, que o célebre Oesrsted descobriu a propriedade das agulhas de marear ou agulhas magnéticas que se tornaram muito importantes já que foram elas que constituíram e permitiram entender todo o segredo do funcionamento da telegrafia eléctrica⁴⁵⁴.

Desse estudo conclui-se que o princípio de todos esses aparelhos de telegrafia eléctrica era que as correntes funcionavam de forma constante, fixa e imediata sobre as agulhas de marear independentemente da distância a que se encontrassem do foco de onde partisse a electricidade que permitia fazer chegar todo um conjunto de sinais e, conseqüentemente, criar a linguagem telegráfica.

Exposto e entendido este grande princípio de todos os sistemas, iremos agora apresentar a perfeição e desenvolvimento científico que tiveram e as novas propriedades que se foram descobrindo e que tornariam tão perfeita a linguagem telegráfica.

Em Portugal, o uso da telegrafia surgiu durante as Companhas Peninsulares Aliadas de (1810–1811). Havia nessa altura quatro ligações ou redes de

⁴⁵³ Sobre as vantagens da utilização da electricidade voltaica bem como das pilhas veja-se: Frederico Augusto de Novaes, "A Telegraphia Electrica", *RM*, Tomo VI, 1854, n.º 10, pp. 482-483.

comunicações telegráficas em funcionamento permanente ou durante breves períodos:

1. Oitavos (Cabo Raso) – Lisboa;
2. Lisboa – Almeida, por Abrantes Santarém – Elvas e Barquinha Abrantes;
3. Diversos postes de comando militar na Beira Alta;
4. Linhas de Torres Vedras⁴⁵⁵

A linha de comunicação de Oitavos (Cabo Raso) – Lisboa tinha como finalidade controlar os movimentos marítimos na entrada do Rio Tejo e procurava assegurar as comunicações telegráficas entre Oitavos (situada a 4 quilómetros a Oeste de Cascais) e o Castelo de São Jorge em Lisboa, passando pelas estações localizadas no Forte da Barra e Torre de Belém. Esta rede de transmissões tinha como finalidade servir o Almirantado Português bem como as entidades portuárias. Todos os navios de guerra e mercantes deveriam assinalar com precisão a sua nacionalidade durante as entradas e saídas do Rio Tejo, bem como durante o tempo em que se mantinham fundeados.

O sistema de transformação utilizado nesta rede de transmissões foi o telégrafo óptico do género “à Volel” e que perdurou no nosso país até ao aparecimento do telégrafo eléctrico. Porém, uma ligação deste género parece ter existido até 1889 nas ligações entre o Cabo Carvoeiro e as Ilhas Berlengas.

Portugal procurando acompanhar os outros países neste importantíssimo ramo da Ciência, criou o seu “*Corpo Telegráfico*” através de uma ordenança de 11 de Março de 1810⁴⁵⁶ e os seus elementos foram recrutados entre os voluntários inválidos ou na reforma e ainda por voluntários saídos das unidades militares⁴⁵⁷.

O *Código telegráfico Português* elaborado pelo Professor Pedro Folque só conhecia os números de 1 a 6 e permitia a transmissão de palavras, e pequenas

⁴⁵⁴ Para melhor se entender a forma de funcionamento e as vantagens que este novo sistema trouxe para a telegrafia eléctrica veja-se: Idem, pág. 484.

⁴⁵⁵ Cfr., Anexo X, Quadro n.º 1, pág. 184 e Gravura n.º 1, pág. 185.

⁴⁵⁶ Charles Alphonse Raeuber referindo *Thesourarias da Secretaria d'Estado da Guerra*, Liv. N.º 17, fol. 107. Sobre este assunto veja-se ainda Christovam Ayres de Magalhães Sepulveda, *Historia Organica e Politica do Exercito Portugês*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, pág. 237.

⁴⁵⁷ Idem, pp. 237-239.

frases⁴⁵⁸. Foi publicado pela última vez em 1827 e não se tratava de um código secreto.

Porém, com a presença de agentes espões em território ocupado pelos franceses, tornou-se necessário a utilização de um novo código⁴⁵⁹ que evitasse a interceptação e decifração das mensagens. Nesse sentido, foi utilizado um dos códigos que consistia em utilizar um dicionários onde cada número correspondia à página, linha e palavra marcada⁴⁶⁰.

No seguimento destas iniciativas, as redes telegráficas em Portugal, viriam a sofrer grandes transformações entre 1830 e 1844, tendo sido o seu grade impulsionador o Capitão de Mar-e-Guerra Fernando José de Santa-Rita⁴⁶¹.

A partir desse momento, estabeleceu-se um grande contacto entre o governo e Alfredo Breguet para o estabelecimento das linhas telegráficas que ligavam o Terreiro do Paço, Porto e Elvas e a partir destas a utilização e proveito de todos quanto pretendessem utiliza-las.

Também voltado para o problema da telegrafia, em dois notáveis artigos de grande rigor científico, Carlos Barcellos Machado, engenheiro militar e autor de diversos trabalhos publicados na *Revista Militar*, deu a conhecer o seu estudo *Aplicação da Telegraphia às Operações Militares*⁴⁶² o projecto de um telégrafo volante que seria de muita importância quando fosse necessário improvisar uma linha telegráfica perante os obstáculos topográficos do terreno. Foi face à sua importância que resolveu dá-lo a conhecer ao Exército Português. Neste artigo refere ainda o processo de montagem e utilização do referido telégrafo.

⁴⁵⁸ Para uma informação mais detalhada sobre o Código Telegráfico Português veja-se Idem, *Ibidem*.

⁴⁵⁹ Sobre a forma de utilização desse código veja-se Idem, pág. 109.

⁴⁶⁰ O *Public Record Office* conserva um grande número de mensagens sem data, embora se julgue que pelo seu conteúdo sejam do primeiro trimestre de 1811. Charles Alphonse Raeuber, referindo o *Public Record Office*, Kew, réf. FO 342/21.

⁴⁶¹ Fernando José de Santa-Rita era filho de José de Santa-Rita e de Maria Luísa de Santa-Rita, nasceu em Lisboa e faleceu a 19 de Janeiro de 1866. Iniciou os seus estudos no Brasil e desempenhou várias funções de estado. Entre elas a de Director Geral da Telegrafia do Reino por duas vezes, em 1840 por Decreto de 31 de Dezembro e em 1855 por Decreto de 25 de Abril. Foi ainda nomeado conselheiro de sua Majestade por Decreto de 21 de Março de 1854 e Director da Cordoaria Nacional também por Decreto de 25 de Abril de 1855. Grande defensor das ideias liberais, fez parte da expedição que da Madeira desembarcou no Mindelo. Faleceu a 19 de Janeiro de 1866 como Vice-Almirante e era condecorado com a Ordem da Torre e Espada e comendador da de São Bento de Aviz. Veja-se *Arquivo Central da Marinha*, Caixa 777, docs. avulso. *Livro Mestre dos Officiaes da Armada*, n.º 1, pág. 7 e n.º 2 pág. 6.

⁴⁶² Carlos Barcellos Machado, "Aplicação da Telegraphia às Operações Militares", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 4, pág. 100.

Ainda no campo da telegrafia, Barcellos no seu artigo *Systema de Telegraphia Analytica Universal*⁴⁶³ dá-nos a notícia de um engenhoso sistema de telegrafia universal e da sua enorme vantagem que trouxe para a comunicação entre as nações independentemente do seu idioma. Este sistema foi apresentado em primeiro lugar para atribuir uma linguagem telegráfica à China. O seu autor, o Conde d'Escayrac de Lanterre, que viveu entre muitas nações estudando os seus idiomas e costumes, foi durante a campanha da China que apresentou as bases para a criação de uma linguagem telegráfica internacional. O Conde d'Escayrac num opúsculo de 15 páginas publicado em Londres expôs os princípios em que se baseava o seu método⁴⁶⁴.

António José de Mello, adepto da Ciência e das letras, dedicou-se também ao estudo da telegrafia tendo publicado no periódico o artigo *Telegraphia na Guerra*, onde pretendeu difundir os assuntos que foram tratados na Conferência que se realizou na *Royal United Service Institution* e mostrar que o exército inglês se dedicou desde há muito ao desenvolvimento e estudo de assuntos militares entre os quais a telegrafia.

A Conferência foi realizada pelo Major C. F. C. Beresford e presidiu à conferência o Major General Sir Redvers Buller. Nela se fez uma retrospectiva onde se demonstrou as tentativas que desde há muito vinham a ser efectuadas no sentido de inventar um sistema de comunicações rápido e secreto para ser utilizado nos conflitos militares. Após justificar o uso da telegrafia em detrimento das comunicações verbais e escritas o conferencista previa a sua grande utilização num futuro próximo não apenas nos grandes conflitos militares, mas também por toda a sociedade civil. Von Chauvin defendia que se devia melhorar e aumentar o uso da telegrafia para fins tácticos. Beresford perante esta afirmação mostrou que em Inglaterra já se tinha verificado essa necessidade e propôs o alargamento dos conhecimentos da telegrafia.

Herr Von Fischer Treuenfeldt defendia que o aperfeiçoamento da telegrafia traria grandes vantagens para as comunicações e um desempenho cada vez mais preponderante nos contactos entre as diferentes nações. O autor deste artigo

⁴⁶³ Idem, "Systema de Telegraphia Analytica Universal", *RM*, Tomo XVI, 1864, n.º 12, pág. 342.

⁴⁶⁴ Teria como base um sistema que, independentemente, do lugar de onde saísse a participação telegráfica, e do idioma de quem a emitisse, seria lida no receptor em qualquer outra língua, isto é, cada um a poderia ler no seu próprio idioma. Todas as palavras eram substituídas por tabelas com duplos dizeres de acordo com diferentes códigos: comercial, técnico e militar que depois permitiam substituir as palavras emitidas por um sinal. Esse invento foi de tal modo importante que podia ser utilizado em todos os alfabetos e sistemas telegráficos por uma simples mudança de "chave". Tinha ainda outra particularidade de extrema importância que era o facto de através de uma simples mudança de "chave" guardar no mais perfeito segredo as comunicações telegráficas e tornar quase impossível os erros de transmissão.

estabeleceu depois uma relação entre os assuntos tratados na Conferência e o seu impacto em Portugal. Nesse sentido, destacou os reconhecidos trabalhos do Major Bon de Sousa que se dedicou ao estudo da telegrafia em Portugal, tendo apresentado em 1881, na Exposição de Electricidade de Paris a *Memória Sobre a Telegraphia Electrica Militar Na Exposição de Electricidade em Paris em 1881, Seguida de um Tratado de Sinais para uso do Exercito*. Esta memória surgiu após dois anteriores trabalhos intitulados – *Ante-projecto de organização de Telegraphia Militar seguida de Elementos de Telegraphia Electrica, Theoria e Practica* – e – *Serviço dos Pombos-Correios nos Exercitos em Campanha e seu Emprego no Recreio e Industria Particular*, onde de acordo com o General Moraes Sarmiento esgotou o assunto reunindo todos os dados conhecidos sobre a telegrafia e deu um parecer autorizado sobre os mesmos.

Nessa memória apresentada em Paris, o Major Bom de Sousa reuniu as mais minuciosas indicações sobre o material telegráfico da França, Estados Unidos, Suécia, Áustria, Bélgica, Espanha, Itália, Rússia, Prússia, Inglaterra e ainda sobre a organização do pessoal incumbido desses serviços nesses países. Na segunda parte da memória, debruçou-se sobre a telegrafia de sinais onde revelou os mais diversos modos de estabelecer comunicações.

Também a TSF foi um tema que a *Revista Militar*, à semelhança do que se passou na telegrafia óptica e eléctrica, procurou acompanhar todos os progressos técnicos e científicos que iam ocorrendo durante toda a segunda metade do século XIX e inícios do século XX.

No domínio das comunicações eléctricas⁴⁶⁵, estava longe de se pensar que aquelas poderiam vir a realizar-se sem fios, propagando-se a electricidade pelo espaço à semelhança da luz. Era do inteiro conhecimento de todos a teoria electromagnética da luz, apresentada em 1865 pelo físico e matemático inglês Jacob Clerk Maxwell, bem como as célebres experiências realizadas alguns anos depois pelo

⁴⁶⁵ Embora não tenha sido muito referida nas páginas do periódico, entendemos atribuir alguma importância à telegrafia oceânica, onde a Inglaterra dispunha de meios de acção excepcionais que lhe permitiram estabelecer contactos constantes e rápidos com o seu poder marítimo e possessões do seu império. A telegrafia submarina contribuiu para a expansão da Europa para o ultramar, facilitou a intervenção dos povos cultos e tornou-se uma garantia de paz no mundo. Permitiu ainda a intervenção das chancelarias na prevenção dos conflitos e tornou-se o empreendimento dos tempos contemporâneos de maior destaque. A este grande projecto não foi estranha a participação de Portugal com a estação de Carcavelos onde amarravam só os cabos pertencentes a Inglaterra. Para um estudo mais aprofundado veja-se. Polycarpo da Costa Lima, "cabos Submarinos", *REM*, Ano 2º, 1897, n.º 5, pp. 173-187. *Nomenclatura des Cables Formant le Réseau sous-marin*

físico alemão Henrique Hertz que viriam a confirmar as experiências de Maxwell. Mas o cientista Guilherme Marconi ainda não tinha realizado as suas experiências telegráficas. A Inglaterra, tendo conhecimento dessas experiências, logo tomou Marconi ao seu serviço facultando-lhe todos os meios necessários à continuação das suas experiências.

Nesse seguimento, Tissot, oficial da marinha francesa, em 1901 realizou comunicações a cerca de 40 quilómetros de distância utilizando para o efeito uma antena de 50 metros de altura. Nesse mesmo ano, Marconi com maior dispêndio de energia conseguiu comunicar a uma distância de 200 quilómetros, entre a Côte d'Azur da França e a Córsega, o que representou uma admiração geral na comunidade científica da época.

O periódico foi divulgando todos os progressos que se vinham realizando ao nível da telegrafia sem fios, e no mesmo ano, no artigo *A Telegraphia Tellurica* deu notícia das importantes experiências que desde há algum tempo vinham a ser realizadas em Visinet com objectivo de demonstrar que o ar não era o único meio de propagação das ondas eléctricas, pois a terra e a água gozavam de igual propriedade. Estas experiências foram realizadas pelo Coronel de Engenharia do Exército Russo, Eugenio de Pibzudsky muito considerado no meio científico de então⁴⁶⁶. Defendia este engenheiro que quando os resultados dessas experiências pudessem, na prática, ser aplicados, iriam daí resultar enormes vantagens, em relação à telegrafia sem fios, onde as comunicações aéreas através de ondas esféricas poderiam ser captadas. No entender deste investigador este sistema tinha enormes vantagens em termos de segurança, já que podia funcionar sem mastros a assinalar a presença de um posto telegráfico e a transmissão ao fazer-se num só sentido, evitava em caso de conflito interceptação das comunicações.

Em 1905 na sua secção de Notícias Militares - *A Telegraphia sem Fios e a Torre Eiffel*⁴⁶⁷ refere que uma secção do 1º Regimento de Engenharia francês procurou estudar a influência da imensa massa metálica (Torre Eiffel) na transmissão e recepção de sinais por meio de ondas hertzianas, tendo para o efeito estabelecido em finais de Novembro um posto de telegrafia sem fios junto dela e uma antena entre o cimo e os aparelhos e correspondendo-se, com uma estação em Verdum (Meuse). Tendo as comunicações revelado-se pouco inteligíveis, procedeu-se a nova

du Globe", Berne, s. n., 1894. *Carte Général des grandes Communications Telegraphiques*", Berne, s. n., 1893.

⁴⁶⁶ Redacção, "A Telegraphia Tellurica", *RM*, Tomo LIII, 1901, n.º 18, pág. 570.

⁴⁶⁷ Redacção, "A Telegraphia sem Fios e a Torre Eiffel", *RM*, Tomo LVII, 1905, n.º 1, pp. 75

experiência desta vez com materiais aerostáticos utilizados pelas estações militares de telegrafia sem fios. A estação correspondente foi colocada em Digione onde se experimentou a expedição e recepção de telegramas, utilizando primeiro a antena da Torre Eiffel e depois o material aerostático. Destas experiências pôde concluir-se que a enorme massa de metal que constitui a Torre Eiffel não exerceu qualquer influência sobre as comunicações desde que não estivesse interposta às duas estações de correspondência.

O artigo "*Allemanha - Telegraphia sem Fios*"⁴⁶⁸ publicado no periódico começa por referir que em 1897, depois de conhecido o admirável invento de Marconi, a Alemanha, compreendendo a importância que tal descoberta poderia vir a ter para as comunicações militares, determinou que no Exército e na Marinha se procedesse a novas experiências. Conhecidos os resultados desses estudos em 1899 estabeleceram-se os princípios a que deveriam obedecer as estações móveis de T.S.F. e nas manobras de 1900 realizadas na proximidade de Stettin, fez-se operar essas estações com as forças no terreno, conseguindo-se fazer transmissões de telegramas a uma distância de 28 quilómetros. As experiências seguintes, realizadas em Berlim pelo "*systema Slaby*", quer em Estrasburgo "*systema Brann*", trouxeram tais aperfeiçoamentos que o governo alemão adoptou oficialmente a telegrafia sem fios no sistema de comunicações militares. Neste mesmo ano, publicou o periódico notícias através do artigo *Allemanha – Telegraphia sem Fios* sobre as experiências de grande dimensão que estavam a ser realizadas com balões captivos, para a aplicação de condutores aéreos a grande altitude, ao contrário do que sucedia em Inglaterra, onde as instalações em experiências pelo corpo de engenheiros militares inglês eram os condutores em cilindros sistema Marconi de grande inconveniência pelas dificuldades que criavam ao nível do transporte. O artigo continua com a descrição e funcionamento de todo o sistema de balões captivos⁴⁶⁹.

Da Argentina chegaram-nos notícias das experiências T.S.F. realizadas pelo Contra-Almirante Onofre Betbeder com o sistema alemão do Professor Braux. Segundo o relatório elaborado pelo mesmo almirante e apresentado depois ao Ministério da Marinha, as comunicações realizaram-se com regularidade e segurança a uma distância de 230 quilómetros entre Ushuahia e Cabo Virgenes e entre este e as Ilhas de Anno Navero, nas proximidades da Ilha dos Estados.

⁴⁶⁸ Redacção, "A Telegraphia sem Fios", *RM*, Tomo LVII, 1905, n.º 2, pp. 328.

⁴⁶⁹ Veja-se Redacção, "Allemanha – Telegraphia sem Fios", *RM*, Tomo LVII, 1905, n.º 8, pág. 678.

De Espanha, através da publicação da notícia "*Hespanha – Telegraphia sem Fios*"⁴⁷⁰ surgiram-nos notícias da criação em 1905 da *Escola Especial de Telegraphia* junto ao *Centro Electrotechnico e de Comunicações* de Madrid, destinada à formação de alunos para os serviços de telegrafia e aos estudos e experiências que nessa altura se estavam a realizar com o material T.S.F. do sistema alemão "Telefunken"⁴⁷¹.

Sobre esta temática, encontramos na *Revista Militar* uma memória – *Telegraphia sem Fios* - do oficial de engenharia Salvador Correia de Sá⁴⁷² publicada na *Revista de Engenharia Militar* onde resume a Memória, *Sintonização d'Aparelhos* proferida por Marconi numa conferência realizada em Maio de 1901 em Londres, por lhe ter parecido ser muito instrutiva e de grande interesse para o país.

Nessa conferência, Marconi ao referir-se às suas experiências começou por fazer uma abordagem à importância das antenas transmissoras para a obtenção de resultados positivos nas comunicações entre as estações telegráficas. Saliu na apresentação dos excelentes resultados obtidos a partir da utilização dos cilindros concêntricos em substituição da antena, que levaram à construção dos primeiros aparelhos portáteis, cujo emprego no campo de batalha se viria a revelar bastante vantajoso. Como exemplo dessa inovação, refere o automóvel do próprio Marconi onde este instalou pela primeira vez uma estação telegráfica sem fios que lhe permitiu telegrafar para uma outra sintonizada e localizada a uma distância não superior a 50 quilómetros. Continua com a descrição pormenorizada dos procedimentos que presidiram à instalação da estação telegráfica no automóvel e processos de funcionamento, passando pelo transmissor e receptor⁴⁷³. Importa referir que as explicações são acompanhadas de gravuras elucidativas dos sistemas.

Efectuaram-se experiências posteriores na presença de uma comissão do Almirantado Inglês e de vários professores, entre eles, o Doutor Fleming que a ela se referiu num jornal Inglês. Os dois aparelhos receptores encontravam-se localizados em Poole e os aparelhos transmissores em St. Catherine a uma distância de 30 milhas

⁴⁷⁰ Cfr., Redacção, "*Hespanha – Telegraphia sem Fios*", *RM*, Tomo LVIII, 1905, n.º 7, pág. 580.

⁴⁷¹ Sobre a implantação da telegrafia sem fios em Espanha veja-se o importante artigo de C. Soares Branco, "*A Telegraphia sem Fios em Hespanha*", *REM*, Ano 17º, 1912, n.ºs 10, 11 e 12.

⁴⁷² Salvador Correia de Sá (Visconde da Asseca) era filho de Antonio Maria Correia de Sá, nasceu em Torres Novas a 14 de Dezembro de 1873. Iniciou a sua actividade académica no *Real Collégio Militar* matriculando-se depois na *Escola do Exército* onde cursou engenharia com destino à engenharia militar. Desempenhou ainda outras importantes missões como Oficial às ordens de sua Majestade e Director da *Escola Regimental de Engenharia*. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1662, docs. modelo 23 e modelo A.

⁴⁷³ Para informação mais pormenorizada veja-se Salvador Correia de Sá, "*Telegraphia sem Fios*", *REM*, Vol. 6.º, 1901, n.º 10, pp. 440-441.

enviaram dois telegramas em línguas diferentes tendo os mesmos sido registados de forma clara em cada um dos receptores. A armada inglesa, que até 1900 tinha apenas cinco dos seus navios dotados de instalações com sistemas Marconi, procedeu à instalação dos ditos sistemas em mais 27 navios e em vários pontos da sua costa.

As primeiras experiências no âmbito das T.S.F. foram realizadas em Portugal por oficiais de engenharia em cumprimento de ordens emanadas do *Ministério da Guerra*, embora ao *Ministério das Obras Publicas, Comércio e Indústria* estivesse ligada a rede telegráfica do país e, ao *Ministério da Guerra*, a rede militar que dispunha de uma companhia de engenharia designada de *Telegrafistas de Campanha*⁴⁷⁴.

Tendo numa viagem científica realizada a França o General Luís Augusto Pimentel Pinto (1843-1913)⁴⁷⁵ recebido da casa Ducretet um emissor e um receptor de T.S.F., chegado a Portugal e apresentado ao Ministro da Guerra, ordenou este que para experiências fossem os ditos aparelhos entregues ao Regimento de Engenharia na altura comandado pelo Coronel engenheiro José Alves Pimenta d'Avellar Machado (1847-1909)⁴⁷⁶. Comandava a Companhia de telegrafistas o capitão engenheiro João

⁴⁷⁴ A *Companhia de Telegrafistas de Campanha* criada em 1884 encontrava-se incorporada no Regimento de Engenharia e tinha como missão fornecer o pessoal destinado à exploração das estações telegráficas e telefónicas das fortificações e estabelecimentos militares e ainda a rede óptica militar do país e guarda e conservação das linhas telegráficas e telefónicas.

⁴⁷⁵ O General Pimentel Pinto iniciou a sua carreira académica no Colégio Militar, matriculando-se depois na Escola do Exército. Pertenceu ao *Partido Regenerador*, sendo eleito deputado pela primeira vez em 1890 pelo círculo Angra do Heroísmo, voltando depois a ser eleito em várias legislaturas. Em 1893 foi convidado por Hintze Ribeiro a fazer parte do seu governo, sendo-lhe atribuída a pasta de Ministro dos Negócios da Guerra, aliás função que mais tarde viria a desempenhar entre 1900 e 1903 e em 1906. Desempenhou ainda as funções de vogal da secção do *Supremo Conselho de Defesa Nacional* e da *Junta do Crédito Público* em 1896 e 1902. Era condecorado com várias ordens militares nacionais e estrangeiras: Ordem de Avis e Nossa Senhora da Conceição e Águia Vermelha da Alemanha, São Maurício e São Lázaro de Itália entre outras.

⁴⁷⁶ José Alves Machado nasceu em Abrantes e era filho de João Alves Rodrigues Machado e de Joanna Amelia Rovisco de Mendonça Pimenta. Brilhante aluno, Bacharel em Matemática e filósofo pela Universidade de Coimbra onde foi alcançou o primeiro prémio pecuniário naquelas duas áreas científicas. Em 1872 completou o curso de Engenharia Militar da Escola do Exército onde voltaria a conseguir o prémio honorífico de melhor aluno. Das suas funções dedicadas ao serviço da causa pública destacamos o de Secretário da Direcção Geral de Engenharia (1880) e o de deputado às Cortes Constituintes na sessão legislativa de 1884. Em 1883 foi nomeado por ofício da Secretaria da Guerra de 11 de Setembro para juntamente com o capitão Sousa Telles se deslocarem em viagem científica a França, Alemanha e Bélgica a fim de nesses países estudarem as pontes, adquirir o respectivo material e elaborar o competente regulamento. Das sua diversas condecorações destacamos a de Comendador da antiga Nobilíssima e Esclarecida Ordem de São Tiago do Mérito Literário, Científico e Artístico (1901). *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1164 – 1731, Nota Assentos.

Severo da Cunha (1856-1956)⁴⁷⁷ a quem pelo seu trabalho e inteligência se deveu todos os resultados obtidos⁴⁷⁸. Teve como seus subalternos os tenentes engenheiros Pedro Álvares e Salvador Correia de Sá (Visconde de Asseca). As experiências deste meio de comunicação, que actualmente não conhece distâncias, realizaram-se no quartel da Cruz dos Quatro Caminhos em Tancos, não distando o emissor do receptor mais de 100 metros, sendo os resultados pouco animadores. As experiências foram-se sucedendo e vencidas as distâncias determinadas, o invento foi considerado bastante positivo, sendo em 1901 digno de um convite ao Ministro da Guerra General Luís Augusto Pimentel Pinto para assistir a uma experiência entre dois pontos de comunicação⁴⁷⁹.

Face ao sucesso alcançado, as experiências prosseguiram e passaram a realizar-se entre a Rapozeira (estação emissor) e um navio de guerra (ponto receptor) onde embarcou o tenente engenheiro Pedro Manuel Alvares (1864-1927)⁴⁸⁰, alcançando-se uma distância máxima de comunicação de 18 quilómetros⁴⁸¹.

⁴⁷⁷ Severo da Cunha nasceu no funchal e era filho de Antonio Joaquim Cunha e de Maria Augusta Cunha. Iniciou os seus estudos na Escola Politécnica onde em 1879 concluiu os preparatórios com destino à Arma de Engenharia (1879), tendo nesse mesmo ano ingressado na Escola do Exército onde completou o curso de engenharia em 1882. De entre as diversas funções desempenhadas ao serviço do país referimos a de Adjunto da 4ª repartição da Direcção geral dos serviços de Engenharia em 1899 e o de Inspector dos Serviços de Engenharia no Comando Militar dos Açores em 1904. Em 1911 foi nomeado para fazer parte da comissão técnica e científica para proceder ao estudo que iria determinar os pontos de passagem da linha de Caminho de Ferro que ligaria Vidago a Chaves na ligação de Orense a Verin. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 3235.

⁴⁷⁸ Salvador Correia de Sá, "Experiências de Telegraphia Sem Fios", *REM*, VOL. 6º, 1901, n.º 10 pág. 450.

⁴⁷⁹ Além do Ministro da Guerra, outras entidades foram convidadas a assistir a tão importante invento: a *Comissão Superior dos Telégrafos* formada por oficiais de Engenharia, os delegados da *Administração Geral dos Correios e Telégrafos*, a *Fiscalização dos Caminhos de Ferro do Estado* e da *Direcção Fiscal de Exploração dos Caminhos de Ferro* que na altura eram, respectivamente, os Engenheiros Paulo Benjamim Cabral, Justino Teixeira e José Joaquim Couceiro. A experiência realizou-se em Abril de 1901 e foi bastante divulgada pela capital podendo encontrar-se notícias pomenorizadas em quaisquer jornais de Lisboa. João de Oliveira, "A T. S. F. – Como Nasceu em Portugal", *RM*, Ano XCVIII, 1946, n.º 11, pág. 562.

⁴⁸⁰ Pedro Manuel Alvares, Coronel de engenharia, nasceu em Mormugão (Índia) e era filho de Camilo Vicente Alvares e de Maria Amélia Virginia Herodiana dos Santos Alvares. Iniciou a sua carreira académica na Universidade de Coimbra e Escola Politécnica (1886) onde cursou os preparatórios com destino à engenharia militar. Matriculou-se depois na Escola do Exército onde completou o curso de Engenharia (1889). Em 1901 fez parte da Comissão científica responsável por estudar e instalar os primeiros aparelhos T.S.F., o que lhe valeu ser distinguido pela sua elevada inteligência e dedicação ao serviço da Nação. Desempenhou várias comissões ao serviço no Ministério do Ultramar, sendo um deles o de Engenheiro da 2ª Divisão da Direcção dos Caminhos de Ferro de Luanda. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, doc. 733.

⁴⁸¹ Curioso foi que nesta experiência coroada de êxito, pôde observar-se que com uma antena de determinadas dimensões conseguiu-se telegrafar a uma distância superior à que o

Perante o êxito destas experiências, foi nomeado o Tenente Engenheiro Sá Carneiro para que como comissário do Reino se deslocasse ao estrangeiro a fim de aí estudar e adquirir o primeiro material T.S.F. com que o Exército Português fora dotado e que depois sucessivamente foi sendo melhorado à medida que o progresso científico se afirmava nessa área da Ciência.

O *Ministério das Obras Públicas* como já tinha o monopólio do estabelecimento, administração e exploração de todos os meios de comunicação até esse momento, entendeu que também deveria incluir a T.S.F., elaborando para isso um documento onde estariam já incluídas as prerrogativas da possível utilização pela Defesa Nacional ou pelas conveniências do serviço militar. Pretendia o *Ministério das Obras Públicas* apoderar-se das T.S.F. e limitar a sua utilização ao Ministério da Guerra.

O Ministro da Guerra pediu parecer à *Comissão Superior de Telégrafos* que ponderando o assunto e verificando a sua importância e utilidade para os serviços de navegação propôs, para esta Comissão, o oficial da armada Capitão de Mar e Guerra Luis Antonio de Moraes e Souza (1845-1924)⁴⁸², tanto mais que este meio de comunicação traria grandes benefícios ao país e à navegação em particular.

A *Comissão Superior de Telégrafos*, estudou o assunto sobre os seus mais diversos aspectos, procurou não ocultar os benefícios que o novo invento poderia trazer para a instituição militar e para os meios navais e prevendo as possíveis irregularidades a que o novo sistema de comunicação se prestaria. Elaborou um relatório desenvolvido na pessoa do Coronel João de Oliveira onde se referiam os aspectos relacionados com o monopólio do sistema T. S. F., regras de comunicação a que os navios nacionais e estrangeiros estariam sujeitos nas águas territoriais e

capitão Tissot da marinha francesa o vinha a fazer com uma antena de características idênticas. Salvador Correia de Sá, "Experiências de Telegraphia Sem Fios", *REM*, VOL. 6º, 1901, n.º 10 pág. 449.

⁴⁸² Luis Antonio de Moraes e Souza, era filho de Antonio Alexandrino de Moraes e Sousa, nasceu em Sintra estudou na Escola Politécnica, (1862) passando depois à Escola Naval onde concluiu o Curso de Marinha (1864). Desempenhou vários cargos de grande importância, entre eles o de Comandante da Divisão Naval do Atlântico Sul, Presidente da Comissão Liquidatária de Responsabilidades, Director Geral da Marinha e Vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar e comandante da Escola de Alunos Marinheiros. Da sua actividade científica destaca-se a de Publicista, de vogal da Comissão Científica responsável por estudar o regime de sinais destinados ao serviço de comunicações tanto de dia como de noite. Dos seus trabalhos publicados destacamos *A Ciência Náutica dos Portugueses nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, (1924) e *a Tática Naval para Uso dos Navios da Armada*, Lisboa, (1902). Veja-se *Arquivo Central da Marinha*, Caixa 782, docs. 2/93 e avulso. *Arquivo Central da Marinha*, Livros Mestres dos Officiaes da Armada n.º 3, pág. 81.

interior dos portos nacionais e condições em que se poderiam realizar experiências e estudos de telegrafia⁴⁸³.

Embora dentro das limitações que nos eram características, continuou a proceder-se em Portugal a várias experiências sempre com resultados bastante positivos, de modo que numa memória publicada na *Revista de Engenharia Militar, Material de Telegraphia sem Fios*, encontra-se um capítulo onde se referem as experiências de T.S.F. realizadas em diversas estações entre 18 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 1910. Nessas experiências, deslocaram-se a Portugal técnicos alemães para que, em colaboração com os engenheiros militares, participassem na montagem das estações T.S.F. de material "*Telefunken*" e colaborassem na organização de um programa para a verificação dos alcances e de todas as actividades simultâneas com o funcionamento das estações. Este sistema permitiu estabelecer comunicações a uma distância de 100 quilómetros com excelentes resultados.

A *Revista Militar* ao longo desses 62 anos ininterruptos de publicação na imprensa portuguesa procurou sempre a actualização dos conhecimentos técnicos e científicos que contribuíram para a modernização e enriquecimento do país.

Folheando as páginas dos numerosos volumes que constituem parte desta obra, podemos encontrar o indubitável testemunho do que foi o progresso técnico e científico da telegrafia nos mais diversos países da Europa Ásia e Américas que depois eram divulgados e consequentemente postos em prática.

Atendendo a essas circunstancias, podemos afirmar que o periódico encontrava-se na vanguarda do saber científico, isto é, das últimas experiências e progressos que se iam realizando naqueles países. A sua descoberta e melhoramentos não foram estranhos à instituição militar, particularmente aos engenheiros militares, personalidades que em muito contribuíram para realização da grande obra de transformação e progresso da telegrafia ocorrido em Portugal na segunda metade do século XIX.

Por fim, importa referir que das várias leituras efectuadas sobre o assunto, transpareceu-nos a constante disputa entre as nações, particularmente, Alemanha, França e Inglaterra no sentido de estar sempre na vanguarda das descobertas, recorrendo mesmo para isso ao mais absoluto sigilo e ao monopólio de determinado serviço.

⁴⁸³ Sobre esta problemática veja-se com mais pormenor João de Oliveira, "A T. S. F. - Como Nasceu em Portugal", *RM*, Ano XCVIII, 1946, n.º 11, pp. 563-564.

Os Caminhos de ferro

O lançamento da rede de Caminhos de Ferro em Portugal realizou-se no período de transição que medeia entre o início da Regeneração e 1915 com a conclusão da linha do Vale do Sado. Se imaginarmos o estado da sociedade portuguesa de então, podemos fazer uma ideia do tremendo impacto do que foi o lançamento dos Caminhos de Ferro. Eles iriam, de facto, promover o desenvolvimento económico, social, cultural e militar e, conseqüentemente, a alteração da mentalidade da própria sociedade. A liberdade que trouxeram integrava-se numa nova dimensão de movimento que iria provocar enormes conseqüências na sociedade portuguesa. O que importa aqui referir é que eles impuseram pela primeira vez a ideia de velocidade ao mundo moderno. Como escreveu o Engenheiro Abragão: "*foi na verdade o caminho de ferro que deu ao homem a noção de velocidade*"⁴⁸⁴. O movimento transformou-se em velocidade que cobria todas as zonas terrestres.

Face a este breve enquadramento da sociedade portuguesa de então, podemos melhor compreender que em meados do século XIX, época de D. Pedro V⁴⁸⁵, o facto científico que dominava os homens intelectuais consistia em saber quais as implicações que a nova era dos Caminhos de Ferro ira trazer ao Mundo. A sociedade deparava-se perante um novo dado histórico e a própria História superava a concepção tradicional das batalhas, da morte dos reis, dos estadistas, e das efemérides de factos e sucessos. Despontava um novo processo inédito com enormes implicações económicas, sociais, culturais e estratégicas para as quais se tornava impossível prever o seu progresso e desenvolvimento para a humanidade.

O desenvolvimento ocorrido no século XIX correspondeu ao Mundo do Positivismo com factos evidentes a toda a sociedade. Factos esses que promoveram a

⁴⁸⁴ Joel Serrão, "Caminhos de Ferro", *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, s. d., pág. 451.

⁴⁸⁵ Veja-se os Diários de Viagens de D. Pedro V (1854 e 1855), fundamentalmente, os volumes primeiro e segundo dos escritos de El-Rei publicados pela *Academia das Ciências de Lisboa*, revelam-nos a importância que as novas descobertas imprimiram no espírito jovem e esclarecido do monarca. As viagens a Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Itália, Áustria tiveram como objectivo fundamental o estudo e a visita dos primeiros estabelecimentos fabris e de informação científica que correspondiam aos últimos avanços ocorridos por essa Europa civilizada. Foi, essa preocupação constante do monarca procurar que Portugal não ficasse à margem do que se estava a passar nos restantes países da Europa. Veja-se Ruben Leitão, "Uma Polémica Real – Polémica de D. Pedro V com o Capitão Luís Pimentel", *in Anais*, II Série, Volume 15, Lisboa, Academia Portuguesa da História, MCMLXV, pp. 91-92.

prosperidade, riqueza, caminhos de ferro, navegação a vapor, iluminação a gás e o telégrafo eléctrico.

Afonso Lopes Vieira justifica estas condições para nada ter sido feito em relação aos Caminhos de Ferro, pois segundo ele entre 1845 e 1846 foram apresentadas 13 propostas para a construção da rede de linhas férreas em Portugal, mas nenhuma foi executada⁴⁸⁶.

Entre o projecto de estabelecer comunicação entre mercados distantes sobretudo entre o país e o exterior, e sua concretização levou demasiado tempo.

QUADRO n.º 1

Datas de início da exploração de Caminhos de Ferro em alguns países

Países	Datas	Países	Datas	Países	Datas
Inglaterra	1825	Bélgica	1838	Suíça	1847
E. Unidos	1827	URSS	1838	Espanha	1848
França	1828	Itália	1839	Suécia	1851
Alemanha	1835	Holanda	1839	Noruega	1853
Áustria	1837	Dinamarca	1844	Portugal	1856

Maria Fernanda Alegria, A organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) As Vias e o Tráfego, 1990, pág. 46.

Existia uma distância entre o desenvolvimento que já se fazia sentir na Europa e as actividades que iam surgindo em Portugal. Enquanto que em Portugal se começava a construção de estradas de macadame em 1849, na Europa já se ouvia o comboio. Em 1844 tomam-se as primeiras medidas para construir Caminhos de Ferro, mas essa construção é demasiado lenta, pois em 1856 apenas 36 quilómetros estavam a ser utilizados. Os projectos surgidos neste período irão ter concretização a partir da Regeneração e do Fontismo, embora uma ou outra medida se tenha iniciado com José Bernardo da Costa Cabral em 1842⁴⁸⁷.

Perante a Europa, Portugal encontrava-se bastante aquém da sua realidade. Na primeira metade do século XIX toda a Europa já usufruía de uma vasta rede ferroviária, onde já se tinham concluído 422.000 quilómetros e no continente americano 572.000 quilómetros o que representava para a época 79% da rede

⁴⁸⁶ António Lopes Vieira, "Os Caminhos de Ferro antes dos Caminhos de Ferro", *Revista História Económica e Social*, n.º 15, Sá da Costa, s. d., pp. 123-129.

⁴⁸⁷ Registamos o capital de 20.000 contos para a criação da Companhia de Obras Públicas para o lançamento da linha de caminho de ferro de Lisboa à fronteira espanhola com o

ferroviária existente no mundo. A Inglaterra foi a grande pioneira na iniciação e exploração dos Caminhos de Ferro em 1825. Os restantes países seguem-se-lhe de modo a que Portugal seja o último a iniciar a sua rede em 1856 e apenas num troço de 36 quilómetros entre Lisboa e Carregado⁴⁸⁸.

QUADRO n.º 2

Extensão da Rede Ferroviária em Alguns Países Europeus à data da Abertura em Portugal do Primeiro Troço em 1856, 1880, 1890, 1900, 1910

Países	Quilómetros de Vias Férreas em Exploração				
	1856	1880	1890	1900	1910
Portugal	36	1 177	2 083	2 371	2 898
Espanha	489	7 086	9 083	11 040	11 362
França	5 852	23 089	33 280	38 109	40 484
Alemanha	8 617	33 838	42 869	51 678	61 209
Grã-Bretanha	12 318	25 060	27 827	30 079	32 184
Itália	1 360	9 290	13 629	16 429	18 090

Cipolla (1982); Artola (dir. de, I, II, 1978); Elementos Estatísticos (...), 1877-1910; F. A. Pimentel (1890). Cit. Maria Fernanda Alegria, *A Organização dos Transportes em Portugal 1850-1910*, I. N. I. C., 1990, pág. 214.

Estas medidas tardias justificam-se pelas condições instáveis políticas, sociais e económicas⁴⁸⁹ que se fizeram sentir em Portugal na primeira metade do século XIX a que já nos referimos em momento anterior e ainda pela oposição de alguns grupos económicos ao seu desenvolvimento.

Até 1851, a ideia de implantação de uma rede de transportes nacional baseava-se na construção de estradas e canais que melhorassem a navegabilidade de alguns rios enquanto a hipótese ferroviária era relegada para segundo plano. Com o decorrer do tempo a primeira linha é concretizada no início de 1850 e a partir daí ganha força, o número de linhas aumenta e as medidas anteriores de ligação rodoviária sofrem algumas alterações. Estas começam por se estabelecer apenas entre locais não servidos pelos Caminhos de Ferro.

objectivo de ligar Portugal à Europa e fazer do porto de Lisboa o centro natural de embarque para as viagens atlânticas.

⁴⁸⁸ Sobre a abertura e inauguração dos Caminhos de Ferro em Portugal veja-se, Raul da Costa Couvreur, *Inauguração dos Caminhos de Ferro em Portugal – uma data em nome – Conferência Comemorativa do 1º Centenário*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956.

⁴⁸⁹ Quanto a esta problemática veja-se Maria Fernanda Alegria, *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) as Vias e o Tráfego*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 215-220.

Mouzinho de Albuquerque perante o rumo que as obras públicas tomavam sem ter em atenção as grandes necessidades do país em termos de desenvolvimento e de construção de melhores redes de comunicação e ainda perante o caminho que os dinheiros públicos tomavam para obras públicas de luxo e ornato, dá conta desse facto ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino (Barão das Telheiras). Para remediar esta situação sugere a elaboração de um plano de construção e conservação de estradas que abrissem as portas ao progresso ao mesmo tempo que assinalassem o proveito dos Caminhos de Ferro que facilmente ligariam os grandes mercados.

A discussão sobre a implantação dos Caminhos de Ferro em Portugal era motivo para surgirem comentários e adeptos ora do seu lançamento ora da sua inibição, pois ao nível da imprensa enquanto uns são a favor outros consideram-na verdadeira utopia e temiam a alteração drástica das condições materiais da sociedade: *“Com esta história dos caminhos-de-ferro vai a Nação gastar montes de libras. E um país que possui o Tejo e o Douro não precisa de mais nada. É muito mais seguro, muito mais barato”*⁴⁹⁰. Almeida Garret não acreditava na viabilidade dos caminhos de ferro e defendia a abertura de estradas que estariam mais de acordo com as necessidades do país. Em *Viagens na Minha Terra* escritas em 1843 termina o seu livro com estas palavras, *“nos caminhos de ferro dos barões é que eu juro não andar escusada é a jura, porém. Se as estradas fossem de papel, fá-las-iam, não digo que não. Mas de metal! Que tenha o governo juízo, que pode, e viajaremos com muito prazer e com muita utilidade e proveito da nossa boa terra”*⁴⁹¹. Herculano, embora reconhecendo a utilidade dos caminhos de ferro, entendia que o *“melhoramento social e moral dos povos”*⁴⁹² não passava por esse invento

Após um período de grande instabilidade e incerteza quanto à opção do Caminho de Ferro como principal via de comunicação com elementos a favor da sua construção e outros contra esta nova rede de transportes, seria Fontes Pereira de Mello e os seus sucessores quem iria dar preferência à construção da rede ferroviária especialmente a uma linha internacional com recurso ao financiamento externo, Paris

⁴⁹⁰ Branca de G. Colaço, *Memórias da Marquesa de Rio Maior*, citado por M. Madalena Lopes, 1952, pág. 22.

⁴⁹¹ Almeida Gerrett, *Viagens na Minha Terra*, Edição Especial patrocinada pela Direcção-geral de Educação Permanente, Porto, Livraria Figueirinhas, 1973, pág. 243.

⁴⁹² Joel Serrão, “Caminhos de Ferro”, *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, s. d., pág. 451.

e Londres, ao mesmo tempo que a construção e exploração das linhas férreas são concedidas a empresas estrangeiras⁴⁹³.

Vários aspectos políticos, legislativos e institucionais levaram a que as indecisões pudessem justificar o tardio começo da rede de Caminhos de Ferro e a relação entre a sua construção e o projecto para uma rede de estradas. Em 1854 a indecisão ainda prevalecia e é apresentada uma proposta de lei sobre o Sistema Geral de Comunicações do Reino com a previsão de duas linhas de ferro principais entre Lisboa - Porto e Lisboa Fronteira de Elvas. Apesar de se projectar uma rede ferroviária nacional, esta limitava-se apenas a duas linhas, porquanto as alternativas defendidas eram ainda a melhoria da rede fluvial e rodoviária.

É legítimo considerar que a evolução do serviço ferroviário também se deveu à sua utilização pelos Exércitos das mais diversas nações. As chefias militares percebendo, desde o aparecimento dos Caminhos de Ferro, das vantagens que dele poderiam obter no lançamento das suas campanhas, logo trataram de o utilizar na deslocação das suas forças.

É nesse sentido que em 1830 na inauguração do Caminho de Ferro de Liverpool a Manchester, um regimento foi transportado a uma distância de 54 Km em duas horas, o que para a época representou um verdadeiro progresso, pois que anteriormente para percorrer a mesma distância levavam dois dias.

A Alemanha procurando estar na vanguarda e vendo a vantagem que poderia tirar sob o ponto de vista militar de uma rede de Caminhos de Ferro bem implantada, procedeu à sua construção e em 1845 tinha cerca de 5.000 quilómetros de via enquanto que na França não excediam os 1.500 quilómetros.

Os russos e austríacos apercebendo-se também da imediata vantagem que podiam tirar da rede dos Caminhos de Ferro, aproveitaram-nos para as grandes deslocações das suas forças militares.

Mas foi, sobretudo, nos Estados Unidos na Guerra da Secessão que os Caminhos de Ferro foram utilizados pela primeira vez de forma sistemática. A zona de conflito era tão ampla (equivalente à superfície da Europa) que sem a utilização dos Caminhos de Ferro teria sido impossível coordenar todas as operações militares. A importância deste serviço levou à criação do *Serviço Ferroviário Militar* que era então constituído por 18.000 homens com 419 locomotivas e 6.330 vagões que actuavam sobre os 19.000 quilómetros de vias férreas.

⁴⁹³ Quanto a esta problemática veja-se Maria Fernanda Alegria, *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) as Vias e o Tráfego*, Lisboa, Instituto Nacional de

A Alemanha, a França e a Inglaterra, tomando conhecimento da acção preponderante do Serviço ferroviário na Guerra da Secessão, criaram os seus serviços ferroviários militares.

Os alemães deram-lhe tanta importância que em 1870 os Caminhos de Ferro passaram a depender directamente do Estado que sob a influência militar promoveu a construção de linhas de grande importância estratégica e o melhoramento das já existentes com a preparação de pessoal.

Portugal à semelhança de outras nações também teve a sua *Companhia Militar de Caminhos de Ferro*, criada quando da organização do Exército em 1884 e tinha como fim executar os trabalhos de construção, destruição e reparação de troços de linhas férreas de via larga, construção de obras de arte, pontes, viadutos e pontões e assentamento e levantamento de linhas rápidas.

De acordo com o Alvará de 7 de Junho de 1886⁴⁹⁴, a *Companhia Militar de Caminhos de Ferro* recebia instrução na Escola Prática de Engenharia em Tancos, nas linhas férreas do país e na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Na vasta obra de Carlos Barcellos Machado a que já fizemos referência em capítulo anterior, importa referir quanto a esta temática, entre outros os seus dois valiosos trabalhos de notável competência técnica e científica - *Idea de um Novo Systema para Atravessar as Montanhas com Caminhos de Ferro*⁴⁹⁵ e *Novo Systema de Tracção para Vencer as Rampas Ingremes, do Engenheiro Agudio*⁴⁹⁶.

No seu primeiro estudo, o autor entendeu pertinente a sua abordagem e divulgação pela originalidade e inquestionável interesse científico que representaria para todo o Corpo de Engenheiros e, fundamentalmente, para aqueles que estavam intimamente relacionados com os trabalhos de implantação da rede de Caminhos de Ferro em Portugal.

Este estudo baseou-se numa *memória* publicada no Jornal Científico italiano - *O Politecnico*, n.º 5 em Maio de 1861 de um autor anónimo, *Pensiere d'un anonymo*.

Engenheiros de diversos países procurando solucionar tão problemática situação, estudaram diversos traçados para aplicação das locomotivas, sistema único que permitia a aplicação no franqueamento de montanhas até uma determinada altura,

Investigação Científica, 1990, pp. 56-58.

⁴⁹⁴ Chistovam Ayres de Magalhães Sepulveda, *Historia Organica do Exercito Portugues*, vol. XIII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, pág. 264.

⁴⁹⁵ Carlos Barcellos Machado, "Idea de um Novo Systema para Atravessar as Montanhas com Caminhos de Ferro", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 16, pág. 455.

⁴⁹⁶ Idem, "Novo Systema de Tracção para Vencer as Rampas Ingremes, do Engenheiro Agudio", *RM*, Tomo XVI, 1864, n.º 14, pág. 422.

como as de Soemming dos Apeninos, as linhas de Génova, Jura e outras de altitude idêntica. Porém, tornava-se inaplicável quando se tratava de transpor cadeias de altas montanhas como as dos Alpes e dos Pirenéus.

Defendiam aqueles engenheiros que a verdadeira solução para o lançamento das linhas férreas ao longo das montanhas não se encontrava na aplicação das locomotivas, pois os últimos trabalhos executados no Monte Cenis, única montanha transposta com o sistema das locomotivas, não podiam servir de exemplo.

A morosidade e custo destes trabalhos levaram os engenheiros a voltarem ao estudo dos planos inclinados e das máquinas fixas, apesar dos enormes inconvenientes da sua aplicação nos Caminhos de Ferro⁴⁹⁷

A solução deste problema foi resolvido pelo engenheiro italiano Mr. Thomaz Agudio. A sua engenhosa descoberta foi entregue para apreciação pública a um júri da Exposição de Londres e Instituto de Milão, sendo testado numa extensão de 2:400 metros com curvas reduzidas e inclinações irregulares sobre um plano inclinado de *Durimo* nas proximidades de Turim. O invento foi ainda sujeito a testes perante uma comissão científica constituída por engenheiros nomeados pelo governo italiano. Nesses exames concluiu a referida Comissão com um parecer a recomendar unanimemente ao governo a sua aplicação na passagem dos Alpes.

A *Companhia dos Caminhos de Ferro* de Itália tendo conhecimento das vantagens que este sistema apresentava quanto à facilidade e economia dos meios de construção adoptou-o para atravessar o Simplon, (passagem dos Alpes Peninos).

A descoberta deste novo sistema iria abrir uma nova era quanto ao lançamento dos Caminhos de Ferro na transposição de relevos montanhosos. Segue a memória com a descrição, funcionamento e aplicação do referido sistema⁴⁹⁸.

Esta importante descoberta levou ao afastamento da utilização do antigo sistema funicular.

O *Instituto de Sciencias de Milão* concedeu ao invento a primeira Medalha de Ouro no concurso industrial e formulou nos termos mais elogiosos o mérito dessa invenção⁴⁹⁹.

⁴⁹⁷ Quanto a esses inconvenientes veja-se Carlos Barcellos Machado, "Novo Systema de Tracção para Vencer as Rampas Ingremes, do Engenheiro Agudio", *RM*, Tomo XVI, 1864, n.º 14, pp. 423-424.

⁴⁹⁸ *Idem*, pp. 425-426.

⁴⁹⁹ "O systema de mr. Agudio dá a possibilidade de vencer as maiores rampas superiores aos limites que estão fixados ás locomotivas, fazendo desaparecer todas as exigencias que o antigo systema funicular impunha nos traçados de uma linha, relativamente ás curvas e á extensão dos planos inclinados conservando sempre a superioridade sob o ponto de vista da economia do trabalho que apresentava a antiga tracção por meio de machinas fixas

António de Mello Breyner, também ele voltado para a problemática relacionada com a implantação da rede dos Caminhos de Ferro em Portugal, no seu estudo *Importância dos Caminhos de Ferro e seu Emprego*⁵⁰⁰ deu a conhecer através de uma síntese informativa o relatório elaborado pela Comissão Científica que, em 19 de Dezembro de 1866, se deslocou à Bélgica a fim de aí estudar a organização do Exército belga em relação à disposição da rede de Caminhos de Ferro e auxílio que poderiam facultar em caso de conflito armado.

Entendeu a Comissão que os Caminhos de Ferro juntamente com a Telegrafia eléctrica eram dois grandes contributos da Ciência que dotaram os exércitos de meios preciosos de acção. A Nação que melhor os colocasse em prática e deles retirasse o maior proveito, conseguiria consideráveis resultados ao nível económico, social e militar.

Os Caminhos de Ferro prestariam melhor serviço aos pequenos estados que às grandes nações e seriam mais úteis às potências neutras que aos países que sentissem a necessidade de estabelecer ligações com estados vizinhos poderosos.

O autor defende que a rede de Caminhos de Ferro deveriam ser articulados de forma a prestar um grande auxílio na defesa do país em caso de conflito, mas tendo sempre em atenção todos os serviços necessários ao progresso da Nação.

A Comissão concluiu que os Caminhos de Ferro deviam obedecer a um lógica coerente de forma a serem articulados de maneira combinada, dando particular atenção a todos os serviços necessários à nação. Mas para que isso pudesse acontecer tinham de ser resolvidas determinadas questões que o autor descreve tendo como apoio as utilizadas pela Bélgica. A resolução dessas questões passaria pela autoridade a quem o Estado confiaria a direcção dos Caminhos de Ferro, companhias para a sua execução, fixar estações tendo em atenção o facto demográfico (civil e militar), económico (transportes de mercadorias e províncias economicamente ricas), preocupar-se com o mesmo sistema para a capital do Reino ou procurar um ainda melhor; regular-se com precisão o número de composições. E, finalmente, não deveria o país deixar de estudar com o mesmo rigor um plano relacionado com o abastecimento do Exército em caso de invasão do território nacional.

Para além da publicação daquela memória, temos ainda a considerar outro estudo - *Emprego dos Caminhos de Ferro na Guerra* que publicou em 1870 e onde

sobre a tracção com locomotivas, isto alliviando o comboio do peso passivo do motor, e permitindo o utilizar da força motriz das quedas da agua". Idem, pág. 427.

⁵⁰⁰ Antonio de Mello Breyner, "Importancia dos Caminhos de Ferro e seu Emprego", *RM*, Tomo XX, 1868, n.º 15, pág. 176.

divulga a iniciativa da *Comissão 1º de Dezembro de 1640*. Também ela interessada na salvaguarda da integridade portuguesa, dirigiu por escrito ao Presidente do Conselho uma representação⁵⁰¹ onde solicitava maior atenção com a defesa da integridade territorial do país em articulação com a rede de Caminhos de Ferro, tendo o Marechal Duque de Saldanha respondido satisfatoriamente poucos dias depois.

Mello Breyner na sua divulgação não se limitou, de modo algum, a traçar a questão do ponto de vista da necessidade da defesa nacional apresentado por aquela comissão. Divulga preocupações e propostas quanto às necessidades intrínsecas relacionadas com a formação de técnicos capazes de responder positivamente às disposições das redes de Caminho de Ferro e a todo o material relacionado com a constituição e manutenção das locomotivas e seus acessórios.

Também voltado para esta problemática, numa notável abordagem e rigor científico, M. A. interessado em aprofundar a questão da implantação das redes de Caminho de Ferro em Portugal, divulga-nos a memória *Caminhos de Ferro Considerados sob o Ponto de Vista Militar* extraído da *Gazeta Militar Espanola* e publicado na *Revista Militar* com o mesmo título.

A memória, ainda que essencialmente militar, possui três partes que embora relacionadas, são distintas umas das outras.

Na primeira, o autor, ainda que de forma breve, relata com algum pormenor a sua opinião sobre os mais diversos aspectos relacionados com a importância e benefício dos Caminhos de Ferro nas operações militares, bem como faz uma abordagem às diferentes opiniões quanto à utilização das redes ferroviárias na defesa das nações.

Na segunda, o autor descreve com detalhe todo o sistema de linhas férreas que no seu entender melhor serviriam um plano de defesa do país. Tem esta memória a enriquecê-la o facto de referenciar os locais por onde deveriam ser lançadas essas linhas⁵⁰².

Na última parte da memória, o autor enceta uma apresentação da situação que consistia em saber se os interesses estratégicos e económicos podiam ser considerados de forma individual ou se pelo contrário de forma unida. Aceitando a ideia de que as primeiras redes de Caminhos de Ferro implantados na América e na

⁵⁰¹ “A representação datada de 4 de Junho ultimo e a resposta do Ex^{mo} sr. Presidente do conselho, foi publicada no *Diario de Noticias* n.º 1:633 de 21 de Junho, assim como em outros jornaes da capital”. Antonio Mello Breyner, “Emprego dos Caminhos de Ferro na Guerra”, *RM*, Tomo XXII, 1870, n.º 15, pág. 268.

⁵⁰² Veja-se M. A., “Caminhos de Ferro Considerados sob o Ponto de Vista Militar”, *RM*, Tomo XII, 1860, n.º 8, pp. 254-255.

Europa não tiveram em linha de conta as considerações militares, pois sendo as primeiras nações que os adoptaram, Inglaterra e Estados Unidos eram países eminentemente mercantis e industriais. Como o objectivo primeiro era o transporte de mercadorias fazia todo o sentido que as primeiras redes fossem estabelecidas entre os pontos de maior comércio para fazer sair os produtos da indústria.

Não podendo o governo fazer por si só construir as redes de Caminho de Ferro e deixando isso às empresas particulares que só olhavam aos aspectos económicos, deveriam ter em consideração: primeiro aproveitar as linhas em construção ou já acabadas que pudessem servir de defesa do país e em segundo lugar na construção de uma nova linha deveria haver uma comissão científica que analisasse as consequências quer para o comércio quer para a defesa, pois o sistema defensivo tem sempre que assentar nas vias de comunicação.

Frederico Augusto de Novaes, também ele sensível ao problema da implantação da rede de Caminhos de Ferro em Portugal, numa admirável atitude técnica e científica, publicou nas páginas do periódico, logo em 1853, antes das grandes discussões que segundo Maria Fernanda Alegria se iriam realizar logo no ano seguinte, a memória *Engenharia – os Caminhos de Ferro em Portugal – Considerações Estrategicas e Economicas*⁵⁰³. O autor procurou aprofundar o tratamento do tema particularmente significativo naquele momento da nossa história.

Augusto Novaes começa por salientar que o problema da influência das redes de Caminhos de Ferro na defesa dos estados estava ainda completamente por estudar, pois apenas tinham sido feitas algumas conjecturas e ideias, tornando-se indispensável um estudo aprofundado sobre a matéria. No entanto, procurou nesta sua memória invocar a necessidade e importância de uma boa distribuição geográfica da rede de Caminhos de Ferro.

Deste ponto de vista, o autor admite que as vantagens de uma boa rede de caminhos de ferro são tão eficazes para a defesa como para o desenvolvimento económico. Salienta que as capitais dos estados são, por essência, os pontos decisivos, pois nelas reside a acção governativa, os grandes recursos económicos e sociais que uma vez conquistados dariam uma influência moral extraordinária ao Exército que a conquistasse. Pois o país que organize ou possua uma rede de Caminhos de Ferro ainda que projectado no sentido económico, poderiam esses

⁵⁰³ Frederico Augusto de Novaes, *Engenharia – os Caminhos de Ferro em Portugal – Considerações Estrategicas e Economicas*, *RM*, Tomo V, 1853, n.º 5, pág. 239, n.º 7, pág. 343, n.º 9, pág. 421, n.º 12, pág. 568.

raciocínios ser aplicados na defesa dessas cidades bem como de todas as linhas férreas.

Frederico de Novaes defende a tese de que um país que tiver um sistema de redes de Caminho de Ferro bem desenvolvida e, sobretudo, bem organizada, embora que só no aspecto económico, tem uma grande vantagem na defesa, e tanto maior quanto mais se aproximar desse ideal.

Como não podia deixar de ser, nesta memória o autor não deixou de considerar o caso português em relação às duas linhas de Caminho de Ferro – a primeira que seguia para a fronteira de Espanha passando por Santarém e a segunda que deveria ligar a cidade de Lisboa ao Porto, que na altura já se encontravam decretadas e que atendendo ao seu traçado o autor entendeu serem muito importantes do ponto de vista da salvaguarda do território.

Importa salientar que para Novaes os Caminhos de Ferro e as condições económicas contribuiriam, simultaneamente, para a melhoria do sistema defensivo em momento de conflito.

A melhoria das condições económicas contribuíram para maior aplicação à Pátria e permitiram também melhorar a condição das construções militares e o entretenimento do Exército e facilitariam as comunicações levando a civilização a toda a parte, possibilitando um melhor entendimento da natureza do serviço militar com um recrutamento mais fácil e mais regular.

As características que conferem ao nosso país a sua própria forma de estar mantê-lo-iam independente se as condições económicas e meios de transporte a todas as regiões fossem melhoradas além de que as suas colónias grandes e riquíssimas tomá-lo-iam de produtos materiais e ao mesmo tempo sem receio de poder vir a ser absorvido por qualquer outro domínio estrangeiro.

Nesta linha de pensamento, surge-nos a referência a uma memória publicada por José Estêvão de Moareas Sarmiento de autoria do capitão de engenheiro Miguel Carlos Correia Paes (1825-1888)⁵⁰⁴, *Chefe de Tracção e Conservação da Rede Geral*

⁵⁰⁴ Miguel Paes nasceu em 1825 e seguiu os cursos superiores de engenharia destinado à carreira das armas. Além da função já referida, desempenhou outras comissões de serviço público igualmente importantes. Foi colaborador assíduo do *Diário de Notícias*, onde publicou uma série notável de artigos relativos aos melhoramentos da cidade de Lisboa. Faleceu naquela cidade a 17 de Março de 1888. Os jomais lisboenses do dia seguinte à sua morte dedicaram importantes artigos à sua memória. A esse propósito publicou o *Diário de Notícias* nas suas páginas do dia 18 de Março desse mesmo ano “ (...) Miguel Paes acabou de sonhar o seu último sonho sobre a grandeza futura de Lisboa, sem que, ai d'elle! O visse realiado. Morreu sem ter visto concluidas as obras do Porto de Lisboa e a avenida da Liberdade. Morreu sem ter visto atravessar de S. Pedro de Alcantara para a Graça o bello viaducto que elle sonhava e nós tambem. Morreu sem ter visto iniciar-se a colossal

dos Caminhos de Ferro de Sueste – Memoria Sobre a Rede Geral dos Caminhos de Ferro Considerados Debaixo do Ponto de Vista Estratégico acompanhada de uma carta de Portugal⁵⁰⁵.

Com a publicação dessa memória, prestou o engenheiro Paes um importante serviço à Nação e ao exército, chamando à atenção de uma Corporação Científica respeitável como a *Associação de Engenheiros Civis* para um assunto que desde há muito tempo vinha a merecer a maior atenção das nações mais esclarecidas da altura e que Portugal também não deveria deixar de prestar essa atenção, pois como país pequeno deveria tirar todo o proveito dos seus recursos defensivos.

Miguel Paes entendia que apesar das linhas de Caminho de Ferro já construídas e em exploração, deveria o país proceder tanto quanto possível ao lançamento das linhas de Caminhos de Ferro de Estremoz a Elvas, as das Beiras (já decretadas), a de Lisboa a Pombal por Torres, a de Vendas Novas a Santarém, Óbidos e Peniche, o Caminho de Ferro do Douro ligado à Beira por Vila Nova de Foscôa, Guarda, Covilhã e Castelo Branco, a da circunvalação, partindo de qualquer ponto entre Chelas e Poço do Bispo a entroncar em Torres Vedras e o ramal de Pinhal Novo ao Montijo e Lisboa.

Esta memória foi elaborada como base para apresentação na discussão na *Associação dos Engenheiros Civis*, não justificando o autor a necessidade militar. Defende a importância desta rede de Caminhos de Ferro apelando para que o governo desse a maior atenção a este projecto e procedesse à sua construção.

Na apresentação e discussão do seu projecto referiu as vantagens e inconvenientes que poderiam advir na construção de cada uma daquelas linhas⁵⁰⁶.

Não poderíamos deixar registar o talento daquele engenheiro militar que nesta sua memória defende a construção de uma ponte ferroviária sobre o Rio Tejo que permitisse a ligação ao ramal do Pinhal Novo, aliás memória que publicou em 1875, três anos antes em que de forma interessante e lúcida explicou toda a exequibilidade e vantagens que traria a construção de uma ponte para a ligação e defesa da Península de Setúbal⁵⁰⁷.

construção da ponte sobre o Tejo, de todos os seus sonhos o mais querido (...) Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XVII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCXCIV, pág. 48.

⁵⁰⁵ José Estêvão de Moraes Sarmiento, *Memoria sobre a Rede Geral dos Caminhos de Ferro Considerados Debaixo do Ponto de Vista Estratégico*, por Miguel Carlos Correia Paes, *RM*, Tomo XXX, 1878, n.º 8, pp. 252.

⁵⁰⁶ *Idem*, pp. 253-254.

⁵⁰⁷ *Idem* *Ibidem*.



Note-se, contudo, que os seus trabalhos não se limitaram, de modo algum, aos estudos sobre a implantação da rede de Caminhos de Ferro, mas também a outros ramos das obras públicas, nomeadamente, melhorias relacionadas com a cidade de Lisboa de que seguidamente iremos falar.

Em primeiro lugar Miguel Paes, na sua memória *Melhoramentos de Lisboa e seu Porto* – obra de 436 páginas impressa na Typographia Universal de Thomás Quintino Antunes – colaborou o Professor Filipe Folque com uma carta levantada em 1856 e 1857 na escala de 1/1000⁵⁰⁸.

Oferece ainda essa memória no seu Tomo II de 530 páginas uma interessante estampa da estação dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste no Barreiro acompanhada de uma planta desdobrável do Rio Tejo e respectivas margens entre as Portas da Cruz da Pedra e a Ribeira de Algés. Muito interessante se torna é que a carta da capital, anexa a este Tomo, contém representada a parte hidrográfica que representa a bacia do Rio Tejo entre o Beato e a Torre de Belém elaborada pela Comissão Científica de 1883, projecto grandioso em que se pretendia transformar o Porto de Lisboa num dos primeiros portos do mundo⁵⁰⁹.

Na mesma linha de pensamento, algumas décadas mais tarde, em 1899 Pedro Romano Folque (1848-1922)⁵¹⁰ General de Brigada pertencente à arma de engenharia publicou na *Revista de Engenharia Militar* a memória *Necessidade Economico-Militar*

⁵⁰⁸ Na sua advertência ao Tomo I refere o autor: “Esta obra contém: a parte do estudo geral, publicada desde 22 de fevereiro de 1880 até 31 de dezembro de 1881, nos 125 folhetins do *Diário de notícias com os títulos: local para o edificio do correio e Melhoramentos de Lisboa e seu porto; muitos artigos subsequentes e o complemento do mesmo estudo que não chegou a publicar-se; tudo ampliado e anotado até ao limite em que a respectiva impressão o permitiu*”. Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Português*, Tomo XVII, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCXCIV, pág. 48

⁵⁰⁹ No Tomo II adverte o autor: “A impressão d’este volume começou em 1883, antes, pois, da comissão, nomeada em março d’esse anno, apresentar o seu parecer, o que só teve logar em 6 de março de 1884, quando as primeiras folhas já estavam impressas; portanto n’essa epocha era o plano geral das obras para o melhoramento do porto de lisboa, elaborado pela comissão de 1871 o mais completo, e que se podia tomar como base dos ditos melhoramentos; actualmente porém, já se não pode dizer o mesmo, porque o parecer da comissão de 1883 é, inquestionavelmente, superior, e é elle que presentemente pôde ser considerado como typo”. Idem, *Ibidem*.

⁵¹⁰ Pedro Romano Folque nasceu em Castro Verde era filho de Diogo Souza Folque e de Joana Emilia Romano Folque. Iniciou a sua carreira académica na *Escola Politécnica* onde completou o Curso Geral daquela instituição em 1870, tendo-se depois matriculado na *Escola do Exército* onde cursou engenharia militar e que viña a terminar em 1873. Dos seus mais elevados serviços dedicados à Nação destacaríamos o de Director dos Serviços da Carta Agrícola, o de Engenheiro Chefe de 1ª classe do quadro de pessoal técnico do Ministério das Obras Públicas, o de Director Técnico da linha de Caminho de Ferro de Ambaca em 1886 e o de Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1477, docs.24, 132, 105 e 24.

da *Ligação Directa de Lisboa com a rede Ferro-Viaria do Sul do Tejo*⁵¹¹, onde defendia que o país não podia ficar sem um acesso rápido à capital do Reino, centro económico, político e militar. Entendia aquele engenheiro que a ligação entre Lisboa e a margem Sul do país através da via fluvial deveria ser apenas provisória ou por dificuldades de via férrea. Nesse sentido, todas as linhas férreas bem como todas as outras vias em especial as de viação acelerada deveriam convergir em Lisboa de modo a que se fizesse aí um ponto estratégico de passagem de umas vias para outras.

Face ao grande desenvolvimento ferroviário entre Lisboa e a zona para Norte, na memória refere-se que as populações do Sul, alentejana e algarvia, encontravam-se muito prejudicadas, pois para o acesso a Lisboa teriam de terminar a sua viagem antes do Rio Tejo e estar sujeitas a todos os incómodos que uma travessia fluvial comportava. Assim, Pedro Folque propunha para solucionar este problema uma rede que permitisse transpor o Rio Tejo por uma via férrea e pelo caminho mais curto sem dispêndios.

Semelhantes soluções tinham sido anteriormente apresentadas: uma do engenheiro militar Miguel Paes que já tivemos oportunidade de referir, com partida do Montijo e outra do engenheiro Seyrig que ligava Almada ao Outeiro da Lapa.

Para esta última surgia uma variante que de Almada iria entroncar na linha do Oeste em Sant'Anna segundo estudo do engenheiro Proença Vieira apoiada nos trabalhos geológicos de Paulo Choffat.

O autor da memória entendia que a solução apresentada em memória em 1875 por Miguel Paes era a maior em extensão e obra de arte, sendo ao mesmo tempo a menos dispendiosa, enquanto concretizava a continuidade de todas as vias férreas do país.

Do ponto de vista económico a solução essencial é que a rede do Sul termine em Lisboa e que fique ligada a todos os Caminhos de Ferro do país. Sob o ponto de vista político a única alteração a esta proposta era que se mantivesse a independência entre as linhas do Estado e as linhas da Companhia Real⁵¹². Sob o ponto de vista administrativo a preocupação do autor tinha a ver com a exploração económica que

⁵¹¹ Pedro Romano Folque, *Necessidade Económico-Militar da Ligação Directa de Lisboa com a Rede Ferro-Viaria do Sul do Tejo*, *REM*, Tomo 4, 1899, n.º 4, pág. 1899.

⁵¹² Sobre esta matéria veja-se Maria Fernanda Alegria, "Formas de Intervenção do Estado na Construção e na Exploração da Rede", in *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910) - As Vias e o Tráfego*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1990, pp.305-310.

assegurasse uma boa fonte de receitas sem prejudicar o tráfego das linhas do Estado já construídas.

Militarmente, a importância dessa ligação assentava nas exigências estratégicas do país, tendo em atenção as condições económicas, isto é, estes dois factores deveriam estar em perfeita sintonia para que não impedissem a sua construção.

O autor justifica esta sua posição demonstrando que o centro de defesa concentrada do país não podia ficar isolada de Lisboa por um obstáculo natural como o Rio Tejo.

Alguns meses mais tarde, através da memória *Necessidade Economica-Militar da Ligação Directa de Lisboa com a Rede Ferro-Viária do Sul do Tejo*⁵¹³, publicada na *Revista de Engenharia Militar* em Junho de 1899, o autor no seguimento da memória anterior tece algumas considerações sobre as diversas soluções, vantagens e inconvenientes relacionadas com a construção de uma ponte ferroviária com saída de Lisboa em direcção ao Sul do país com ligação à rede ferroviária do Sul do Tejo e de acordo com os aspectos económicos, demográficos e estratégicos.

Aspecto que importa considerar é que, simultaneamente à apresentação dessas considerações, apresenta alguns dados estatísticos referentes ao tráfego de passageiros e de mercadorias. Entendia que as questões económicas não podiam ser prejudicadas em relação às estratégicas, mas estas deveriam ser sempre harmonizadas dentro de todos os limites possíveis.

A *Revista Militar* nesta temática e à semelhança das anteriores procurou acompanhar todos os progressos que levaram à construção da rede ferroviária nacional.

Nas suas páginas difundiu algumas inovações ocorridas em países estrangeiros de que ia tendo conhecimento quer através do intercâmbio com outros periódicos quer através de relatórios elaborados pelos engenheiros que nesse âmbito se deslocavam ao estrangeiro em viagens de carácter técnico e científico.

Através da análise a alguns artigos e memórias publicados no periódico, tivemos a oportunidade de constatar a grande preocupação destes intelectuais quanto á rápida implantação e exploração da rede ferroviária nacional e o quanto ela seria útil já que iria permitir o satisfazer aspectos tão importantes como o económico, o social e o estratégico, fundamentais ao desenvolvimento e progresso do Reino.

⁵¹³ Pedro Romano Folque, "Necessidade Economica-Militar da Ligação Directa de Lisboa com a Rede Ferro-Viária do Sul do Tejo", *REM*, Tomo 4, 1899, n.º 7, pág. 289.

Preocupavam-se de facto com a modernização do país não deixando mesmo de alertar para os gastos sumptuosos e medidas políticas erradas que em nada contribuía para o progresso do país.

Nas propostas destes intelectuais já se reconhece a preocupação em estabelecer uma rede ferroviária nacional que eliminasse obstáculos de natureza física (rios e montanhas) com uma ligação de todas as províncias à capital Lisboa.

PARTE 4

A Revista Militar e a Memória da Nação e da Pátria

CAPÍTULO 1

Memória colectiva e memória histórica

No domínio da historiografia contemporânea podemos afirmar que as memórias colectivas resultaram de uma problemática que podemos considerar relativamente recente⁵¹⁴. Ela faz parte implícita do trabalho do historiador independentemente da metodologia que seja adoptada. Alguns historiadores, como o Professor Sérgio Matos Campos, consideram que o termo memória colectiva é até certo ponto ambíguo mas que a sua utilização não deixa de ser pertinente⁵¹⁵ e reveste-se de potencialidades não totalmente exploradas pela historiografia portuguesa⁵¹⁶. A memória histórica levanta a questão da sua caracterização que não se encontra totalmente encerrada mas não impedirá que a expressão se utilize quando disso ocorrer a sua necessidade.

A seguir à Primeira Grande Guerra surgiu a noção de memória social compreendendo tudo o que dizia respeito a uma sociedade, ao mesmo tempo que

⁵¹⁴ De acordo com o Professor Sérgio campos, a noção de memória colectiva só vinha a ganhar importância com o alargamento do campo da História com Pierre Nora e outros historiadores que colaboraram na obra – *Les lieux de lá Mémoire*, 7 Vols., Paris, 1984-1993. Veja-se ainda Pierre Nora, "Mémoire collective", in *La Nouvelle Histoire*, org. Jacques le Goff, R. Chartier e J. Revel, Paris, Retz, 1978, pp. 398-401. Sérgio Campos Matos, "Historiografia e Memória", in *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, pág. 55.

⁵¹⁵ Pierre Nora, "Mémoire collective", in *La Nouvelle Histoire*, org. Jacques le Goff, R. Chartier e J. Revel, Paris, Retz, 1978, pp. 398-401

⁵¹⁶ Sérgio Campos Matos, "Historiografia e Memória", in *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, pág. 55.

uma pluralidade de memórias colectivas que menos abrangentes que a anterior reflectiam as funções de cada um dos grupos sociais⁵¹⁷.

A memória colectiva resulta numa memória individual dependendo cada indivíduo do lugar que ocupa na sociedade. Na memória individual, onde cada indivíduo está sujeito a transformações, cruzam-se diversas memórias colectivas⁵¹⁸.

Entre memória histórica e memória colectiva distingue-se sobretudo um saber da primeira que se encontra para além da tradição vivida enquanto que na segunda é sobretudo o pensamento contínuo que permanece num determinado grupo. O termo historiografia opõe-se em certa medida à memória colectiva, pois a primeira retém sobretudo as diferenças e o que merece ser lembrado numa comunidade enquanto a memória colectiva acentua a continuidade.

A memória colectiva pode ser ao mesmo tempo globalizante e estabelecer a divisão pois cada comunidade tem a sua própria memória. Levanta-se a questão sobre se a memória histórica representa a memória colectiva dos historiadores⁵¹⁹, pois estes não constituíram um grupo social, mas reelaboraram uma memória que lhes era exterior em muitos casos; a memória histórica como resultado de uma tradição de cultura letrada.

Pierre Nora defende que história e memória quase tinham o mesmo significado, pois a história aparece como memória colectiva de um grupo e só recentemente se constituiu como novo objecto da historiografia⁵²⁰.

A oposição entre estes dois conceitos⁵²¹ que é admitida por este historiador tem sido rejeitada por outros autores⁵²². A distinção entre a História e a memória é clarificada tendo em conta a consciência histórica e a memória da nação.

Os indivíduos, as sociedades e as épocas encontram-se em relação com outros indivíduos, sociedades e épocas.

A memória histórica responde a questões que um determinado grupo social ou comunidade coloca. A historiografia revela-se como um componente essencial de

⁵¹⁷ Jacques le Goff, "Memoria-História", in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, pág. 46. Maurice Halbwachs, *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, 1952, pp. 243-245.

⁵¹⁸ Idem, pp.68-79.

⁵¹⁹ Pierre Nora, "Mémoire collective", in *La Nouvelle Histoire*, org. Jacques le Goff, R. Chartier e J. Revel, Paris, Retz, 1978, pág. 399.

⁵²⁰ Idem, Ibidem.

⁵²¹ Jacques Le Goff, "Memoria-História", *Enciclopédia Einaudi*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, pág. 44.

⁵²² Luís Reis Torgal, *História e ideologia*, Coimbra, 1989, pág. 20.

consciência histórica que se constrói e exprime como um diálogo entre épocas⁵²³. Desta forma a memória histórica é uma das bases da identidade de uma nação e contribui para a construção da identidade nacional e cultural. A História, revestida das suas funções ao serviço das crenças é parcial, pragmática e contribui igualmente para essa construção⁵²⁴.

A estruturação da consciência do passado forma-se igualmente a partir das comemorações dos acontecimentos históricos de relevo, efemérides, festas e outros “lugares de memória como o são os livros escolares”⁵²⁵.

Segundo Maurice Halbwachs a história nacional retém apenas o conjunto de factos que interessam à globalidade dos cidadãos; representa uma necessidade social de unidade⁵²⁶.

A memória da Nação, segundo Nora representa a nação como um todo que se manifesta através de uma grande multiplicidade de objectos ou lugares: crónicas, obras de historiografia, arquivos, bibliotecas, museus, monumentos públicos, medalhas, selos, moedas, livros escolares⁵²⁷.

A memória da Nação existe como lugar de consciência das memórias colectivas e ainda pela construção sistemática a partir da diversidade de meios e instituições⁵²⁸. A memória colectiva corresponde na sua totalidade às memórias das comunidades locais ou regionais ou a outros grupos sociais à escala de uma comunidade nacional e distingue-se da memória vivida no quotidiano dos homens concretos resultando da experiência de coesão e unidade nacional que se acentua com o Estado moderno a partir do século XV e outros recursos e meios de repressão a partir da Revolução Industrial no século XIX⁵²⁹.

Maurice Halbwach distingue a “*história vivida*” da “*história aprendida*”, pois a primeira resulta da transmissão sobretudo oral no contacto do indivíduo com o meio social em que está inserido, enquanto a segunda é o produto exterior às vivências do homem, transmitida por escrito e com recurso a noções abstractas. Para ele a

⁵²³ Sérgio Campos Matos referindo-se a Georges Gusdorf, *Les sciences humaines et la pensée occidentale*, Vol.II, Paris, 1967, pp. 167-268.

⁵²⁴ Jacques Le Goff, “Memória-História”, *Enciclopédia Einaudi*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, pág. 46.

⁵²⁵ Luís Reis Torgal, *História e Ideologia*, Coimbra, 1989, pág. 20.

⁵²⁶ Maurice Halbwachs, *La Mémoire Collective*, 2ª ed., Paris, PUF, 1968, pág. 66 e 128. Idem, *Les Cadres sociaux de la mémoire*, Paris, PUF, 1952, pág. 290.

⁵²⁷ Pierre Nora “Representation”, *Les Lieux de la Mémoire*. La Nation, Vol. I, pp. X-XI.

⁵²⁸ Sérgio Campos Matos, “Historiografia e Memória”, in *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, pág. 59.

⁵²⁹ Idem, *Ibidem*.

memória do homem constrói-se sobretudo da história vivida e não da história aprendida.

Para este autor, a memória colectiva é o resultado da experiência vivida que alimenta a consciência do grupo e nela permanece viva, cada grupo num determinado tempo e espaço tem a sua memória colectiva. A pluralidade de memórias colectivas leva a uma memória histórica que resulta na necessidade de construção de uma visão global dos acontecimentos, esta memória que não interfere na estruturação das memórias colectivas, mas limita os acontecimentos no tempo⁵³⁰.

Podemos considerar que estes aspectos são de grande importância para procurarmos equacionar a memória nacional na *Revista Militar* no momento em estudo. Depois da Guerra Civil de 1832-34 e a queda definitiva do absolutismo de D. Miguel, em simultâneo com o esquecimento colectivo, a problemática da memória da Nação encontrava-se no centro da cultura historiográfica portuguesa⁵³¹.

A memória é por sua natureza selectiva e como tal há factos que entram no esquecimento. Todavia, outra questão se levanta e preocupa particularmente os historiadores e divulgadores da memória nacional: referimo-nos à ignorância popular da História de Portugal e ao seu desconhecimento nas outras nações⁵³².

Manuel Abundio da Silva observou o esquecimento sob o ponto de vista sociológico e organicista. Interrogou-se pelo facto do povo esquecer determinados factos e perpetuar outros. Segundo ele são os grandes acontecimentos que saem do comum e dos hábitos que permanecem na memória social do povo, são os nomes dos grandes homens ou os factos mais relevantes que apelam à imaginação.

Este autor preocupou-se ainda em entender o esquecimento dos factos e invoca para esse acontecimento que a sua relevância não pode ser entendida pelo que designa de nível médio de "inteligência popular"; e por isso a sua memória se perde⁵³³.

A ideia de decadência de Portugal oitocentista levou a que houvesse uma motivação pelo culto da história.

⁵³⁰ Maurice Halbwachs, *La Mémoire Collective*, 2ª ed., Paris, PUF, 1968, pp. 128-129.

⁵³¹ Sérgio de Campos Matos, "Historiografia e Memória", in *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX, (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pág. 61.

⁵³² Idem, *ibidem*.

⁵³³ Abúndio da Silva, *A História através da história*, Lisboa, 1904, pág. 18.

Iberismo e sentimento nacional

A *Revista Militar*, logo desde a sua fundação, procurou estar a par de todos os problemas culturais que nos devidos momentos se iam registando em Portugal durante a segunda metade do século XIX. Tiveram no periódico um lugar de grande destaque, onde os seus intelectuais assumiram e assentaram a dimensão política do nacionalismo em determinados momentos da nossa história, como aconteceu na reacção ao Iberismo e depois ao Ultimato Inglês através de um enorme sentimento patriótico com que se dirigiram ao país e que oportunamente iremos abordar.

Desde meados do século XIX que a questão ibérica⁵³⁴ adquiriu em Portugal uma significativa projecção na imprensa portuguesa mobilizando indivíduos das mais diversas profissões e grupos sociais: jornalistas, escritores, políticos, eclesiásticos, militares e professores, que bem nos demonstra a dimensão nacional dessa problemática.

Esta questão que durante algumas décadas alimentou intensas polémicas nos meios culturais portugueses de oitocentos, não foi estranha à *Revista Militar* onde foi alvo de aturado tratamento e a sua argumentação ocupou um lugar relevante nas páginas do periódico. Nas décadas de cinquenta e sessenta de oitocentos a frequente teoria das nacionalidades concretizada através de prolongados processos de unificação como o que aconteceu na Alemanha e na Itália, levou a que em Portugal surgissem diversas correntes iberistas que foram encaradas por um sector alargado da elite intelectual onde incluímos a imprensa, nomeadamente, a *Revista Militar* e alguns sectores da opinião pública portuguesa. Esta problemática apareceu como uma ameaça à independência de Portugal e que no entender dos intelectuais da *Revista Militar* tinha de ser combatida com todos os meios ao seu alcance.

Em simultâneo à atitude destes intelectuais, existia uma outra inversa como nos revelaram as fontes de que Portugal não tinha nada recear com a tão desejada pretensão Ibérica e hegemónica da Espanha defendida pelos partidários do Iberismo.

Desde as primeiras décadas da publicação do periódico que a questão ibérica ocupou os debates nas suas páginas a par de outros grandes temas da cultura portuguesa (o movimento cultural da Geração de 70, conferências do Casino,

⁵³⁴ No que diz respeito a este tema veja-se Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portugues*, Lisboa, Typographia da Academia, Lisboa, vol. X, MDCCCLXIII, pp. 35-48.

Tricentenário da Morte de Camões, questão colonial, comemoração do Centenário da Guerra Peninsular e Congresso Nacional de 1910 organizado pela liga *Naval Portuguesa*).

Em qualquer uma destas temáticas a perspectiva histórica e cultural adquiriu lugar de relevância nas páginas do periódico através das posições tomadas por aquele grupo de intelectuais tendo sempre em atenção o progresso que se ia registando pela Europa.

Não é nosso objectivo tratar neste estudo a problemática da questão ibérica em toda a sua plenitude (até porque muita bibliografia já foi produzida sobre esse assunto), mas tão só dar a conhecer qual a posição tomada pela *Revista Militar* face a este assunto e que argumentos de natureza histórica e cultural foram invocados no periódico em defesa das suas posições.

Antes de entrarmos no tema propriamente dito, importa esclarecer, ainda que de forma sucinta, os momentos mais significativos na origem das ideias iberistas no século XIX e o seu sentido ideológico.

Ao atendermos à conjuntura política entre o final da Guerra Peninsular e a Revolução de 1820 e à incerteza política quanto ao destino da colónia brasileira onde a coroa se manteria até 1821, (independentemente da sua elevação ao estatuto de reino em 1815), surgiu na imprensa periódica portuguesa publicada em Londres a eventualidade de uma união entre Portugal e a Espanha⁵³⁵. A revolução de 1820 em Espanha e as dificuldades então sentidas em manter a relação com o Brasil e com a Grã-Bretanha explicam, como defende Sérgio Campos Matos esse aparente contraditório propósito nacionalista de ideais ibéricos presente em alguns liberais radicais⁵³⁶. Procuravam com essa atitude evitar a ingerência das grandes potências - Grã-Bretanha e França na Península Ibérica alimentada por liberais espanhóis exilados em 1823 que viam em D. Pedro de Bragança, Imperador do Brasil, o soberano que deveria assumir a coroa de uma monarquia constitucional ibérica. Esta ideia não era exclusiva dos espanhóis, pois em Portugal também havia adeptos dessa iniciativa – alguns portugueses próximos de Saldanha, Ministro da Guerra em 1827⁵³⁷

⁵³⁵ Veja-se Valentim Alexandre, "O Nacionalismo Vintista e a Questão Brasileira: esboço de Análise Política", *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, vol. I, Lisboa, s. n., 1982, pág. 292.

⁵³⁶ Sérgio Campos Matos, "Iberismo e Patriotismo: argumentações históricas em torno da questão ibérica", in *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, pág. 279.

⁵³⁷ *Revista de História das Ideias*, vol. 10, 1988, pp. 489, 491 e 494.

e emigrantes portugueses em França⁵³⁸ que idealizaram a “*Santa Aliança dos Povos*” ainda e alguns estudantes da Universidade de Coimbra que em 1848 defenderam uma Federação Ibérica⁵³⁹.

Porém, pela iniciativa que tiveram no desencadear da questão ibérica, salientam-se dois artigos publicados em dois periódicos diferentes: um na *La Revista Militar* (1849) que depois seria transcrito para a *Revista Militar* por Fortunato José Barreiros onde se defendia a unidade da Península Ibérica com apenas um único povo⁵⁴⁰ e alguns anos depois a *Ibéria* de Senibaldo de Mas⁵⁴¹ – ex-ministro plenipotenciário de Espanha na China (1848-1851) com um prólogo não assinado de J. M. Latino Coelho, primeira exposição sistemática de um programa para a união ibérica e de propaganda a seu favor. De imediato se desencadeariam posições contrárias, desde as apreciações positivas de Custódio José Vieira e de J. F. Henriques Nogueira até às atitudes críticas de J. M. Casal Ribeiro e do periódico *Imprensa* (de que era redactor Ribeiro da Silva)⁵⁴². As repercussões no debate nacional foram de tal forma evidentes que prolongar-se-iam durante várias décadas e que aqui iremos tratar apenas no que diz respeito à *Revista Militar*.

Como vimos anteriormente, no que respeita à questão Ibérica, esta começou logo por ser repelida na *Revista Militar* em Junho de 1849 através de um artigo do distinto escritor Fortunato José Barreiros, em resposta a um artigo publicado na *La Revista Militar*, onde se defendia a União Ibérica. Problemática que viria a ser tratada nas páginas do periódico logo no ano seguinte através da publicação do artigo *Mais duas Palavras sobre a Nacionalidade Portuguesa*⁵⁴³. Continuará nas décadas

⁵³⁸ Nesses portugueses residentes em Paris que defendiam a Federação Ibérica encontrava-se Sousa Brandão e Joaquim Tomás de Lobo d'Avila. Idem pág. 91. De acordo com A. X. da Silva o periódico que primeiro se empenhou em defender a unidade política da Península Ibérica como uma república federal foi o jornal clandestino a *Península Federal e Democrática* (Out1848). Idem, pp. 205-206.

⁵³⁹ Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, 1990, pp. 89-91 e 108.

⁵⁴⁰ Veja-se Fortunato José Barreiros, “Crónica Interna. Nacionalidade Portuguesa”, *RM*, Tomo I, n.º 7, 1849, pp. 434-440. Inclui a transcrição do artigo em defesa da união ibérica publicado na *La RM*, vol. IV, n.º 10, 1849.

⁵⁴¹ Cfr., Maria da Conceição Meireles Pereira, *A Questão Ibérica: Imprensa e opinião*, Porto, Universidade do Porto, 1995. Tese de Doutoramento.

⁵⁴² Para um estudo mais aprofundado sobre esta matéria veja-se: Sérgio Campos Matos, “Iberismo e Patriotismo: argumentações históricas em torno da questão ibérica”, in *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, pág. 280 e 284.

⁵⁴³ Redacção, “Crónica Interna. Mais duas palavras sobre a nacionalidade Portuguesa”, *RM*, Tomo II, n.º 1, 1850.

seguintes com a publicação de uma série de artigos onde, movidos por sentimentos patrióticos, defendiam a nacionalidade portuguesa⁵⁴⁴.

No artigo *O Passado e o Futuro*, Sousa Pinto iniciou a sua resposta anti-iberista referindo-se a alguns dos argumentos utilizados pelos defensores do iberismo publicados na *A Ibéria* e de que Portugal só tinha a beneficiar com a união Ibérica⁵⁴⁵.

A essas pretensões contrapõe Sousa Pinto com um discurso de forte propaganda anti-iberista caracterizando de forma sucinta o período em que Portugal esteve sob o domínio dos Áustrias e em que o povo viveu um período de opressão, escravidão e miséria⁵⁴⁶. Nesta abordagem alertou para o que poderia vir a ser o futuro do país se por ventura perdesse a sua independência pela qual tinha lutado durante toda a sua existência como nação independente⁵⁴⁷. Continua com um discurso de valorização da memória dos grandes feitos e dos grandes homens como Viriato, D. Afonso Henriques, D. João I, Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque⁵⁴⁸, como que alertando para os feitos desses nossos antepassados. Termina o artigo com um discurso de vitória que podemos considerar de triunfo e apologético em relação ao feito dos nossos antepassados⁵⁴⁹. Esta atitude de rememoração dos feitos heróicos dos seus antepassados é entendida em si mesma, não apenas como um tributo à sua memória, um dever de gratidão para com os antepassados ilustres, mas com o seu prolongamento ou reedição na actualidade⁵⁵⁰.

⁵⁴⁴ "(...) enquanto se hastear uma bandeira das quinas lá nos acharemos; enquanto uma voz apellidar os portuguezes para a defeza da patria, responder-lhe-hemos", António Florencio de Sousa Pinto, "O Passado e o Futuro", *RM*, Tomo XXI, n.º 5, 1869, pág. 49.

⁵⁴⁵ Sobre os argumentos defendidas pela *A Ibéria* para a união ibérica veja-se: Idem, pág. 50.

⁵⁴⁶ "(...) promessas fez aos portuguezes Filipe II, que já elle mesmo rompeu e que os seus dois successores despedaçaram completamente: durante sessenta annos soffreu Portugal o mais que é possível soffrer um povo: até que em 1640, o deses levado ao apogeu e o patriotismo despertado, produziram a nossa heroica redempção politica (...)" Idem, pág. 51. Veja-se ainda: Idem, "Portugal em 1872", *RM*, Tomo XXV, n.º 5, 1873, pp. 116-118.

⁵⁴⁷ Idem, "O Passado e o Futuro", *RM*, Tomo XXI, n.º 5, 1869, pp. 51-53.

⁵⁴⁸ Idem, pág. 52; Idem, "Portugal em 1872", *RM*, Tomo XXV, n.º 4, 1873, pág. 95.

⁵⁴⁹ "Nos fins do seculo decimo sexto era a Hespanha o colosso dos estados, o gigante das monarchias. Pois contra esse gigante se ergueu ao occidente o pequeno Portugal e como o filho de Jessé saiu vencedor em porfiada lucta em vinte e oito annos (...). Esteja porém áleria e unido o povo e o exercito (...) e de mãos dadas, (...) dessa união virá a força (...). Fazei como fizeram nossos paes (...) e ficaes certos que o homem é tão forte em sua propria casa que já dizia grande Pombal até depois de morto precisa de quatro vivos para d'ella o tirarem. As lições do passado sirvam para animar o presente e para dar-nos gratas esperanças do futuro". Idem, "O Passado e o Futuro", *RM*, Tomo XXI, n.º 5, 1869, pp. 51-53.

⁵⁵⁰ Sérgio Campos Matos, "Patriotismo e Historiografia: diferentes atitudes perante o passado", in *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, pág. 242.

Ainda no quadro desta temática, surgem em 1869 dois artigos *Ruido do Trovão*⁵⁵¹ e *Questão do Dia*⁵⁵², como resposta mais uma vez aos defensores do iberismo que defendiam para Portugal um sistema de república federativa. Sousa Pinto começou por referir que em relação à tão fantasiada união ibérica dos dois países por meio de uma república federativa, seria uma enorme desgraça para a península inteira, pois sucederia o mesmo que nas repúblicas hispano-americanas onde pretenderam seguir o sistema político dos Estados Unidos. Naquelas como não estavam preparados para esse sistema acabaram em revoltas e guerras sanguinolentas durante cerca de cinquenta anos que acabariam por destruir os recursos das repúblicas do México, Bolívia, Venezuela entre outras⁵⁵³. Continua reforçando o seu sentimento anti-iberista com a descrição da situação política do país vizinho através da apreciação de um jornal publicado na altura⁵⁵⁴. Mais uma vez temos presente nestes artigos um discurso de vitória e de triunfo, enaltecendo-se os grandes feitos dos nossos antepassados alcançados em Aljubarrota, Ameixial e Montes-Claros⁵⁵⁵.

Em 1872, Sousa Pinto no artigo *Portugal em 1872 – Vida Constitucional d'um Povo da Raça Latina* exprimiu de forma clara a diferença do povo português relativamente ao espanhol, acentuando a ideia de uma verdadeira incompatibilidade de carácter proveniente da diferença radical do génio entre os dois povos e da História de Portugal em relação à Espanhola que o autor considerou superior, que tanto nos defeitos como nos costumes as diferenças não podiam ser mais acentuadas. Essas diferenças manifestavam-se desde o comportamento político militar até à tradição da vida política constitucional dos dois povos. E acrescenta, “*não é só a raça nem o idioma, nem a religião, que servem para distinguir um povo de outro. Uma nação que habita uma região desde muitos seculos, que tem lingua sua, distincta litteratua, historia separada, e, além d'isso tradições, glorias, costumes, character, que o tempo formou, e que são totalmente diferentes de identicos predicados dos outros povos – essa nação constitue uma perfeita nacionalidade. De commum com a Hespanha, Portugal só tem o clima – o que não quer dizer nada. (...) o que falta a esse povo hespanhol, tão nobre, tão cavalheiro, para ser uma grande nação, uma potencia de primeira ordem não é a união com Portugal, que lh'o ha de dar. A Hespanha possui já um territorio vasto e população importante, para ser uma grande potencia. Falta-lhe o*

⁵⁵¹ Idem, “Ruido do Trovão”, *RM*, Tomo XXI, n.º 13, 1869.

⁵⁵² Idem, “A Questão do Dia”, *RM*, Tomo XXI, n.º 17, 1869.

⁵⁵³ Idem, 323.

⁵⁵⁴ Idem, “Ruido do Trovão”, *RM*, Tomo XXI, n.º 13, 1869, pág. 207.

*bom senso, a educação, a instrução, os costumes políticos, que só a pratica regular das instituições liberaes pode dar, falta-lhe a civilisação, em uma palavra, a civilisação que não se adquire n'um dia, a civilisação que destroe preconceitos, erros, habitos, vicios enraizados no animo das gerações por tres seculos de intolerancia, de fanatismo, de corrupção e tyrannia, e por meio seculo de lutas sanguinarias*⁵⁵⁶.

Verificamos ainda que ao longo dos artigos é frequente uma alusão à História de Portugal, relevando a união do povo à coroa portuguesa com o objectivo de resistir a qualquer ameaça externa.

Encontramos um discurso onde se teoriza acerca do que se considerava a falta de despotismo do sistema político espanhol e da particular aptidão dos portugueses para viverem num sistema político constitucional. Particularidades que são justificadas fundamentando-se em termos históricos recorrendo à invocação da tradição e costumes de cariz essencialmente nacionais.

Como forma de tornar o seu discurso mais acutilante, recorreu-se do ancestral ódio de sete séculos⁵⁵⁷ entre portugueses e espanhóis de que já falava Alexandre Herculano num dos seus memoráveis panfletos políticos e reconhecendo aquilo a que o Professor Sérgio Matos designa de "*eterna adversidade do character das nações*".

Face ao género de discurso utilizado pelo autor não nos surpreende que o mesmo tenha sido extremamente empolado para efeitos de propaganda junto dos seus leitores.

Na questão ibérica a evocação da experiência histórica adquiriu um papel especial, pois até partidários dessa união davam ênfase a que a memória de cada uma das nações não se perderia. Os defensores da ideia iberista assentavam a sua proposta no desejo de poder recuperar o passado glorioso numa comunhão de esforço entre as duas nações. As propostas iberistas portuguesas acrescentavam que o ideal do passado e consciência do declínio contemporâneo beneficiaria Portugal com a união peninsular.

À ideia de iberismo contrapõe a *Revista Militar* uma perspectiva nacionalista patriótica procurando confrontar os portugueses com a memória negativa do tempo passado sob a dinastia dos Áustrias, reconhecendo um conjunto de acontecimentos que alimentavam a vontade de independência. Outro pormenor argumentado pelos

⁵⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

⁵⁵⁶ Idem, "Portugal em 1872 – Vida Constitucional d'um Povo da Raça Latina", *RM*, Tomo XXV, n.º 6, 1873, pág. 153.

⁵⁵⁷ Idem, "Portugal em 1872 – Vida Constitucional d'um Povo da Raça Latina", *RM*, Tomo XXV, n.º 5, 1873, pp. 121-122

anti-iberistas foi o reconhecimento de que Castela sempre procurou a anexação de Portugal.

Esta atitude pode ser encontrada nos trabalhos de António José Barreiros e Florencio de Sousa Pinto distintos escritores e publicistas intervenientes nas polémicas do iberismo e que insistiram na excepcionalidade da História de Portugal, na liberdade e soberania nacional alicerçada nas diferenças e nas glórias do povo português.

Face à atitude anti-iberista, desde logo assumida pelo periódico neste momento da História de Portugal, interessava determinar qual a receptividade do periódico por parte do seu público leitor, não apenas nos maiores centros culturais do país como Lisboa e Porto, mas também pelas outras cidades do Reino, situação interessante que só nos seria possível avaliar através do número de tiragens do periódico, mas que se nos tornou inexequível face à dificuldade de elementos de consulta que nos permitissem obter essas informações.

No não prosseguimento das ideias iberistas teve particular importância a *Comissão 1º de Dezembro* que alargou a reacção patriótica e acentuou a consciência da ameaça externa que vinha a ganhar relevo desde 1850. Após 1880 a estabilização política em Portugal e Espanha com o especial relevo para o nacionalismo destes dois países retirariam força à ideia de iberismo.

No caso de Portugal, o Tricentenário da Morte de Camões (1880) e sobretudo o Ultimato Britânico (1890) e ainda a propaganda política do republicanismo português contribuíram para a perda de vitalidade entre os ideais iberistas.

Torna-se importante referir que o trabalho por nós elaborado permite-nos concluir que a posição tomada pela *Revista Militar* quanto à questão do iberismo, vai ao encontro do estudo realizado pelo Professor Sérgio Campos Matos *Historiografia e Memória Nacional do Século XIX, (1846-1898)* por nós aqui citado.

A *Revista Militar* e os novos movimentos ideológicos na Europa e no Mundo

Para o período que aqui particularmente nos interessa analisar, é do nosso conhecimento que a segunda metade do século XIX foi marcado pela prática de novas ideias culturais e políticas na sociedade em simultâneo com a Revolução Industrial nos países mais desenvolvidos da Europa.

Naquele período, uma série de acontecimentos e tendências ocorreram na Europa: as problemáticas levantadas em torno de questões tão importantes como Liberalismo, Anticlericalismo, Positivismo, Socialismo e Republicanismo a par do desenvolvimento económico constituíram os ingredientes para a agitação política, ideológica, social, económica e militar que viria a transformar a Europa e a América do Norte e aos quais a *Direcção da Revista Militar* não ficaria indiferente. Nesta óptica, importa realçar que o periódico estava atento a esses ecos de mudança da estrutura social, política, económica e cultural portuguesa que eram divulgados pela imprensa nacional e estrangeira. Os intelectuais deste periódico deslocavam-se à estação de Santa Apolónia para aí assistirem à chegada dos comboios que de Paris traziam as novas notícias⁵⁵⁸.

Os antecedentes que fizeram desencadear da *Questão Coimbrã* que assentou na publicação das *Odes Modernas*, nos elogios de António Feliciano de Castilho a Tomaz Ribeiro, sobretudo, ao *Poema da Mocidade* (1865) e em Pinheiro Chagas que considerava o modelo em confronto com os juízos negativos que fazia dos novos poetas que despontavam em Coimbra (Teófilo Braga, Antero de Quental e Vieira de Castro) que se sentiam influenciados por Augusto Comte e Proudhon⁵⁵⁹, bem como por outras ideias filosóficas vigentes na Europa como as (Schelling e Hegel).

⁵⁵⁸ Manuel Jorge Pereira de Carvalho, "As Conferências do Casino, em 1871, e os seus ecos na *Revista Militar*: as Sociedades Militares", *RM*, 51º vol., n.º 11, 1999, pág. 1904. Refira-se mais alguns exemplos: os relatórios elaborados pelas inúmeras e diversas comissões científicas que se deslocaram ao estrangeiro; as notícias de outros periódicos militares e civis nacionais e estrangeiros com quem a *Revista Militar* permutava; notícias enviadas por militares destacados em missões no estrangeiro e militares de outros países quando se deslocavam a Portugal. Sendo que o maior volume de informações era originário dos países de vanguarda da Europa. Perspectiva de trabalho muito importante que fica a aguardar nova incursão de análise.

⁵⁵⁹ Proudhon (1809-1865) foi um dos precursores do socialismo utópico em França que viria a influenciar a cultura portuguesa. Dava uma grande importância à liberdade e igualdade já que só elas podiam conduzir ao federalismo e permitir o respeito dos grupos e dos indivíduos numa base de solidariedade. Como humanista defendia que o mutualismo iria permitir uma melhoria das condições sociais. Contudo, é profundamente individualista, não simpatizava com o colectivismo. As suas teorias foram bem aceites neste período pois

Esta questão surgiu num contexto que a propósito da discussão sobre a função da literatura, um grupo de jovens intelectuais afastados do poder cultural e político e apoiados em ideais e acontecimentos políticos que na altura agitavam a Europa – 1871 momento da unificação da Itália, queda do II Império Francês, Guerra Franco-prussiana e Comuna de Paris⁵⁶⁰ (que dois membros do Cénaculo, Antero de Quental e Guilherme de Azevedo, aplaudiram publicamente)⁵⁶¹ e aparecimento em Portugal da *Associação Internacional de Trabalhadores*, – pouco crentes em relação aos destinos que o país estava a seguir pretendiam agitar a opinião pública portuguesa. Daí corroborarmos com a ideia do Professor Fernando Catroga de que a *Questão Coimbrã* deve ser entendida como um processo bastante alargado que politicamente teve o seu ponto alto na realização das Conferências do Casino⁵⁶².

Podemos considerar que a pretensão de alguns intelectuais mais acérrimos (Antero de Quental e Teófilo Braga) era bem mais alargada pois, em nome de um ideal mítico e de uma revolução que consideravam cultural, pretendiam liquidar o sentimentalismo ultra-romântico e no plano político minar os alicerces do regime monárquico-constitucional. A influência do catolicismo e da igreja tinha ainda de ser combatida pois consideravam-nos os principais responsáveis pelo estado decadente em que a sociedade portuguesa estava mergulhada.

Estes novos intelectuais, à semelhança dos seus modelos da primeira geração romântica (Alexandre Herculano e Almeida Garret), aspiravam a um papel activo nos desígnios da sociedade, procurando para isso disputar directamente o poder político.

correspondiam a um estágio de desenvolvimento da sociedade portuguesa na sua fase de industrialização.

⁵⁶⁰ A Comuna de Paris ambicionava que o resto da França funcionasse como um sistema federativo tal como se encontrava nos princípios de Proudhon, no entanto a sua experiência política comunalista seguiu as linhas decorrentes como os jacobinos, os blanquistas os marxistas e os anarquistas de Bakonin. Apoiava-se em dois órgãos: Comissão Central da Guarda Nacional e Conselho Geral da Comuna. A experiência da Comuna pretendia estender a toda a França um sistema federativo que nunca chegou a ser concretizado. Para um estudo mais aprofundado veja-se: João Medina, "A Comuna foi a Primeira Experiência mítica de governo operário", *História*, Ano XXIV, III série, Novembro/Dezembro, 2001, pp. 20.

⁵⁶¹ Foram, sem dúvida, os jovens do Cénaculo os mais entusiastas. Antero de Quental publica na sua 2ª edição das *Odes Modernas* um poema que dedica à Comuna de Paris com a data de 1871. "Num soneto chamado «Acusação», cujo subtítulo é «Aos homens de sangue de Versalhes em 1871» fala na Comuna nestes termos: «ergue-te enfim justiça vingadora/Cruz que em breve a tua espada ardente / Eu vejo a tirania onipotente /enquanto ao longe a piedade chora». É um termo pelo esmagamento da Comuna e um dos ecos mais expressivos em Portugal do imenso clarão que o incêndio social e político da Comuna despertou no seu tempo". Idem, *Ibidem*.

⁵⁶² Fernando Catroga, "Os Caminhos Polémicos da «geração nova»", in *História de Portugal*, 5º vol., dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pág. 570.

Nessa óptica, as Conferências tinham como propósito “*agitar a opinião as grandes questões de filosofia e da Ciência moderna (...) estudar as condições de transformação política, económica e religiosa da sociedade Portuguesa*”⁵⁶³. Assentavam nitidamente num vasto plano de crítica social e política. No seu livro *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, o Professor João Medina “(...) mostra que as Conferências do casino são mais políticas do que nós pensamos, já que tendemos a vê-las como «literárias» ou meramente estéticas, quando, na verdade marcam uma viragem decisiva na mentalidade político-social portuguesa de oitocentos”⁵⁶⁴. Sabemos hoje que em meados do ano de 1871 deslocaram-se a Portugal três delegados da *Internacional Socialista* sediados em Londres: Anselmo Lourenço, Francisco Mora e Tomás González Morago que estabeleceram contactos com Antero de Quental, Batalha Reis e José Fontana⁵⁶⁵.

Pelos conteúdos das Conferências que foram proferidas ou apenas programadas, salientam-se as de Antero de Quental cujo tema foi *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, (ideias que a *Revista Militar* viria a contrapor através de Florencio de Sousa Pinto), a de Eça de Queiroz sobre o *realismo como nova expressão de Arte* e a de Adolfo Coelho sobre o ensino em geral. Entendiam aqueles intelectuais que a história, a política, a literatura, a pedagogia, a linguística, a religião deveriam passar agora pelo crivo das novas correntes filosóficas e científicas com o objectivo de se modernizar a opinião pública portuguesa e de, conseqüentemente, Portugal entrar na senda do progresso.

Pela influência que se fazia sentir ao nível das autoridades, as Conferências foram encerradas face às críticas e ataques de alguns periódicos conservadores, nomeadamente, o periódico legitimista a *Nação* e do católico *O Bem Público* que as acusaram de intenções subversivas e de estarem a favor da Comuna de Paris.

É no sentido de demonstrar a sua preocupação com a crescente agitação política e social que então se vivia em Portugal que, em Janeiro de 1871, António Florencio de Sousa Pinto no artigo o *Anno de 1870*⁵⁶⁶, começou com uma breve descrição relativa à situação política e militar que se vivia em diversos países da Europa, para logo citar um jornal que então se publicava na capital. “«A sociedade, por um impulso instintivo, e no seu interesse proprio, escolherá o que mais lhe convier: se a liberdade, que fructifica á sombra da ordem, se a que vagueia sem rumo entre a

⁵⁶³ Idem, *Ibidem*.

⁵⁶⁴ João Medina, “A Comuna foi a Primeira Experiência mítica de governo operário”, *História*, Ano XXIV, III série, Novembro/Dezembro, 2001, pág. 21.

⁵⁶⁵ Idem, *Ibidem*.

espuma da anarchia; se a civilização que deriva das doutrinas evangelicas, e que levanta o espirito sobre a materia, se a que inspira do goso e converte a alma em escrava das torpezas sensuaes; se o rocheço secular, sobre o qual se construe com solidez, se o areal movediço onde o edificio ficará em breve reduzido a um acervo de ruinas; se as instituições que abrigam a propriedade e a familia, se as que podem ser um perigo, ou pelo menos uma incessante ameaça para esses dois principios sociaes»

*Só depois de duras provações socegarão os espiritos, e se fará a escolha, oxalá acertem*⁵⁶⁷.

Em 1872, Sousa Pinto no seu artigo *O Anno de 1871*⁵⁶⁸ referindo-se aos acontecimentos que tiveram lugar em Paris (Comuna de Paris) fez um esboço desses acontecimentos de maneira a servirem de prevenção para o que pudesse vir a ocorrer em Portugal em atenção aos momentos agitados que se viviam na sociedade portuguesa embora não mencione o nome de Portugal se estivesse a referir-se-lhe.

Começou por descrever três grandes momentos da História da França: do império Romano a Carlos Magno, deste a Luiz XIV, (época que considerava áurea na História de França), deste à queda da Bastilha em 1789 e, finalmente, ao que designou de curto reinado da *Comuna de Paris*. É durante esse curto e efémero período que em França se acabou com aquilo que ele considerou a *alma da nação e o amor patriótico*⁵⁶⁹.

Continua referindo que se o momento político e social vivido durante a Comuna de Paris foi bastante conturbado, os que se seguiram não foram menos, pois apesar de se julgar que os julgamentos e as sentenças seriam mais justos, muito pelo contrário, relatos dão-nos a conhecer que as atrocidades continuaram desta vez para aniquilar os elementos que anteriormente tinham feito parte do movimento da Comuna de Paris⁵⁷⁰. Ainda a este respeito, Sousa Pinto reforçou a sua atitude recorrendo-se de

⁵⁶⁶ Antonio Florencio de Sousa Pinto, "O Anno de 1870", *RM*, Tomo XXIII, n.º 1, 1871, pág. 3.

⁵⁶⁷ Idem, pp. 16-17.

⁵⁶⁸ Idem, "O Anno de 1871", *RM*, Tomo XXIV, n.º 1, 1871, pág. 3.

⁵⁶⁹ "O verdadeiro amor da patria já em raros corações echoava; o amor de familia relaxara-se pela prostituição dos costumes. O vicio campeava infrene, e tudo fazia esperar d'aquella civilização o mesmo a que a chamada civilização antiga conduziu as raças que foram d'esses tempos: (...) as acções heroicas de outras épocas, eram-lhe como se foram fabulas inventadas (...). A idéa de Deus que era uma ameaça perenne foi banida; a familia desfeita; as egrejas tornadas em lupanares; a mulher enthronisada pela prostituição; o homem santificado pela crueldade; as leis mais justas foram violadas e os refens mortos sem pretexto nem fim; até os cemiterios não escaparam, propoz-se a sua abolição, e os cadaveres foram destinados para guano !!". Idem, pp. 4 e 5.

⁵⁷⁰ "apoz a communa vieram as represalias de Paris, e depois as de Versailles! Ai! Não foram menores os horrores! Que o diga o campo de Satory: 12:000 prisioneiros, homens,

algumas eloquência de Vítor Hugo sobre a descrição do quadro político, social e judicial vivido na França daquela época⁵⁷¹.

Nesta eloquente alusão, onde tratou da situação política de outras nações europeias pretendia tão só, atendendo à situação política vivida em Portugal, evitar por todos os meios o que aí acontecera. Alerta para a necessidade imperiosa de conhecer as verdadeiras causas que levaram a esses conflitos porque só dessa forma nos poderão servir de verdadeiros avisos. Insiste numa visão positiva da nação portuguesa ao referir-se à necessidade de inculcar o cumprimento do dever, o respeito, o amor pela pátria.

No domínio dos agitados momentos que se viveram em Paris com a queda da Comuna no dia 28 de Maio de 1871, Sousa Pinto no seu artigo *Epilogo Funesto*⁵⁷² publicado na *Revista Militar* em Junho desse mesmo ano apresentou o funesto e trágico fim do que foi a experiência da instauração do Governo da Comuna de Paris e a sua destruição pelo Exército de Versalhes.

Começou por fazer uma observação bastante crítica e negativa dos massacres feitos pelas forças napoleónicas em Leiria, Nazaré, Vila Viçosa e Évora, aos roubos e vexames e irreverências praticadas em Portugal pelo Exército Napoleónico⁵⁷³, para logo de seguida descrever de forma minuciosa o que considerou de *horrorosas e inauditas barbaridades* praticadas primeiro pela Comuna e depois pelo Exército de Versalhes⁵⁷⁴.

Ainda neste contexto, e como consequência dos acontecimentos ocorridos na semana sangrenta de Paris apresenta o final da Comuna: "(...) *vivam os direitos do homem, e a inviolabilidade da vida, e a civilização do seculo XIX! Fuzilam os socialistas, fuzilam os comunistas, fuzila a republica, fuzila a monarchia, fuzilam todos!*"⁵⁷⁵. Nesse sentido demonstra grande admiração pelos revolucionários: "*A maioria dos membros da communa fusilados morreram com valor: pareciam todos*

mulheres, e creanças e velhos, quasi nus, com as cabeças descobertas, enterrados no lodaçal até aos joelhos, soffrendo a fome terrivel; n'um dos extremos do campo um tribunal que julgava summariamente e quasi sem provas, e que só proferia uma sentença – a de morte; ao lado escoltas de soldados servindo de carrascos e de coveiros; e, quando no meio dos grandes soffrimentos, aquella immensa mole dava um gemido de agonia, as metralhadoras que guarneciam o campo, e a rodeavam, encarregavam-se de abafal-o!. Idem, pp. 5 e 6. Veja-se ainda João Medina, "A Cumuna foi a Primeira Experiência mítica de governo operário", *História*, Ano XXIV, III série, Novembro/Dezembro, 2001, pág. 19 e 20.

⁵⁷¹ Sobre as eloquência de Vítor Hugo veja-se Idem, pp. 6-7.

⁵⁷² António Florencio de Sousa Pinto, "Epilogo Funesto", *RM*, Tomo XXII, n.º 11, 1871, pág. 245.

⁵⁷³ Idem, pág. 246.

⁵⁷⁴ Idem, pp. 246-255

⁵⁷⁵ Idem, pág. 251.

possuidos de uma especie de «iluminismo», proprio da exaltação que acompanha a luta sem quartel»⁵⁷⁶.

Em 1872, no seu estudo *Observações Geraes*⁵⁷⁷, o autor adoptou uma atitude diferente, pois ocupa-se da *guerra posthuma*, a guerra que considera não menos violenta e desesperada que a realizada nas arenas do campo de batalha, que é a utilização da imprensa pelos bastidores da política como forma de fazer valer os seus propósitos e, assim através dela conquistar o poder. Nesta demonstração, o autor, recorreu-se de notícias publicadas em periódicos franceses como o *Figaro*, *La Liberté de Paris*, *Siécle* e ainda de alguns periódicos de Barcelona⁵⁷⁸.

Não menos importante foi a preocupação que demonstrou em relação à forma como o socialismo se afirmava, recorrendo-se a um periódico de Barcelona para demonstrar essa preocupação: *"o que é certo, é que já reflecte cá fóra, e que a Hespanha vae desenvolvendo o germen plantado na França, e ora em Barcelona se reúnem os socialistas estabelecendo o seu programma, ora dos Pyrineos desce o estandarte do partido opposto levantando o grito da guerra e assolando o paiz. (...) «Emancipação política, social, economica e religiosa de todos os membros da humanidade»; para o que proclamam a abolição de todo o jugo auctoritario, equalisação dos direitos e deveres, transformando o estado em livre federação de federações livres, abolindo os exercitos e todos os titulos e honras; como consequencia supprimem-se as nacionalidades, declara-se livre a familia, estabelecem-se jurys para julgar todas as questões, prohibe-se que qualquer homem seja assalariado de outro homem, acaba-se com as contribuições e declaram-se livres todos os serviços; prohibe-se, apezar da liberdade do ensino, que os sacerdotes se ingiram n'elle e tira-se o character religioso aos cemiterios, não obstante respeitarem-se todas as crenças. Como complemento proclama-se a queda dos thronos, das presidencias, dos directorios, das assembléias legislativas, do poder executivo e de toda a especie de autoridades (...) Estamos pois passando por uma epoca de transição, achando-se em luta perenne trez principios que se definem pelos tres governos que representam - absolutismo, monarchismo e o republicanismo. O primeiro tem por base o temor dos povos, o segundo o preceito da honra, e o terceiro as virtudes estoicas mui pouco vulgares na humnidade. Devemos porém consolar-nos com as reflexões seguintes: Voltarem povos que libaram no calix da liberdade para o regimen absoluto é muito difficil se não impossivel; formar de monarchias seculares,*

⁵⁷⁶ Idem, *Ibidem*.

⁵⁷⁷ Idem, "Observações Geraes", *RM*, Tomo XXIV, n.º 9, 1872, pág. 225.

*boas republicas, é igualmente pouco facil e seria o mesmo que construir um elevado edificio sobre terreno movediço que o primeiro tufão faria cair*⁵⁷⁹.

Ainda neste mesmo ano de 1872, Antonio Marinho de Sousa e Barros no seu estudo *A Religião e o Exercito Perante o Socialismo*⁵⁸⁰ começou por confrontar a Igreja e o Exército com as possíveis modificações da sociedade provocadas pelas ideias do socialismo que considerava responsáveis pela destruição e anarquia que se vivia em alguns países europeus e que ameaçava a sociedade portuguesa⁵⁸¹.

A imprensa também não foi poupada a críticas de alguma forma violentas na medida em que era acusada de ser a responsável pela difusão das ideias perniciosas do socialismo: *"A imprensa, onde devia fulgurar o facho de luz benefica que esclarece e ilumina, e não a fogueira que abraza e devora, contribue também pela sua parte e com summo affan para fascinar os espiritos noviços e incautos, preconizando os mais condemnaveis sophistas Proudhonicos com o fim de preverter a sociedade, tomando a um verdadeiro chaos em proveito exclusivo d'esses utopistas da epoca, desses façanhudos e torpes egoistas que vagueiam por toda a parte aguardando avidos o momento de assaltarem com satanico furor os thesouros sociaes, quaes leões esfaimados accommettendo a sua preza*⁵⁸².

Se o receio do contágio do socialismo preocupou a Direcção da *Revista Militar*, também a ideia de República não lhe deixou de provocar alguma preocupação e angústia pela propaganda de que vinha a beneficiar e o avanço que vinha a beneficiar na Europa, particularmente na Itália, Espanha e França, manifestando-se já na

⁵⁷⁸ Sobre essas notícias veja-se, Idem, pp. 225-230.

⁵⁷⁹ Idem, pág. 230

⁵⁸⁰ Antonimo Marinho de Sousa e Barros, "A Religião e o Exercito Perante o Socialismo", *RM*, Tomo XXIV, n.º 13, pág. 317.

⁵⁸¹ "(...) certos espiritos sordidos e baixos se agitam com sagacidade para fazerem baquear por terra o magestoso edificio social, proclamam ás massas, que em geral possuem boas tendencias, as theorias anarchicas do socialismo, como as taboas de uma nova lei, onde se compendia o bem estar das gerações existentes e futuras. (...) O socialismo, visto pelo prysma da razão e atravez de todos os tempos, há sido sempre a hydra de Lerna ameaçando devorar o cidadão pacifico, o abutre recurvando as garras para desfibrar as viceras da sociedade, a fonte perennal de venno corrosivo que espedaça os liames do homem. (...) O socialismo é um borborinho de vampiros da honra e sicarios da lei, que no delirio crapuloso do mais atroz egoismo ameaça arrastar a boa fé dos incautos na lava dos vulcões sociais, que fumegantes atiram a mecha do incendiario ao coração da mãe patria, (...) aspira o socialismo a ser o apostolo do progresso, e ostenta-nos a sua bandeira ensopada em sangue, o facho incendiario do petroleo, o punhal do ladrão, o trabuco do assassino, tudo o que revela a indole mais perversa e sordida? (...) a autoridade confiada a gente de tal ordem não collocaria a sociedade em mais horrido estado, do que lysandro collocou a sociedade atheniense atheniense no fim da guerra do peloponneso, entregando-a ao governo de trinta archontes ferozes ou tyrannos, que a final foram degolados para expiação dos seus monstruosos crimes?". Idem, pág. 318 e 320.

⁵⁸² Idem, pp. 317-318.

Inglaterra se bem que de uma forma discreta. A preocupação era tanto maior quanto mais progredia em Espanha com quem tínhamos as nossas fronteiras: "O partido republicano, em Hespanha, ganha terreno; e sabe-se que aos pactos federaes de diversas provincias, vae seguir-se um outro de Vascongadas e Navarra"⁵⁸³.

Como exemplo da complexidade por que passavam alguns países da Europa face aos novos ideias de sociedade que iam surgindo nas últimas três décadas do século XIX, a *Revista Militar* num dos seus números de 1873, publicava de um periódico de Lisboa o seguinte excerto. "E' difficil prescurtar os segredos d'essa pavorosa anarchia que lavra nos espiritos, descobrir os fios d'essa vasta e complicada conspiração que mina pelas bases a sociedade. Para alcançar a verdade é necessário aproximar os factos e comparal-os; é indispensavel escutar as ameaças, as palavras de esperança, as incitações á revolta, as exposições de principios, que parecem surgir dos insondaveis abyssos de um mundo informe onde não penetram os puros clarões da razão e da moral. E' vago tudo, é tudo indefinido, desordenado, cahotico; mas, attentando bem, encontra-se n'essa immensa confusão de paixões, de odios, de conspirações tenebrosas, de crimes nefandos (...). E' como se um poder estranho ousasse servir-se de desordem extrema para conseguir fins sinistros, (...). E não só parece que ha um incitador e promotor sinistro como d'essa immensa desordem, que procura caminhar atravez das ruinas da civilisação com a mira n'um futuro de extrema anarchia, em que talvez julga poder triumphar e saciar uma implacavel vingança, mas tambem parece que ambiciosos de segunda plana, (...) com aspirações a grandes feitos e a grandes planos, crêem poder servir-se da angustiosa situação em que se achavam os povos, agitados e dilacerados pelos criminosos attentados de conspiradores sem consciencia e sem honra, para realisar a destruição de antigas e robustas nacionalidades, e formarem das ruinas d'ellas imperios, onde dominem em nome da corrupção, da negação de todos os pricipios de moral e de justiça, em nome da anarchia e do atheismo (...)"⁵⁸⁴.

Continuando, Sousa Pinto no seu estudo *Portugal em 1872 – Vida Constitucional d'um Povo de Raça Latina*, que publicou nas páginas do periódico entre 28 de Fevereiro e 15 de Abril de 1873, dá-nos conta das transformações técnicas e científicas que ocorreram em Portugal desde o início da Regeneração 1851 e 1873. "Portugal entra rasgadamente, n'essa época, no jogo regular da vida constitucional, reforma a sua legislação, organiza as suas finanças, construe estradas, abre escolas,

⁵⁸³ Antonio Florencio de Sousa Pinto, "Ruido do Trovão", *RM*, Tomo XXI, n.º 13, 1869, pág. 202.

*funda estabelecimentos de credito, supprime monopolios, decreta a desamortisação dos bens de mão-morta, e chega a um grau de civilisação e de prosperidade inferior, sem duvida, ao de muitas outras nações, que ha muitos annos lhe haviam tomado o passo na carreira do progresso. (...) E o mais notavel ainda é que, tendo atravessado muito recentemente uma terrivel crise financeira, resultado das sommas enormes consagradas a melhoramentos, este paiz sae das difficuldades, em poucos annos sem recorrer a nenhum dos meios condemnados e violentos, que outros estados mais ricos, maiores e inculcando-se mais civilizados, não hesitaram em pôr em prática, em identicas circumstancias*⁵⁸⁵. Para o autor a explicação destes factos encontram-se obviamente na memória da nação: nas suas tradições, nos seus costumes e carácter particulares de que só o povo português era dotado.

Sem se referir directamente à segunda Conferência proferida por Antero de Quental, *Causas e Decadencia dos Povos Peninsulares nos Últimos Séculos*, (que viria a ser largamente criticada pelo periódico legitimista a Nação e, em parte, por o católico O Bem Público) com o objectivo de demonstrar que o pessimismo dos portugueses era muitas vezes exagerado, contrapõe com dados estatísticos os factos apresentados por Antero na sua segunda comunicação refutando-os ponto por ponto com factos demonstrativos de que Portugal seguia no caminho certo⁵⁸⁶. No entender do periódico *"Tudo leva a crer, que Portugal, continuará a provar que os povos de raça latina não são mais incapazes para a vida constitucional"*⁵⁸⁷. *"Hoje, que a rivalidade entre os diversos estados deve ser uma luta de progresso e melhoramentos sociais, Portugal oferece, em vinte anos, o espectáculo do desenvolvimento e da prática de*

⁵⁸⁴ Idem, "O Anno de 1873", *RM*, Tomo XXV, n.º 1, 1873, pág. 5.

⁵⁸⁵ Antonio Florencio de Sousa Pinto, "Portugal em 1872 – Vida Constitucional d'um Povo de Raça Latina", *RM*, Tomo XXV, n.º 4, 1873, pág. 94.

⁵⁸⁶ " São de ponto eloquentes os numeros: 3:500 kilometros de estradas ordinarias (...); 715 kilometros de vias ferreas em exploração; 131 quasi completos e duas novas linhas, cujos trabalhos foram começaddos; mais de 200 pontes sobre os rios e correntes de água secundarias; mais de 3:000 kilometros de linhas telegraphicas; caminhos americanos e do sistema Larmanjat, começando a ser estabelecidos nas vias publicas; melhoramento dos portos de mar, criação e subvenção de linhas regulares de navegação de vapor de Lisboa para o algarve, Açores, madeira e colónias de Africa occidental; construção de alguns grandes edificios para os serviços do estado; (...). Não mudou menos a economia. Aos dois bancos de Lisboa e porto vieram juntar-se n'este periodo outros estabelecimentos de credito: os bancos Mercantil; União, Lusitano, Ultramarino, companhia Utilidade Publica, Companhia Geral do Credito Predial, o banco do minho em Braga, o banco Agricola em Vizeu, além de duas succursaes d'um banco inglez em Lisboa e no Porto (...). Seguem-se as estatísticas referentes à agricultura, Comércio interno e externo e indústria. Veja-se Idem, pp. 99-102.

⁵⁸⁷ Clara alusão aos motivos de decadência, apresentados por Antero de Quental na 2ª Conferência do Casino Lisbonense, afirmando-se pela positiva. Manuel Jorge Pereira de Carvalho, *As Conferencias do Casino, em 1871, e os Ecos na Revista Militar: As Sociedaes Militares*, *RM*, vol. 51º, n.º 11, 1999, pág. 1915.

*todas as liberdades, e da doçura das instituições, dando com a Bélgica, a Suíça e a Holanda, salutarens ensinamentos (...)*⁵⁸⁸. Estamos perante um discurso que podemos considerar de triunfalista e apologético aos grandes feitos dos portugueses que o autor utiliza logo no início do seu discurso apresentando uma resenha histórica do passado glorioso e apologético do povo português, aliás aspecto que está presente ao longo do seu discurso. Sousa Pinto neste seu trabalho concebe o culto da memória nacional como magistério cívico e meio para reabilitar a nação.

As *Conferencias do Casino Lisbonense* surgiram na *Revista Militar* através do artigo *Sociedades Militares* (1971) de José Estevão de Moraes Sarmiento cujo espírito sempre aberto a novas ideias propunha uma discussão sobre a constituição das *Sociedades Militares* face às novas mudanças que o Exército estava a sofrer. Entendia o autor: "*Na epoca actual em que é enorme o movimento científico; em que cada dia se vão alargando os horizontes e enriquecendo os dominios das ciencias mathematicas e physicas; (...) é urgente, é indispensavel mesmo, que as officialidades de todos os exercitos se ponham a par dos conhecimentos que d'ellas exige o progresso, mostrando assim, que sabem compenetrar-se do sagrado dever que a patria incube aos seus defensores*"⁵⁸⁹. Os conflitos militares exigiam cada vez mais uma melhor preparação individual e de unidades para lhes fazer frente⁵⁹⁰. Moraes Sarmiento apercebendo-se dessa necessidade, defendia que o militar cidadão deveria manter a sua individualidade e motivação de modo a que se tornasse um elemento consciente da sua acção nos conflitos⁵⁹¹. Nessa formação encontravam-se as *Sociedades Militares* que seriam centros de estudo e de divulgação da ciência muito importantes, para uma nova visão do indivíduo e que já existia noutros países da Europa – Espanha⁵⁹², Prússia, Áustria, Rússia, Suíça, França e Inglaterra, onde se divulgou o *Kriegsspiel*⁵⁹³.

⁵⁸⁸ Idem, *RM*, Tomo XXV, n.º 7, 1873, Pág. 167

⁵⁸⁹ José Estevão de Moraes Sarmiento, "Sociedades Militares", *RM*, Tomo XXIV, n.º 1, 1872, pág. 24.

⁵⁹⁰ "*Vão passados os tempos em que um chefe intelligente e tropas valerosas eram condições sufficientes para alcançar a victoria. Nas circunstancias actuaes da guerra cada official deve valer um general, cada soldado um official (...). A guerra actual, (...) é prompta, rapida, invasora, summaria (...)*" Idem, *Ibidem*. Estamos perante um novo conceito estratégico e uma nova mentalidade perante os conflitos que neste altura começa a surgir com as mudanças no campo tecnológico e científico e que interessa estudar.

⁵⁹¹ Idem, *Ibidem*.

⁵⁹² O autor dava como exemplo o *Atheneo del Exercito Y de la Armada* (1871) que era uma sociedade científico-militar que tinha como finalidade a aquisição de conhecimentos técnicos e científicos. Estava dotada de uma biblioteca com periódicos militares nacionais e estrangeiros e de obras de reconhecida utilidade na Ciência, na Literatura e nas Artes. Além disso, tinha ainda gabinetes de Física, Máquinas, Geodesia e laboratórios de Química, para poder seguir os últimos movimentos científicos da época. Os seus estatutos previam a

Dá-nos a conhecer que esta ideia não era nova, pois já existira uma anterior em Macau designada de *Grémio Militar*⁵⁹⁴ e por outro lado defendia que a *Sociedade Militar* não deveria seguir os estatutos de outras associações estrangeiras uma vez que o *Cube Militar Naval*, (1866) constituído por oficiais do Corpo da Marinha, Guardas Marinhas, Engenheiros Navais e Facultativos e Capelães do quadro da Marinha e oficiais da fazenda e os maquinistas navais com graduação de oficiais, já tinham a sua agremiação e os seus objectivos bem definidos: "*Excitar, por meio de palestras scientificas e litterarias, por adequadas publicações e por todos os meios eguaes, os estímulos geradores das grandes acções e os factos que honram a humanidade; para que os officiaes se tomem distinctos e continuem a conservar as tradições gloriosas da marinha portuguesa*"⁵⁹⁵. O autor propunha uma mesma sociedade militar com todos os ramos do Exército e com o propósito de adquirir mais conhecimentos, com trabalho de cariz científico e onde apenas o estudo poderia fornecer tudo o necessário. Neste sentido Sarmiento questiona sobre a criação das *Sociedades Militares* à semelhança de outras existentes na sociedade portuguesa: "*A organização d'uma sociedade militar, sem ideia alguma politica, com fins analogas aos do Atheneo hespanhol e Club militar naval, parece-nos um pensamento grande e prometedor de ecellentes resultados. (...) Reunem-se os mathematicos, os naturalistas, os medicos, os economistas, os politicos, todas as classes emfim, para discutirem pontos controvertidos das sciencias que cultivam, porque motivo se não hão de reunir para o mesmo fim os militares cujo officio faz uso, nas suas applicações, de todas aquelas sciencias?*"⁵⁹⁶

A referência às Conferências do Casino foi feita de modo muito subtil sem referir o seu nome. A formação científica contínua dos quadros do Exército era uma das grandes preocupações de Moraes Sarmiento.

criação de *atheneus*, (sociedades militares) em todas as capitais de distrito formando uma sociedade com ligação a Madrid. Para um estudo mais aprofundado veja-se Idem. pp. 26-30.

⁵⁹³ O *Kriegsspiel* (jogos de guerra) foram divulgados em Londres na Royal United Service Institution da qual faziam parte oficiais de todas as armas do Exército. Para mais informação veja-se: Idem, "As Sociedades Militares e o *Kriegsspiel*", *RM*, Tomo XXV, n.º 2, 1873, pp. 45-48.

⁵⁹⁴ O *Grémio Militar* ideia do Capitão Azevedo Coutinho, foi criado em Macau através da Portaria n.º 8 de 24 de Janeiro de 1871, do qual faziam parte oficiais todos os oficiais de terra e mar. Tinha como objectivo a aquisição de livros úteis ao esclarecimento dos militares e a leitura de jornais militares nacionais e estrangeiros. Proporcionava ainda saraus literários, reuniões de família e outras diversões para recreio dos seus sócios. Para mais informação veja-se: idem, "As Sociedaes Militares e o *Kriegsspiel*", *RM*, Tomo XXV, n.º 2, 1873, pp. 45-48.

⁵⁹⁵ Idem, pág. 30.

⁵⁹⁶ Idem, pág. 31.

Em 1872, no seu estudo *Sociedades Militares*, tendo como base trabalhos de outros países estrangeiros, publicou nas páginas do periódico um novo estudo, onde demonstrou as vantagens das *Sociedades Militares*, não deixando de registar a forma negativa como a sua proposta foi acolhida mesmo nos meios militares: "*Parece que nos enganámos, porque á nossa lembrança succedeu na imprensa o silencio e nas conversações particulares uma crítica ignorante e injusta.*

*Ignorante, porque quem ataca a organização das sociedades militares desconhece que ellas florescem, prosperam e dão excellentes resultados nos diversos paizes europeus, injusta, porque suppõe que essa instituição seria talhada de molde a influir nos destinos da política (...)*⁵⁹⁷. Em seu entender, a criação das *Sociedades Militares* nada teriam de subversivo, pois destinavam-se a uma melhor qualificação técnica e científica dos quadros do Exército tal como sucedia noutros países da Europa, porque entendia que o "*official ignorante tende a ser banido dos exercitos*"⁵⁹⁸. E acrescenta que as *Sociedades Militares* eram muito úteis, pois entre outros aspectos, permitiam a actualização constante dos conhecimentos através das leituras e conferências⁵⁹⁹, elevando o nível cultural do Exército. Não obstante alerta para que: "*Senão acompanhar-mos as tendencias geraes, se não recorrermos a todos os meios para colocar a nossa officialidade ao nivel da dos outros paizes, pelo que toca a instrucção, devemos preparar-nos para desaparecer da lista das nações na primeira conflagração. Hoje a victoria não é do mais audaz, é do mais sabio. Com a sciencia e pela sciencia é que a Prussia aniquilou a França*"⁶⁰⁰.

Logo após as suas propostas da criação das *Sociedades Militares* outras vezes se levantaram em seu apoio.

Manuel Alves de Sousa no artigo *Sociedades Militares* apresentou nas páginas do periódico a sua opinião acerca de uma proposta idêntica que houvera feito duas décadas antes e que não tivera aceitação por ser considerada extemporânea⁶⁰¹.

⁵⁹⁷ Idem, "Sociedades Militares", *RM*, Tomo XXIV, n.º 12, 1872, pág. 261.

⁵⁹⁸ Idem, pág. 270.

⁵⁹⁹ "*As conferencias e leituras podem dar resultados muito satisfatorios, por isso que obrigam os prelectores a estudar, a pensar, a compulsar muitos livros, a solicitar muitos esclarecimentos e conselhos, o que tudo reunido produz augmento de conhecimentos, desenvolvimento intellectual e gosto pelo trabalho*". Idem, *Ibidem*.

⁶⁰⁰ Idem, *Ibidem*.

⁶⁰¹ "*Quando passamos ao posto de official e considerámos a apoucada instrucção que possuíamos tentámos crear uma sociedade litteraria instructiva e recreativa, composta sómente de individuos militares (...). Era nosso intento estudar-se principalmente geographia, historia e tudo o que tivesse relação intima e fosse consentaneo com a profissão das armas e depois fazerem-se conferencias memorias etc. ácerca de cada um dos assumptos estudados (...)*". M. Alves de Sousa, "As Sociedaes Militares", *RM*, Tomo XXIV, n.º 18, 1872, pág. 375.

Iniciativa idêntica e sem qualquer resultado teve o General Celestino Soares com os *Serões Militares* em que pretendia "incutir no soldado o amor das grandes acções, da glória e das virtudes civicas, por meio de leituras adequadas ao intento (...)"⁶⁰². Registava aquele oficial "que uma regeneração social transforme proveitosamente as acanhadas instituições que ora nos regem, e que a força armada, sustentaculo do throno, poderoso e único elemento de ordem, segurança e defesa da patria, desempenhe condignamente a nobre missão que esta lhe confia"⁶⁰³.

Entre finais de 1872 e inícios de 1873 surgem mais ecos das *Sociedades Militares* por João Nepomuceno de Macedo de Lacerda que se refere à mesma temática na *Revista Militar* no sentido de propor uma renovação do Exército e o alargamento da instrução a todos os graus da hierarquia militar, atendendo a que era necessário proceder a alterações convenientes para o desenvolvimento e progresso da Instituição Militar.

De acordo com o Professor Nuno Severiano Teixeira, foi ao nível da opinião publica que o *Ultimatum* adquiriu uma dimensão trágica de derrota nacional⁶⁰⁴.

Através da imprensa os ideais de patriotismo e ódio ao inglês difundiram-se por toda a Lisboa e, a partir da imprensa de província, a todo o país⁶⁰⁵ o que levou a que toda a sociedade portuguesa se unisse num grande movimento nacional e patriótico. Neste movimento participaram as mais diversas instituições – económicas, autoridades civis, militares, religiosas, académicas, colectividades recreativas, sociedades culturais e ainda organizações cívicas criadas no momento. À semelhança da sociedade civil, também as instituições e autoridades militares fizeram sentir o seu protesto. Algumas unidades do Exército e da Marinha manifestaram o seu repúdio ao *Ultimatum*, abrindo subscrições – Oficiais, Sargentos e Praças ofereceram um mês de pré para a Grande Subscrição Nacional.

De entre as diversas instituições que colaboraram nesse grande desígnio nacional, destaca-se a *Sociedade de Geografia de Lisboa* que foi criada expressamente para o estudo da questão colonial e, por onde passava a política ultramarina portuguesa, expressa o seu descontentamento através de um discurso patriótico proferido de uma das suas varandas por Luciano Cordeiro enquanto a

⁶⁰² Idem, pág. 377.

⁶⁰³ Idem, pág. 378.

⁶⁰⁴ Nuno Severiano Teixeira, "Do sistema – A dinâmica Interna", in *O Ultimatum Inglês, Política Externa e Política Interna do Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, S. A., 1990, pág. 105.

⁶⁰⁵ Consultar a imprensa de província e as secções de imprensa de Lisboa. Cf. especialmente em *O Século* a rubrica diária «Nas Províncias». Idem, "Do sistema – A dinâmica Interna", in

multidão gritava palavras contra a Inglaterra e os Braganças. Esse descontentamento foi, ainda, demonstrado à imprensa internacional e a outras instituições europeias do seu género.

Depois de uma pequena abordagem à forma como foi aceite o *Ultimatum* pela imprensa civil e opinião pública portuguesa, interessa-nos saber como reagiu a *Revista Militar* àquele incidente diplomático.

Desde a década de 70 que a *Revista Militar* vinha a dar particular atenção à questão colonial, procurando informar os seus leitores de tudo quanto com as colónias portuguesa estivesse relacionado.

No que diz respeito a este incidente diplomático – *Ultimatum* – logo a 15 de Janeiro de 1890 o periódico fez publicar nas suas páginas os artigos: *O Conflictio Anglo-luso* da Redacção, *O Que Temos a Fazer* de R. F. e no dia 31 os artigos: *Às Armas!* de Fernando da Costa Maya e *Um Brado pela Pátria* de Bento da França⁶⁰⁶.

Nos dois primeiros artigos fez-se um apelo à união de todos os portugueses no sentido de fazer frente ao que consideraram vergonhosa e cobarde afronta da Inglaterra⁶⁰⁷. Procurou-se levantar os sentimentos patrióticos dos portugueses a partir de referências aos ensinamentos e momentos heróicos dos antepassados: "*Unamó-nos, pois, todos os bons, sinceros e leaes portuguezes. Preparemo-nos, successivã e methodicamente, para tirarmos uma desforra condigna do insulto recebido, da offensa que nos acaba de fazer a Inglaterra. E Portugal póde contar absoluta e inteiramente com os seus soldados. (...) as heroicas tradições dos seus antepassados, e os descendentes dos heroes da Roliça, do Vimeiro, do Bussaco, de Badajoz, de Victoria mostrarão mais uma vez aos inimigos da sua patria o caminho da derrota*"⁶⁰⁸.

Nesta mesma linha de pensamento, seguem os artigos *Às Armas!* e *Um Brado pela Pátria* onde o discurso continua a manifestar um tom patriótico de apelo às qualidades particulares e exclusivas que caracterizam os portugueses. A sua determinação e amor pela Pátria são de tal forma grandiosos que não cederão à afronta inglesa e que pela memória dos seus antepassados lutarão com redobrada determinação.

O Ultimatum Inglês, Política Externa e Política Interna do Portugal de 1890, Lisboa, Alfa, S. A., 1990, pág. 110.

⁶⁰⁶ Pelo impacto que teve no país, esta problemática continuou a ser debatida nas páginas do periódico no ano seguinte. R. F. "O problema colonial" *RM*, Tomo XLIII, n.º 12, pp.400-407. José Estêvão de Moares Sarmento: "viva a patria!", *RM*, Tomo XLIII, n.º 14, pp. 417-420. Idem, "Pela Ordem", *RM*, Tomo XLIII, n.º 16, pp. 481-485. Idem, "Álerta!", *RM*, Tomo XLIII, n.º 17, pp. 513-517. Sousa Tavares, "Pátria e Dever", *RM*, Tomo XLIII, n.º 24, pp. 736-744.

⁶⁰⁷ Redacção "O Conflito anglo-luso", *RM*, Tomo XLII, n.º 1, 1890, pág. 6.

Em ambos os artigos se defende a organização do Exército, e questiona-se para que serviria construir obras grandiosas se depois não haveria Exército para as defender e garantir a sua posse.

A partir da análise aos diferentes artigos denotámos o apelo ao sentido patriótico que une os portugueses em momentos difíceis e o apelo ao ódio ao inglês pelos seus intentos o que vai ao encontro do que o Professor Nuno Severiano Teixeira constatou na sua análise à imprensa periódica da época.

Podemos afirmar que a *Revista Militar* acompanhou intensamente as ideias e os movimentos que surgiram durante a segunda metade do século XIX e, prestando-lhes a devida atenção, procurou informar o seu público leitor e ao mesmo tempo, intervir junto da instituição militar e do país sempre que achou oportuno por forma a proteger a unidade da nação e paz social.

Revelou-nos uma preocupação constante com o estado da sociedade ao manifestar-se contra o iberismo, o republicanismo, o socialismo, o federalismo e o anticlericalismo, que considerava responsáveis pela perturbação social que se vivia sobretudo em países como a França, Espanha e Itália. É no sentido de salvaguardar a unidade do país e manter a paz social que considerava fundamentais ao bom desenvolvimento da Nação. Ao mesmo tempo que apresenta as causas desse perigo adopta um discurso patriótico e apologético recorrendo à memória gloriosa dos feitos dos antepassados, aliás discurso que esteve sempre presente ao longo do periódico.

As influências ideológicas e transformações da sociedade preconizadas nas *Conferências do Casino Lisbonense* (1871), embora partindo de um princípio estético tinham objectivos claramente político, tiveram enorme repercussão no Exército sobretudo no questionar de temas relacionados com a preparação técnica e científica dos oficiais e com o associativismo, sendo um dos seus principais defensores Moraes Sarmiento. Nesse âmbito já existiam duas instituições, o *Club Militar Naval* (1866) e o *Grémio Militar de Macau* (1870).

Como tivemos oportunidade de verificar as Conferências viriam a ter alguma repercussão, sobretudo em unidades militares afastadas de Lisboa, como Mafra, Castelo Branco e Angra do Heroísmo, onde alguns oficiais demonstraram receptividade à criação das *Sociedades Militares*. A evolução da ciência e da técnica impunham que se repensassem e se debatessem os problemas relacionados com o Exército.

⁶⁰⁸ Idem, pág. 7. Veja-se ainda R. F., "O que temos a fazer", *RM*, Tomo XLII, n.º 1, 1890, pág. 25.

Contudo as propostas de Moraes Sarmiento não tiveram continuidade por motivos de se tomarem em grupos de pressão política sobre uma sociedade já conturbada, embora originassem a criação de instituições específicas como foi o caso da criação da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) da qual participaram muitos militares.

O Centenário da Guerra Peninsular, a *Revista Militar* e o culto dos heróis

O fenómeno das comemorações permite avivar na memória das sociedades os aspectos do passado necessários para enfrentar o futuro.

Nas comemorações centenárias⁶⁰⁹, a celebração dos grandes acontecimentos e figuras do passado serve para apoiar a dimensão social da memória e tornar possível a identificação dos grupos e das comunidades em função dos seus interesses, desejos, emoções e ideias. A identidade e singularidade de um país afirmam-se nas grandes comemorações; imagens, símbolos e referências de valores que contribuem para a unidade nacional.

A partir do momento em que ocorreu a separação entre a Igreja e o Estado, as comemorações deixaram de estar regidas pela vontade divina e tomaram-se realidades baseadas na liberdade dos homens pelo que se estabeleceu um calendário de celebrações distinto do calendário cristão.

As comemorações contribuíram para a afirmação dos momentos grandiosos do passado tornando-se objectos de culto público.

A grandiosidade alcançada pelas comemorações centenárias iniciou-se em Portugal com o centenário da morte de Camões em 1880.

Nas últimas décadas do século XIX, as comemorações alcançaram o verdadeiro estatuto de *moda*; celebrar os grandes acontecimentos. Nessa linha de pensamento tiveram lugar o centenário da Independência Americana (1876), o Centenário da Revolução Francesa, (1889) e o Centenário da Passagem do Século (1900). Qualquer comemoração desta natureza tem que ser devidamente entendida no seu contexto cultural⁶¹⁰.

As primeiras comemorações de efemérides cívicas em Portugal tiveram lugar durante o período do vintismo com as ideias liberais como forma de despertar as populações para novos valores⁶¹¹. Tanto podia partir da iniciativa das autoridades centrais como dos municípios ou de entidades particulares (caso do Centenário da

⁶⁰⁹ A palavra centenário surgiu pela primeira vez registada no suplemento do *Diccionario de Littré*, em 1877, na aceção de festas celebradas pelos cem anos. Cf. Pierre Nora, *Les Lieux de La Mémoire*, Tomo III, Paris, Grallimar, s. d., pág. 982.

⁶¹⁰ Maria Isabel Conceição João, *Memória e Império Comemorações em Portugal (1880-1960)*, I vol., Lisboa, Universidade Aberta, 1999, pág. 21. Tese de Doutoramento.

⁶¹¹ Idem *Ibidem*. Veja-se ainda Maria Cândida Proença, "1820 – a festa da Regeneração. Permanência e inovações", *Revista de História das Ideias*, 1980, n.º 10, pp. 375-384. Magda Pinheiro "a Memória das Revoluções Liberais através dos seus Monumentos", in *Actas do Encontro a Construção Social do Passado*, Lisboa, A. P. H., 1992.

Guerra Peninsular que oportunamente abordaremos. As manifestações comemorativas incluíam muitas e variadas acções: juramentos de bases, cortejos alegóricos, paradas e desfiles militares, proclamações, discursos, representações teatrais, declamação de poesia e, em alguns casos, a plantação da *Árvore da Liberdade*. O pensamento positivista de Auguste Comte preconizava uma importância especial às grandes figuras da história da humanidade como base de preparação dos homens⁶¹².

A preservação da memória através da valorização da comemoração de efemérides pressupõe uma organização própria e a existência de grupos sociais interessadas na sua realização.

No sentido de melhor compreender a dinâmica que está na origem dessas efemérides, torna-se necessário ter em consideração alguns aspectos relacionados com a maneira como surgem as propostas para essas comemorações, como se organizam e articulam entre o Estado e a Sociedade civil.

A especificidade das comemorações resulta do conjunto de cerimónias cujo propósito é evocar o passado e mantê-lo vivo na memória colectiva nacional como se tratasse de solicitar auxílio divino ou sobrenatural para a continuação dos grandes feitos heróicos.

Uma sociedade, ao realizar essas manifestações comemorativas, está de forma remota e inconsciente a evocar o passado, mantendo-o vivo e preservando-o na sua memória, porquanto é necessário dar-lhe fama divina e imortalizar homens e acontecimentos para que mantenham a sua unidade, coesão e identidade.

De entre o conjunto de acções comemorativas a mais importante é a primeira onde se reúne o mais alto poder oficial que solenemente recorda o passado e o enaltece contribuindo para a sua divulgação.

Foi nesse sentido, que em Novembro de 1807, a Direcção da *Revista Militar*, coadjuvada pela *Revista de Artilharia* que se lhe associou⁶¹³, tomou a iniciativa de realizar a Comemoração do Primeiro Centenário da *Guerra Peninsular* com o objectivo que lhe estava subjacente: construir a memória histórica nacional e alargar o estudo científico a toda a sociedade portuguesa.

O despertar para o estudo das práticas comemorativas e das celebrações nacionais é muito recente, pois só nas últimas décadas a produção literária inglesa e francesa começou a dedicar-lhe a sua atenção com o propósito de procurar explicar

⁶¹² Auguste Comte, *Catédisme Positiviste ou Sommaire de la Religion Universelle*, Paris, garnière Frères, 1909.

formas de identificação e de ritualização. De acordo com a Professora Maria de Fátima Nunes “*pelo passado – pelo apego da memória e da sua vivificação – encontram-se traços nítidos da construção idealizada de uma realidade presente. Pressentem-se os quadros de referência de um consciente colectivo; efectua-se a arqueologia das palavras e das ideias de sectores determinantes da sociedade*”⁶¹⁴. É esta comunidade científica que pretendemos dar a conhecer no seu percurso ao passado, na incursão à memória da instituição militar e das suas épocas míticas.

Em Maio de 1908, a *Revista Militar* através da Comemoração do Centenário da Guerra Peninsular procurou mostrar ao país e à Europa as suas *sentinelas de pedra*⁶¹⁵ através de um complexo processo comemorativo de cariz verdadeiramente nacional a realizar entre 1907-1914⁶¹⁶.

A necessidade e exigência que uma sociedade tem na divulgação da sua memória está inteiramente relacionada com um conjunto de factores de natureza social, política e cultural e altera-se de acordo com as conjunturas do momento.

A realização das comemorações históricas consagradas à memória dos grandes homens e de acontecimentos considerados marcantes da nossa história, retornam à época da construção dos monumentos públicos. Estas comemorações tiveram um significado glorioso, tanto ao nível nacional como internacional.

As comemorações de efemérides de grandes homens não era nova, teve o seu início em Itália (1874-1875) com as comemorações centenárias de Petrarca e Miguel Ângelo e em França (1878) com as comemorações de Voltaire e Rousseau⁶¹⁷. Em relação a Portugal, conhecemos hoje, com algum pormenor, a comemoração de alguns centenários considerados marcantes para a consagração da memória dos grandes homens, decorridos nas duas últimas décadas do século XIX – Camões

⁶¹³ *Arquivo Histórico Militar* /10/A7/MD/18-15. Cfr. Anexo XI, doc. 1, doc. 2, pp. 194-195.

⁶¹⁴ Maria de Fátima Nunes, “Para uma Arqueologia do disco da Comunidade Científica”, *Os Congressos do Mundo Português – «História da Actividade Científica Portuguesa»*, X Seminário, Évora, Policopiada, 2001, pág. 1.

⁶¹⁵ Idem, *Ibidem*.

⁶¹⁶ Este longo período de sete anos de comemorações justificava a Direcção do periódico com a necessidade de reunir estudos consagrados exclusivamente a questões relacionadas com a *Guerra Peninsular* e assinalar os momentos históricos precisos: abalo político e social provocado em Novembro de 1807 quando as águias napoleónicas passaram a fronteira em marcha sobre Lisboa e 1814 (Batalha de Tolouse), momento em que Napoleão Bonaparte trocou o esplendor do ceptro pela vida solitária na pequena ilha de Santa Helena.

⁶¹⁷ Teófilo Braga, “O Centenário de Calderon”, *O Positivismo*, vol. III, 1881, pág. 208. Sérgio Campos Matos, “Debates Históricos: suas Expressões no sistema de divulgação cultural”, *in* *Historiografia Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1848-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pág. 439.

(1880), Infante D. Henrique (1894) e descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (1898)⁶¹⁸.

A divulgação da memória das diferentes personalidades e acontecimentos fez-se através de múltiplos recursos, alguns deles podemos mesmo designar *lugares de memória*⁶¹⁹ que adquirem um significado expressivo na segunda metade do século XIX: reunião solene, cortejo cívico, conferência pública, manifestação popular, edição ou reedição de obras históricas e literárias, publicação de números especiais de jornais, revistas, almanaques, álbuns literários, gravuras, fotografias, selos, postais, moedas, medalhas, lápides, padrões comemorativos e toponímia urbana. As artes plásticas – arquitectura, escultura, pintura, gravura e a fotografia adquirem uma função relevante na fixação e representação da memória⁶²⁰. Neste âmbito o Centenário da Índia (1898) foi comemorado com emissão de postais ilustrados, louças, lenços e bilhetes de determinados transportes, além de anúncios publicitários que certas empresas usaram para as evocações comemorativas. Este modo de celebração correspondia ao sentido de que só através da evocação dos feitos dos nossos antepassados seria possível sensibilizar a consciência popular para o valor moral e político dos nossos exemplos históricos.

As duas exposições bem como os diversos artigos publicados na imprensa militar e civil, revelam-nos uma intensa colaboração dos membros da comunidade científica portuguesa no sentido de contribuírem para o incremento da comemoração do Centenário. Esse contributo saldou-se por uma abordagem a uma época – *Guerra Peninsular*, inícios do século XIX – contemplando estudos por áreas temáticas, por instituições e por personalidades. Estamos perante uma produção de fontes que nos revelam sinais de memória colectiva. Um aspecto comum está presente nesta construção social da memória nacional – as comemorações de personagens colectivas (instituição militar) e individuais distantes do tempo presencial dos seus autores. A partir da coordenada temporal os participantes na Comemoração

⁶¹⁸ Veja-se Jorge Borges de Macedo, *Camões em Portugal no século XIX*, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIII, 1985, pp. 167-174. Idem, "Camões – símbolo e mito no século XIX Português: da erecção da estátua ao Tricentenário (1867-1880)", in *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Lisboa, Ediclube, pp. 323-344. Rui Bebiano, "O 1º Centenário Pombalino. Contributo para a sua compreensão histórica", *Revista de História das Ideias*, vol. IV, Tomo 2, 1982, pp. 381-428. Maria Manuela Tavares Ribeiro, "O Centenário Henriquino. Imagens e ideologia", Separata da *Revista de história das Ideias*, vol. 15, 1993.

⁶¹⁹ Pierre Nora, *Les lieux de la Mémoire*, vol. I, Paris, 1984.

⁶²⁰ Temos vários exemplos que podemos encontrar em José Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, 2 vols, Lisboa, 1966; António Pires Vicente, "Os primeiros 75 anos

Centenária da Guerra Peninsular construíram uma retórica de legitimidade revelando ao mesmo tempo sinais de identificação com o passado através de um discurso patriótico e apelativo à memória Nacional.

Sob iniciativa de Moraes Sarmiento Director da *Revista Militar* foi dirigida uma proposta⁶²¹ ao Exército, à Marinha e representantes de todos os periódicos do país, para uma reunião de imprensa. Vários foram os que responderam à chamada, saldando-se por 63 o número das adesões. Entre eles *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, *Diário de Noticias*, *Diário Popular*, *O Economista Portuguez*, *Illustração Portugueza*⁶²².

Entendia Moraes Sarmiento a necessidade de se entregar à Imprensa a organização e divulgação de uma efeméride que comemorasse o *Centenário da Guerra Peninsular*, momento histórico tão significativo, em que todo o mundo culto estava com os olhos postos no país.

Tornava-se necessário agrupar a nação num mesmo pensamento, em que as matrizes políticas se fundissem, independentemente das crenças e das doutrinas políticas existentes. Moraes Sarmiento, conhecedor da situação económica, social e política que o país atravessava, via nessa iniciativa não apenas uma forma de comemorar o *Centenário da Guerra Peninsular* e os feitos gloriosos dos antepassados recentes, mas também de conseguir a unidade nacional e patriótica em torno de uma causa em que a imprensa como *alavanca* poderosa teria um papel fundamental.

de fotografia em Portugal", *História de Portugal*, vol. XV, dir João Medina, Lisboa, Ediclube, 1993, pp. 182-231.

⁶²¹ "(...) A *Revista Militar* tomou em novembro do anno proximo passado a iniciativa de commemorar o centenario da chamada guerra peninsular, que foi sobretudo uma lucta pela independencia nacional. Afigura-se, porém, á direcção da mesma Revista que a commemoração de tal facto não deve ficar unicamente no exclusivo de uma classe da nação, antes deve englobar os votos e a acção commum de todos os elementos do paiz, tanto mais que aquella lucta revestiu exactamente um caracter grandiosamente nacional. Ora sendo a imprensa o elemento mais poderoso para divulgar os factos patrioticos a commemorar, e para orientar a opinião publica no sentido de fazer vibrar novamente o espirito englobar os votos e a acção commum de todos os elementos do paiz, tanto mais que aquella lucta revestiu exactamente um caracter grandiosamente nacional. Ora sendo a imprensa o elemento mais poderoso para divulgar os factos patrioticos a commemorar, e para orientar a opinião publica no sentido de fazer vibrar novamente o espirito nacional por todo o paiz, com o fim de assentar nas bases uma acção conjuncta destinada a esta commemoração patriótica. Vimos, pois, rogar a V. Ex.a, caso concorde com a ideia exposta, se digne nomear um delegado do jornal que V. Ex.^a com tanta competencia dirige, para uma reunião que deverá effectuar-se em 27 de maio corrente, nas salas da direcção d'esta Revista, ás 9 horas da tarde (...)". Direcção, "Commemoração Centenaria da Guerra da Peninsula" *RM*, Anno LX, n.º 6, 1908, pp. 355-356.

⁶²² Idem, pp. 337-338.

O programa inicial da comemoração do Centenário limitava-se à capital do Reino⁶²³, cabendo depois à *Grande Comissão da Imprensa* a decisão de a ampliar ou mesmo de a modificar visto existirem aspectos que saíam fora do âmbito da *Revista Militar*. Apresentado tão significativo empreendimento por Moraes Sarmento e após algumas intervenções⁶²⁴ chegou-se à nomeação da *Grande Comissão da Imprensa* constituída por 18 personalidades civis e militares. As consequências de tão elevada iniciativa, como a que a *Revista Militar* se propunha comemorar, permitiu reunir numa significativa unidade de pensamento uma notável plêiade de individualidades: homens públicos, jornalistas e ainda infatigáveis lutadores pelo progresso da Nação.

As reacções não se fizeram esperar e, decorridos alguns dias, o Major Francisco Xavier Corrêa Mendes, Deputado e membro da Direcção da *Revista Militar*, apresentou na *Câmara Baixa* do Parlamento um Projecto de Lei no sentido de fornecer o governo com os meios necessários para que, à semelhança do decorrido em Espanha e Inglaterra, promover e auxiliar a *Comemoração Centenária da Guerra da Península* já entregue a uma comissão nomeada pelo *Ministério da Guerra* em 2 de Maio de 1908 da qual era seu director o General João Carlos Rodrigues da Costa⁶²⁵. De salientar que o projecto foi subscrito pelos representantes de todas as tendências políticas com assento no Parlamento com votação por aclamação⁶²⁶. Pôde a *Revista Militar* registar com bastante satisfação e felicidade o quanto foi adequada e oportuna

⁶²³ "(...) Lembra um grande prestígio cívico na Avenida da Liberdade. Envolveria o fuste do monumento uma bandeira nacional com as cores então usadas e n'ella inscriptas as principaes ephemerides da campanha. Em redor do monumento juntar-se-hiam todas as bandeiras e estandartes dos regimentos, (...). O povo desfilaria ante este symbolo da patria, bem como, as escolas as corporações, as associações, tudo emfim quanto tem uma missão na sociedade portugueza (...). Idem, *Ibidem*.

⁶²⁴ Tomaram a palavra o Capitão de Artilharia Teixeira Botelho (membro da comissão nomeada pelo *Ministério da Guerra* para a *Comemoração do Centenário*), o Capitão de Artilharia e Deputado Lourenço Cayola, o Tenente da Armada José Torres, o Doutor Zepherino Candido e por último o Major Corrêa Mendes que propôs a nomeação da *Grande Comissão da Imprensa*.

⁶²⁵ Rodrigues da Costa nasceu em 1843 em Lisboa era filho Manuel Rodrigues e de Joaquina Carlota Ramos. Tinha os Cursos completos de Artilharia, Cavalaria, Infantaria. Foi Professor de Ciências Sociais, Química e Física no *Real Colégio Militar* e Deputado às cortes. Brilhante jornalista redigiu nos Açores o jornal do *Gremio Litterario* e a *Lagrima*. Fundou e redigiu a *Idéa Social* e colaborou na *Revista Militar*, *Galeria Militar*, *Jornal do Exército Portuguez*, *Diário do Exercito* e *Revolução de Setembro* onde foi seu redactor político efectivo desde 1875. Na ocasião da Comemoração do Tricentenário da morte de Camões foi eleito Presidente da Comissão Executiva da Imprensa que realizou e dirigiu aquela comemoração da qual faziam parte Ramalho Ortigão, Luciano Cordeiro, Jayme Batalha Reis e Theofilo Braga entre outros. Foi sócio de várias sociedades artísticas e literárias nacionais e estrangeiras e fundador e Vice-Presidente da *Associação dos Jornalistas Portugueses*. Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo X, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXXXIII, pp. 207-208.

⁶²⁶ Idem, 360.

a ideia de invocação ao sentimento nacional e patriótico da Nação. Os poderes públicos, logo lhe disponibilizaram a sua entusiástica adesão, procurando amparar e valorizar essa iniciativa. A comemoração do *Centenário da Guerra Peninsular* não foi uma realização única e localizada como inicialmente estava previsto, pois teve que adoptar um comportamento mais abrangente (Nacional) de maneira a melhor difundir os factos históricos relativos àquele momento da História Nacional.

Na base da realização da comemoração Centenária existia uma rede de intervenção constituída pela *Comissão Oficial* – que se inspirava no pensamento inicial de Moraes Sarmento – e na *Comissão Executiva da Imprensa* – que punha em prática os meios de propaganda nas frequentes *vibrações festivas* que se realizavam por todo o país⁶²⁷.

Como pólos satélites funcionaram as duas exposições: a Exposição Bibliographica⁶²⁸ realizada na *Biblioteca Nacional* de Lisboa e a Exposição Histórica,⁶²⁹ realizada na sala da Guerra Peninsular no Museu de Artilharia.

À Biblioteca Nacional de Lisboa coube, na pessoa do seu Director, Doutor Xavier da Cunha⁶³⁰, coadjuvado pelo Coronel Alfredo Pereira Taveira de Magalhães

⁶²⁷ Abel Botelho, "Commemoração Centenaria da Guerra da Peninsula", *RM*, Anno LX, n.º 8, pág. II.

⁶²⁸ Na impossibilidade de nos referirmos a todos os espécimes que constituíram a exposição, referimos apenas: livros consagrados ao estudo da guerra peninsular promovidos por outros países; biografias colectivas e individuais; notícias acerca dos acontecimentos ocorridos, especialmente levantamentos populares; tratados gerais de estatística; documentos militares, civis e eclesiásticos; proclamações das autoridades civis, pastorais e sermões discursos académicos, protestos, pasquins e outros documentos análogos de iniciativa popular; livros onde se incluem leis tratados, relações diplomáticas sobre o assunto e publicações periódicas onde se encontravam documentos, memórias, narrativas, notícias (gazetas officias, jornais noticiosos, revistas históricas e científicas, literárias ou artística); manuscritos sobre os mais diversos assuntos. Innocencio Francisco da Silva, "Alfredo Pereira Taveira de Magalhães", in *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, pág. 57.

⁶²⁹ A Exposição Histórica estava representada por grupos: material de guerra; Uniformes, trofeus militares; medalheiros (medalhas comemorativas nacionais e estrangeiras); recordações históricas (cartas, esboços de terreno, manuscritos) belas artes (reproduções fotográficas, estatuas, retratos, pinturas a óleo). Indústrias diversas (cerâmica, vidraria, tecelagem). Cfr., Anexo XI, doc. n.º 4, pp. 199-200.

⁶³⁰ Nasceu em Évora a 14 de Fevereiro de 1840, era filho de Estevam Xavier da Cunha, distinto jornalista que aí exerceu o cargo de Secretário da Administração Geral do Distrito. Aos nove anos foi para Lisboa onde frequentou disciplinas da instrução secundária, completou o Curso da Escola Médico-cirurgica (1865). Em 1866, precedendo concurso público foi promovido ao lugar de segundo conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa e em 1902 nomeado pela Rainha regente Director da mesma Biblioteca. Colaborou em diversas publicações literárias e científicas. Para mais informação veja-se Innocencio Francisco da Silva, "Xavier da Cunha", in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XX, Lisboa, Imprensa Nacional, MCMXI, pp. 30-49. Cfr., Anexo XI, doc. n.º 4, pág. 200.

(1849-1914)⁶³¹, a organização e direcção da Exposição da Comemoração Centenária que decorreu entre 19 de Janeiro e 21 de Março de 1910. Participaram nessa exposição o Chefe da Nação que expôs raros e valiosos espécimes da sua biblioteca particular e 70 expositores, entre eles 37 colectividades, tendo o número de espécimes biblio-Iconográficas expostos ultrapassado as 3.500⁶³². A segunda exposição, a *Histórica* realizou-se como referimos na sala da Guerra Peninsular no Museu da Artilharia de 16 de Fevereiro a 24 de Abril e nela participaram 66 expositores nacionais e estrangeiros (casa J. Schulman - Amesterdão - com uma interessante colecção de medalhas e condecorações da Guerra Peninsular) que apresentaram 715 espécimes.

Pretendia a Comissão Centenária não apenas a exposição de livros e de documentos, mas também a partir delas, a divulgação da cultura e o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre a temática: “*É, pois, dum interesse capital mostrar às gerações actuais a quantidade e natureza das obras impressas e manuscritas a que poderão recorrer para o estudo dos grandes feitos dessa guerra, sob o duplo ponto de vista militar e politico*”⁶³³. Nesse sentido, estabeleceu-se a exposição biblio-iconográfica na *Biblioteca Nacional*, centro indiscutível de cultura para informação e investigação nesse campo da História até aí muito pouco explorado.

Ao nível estritamente interno, não podemos deixar de referir as colaborações prestadas ao longo das inúmeras páginas do periódico. Nessa publicações tivemos oportunidade de verificar um cunho altamente profissional sobre a História da Guerra Peninsular de forma a não deixar cair no esquecimento a memória dos que de maneira heróica se bateram pela defesa da nação. Além disso, não nos podemos esquecer da transmissão de conhecimentos que essa quantidade de informação poderia vir a ter para os estudiosos dessas temáticas.

⁶³¹ Alfredo de Magalhães nasceu em Lamego, era filho de Simão Pereira e de Rosa Carolina Taveira de Magalhães. Escritor fluente e fecundo quanto aos assuntos da sua especialidade. Vice Presidente da Comissão Oficial Executiva do *1º Centenário da Guerra Peninsular* e organizador da exposição biblio-Iconográfica. Da sua vasta obra como escritor destacamos: *1º Centenario da Guerra Peninsular. Exposição biblio-iconographica commemorativa de 1910. Catalogo da exposição com um appendice. Contendo a enumeração doutras especimes, relacionadas pelo vogal da Commissão do centenário e organizador do catalogo*, Lisboa, Tip. Universal, 1916. Biblioteca Nacional de Lisboa – Manuscritos – relações provisórias dos manuscritos que podem incluir-se no Programa da Exposição biblio-iconografica que tem de realizar-se em comemoração centenária da Guerra Peninsular, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.

⁶³² Algumas dessas espécimes foram enviadas por bibliotecas estrangeiras que de entre as quais salientamos a Biblioteca Pública de Nova York e a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América. Alfredo Pereira Taveira de Magalhães, *Exposição Biblio-Iconographica Commemorativa de 1910 – Catalogo da Exposição*, Lisboa, Tipografia Universal, 1916, pág. XIII.

A *Exposição Histórica* realizou-se no *Museu de Artilharia* de 16 de Fevereiro a 24 de Abril, na *Sala da Guerra da Península*, onde estiveram presentes 66 expositores com 715 espécimes⁶³⁴.

Por ocasião do Centenário da Guerra Peninsular foram editadas como meios de vulgarização da História um vasto exemplo de medalhas comemorativas relativas aos sucessos ligados a individualidades⁶³⁵, batalhas⁶³⁶, padrões comemorativos⁶³⁷, bilhetes postais e gravuras alusivas a momentos que podemos considerar decisivos e de grande valor patriótico na viragem do curso dos acontecimentos⁶³⁸.

As comemorações tiveram lugar nas províncias, capitais de distrito e redes de concelhos, onde as autoridades locais juntamente com comissões de cidadãos ilustrados se reuniram para celebrar momentos comemorativos relacionados com momentos significativos (libertação de cidades) e personalidades locais que se

⁶³³ Innocencio Francisco da Silva, "Alfredo Pereira Taveira de Magalhães", in *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, pág. 56.

⁶³⁴ Foram responsáveis pela exposição histórica os vogais da Comissão Oficial Executiva Coronel Jayme Leitão de Castro, Major João Severo da Cunha, Major Guilherme Luis Santos Ferreira, Capitão Luis Henriques Pacheco Simões com a colaboração constante do General Couvreur. Sub-Comissão da Exposição Histórica, *Primeiro Centenario da Guerra Peninsular – Exposição Histórica Comemorativa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, pág. VII.

⁶³⁵ Temos a considerar uma excelente colecção de medalhas de cobre e prata alusivas ao Centenário da Guerra Peninsular "*AD GLORIAM*" no anverso com imagem representando os destroços das últimas batalhas com o génio da fama empunhando a palma da vitória com o escudo português protegido por bandeiras desfraldadas. Ao longe o sol da liberdade e no reverso um agrupamento de soldados e do povo recordando a luta, sobressaindo a figura da Pátria, incitando o povo à sua defesa com legenda "*AO VALOR E PATRIOTISMO DO POVO E EXERCITO PORTUGUES*". Museu Militar, *Uma Incursão nas Reservas do Museu*, Lisboa, Museu Militar, 2000, pág. 49. Cfr., Anexo XI, Medalha n.º 1, pág. 186.

⁶³⁶ Excelente colecção de medalhas de cobre e prata comemorativas do Desembarque das tropas inglesas nas costas de Portugal – medalha de cobre com efígie de Wellington e no verso com a legenda "*the English Army Arrives in – the Peninsula (...)*" duas figuras femininas representando Portugal e Espanha. Batalha do Vimeiro e Desembarque das tropas inglesas em Lisboa – na efígie uma quadriga carregada com os despojos de guerra coroada por vitória, no verso o torreão do lado direito do Terreiro do Paço. Batalhas do Vimeiro e Bussaco – efígie de Wellington, o verso de Panóplia ornamentada com ramos de louros encimada pela águia símbolo de Napoleão. Medalhas alusivas a batalhas travadas em território português e espanhol – efígie de Wellesley e "*HISPANIAM ET LVSITANIAM RESTITVIT WELLINGTON*", no verso "*CUIDAD/RODRIGO/JAN (...)*". Idem, pág. 29.

⁶³⁷ Como exemplo os padrões erigidos em memória das batalhas travadas pelo exército anglo-luso no Vimeiro, na Amifana, em Chaves, em Cerveira e em Amarante. E medalhas de cobre comemorativas da inauguração do monumento do Bussaco no anverso bandeira portuguesa e a inglesa presas em lanças cruzadas com a legenda "*AO EXERCITO LUSO - BRITANNICO*" e em baixo "*CAMPANHAS DA GUERRA PENINSULAR*" e no reverso o monumento do Bussaco com a legenda "*ERIGIDO NO BUSSACO² 1873*" executada pelo gravador Casimiro José de Lima. Idem, pág. 45, Cfr. Anexo XI, doc. n.º 2, pág. 187.

⁶³⁸ Temos o exemplo as gravuras alusivas à Batalha do Vimeiro, Batalha do Porto, Batalha do Buçaco, Roliça e Tomada de Almeida. Cfr., Anexo XI, grav. 1-5, pp. 192-193.

distinguiram nas Guerras Peninsular⁶³⁹. As cerimónias decorreram com toda a pompa e circunstância com a deslocação do monarca a Torres Vedras e Vimeiro sendo aclamado pelo povo durante todo o seu percurso⁶⁴⁰.

Podemos afirmar que os esforços dirigidos no sentido de uma mobilização nacional de *pompa e circunstância* por parte dos organizadores do evento, estava a necessidade de fazer "*recordar a toda a gente, duma maneira bem patente, os exemplos mais notáveis da heróica dedicação dos seus povos e das suas tropas à liberdade e à Pátria*"⁶⁴¹

Se os precursores da Comemoração pretendiam que ela fosse nacional, patriótica, celebrativa de um momento impar da nossa História, toma-se interessante perceber que a *paisagem* cultural e científica também esteve presente nesta comemoração através das duas exposições e dos inúmeros textos elaborados e publicados nos tomos entre 1908 e 1914 para esse efeito.

Quanto à Comemoração Centenária a *Revista Militar* na pessoa de Moraes Sarmiento elaborou um conjunto de 43 propostas de trabalho para todos aqueles que pretendessem colaborar na comemoração do centenário⁶⁴².

É natural que Sarmiento ao fazer essa proposta pretendesse conceber o culto da memória nacional como um magistério cívico e meio de reabilitar a nação. Daí exortar a todos aqueles que vocacionados para os estudos históricos apresentassem os seus trabalhos dentro das propostas apresentadas. "*Tudo quanto tende a desenvolver n'uma nação o conhecimento do seu passado, despertando-lhe os sentimentos de liberdade e de patriotismo, é incontestavelmente uma obra proficua de fortalecimento moral, (...) adequada para salvaguardar a integridade do paiz,(...). De facto, sem o conhecimento da sua historia, essa grande mestra da vida que aponta o passado para esclarecer o presente, nenhum povo póde lutar com feliz exito pela sua independencia. (...) É, pois, d'um interesse capital mostrar ás gerações actuaes a quantidade e natureza das obras impressas e manuscriptas a que poderão recorrer para o estudo e meditação dos grandes feitos d'essa guerra, sob o duplo ponto de vista militar e politico*"⁶⁴³. Era uma forma de recuperação e divulgação pública da memória da nação. Tomava-se inegável que a divulgação desse momentos da história pátria era entendido como uma exigência patriótica e reabilitar o que estava esquecido

⁶³⁹ Arquivo Histórico Militar /10/A7/Md/18-29.

⁶⁴⁰ Arquivo Histórico Militar /10/A7/Md/18-69

⁶⁴¹ Innocencio Francisco da Silva, "Alfredo Pereira Taveira de Magalhães", in *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, pág. 56.

⁶⁴² Cfr., Anexo XI, doc. 5, pp. 204-205.

⁶⁴³ Arquivo Histórico Militar, 10/A/MD/18-31.

pela pátria. Tornava-se importante divulgar e valorizar os feitos, as glórias, as vitórias conseguidas em unidade do Povo e Exército frente às águias napoleónicas. Nesse mesmo sentido se referia o General Diogo Pereira de Sampaio "*No cumprimento de um salutar preceito de educação cívica e solvendo uma invidável dívida de reconhecimento, a geração actual vem recordando os grandiosos feitos de que foram heroes os seus antepassados de há um seculo e que ocorreram na tormentosa quadra da historia patria que regista as invasões dos franceses*"⁶⁴⁴

Essas propostas levariam à elaboração de estudos importantes do ponto de vista estritamente militar (táctica e estratégia) mas também nas suas mais diversificadas áreas: Psicologia, Medicina, Medicina Veterinária, Engenharia, Sociologia.

Os resultados alcançados nessa comemoração permitem-nos identificar os momentos de glória colectivos e individuais presentes, para salvaguardar a integridade e independência de Portugal.

Que significado procuraria Moraes Sarmiento com esta sua iniciativa ao pretender tornar pública as imagens de memória Nacional através da celebração pública do Centenário em 1908? O quadro delineado demonstra-nos um processo evolutivo a caminho de um progresso civilizacional, em que pretendia iluminar, transmitir a sociedade portuguesa através das comemorações. Estas correspondia efectivamente a um momento de balanço, o olhar retrospectivo, o caminho percorrido e as dificuldades superadas pelo povo português naquele momento histórico que agora seriam tornadas públicas.

Todo o repositório informativo exposto nas duas exposições bem como os inúmeros textos publicado nas diversas páginas do periódico entre 1908 e 1914 são material de excepção, muito dele ou mesmo grande parte dele à espera de uma incursão por parte dos historiadores. São, obviamente, outras fontes que pelo seu valor constituem um precioso instrumento de trabalho a aguardar novas incursões e análises.

⁶⁴⁴ *Palavras pronunciadas pelo General Diogo Pereira de Sampaio director de engenharia, no acto do descerramento das lapides, collocadas no monumento da Alhandra, para commemorar os serviços dos engenheiros militares portugueses e ingleses nas linhas de Torres Vedras, Arquivo Histórico Militar I10/A7/MD/18-21.*

Conclusão em aberto

O Tema *Revista Militar (1849-1910): Contributo para uma Leitura de Ciência e Técnica em Portugal* constituiu o grande tema deste estudo sobre a imprensa militar periódica científica. Pretendemos relevar, em primeiro lugar, o grau de inovação enquanto área de investigação e reflexão histórica, sobre o periodismo científico técnico e literário militar que desempenhou um papel pedagógico e civilizacional muito importante na segunda metade do século XIX.

A *Revista Militar* insere-se numa conjuntura de fundação de periódicos Militares, cresceu e desenvolveu-se a partir de referências de outros periódicos que com ela coexistiram, servindo, por vezes de modelo a seguir ou a afastar. Os vínculos de parentesco com outras periódicos estiveram presentes com *La Revista Militar* (espanhola) o que constituiu uma das características da imprensa oitocentista portuguesa.

As expectativas do periódico não podem ser dissociadas do ideal de imprensa científica da época, pois os seus directores acreditavam que ela poderia democratizar o saber e exercer funções instrutivas e civilizacionais fundamentais à promoção social dos cidadãos, do Exército no progresso e desenvolvimento do país. Aliás aspecto que está bem presente no discurso inaugural feito por um dos seus fundadores, Fontes Pereira de Melo, que depois fomos sucessivamente encontrando ao longo dos milhares de páginas lidas e que tivemos oportunidade de referir em momento oportuno. Outro aspecto que nos parece bastante positivo é o seu carácter intencionalmente interventivo. A sua acção alargava-se à sociedade civil, militares e civis, a quem demonstrava as vantagens do conhecimento científico na governação do país ao mesmo tempo que procurava influenciar nas medidas a tomar pelo poder político.

O Periódico acompanhou sempre o desenvolvimento científico e tecnológico dos outros países da vanguarda europeia, apoiando-se na permuta com as suas congéneres estrangeiras e que actualmente fazem parte do espólio da sua biblioteca. Igualmente contribuíram para essa actualização as inúmeras missões científicas

enviadas ao estrangeiro, onde os militares contactavam e estudavam de perto o que de mais avançado se praticava nesses países – França, Inglaterra, Espanha e Alemanha. Igualmente chegavam a Portugal militares estrangeiros com informações científicas que aqui davam a conhecer.

Este escol de intelectuais, dotados de uma capacidade técnica e científica na segunda metade do século XIX, teve a possibilidade de influir e fazer aplicar esses progressos científicos na modernização do Exército e do país.

Nesta abordagem, podemos considerar o periódico em referência a estudos relacionados com a aplicação de experiências e descobertas, que diariamente iam ocorrendo no mundo científico da época.

O poder político olhava para a *Revista Militar* como um fiel depositário do conhecimento científico na época, visto a capacidade que os seus fundadores, colaboradores e redactores tinham de influenciar nas tomadas de decisão com base na cientificidade dos seus artigos.

Os seus Fundadores, Colaboradores e Redactores eram apresentados como intelectuais com posição de relevo na esfera da política e da ciência, o que funcionou como valor acrescentado para a *Revista Militar*, contribuiu para o prestígio do próprio periódico e ao mesmo tempo para alargar a sua rede de influências no campo político, científico e jornalístico. O periódico usufruiu de um capital intelectual de grande valor e reputação por vezes já estabelecido, o que correspondia à profissão de jornalista em Portugal no século XIX.

As competências técnicas, científicas e literárias eram aspectos a considerar nos intelectuais já consagrados e nos jovens dinâmicos e promissores que constituíam alguns dos requisitos para pertencer aquele grupo de intelectuais, ou melhor, ao grupo de Redactores, e Colaboradores.

Podemos referir a multiplicidade de funções exercida pela maioria dos membros desta pequena comunidade científica se assim lhe podemos chamar: professores, publicistas e políticos. Além da sua função eminentemente militar, desempenharam ainda funções noutros periódicos militares e civis na imprensa científica, foram chefes de organismos públicos, deputados, governadores civis, ministros e pares do reino. Com o sentido utilitário do saber científico presente, nunca deixaram de redigir os seus artigos e publicações monográficas nas diversas áreas do saber.

Noutra perspectiva, podemos considerar que estas personalidades, pertencentes ao mundo da comunidade científica portuguesa da segunda metade do

século XIX, se deslocaram para a capital onde, a maior parte deles depois da sua formação académica dos diversos institutos militares iniciou a sua carreira ascendente no plano cultural e social. A imagem pública começou por ser delineada nos meandros da ciência e da literatura através dos inúmeros artigos e memórias publicadas.

Após esta colaboração seguir acontecia a fundação de um periódico, ou a obtenção de lugar proprietário, Director, Redactor e Colaborador de um desses periódicos de divulgação literária artística científica e mesmo política. Estavam, de facto, delineadas marcas da distinção e o reconhecimento no ceio da cultura e da ciência na sociedade portuguesa de oitocentos.

Além das órgãos de Estado, a *Academia Real de Ciências*, a *Sociedade de Geografia de Lisboa*, a *Escola Politécnica*, a *Academia Politécnica do Porto*, *Universidade de Coimbra* e a actividade jornalística, científica e militar foram sem dúvida motivos de cruzamento dos percursos individuais.

Um grande marco de referência que distingue a *Revista Militar* foi aquela plêiade de intelectuais que produziu com seriedade os artigos e memórias que fazem parte das páginas do periódico. Discursos que correspondem às diversas construções, técnicas, científicas, literárias, históricas dos seus Colaboradores. Se bem que nem sempre convergentes, elas representam uma unidade que se sobrepôs à heterogeneidade dos diversos discursos por nós analisados. O desenvolvimento e progresso da instituição militar e do país constituía a grande preocupação do periódico e que a todos uniam nesse grande desígnio.

Defendiam o progresso e desenvolvimento global da nação assente no que consideravam ser indispensável para esse desenvolvimento: o estabelecimento de uma boa rede de comunicações do país, (Caminhos de Ferro que permitiam o desenvolvimento económico do país e uma melhor segurança e defesa do mesmo em caso de conflito); a transformação da economia agrária através do contributo dos veterinários militares e da criação de escolas veterinárias e formação de técnicos qualificados para o caso.

Quando nos debruçamos especificamente sobre a *Revista Militar* e sobre algumas temáticas de cariz técnico, científico e literário difundidos e polarizados pelo periódico, de imediato nos apercebemos que a difusão se efectuou através de um discurso histórico, literário e rebuscado, técnico e científico dos conhecimentos relacionados com a Geodesia, Veterinária, Telegrafia, Caminhos de Ferro decorrentes de um saber de natureza politécnica. Notámos a presença constante de vestígios de leituras de carácter técnico e científico de referência aos países de vanguarda da

Europa França, Alemanha, Inglaterra e da Europa de Leste Rússia e Américas, EUA e Argentina acabaram por dar alento às ideias e propostas nas páginas do periódico. A França revelou-se como o mais importante centro de investigação, desenvolvimento e difusão da ciência e da técnica de cariz militar.

A legitimação científica fazia-se através da reputação cultural e científica de cada membro do periódico, mas simultaneamente, através de outros meios. Um deles, foi, sem dúvida, o reconhecimento dos seus estudos pela comunidade científica de diversas agremiações científicas nacionais e estrangeiras a que pertencia por reconhecido mérito. Outro, foi a constante tentativa de sensibilização do poder político no sentido daquele tomar medidas necessárias e imprescindíveis à modernização do Exército e da Nação. Outro ainda dos recursos utilizados para enaltecer e demonstrar quanto as suas ideias estavam correctas era o apontar tudo o que de mais importante se ia verificando nas outras nações europeias de vanguarda. Na análise feita ao discurso científico emitido pela *Revista Militar* constatamos que na sua divulgação estava implícita uma atitude moral e patriótica. Pois transmitir os novos conhecimentos da ciência contemporânea bem como dos seus inventores representava o corolário de novos valores culturais e civilizacionais. No discurso dos publicistas ressalta-nos *a priori* a idealização de um modelo para o desenvolvimento de sociedade assente no progresso técnico e científico por forma a permitir colmatar as carências técnicas e científicas na instituição militar e na sociedade portuguesa.

A motivação dos intelectuais da *Revista Militar* relacionava-se com a importância que eles acreditavam que o periódico desempenhava como espaço privilegiado para a divulgação de estudos, ideias e opiniões sobre determinados assuntos que entendiam pertinentes.

Atendendo às circunstâncias, podemos afirmar que a *Revista Militar* encontrava-se na vanguarda do saber científico, isto é, das últimas experiências que se iam realizando nos diversos campos da Ciência por toda a Europa.

A *Revista Militar* embora sendo um periódico técnico, científico e cultural, privilegiando assim esses assuntos, não passou ao lado das grandes questões de política nacional e internacional da altura: a Questão Ibérica, a Geração de 70 e as Conferências do Casino, a Questão Colonial o Congresso Nacional e as grandes directrizes da política de Defesa Nacional. Ainda que fazendo crítica a determinados correntes políticas e mesmo da própria monarquia, não encontramos debates sobre política doutrinária. Não obstante a sua componente noticiosa, que também a tinha, ao divulgar o que de mais inovador se passava ao nível da técnica e da ciência e da

cultura, não se limitava à descrição de simples relatos de factos e de notícias, textos de opinião, mas mergulhava nas profundezas das questões, estudando-as, examinando-as e finalmente elaborando os seus argumentos com grande cientificidade e erudição.

Ao abordar os assuntos que mais preocupavam a sua Direcção e a Nação, a *Revista Militar* não descurou o papel importante do apelo constante ao sentimento nacional, ao patriotismo que deve assistir à união entre a instituição militar e a sociedade civil.

Ao longo deste período sempre os seus autores demonstraram o grande sentido patriótico e procuraram transmiti-lo aos seus leitores.

Esta atitude justifica-se pelo período conturbado que antecedeu a criação do periódico e mais tarde os momentos da Questão Ibérica, Conferências do Casino, Questão Colonial e Comemoração do Centenário da Guerra Peninsular.

A *Revista Militar* através dos seus artigos colocou ao nível de primeiro plano o patriotismo e o enaltecimento dos feitos dos nossos antepassados.

No seu papel pedagógico a memória histórica nacional revelou-se através da clara defesa da Independência Nacional e união entre Exército e Povo. Os artigos de cariz patriótico percorrem todo o periódico o que coloca a *Revista Militar* no papel importante de elemento unificador de um povo que em momentos conturbados social e politicamente necessitava de encontrar o seu caminho.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 68, 370, 558, 1742 e 2879, Francisco José Pinto.

Arquivo Histórico Militar, (Livros Mestres) 3ª Divisão, 4ª Secção, B4-29-46, José Maria de Pina.

Arquivo Histórico Militar, (Livros Mestres) 3ª Divisão, 4ª Secção, A2-10-69; A2-10-70, A2-10-221, João Manuel Cordeiro.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 12, António Filipe Soares.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 46, Carlos Frederico Bernardo de Caula.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 82, Isidoro José Machado.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 94, João Francisco Jesus Figueiredo.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 96, José Ignacio Ferreira Lapa.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 113, Joaquim José Gonçalves de Matos Correia.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 141, 343, 642 e 2033, José Maria Teixeira.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 160, Luis de Sousa Folque.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 191, Silvestre Bernardo Lima.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 442 António José Gonçalves Chaves.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 140, 311, 343, 459, 589, 642, 889 e 1742, José Maria de Pina.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 685, António de Mello Breyner.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixas 889 e 2.054, António José da Cunha Salgado.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 900, Francisco Xavier Lopes.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 496, D. Carlos Mascarenhas.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1058, João Manuel Cordeiro.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1067, José Maria de Bergára.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1082, Bento José da Cunha Viana.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 535, 924 e 1952, Manuel Bernardo Cotta Falcão Aranha de Sousa Menenses.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 541, 589, 681 e 659, Nicolau Tolentino de Carvalho Villa.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1175, Frederico Pereira da Costa.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa, 814 e 1141, Luiz Augusto Pimentel.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1143 e 1752, Manuel Cardoso dos Santos Vasques.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1257, José Nicolau Raposo Botelho.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 707 e 1071, Francisco José Figueira.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 750, Frederico Augusto Novaes.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 757, Maço n.º 62, n.º 12, João Maria Fradesso da Silveira.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 775, Silvino Candido D'Almeida Carvalho.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1427, José Maria Alves Tórgo.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 810, Leopoldo Xavier de Miranda.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 866, Carlos de Barcelos Machado.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1749, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 876, João Tavares de Almeida.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 900, Francisco Xavier Lopes.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1656 e 1715 Pº 1218-4, Francisco Martinho Motta d'Almeida.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1983 António Florencio de Sousa Pinto.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1058, João Manuel Cordeiro.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1067, João Xavier Atayde de Oliveira.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1082, Bento José da Cunha Viana.

Arquivo Histórico Militar, 32ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 2054, António José da Cunha Salgado.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1283, António José Monteiro de Seixas

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 3396, Augusto Ernesto Luiz Wiederhold.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 3439, Augusto Xavier Palmeirim.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1740, Augusto Frederico Pinto de Rebelo Pedrosa.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 2740, António José de Mello.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 3183, António Ladislau da Costa Camarate.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 3396, Augusto Ernesto Luiz Wiederhold.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 3439, Augusto Xavier Palmeirim.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 623, João Januário Vianna de Resende.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1164 e 1713, José Alves Pimenta d'Avelar Machado.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1728 – 1048, Antonio Marciano Ribeiro da Fonseca.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1105, Fernando da Costa Maia.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1039, Francisco Pedro Celestino Soares.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 992 e 2029, Manuel Alves de Sousa.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1171 – 1751, Pedro Manuel Tavares.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 137 e 1729, José Manuel Sacôto Galache.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 641, José Maria das Neves Costa.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1523, Angelo Leopoldo da Cruz e Sousa.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1042, Carlos Ernesto Arbués Moreira.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1725 e 3235, João Severo da Cunha.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 983, José Paulino de Sá Carneiro.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 147 e 579, José de Sá Carneiro.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1715, Pedro Martinho da Piedade Alves.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1628, Pedro António Alvares.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1662, Salvador Correia de Sá (Visconde da Asseca).

Arquivo Central de Marinha, Caixa 771, Fernando José de Santa Rita.

Arquivo Central de Marinha, Caixa 782, Luís António de Morais e Sousa.

Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1862, José de Sá Pereira Carneiro.

Arquivo Central de Marinha, Livros Mestres dos Officiaes da Armada n.º 1, 2 e 3.

Contracto da Empreza da Revista Militar, Lisboa, 1848

Livros e Escripuração da Empreza da Revista Militar, 1848.

Fontes Impressas

Imprensa Periódica Militar Portuguesa

«*Academia e Exército*», Porto, s. n., 1891. Número único. Encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

«*Album Militar*», Lisboa, Tipografia de Guilherme da Silva, 1879. Publicação biográfica ilustrada com retratos. Foi dirigida pelos oficiais do Exército Alfredo Ferreri e Manuel Maria Brito Fernandes que usava o pseudónimo Braz de Faria. Saíram apenas quatro números com as biografias e retratos dos generais estrangeiros: Moltke, Espartero, Chanzy e Martinez Campos.

«*Almanaque Histórico, Eclesiástico, Civil e Militar*», Lisboa, s. n., 1851. Periódico anual. Encontram-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto os periódicos dos anos de 1851 e 1853 a 1859.

«*Almanaque Saldanha*», Lisboa, s. n., 1871. *Almanak Saldanha político e alegre dedicado ao exercito portuguez*. Periódico anual e encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

«*Annaes da Marinha e Ultramar*», Lisboa, s. n., 1866. Periódico mensal. Encontram-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto o n.º 16 de 1 de Junho de 1867 e o n.º 45 de 21 de Dezembro de 1867.

«*Annaes da Marinha*», Lisboa, 1897. Em 1851 encontrava-se ainda em publicação. Na Biblioteca da Escola do Exército e na Biblioteca da Marinha encontram-se colecções completas.

«*Annaes do Clube Militar Naval*», Lisboa, Tipografia do Futuro, 1870. A sua primeira redacção foi constituída pelos oficiais da Armada: Carlos Testa, Mariano Guira, Marx de Sory, A.E. Dantas e E. de Freitas. Em 1851 ainda se encontrava em publicação.

«*Anuario da Escola do Exército*», Lisboa, s. n., 1895. Periódico anual. Encontra-se na Escola do Exército, Biblioteca do Estado Maior do Exército e Biblioteca Pública.

«*Anuario do Real Collegio Militar*», Lisboa, s. n., 1898. Periódico anual. Encontra-se no Colégio Militar e na Biblioteca do Estado Maior do Exército.

«*Archivo Militar*», Porto, 1886. Foram seus redactores os Oficiais do Exército Nuno de Sousa Moura e Tenente Cruz.

- «*Artilheiro (O)*», Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1836. Diário e começou a sua publicação em 2 de Janeiro. Na Biblioteca Nacional de Lisboa encontra-se uma colecção completa do n.º 1 ao n.º 154 de 14 de Julho de 1837. Inclui ainda vários suplementos.
- «*Boletim Militar das Ordens do Exército*», Lisboa, s. n., 1868. Boletim Militar das Ordens do Exército. Encontra-se na Biblioteca do Estado Maior do Exército e Arquivo Histórico Militar.
- «*Boletim Oficial do Exército*», Lisboa, s. n., 1851. Boletim oficial do Exército. Encontra-se na Biblioteca do Estado Maior do Exército.
- «*Clamor Militar*», Porto, Tipografia Industrial, 1862. Responsável: M. R. de Sá Pacheco. Redactor, A. J. C. Bello. Na Biblioteca Nacional encontra-se uma colecção completa, do número 53 de 4 de Janeiro de 1863 ao n.º 498 de 24 de Dezembro de 1871. No Arquivo Histórico Militar também se encontra uma colecção dos n.º 382 a 423, ou seja de 1869 a 1870. Foi impresso ainda na Tipografia da Rua das Taipas, Tipografia da Rua da Porta do Sol, Tipografia de José Pereira e Tipografia de A.F. Vasconcellos.
- «*Concórdia*», Porto, Tipografia Lusitânia, 1873. Publicava-se nos dias 1, 9, 17, e 24 de cada mês, com um número de 8 páginas. O primeiro número saiu a 9 de Março e o último número foi o 14 de 17 de Junho, o que marca uma vida muito curta do periódico. Era seu proprietário e administrador o Alferes de Infantaria Luiz de Sousa Gomes e Silva.
- «*Defensor (O) do Exército*», Lisboa, Tipografia de Lucas Evangelista, 1886. O número programa deste semanário publicou-se em 18 de Julho do mesmo ano, saindo depois só mais 4 números. Eram seus proprietários e directores: Henrique Duarte e J. J. M. Gião.
- «*Diário do Exército*», Porto, Tipografia de Fraga Lames, 1882. Iniciou a sua publicação a 1 de Janeiro 1882 e terminou a 28 de Fevereiro de 1883. Foram seus secretários e redactores efectivos os alferes Fernando Maia e Alexandre Sarsfield.
- «*Echo (O) Militar*», Lisboa, Copiografado. Foram seus directores: G. Gonçalves e F. Barata. Na Biblioteca Nacional encontra-se o n.º 1 relativo a 7 de Abril de 1882.

- «*Exercito Ilustrado*», Barcelos, s. n., 1898. Revista Publicada em Barcelos de saíram três números, (Abril, Maio e Junho). Foram seus fundadores: Carlos A. C. Guedes e David José Gonçalves Magno.
- «*Exercito Portuguez*», Lisboa, Tipografia Gutierrez, 1878. Iniciou a sua publicação em Julho de 1878 e terminou em 1895. Foi seu fundador proprietário e administrador o oficial do exército Alfredo Ferreri e seu director o Capitão Brito Fernandes. Publicou-se na Tipografia Editora, ao Rossio, (n.º 31 a n.º 129) e na Tipografia Matos Moreira, desde o n.º 130.
- «*Galeria Militar Contemporânea*», Lisboa, s. n., 1878. Periódico quinzenário que iniciou a sua publicação a 1 de Janeiro de 1878. Foram seus directores Alfredo Ferreri e Gomes Percheiro. A 1 de Fevereiro de 1879 foi suprimida do título a palavra Contemporânea, continuando a publicar-se até ao n.º 16 referente a Setembro de 1879 com o título de «*Galeria Militar*» Todos os números inseriam uma biografia e retracto além de outras colaborações militares variadas. Ferreri deixou este periódico para fundar o «*Exercito Portuguez*».
- «*Gazeta dos Hospitales Militares*», s. l., s. n., 1877. Bi-semanário de assuntos relacionados com a medicina militar. Iniciou a sua publicação em 15 de Janeiro do mesmo ano. Foram seus fundadores e redactores efectivos: Guilherme José Enes, António Manuel da Cunha Belém e João Vicente Barros da Fonseca.
- «*Gazeta Militar*», Porto, Tipografia de Bernardino Gonçalves, 1875. Semanário que começou a ser publicado a 20 de Setembro de 1875. Imprimiu-se ainda na Tipografia da Viúva Bandeira, (2º ano), Tipografia de Fraga Lamesas (3º e 4º anos) e Imprensa Civilização nos anos seguintes. Na Biblioteca Nacional encontra-se uma colecção incompleta desde o n.º 663, (1 de Maio de 1890) ao n.º 2039 de (31 de Dezembro de 1900). Publicou-se até 1902. Foi seu director, editor e proprietário António Rodrigues Barbosa.
- «*Guarda Nacional (A) de Lisboa*», Lisboa, Tipografia da Rua da Condeça, 1837. Bi-semanário que saiu em 29 de Janeiro do mesmo ano. Encontra-se na Biblioteca Nacional.
- «*Jornal do Exército*», Lisboa, Tipografia da Opinião Nacional, 1867. Iniciou a sua publicação em 14 de Abril do mesmo ano como bi-semanário com o n.º 27. O primeiro ano terminou no n.º 68. O segundo ano recomeçou no n.º 1, suspendendo a publicação com o n.º 30 de 26 de Julho de 1868.

«*Jornal dos Facultativos Militares*», Lisboa, Tipografia da Viúva Rodrigues, 1843.

Começou a sua publicação em 01 de Janeiro do mesmo ano e durou até Junho de 1849. Publicaram-se três volumes: Volume I (1843-1844), Tipografia da Viúva Rodrigues; Volume II (1845-1847, Imprensa Nacional; Volume III (1848-1849), Tipografia de L. J. de Oliveira.

Em 1851 voltou a sair, com o título «*Escholiaste Medico, Jornal dos Facultativos Militares*», título que em 1855, simplificou para «*Escholiaste Medico*».

Terminou a sua publicação a 31 de Dezembro de 1869 com 20 volumes todos impressos na Imprensa Nacional.

«*Jornal dos Sargentos*», Leiria, Tipografia Leiriense, 1873. Semanário que iniciou a sua publicação a 8 de Junho do mesmo ano e que terminou com apenas 5 números publicados. Foi seu redactor-principal o 2º Sargento de Caçadores 6 António Maria de Campos Júnior.

«*Jornal Militar*» (2º), Lisboa, Tipografia de M. J. Coelho e de João baptista Morando, 1845. Quinzenário do qual se publicaram vinte números e que terminou a 1 de Setembro de 1846. Um dos seus fundadores redactores foi o Capitão de Artilharia Francisco José Maria de Azevedo.

«*Jornal Militar*» (4), Coimbra, Tipografia da Voz do Artista, 1889. A Publicação do primeiro número ocorreu a 5 de Maio do mesmo ano e o último, o n.º 22 a 26 de Janeiro de 1890.

«*Jornal Militar*», (3º), Elvas, Tipografia da «*Luz do Alentejo*», 1876. Periódico dedicado ao Exército Português, do qual foram publicados apenas 4 números, o primeiro a 9 de Abril e o último a 19 de Maio do mesmo ano.

«*Jornal Militar*», Lisboa, Tipografia Portuguesa e Franceza, 1841. Quinzenário ilustrado que começou a publicar-se a 1 de Janeiro do mesmo ano e terminou com doze números publicados a 15 de Junho ainda do mesmo ano. Foi seu editor e proprietário o tenente coronel Pierre André Gitton, oficial francês que pertenceu ao batalhão de voluntários franceses de Ramorino ou de Peniche.

«*Mapas Estatísticos do Hospital da Marinha*», Lisboa, s. n., 1892. Existe na Biblioteca Publica Municipal do Porto.

- «*Marte (O)*», Lisboa, Imprensa do Progresso, 1881. Foi seu redactor-principal o então 2º Sargento Luiz de Mello Ataíde. Publicaram-se apenas dois números por ter sido o periódico suspenso por Ordem do Comandante da 1.ª Divisão, General Visconde de Sagres, pela inconveniência dos artigos publicados.
- «*Monitor do Exército*», Porto, Tipografia Pereira da Silva, 1868. Foram seus redactores e proprietários: Nuno Maria de Sousa Moura e António Pereira da Silva. Em determinada altura a publicação mudou o título para «*União Militar*».
- «*Periódico Militar do Ultramar Portuguez*», Nova Goa, Imprensa Nacional, 1863. Periódico Quinzenário que iniciou a sua publicação a 16 de Março e terminou a 16 de Outubro do mesmo ano com 16 números. Foi seu redactor João Filipe de Gouveia.
- «*Portugal Militar*», Lisboa, Oficina da Papelaria Estevão Nunes, 1903. Revista mensal ilustrada que iniciou a sua publicação em Janeiro de 1903 como suplemento da «*Revista de Administração Militar*». Teve como Director: Alfredo D'Antas Lopes de Macedo e como redactores. Ladislau Miceno Machado da Câmara e Silva, Luís António de Vasconcelos Dias e Henrique Linhares de Lima. Na Biblioteca Nacional e no Arquivo Histórico Militar encontram-se colecções completas dos dois anos de publicações, (n.º 1 a 24), de 1903 e 1904.
- «*Revista das Sciencias Militares*», Lisboa, Tipografia e Papelaria Progresso. Publicação mensal fundada pelos oficiais do Exército António Alfredo Barjona de Freitas, Capitão de Estado-Maior e José Manuel Rodrigues 1º Tenente de Artilharia. Em 1888 assumiu a sua direcção o Capitão de Engenharia Joaquim Narciso Renato Descartes Baptista.
- «*Revista de Administração Militar*», Lisboa, s. n., 1902. Revista mensal que iniciou a sua publicação em Janeiro de 1902 e terminou em Dezembro de 1904. Foi seu director: Tenente-Coronel Alfredo D'Antas Lopes de Macedo e redactores: Capitão Luís António de Vasconcelos Dias, Tenente Alberto David Branquinho e Alferes Henrique Linhares Lima.
- «*Revista de Artilharia*», Lisboa, s. n., 1904. Começou a ser publicada em Junho de 1904.

- «*Revista de Cavalaria*», Lisboa, s. n., 1904. Periódico mensal e ilustrado que iniciou a sua publicação em Agosto de 1904 e terminou em Junho de 1907 com o n.º 35. Da sua direcção faziam parte: General Basílio Damasceno Rosado, Major Fernando Maya, Capitão António Augusto da Rocha e Sá e Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares.
- «*Revista de Engenharia Militar*», Lisboa, s. n., 1896, Periódico mensal que começou a ser publicada em Julho de 1896. Publicou-se até ao n.º 12 do 3º Ano, Dezembro de 1898.
- «*Revista de Infanteria*», Porto, s. n., 1898. Iniciou a sua publicação em Abril de 1898 e terminou em 1913. Foi fundada pelos oficiais de Infantaria: Capitão Alexandre José Sarsfield, Alferes David Augusto Rodrigues e Alferes Alfredo de Leão Pimentel.
- «*Revista de Jurisprudencia Militar*», Porto, Tipografia de Artur José de Sousa & Irmão, 1886. Começou a ser publicada em 1886 e terminou com o n.º 13 em 30 de dezembro de 1889.
- «*Revista de Medicina Militar*», Porto, Tipografia Elzeviriana, 1886. Iniciou a publicação em 1886 e terminou em 1889 com a publicação do 4º volume. Foi seu director o Cirurgião Militar Eugénio Augusto Perdigão. O 4º e último volume foi publicado em Lisboa na Tipografia do Instituto Geográfico Português.
- «*Revista do Exercito e da Armada*», Lisboa, s. n., 1893. Periódico mensal que iniciou a sua publicação em Maio de 1893 e terminou em Dezembro de 1904 com o volume n.º 23.
- «*Revista Medico-Militar da India Portuguesa*», Nova Goa, Imprensa Nacional, 1862. Iniciou a sua publicação em 1 de Outubro de 1862 e terminou em janeiro de 1864.
- «*Revista Militar*», Lisboa, s. n., 1849. Começou a ser publicada em 15 de Janeiro de 1849 e permanece até aos nossos dias. Em publicação é o mais antigo periódico português e a mais antiga revista do Mundo.
- «*Sargento (O)*», Coimbra, Tipografia União, 1888. Iniciou a publicação a 29 de Julho de 1888. Em 1889 ainda se publicava. Teve grande influência na propaganda e agitação nos movimentos revolucionários de 31 de Janeiro. Na Biblioteca Nacional encontra-se uma colecção incompleta do n.º 1 ao n.º 22.

«*Vedeta (A)*», Lisboa, Tipografia Rua de São Mamede, 1897. Iniciou a publicação em 6 de Junho de 1897. Na Biblioteca Nacional encontra-se uma colecção incompleta do n.º 1 ao n.º 23, (7 de Novembro de 1897).

«*Vedeta (Na)*», Lisboa, Tipografia Rua do Salvador, 1896. Periódico semanal que iniciou a sua publicação a 1 de Novembro de 1896 e terminou a 30 de Maio de 1877. Semanário que teve como seu director Frederico José e Administrador: José Cordeiro. Na Biblioteca Nacional podemos encontrar uma colecção incompleta do n.º 1 ao n.º 28

«*Voz (A) do Veterano*», Lisboa, Tipografia da Viúva Sousa Neves. Periódico Semanal do qual eram colaboradores alguns oficiais reformados (1887-1888). Na Biblioteca Nacional encontram-se apenas os números 20 e 25.

«*Voz (A) do Veterano*», Lisboa, Tipografia do Diário de Notícias, 1893. Iniciou a sua publicação em 19 de Março de 1893. Editor: Paulo da Fonseca. Na Biblioteca Nacional encontram-se apenas os números 1 e 2.

Outras Fontes

- "A extinção do analphabetismo e o problema nacional" *in Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, pp. 3-7.
- "Ainda o Caminho de Ferro de Leste – duas palavras ao Sr. Capitão Luiz Augusto Pimentel", *RM*, Tomo XII, 1860, n.º 11, pp. 435-445.
- "Aparição de um Novo Jornal", *O Farol*. Periódico d'Instrução e Recreio, 1849.
- A Arte Typographica: Orgão da Associação de Classe dos Compositores e Impressores de Lisboa*, Lisboa, 1898.
- A Lucta*, Anno 3º, 1908, n.º 982.
- A Voz de Chaves*, 16º Anno, 1909, n.º 801.
- A. Ilharco, "O Novo arreio m/1903", *RM*, Tomo LVI, 1904, n.º 6, pp. 116-173 e n.º 7, pp. 202-210.
- AFFONSO, Carlos, "Situação do Commercio Nacional. Males e remedios" *in Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Officinas do "Commercio do Porto", 1909, pp. 5-45.
- Almanach do Exercito ou Lista geral de Antiquidades dos Officiaes Combatentes e não Combatentes do Exercito e Empregados civis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, 1879, 1901 e 1902.
- ALMEIDA, Francisco Pereira, *Breve Notícia da Imprensa Nacional de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869.
- ALVES, A. E. Simões, "Remonta do Exercito", *RMV*, Anno VI, 1907, n.º 61, pp. 5-9.
- ALVES, A. E. Simões, "Serviço Veterinario Militar", *RMV*, Anno VIII, 1909, n.º 94, pp.
- ALVES, Alfredo, "Uma Revista Militar no Porto em 1570", *RM*, Tomo XLIV, 1892, n.º 12, pp. 372-378.
- AMORIM, Carlos Augusto de, "Montepio Official", *RM*, Anno LVII, 1905, n.º 3, pp. 216-220.
- Anuario Científico*, 1863.
- Antonio Cabreira, "Organização da defeza nacional, sob o ponto de vista terrestre, segundo a orientação da politica extrema nacional", *in Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Imprensa Africana de A. Tiberio de Carvalho, 1910, pp. 5-24.

- ARAUJO, Julio da Fonseca, "Situação financeira do paiz. Males e remedios", *in Congresso Nacional de 1910*, Porto, s. n., 1909, pp. 3-6.
- AYRES, Cristovam, *A Evolução Orgânica do Exército*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894.
- Azedo Gneco, "Reclamações operárias", *in Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Cooperativa de Produção, 1910, pp. 3-11.
- AZEVEDO, Polycarpo José de, "Situação da Marinha de Guerra. Males e Remedios", *in Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar, 1909, pp. 3-35.
- BARREIROS, Fortunato José, "Considerações sobre a necessidade da instrução Cientifico Militar", *RM*, Tomo VII, 1855, n.º 6, pp. 300-306.
- BARROS, Antonino Marinho de Sousa e, "A Religião e o Exercito Perante o Socialismo", *RM*, Tomo XXIV, 1872, n.º 13, pp. 317-323.
- BARROS, Antonino Marinho de Sousa e, "O Aniversário da Restauração", *RM*, Tomo XXVII, 1875, n.º 23, pp. 401-408.
- BEÇA, Adriano, "Commemoração Centenaria da Guerra da Peninsula", *RM*, Anno LXI, 1909, n.º 1, pp. 85-94.
- Beira Alta*, Anno 9º, 1909, n.º 417.
- BELLO, Antonio Maria de Oliveira, "Situação economica do paiz. Vantagens e inconvenientes do proteccionismo em que vivemos". *in Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Composto e impresso no Centro Typographico Colonial, 1909, pp. 3-150.
- BOCAGE, Carlos Roma du, "Alliança Politica e Convenção Militar", *RM*, Anno LVII, 1905, n.º 5, pp. 353-361.
- BOCAGE, Carlos Roma du, "Baterias Moveis de Praça", *REM*, Tomo VII, 1902, pp. 433-440.
- BOLAMA, Marquez D'Avila, "Sobre Nivelamentos de Precisão em Portugal", *RM*, Tomo LVII, 1905, n.º 7, pp. 521-526.
- BOMFIM, Conde de, "Pena de Morte", *RM*, Tomo XXVIII, 1876, n.º 1, pp. 190-194.
- BOTELHO, José Justino Teixeira, "As Linguas estrangeiras sob o ponto de vista militar", *RM*, Anno LVII, 1905, n.º 4, pp. 292-304 e n.º 5, pp. 382-395.
- BOTELHO, José Justino Teixeira, *As Línguas vivas na instrução Secundária – Considerações Gerais, Professores e Métodos de Ensino, Conclusões*, Lisboa, Edição Ferin, 1904.

- BOTELHO, José Justino Teixeira, *Lectures Scientifiques et Littéraires à L'usage de 4^{ème} et de 5^{ème} Classes des Lycées Portugais*, Porto, Livraria Chardron, 1909.
- BOTELHO, José Justino Teixeira, *Livre de Lecture Française à l'usage des Classes de 1^{ère}, de 2^{ème}, 3^{ème} des lycées Portugais*, Porto, Livraria Chardron, 1907.
- BRAAMCAMP, J. de Mattos, "A produção, o trabalho e a questão social em Portugal", *in Congresso Nacional de 1910*, Porto, Typographia A. Vapor da Empresa Litteraria e Typographica, 1910, pp. 3-15.
- BRAGA, Teófilo, *Os Centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas*, Lisboa, Tipographia Costa e Irmão, 1881.
- Brasil e Portugal*, Revista Quinzenal Ilustrada, Anno X, 1908, n.º 230.
- BREYNER, Antonio de Mello, "Importancia dos Caminhos de Ferro e seu Emprego", *RM*, Tomo XX, 1868, n.º 15, pp. 176-179.
- BREYNER, António de Mello, "1877. Revista Militar", *RM*, Tomo XXIX, 1877, n.º 1, pp. 3-4.
- BREYNER, António de Mello, "Considerações historicas sobre a utilidade das Praças de Guerra e sua aplicação às defesas de Lisboa", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 9, pp. 233-238.
- BREYNER, António de Mello, "Emprego dos caminhos de ferro na guerra", Tomo XXII, *RM*, 1870, n.º 15, pp. 268-272.
- BREYNER, António de Mello, "Portugal em 1872, vida constitucional d'um Povo de raça Latina", *RM*, Tomo XXV, 1873, n.º 4, pp. 93-102, n.º 5, pp. 110-123, n.º 6, pp. 149-159 e pp. 165-167.
- CAMARATE, Antonio Ladislau da Costa, "Gregorio Nasiazeno", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 12, pp. 575-577.
- CAMARATE, Antonio Ladislau da Costa, "Tres Dias Depois de Um Combate", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 1, pág. 36.
- CAMPOS, Carlos Augusto da Silva, *Almanach Commercial de Lisboa para os anos de: 1880, 1881, 1884, 1885, 1886, 1889 e 1890*, Lisboa, s. n., 1890.
- CARDOSO, Albino dos Santos, "Introdução da Medicina Veterinaria em Portugal", *RMV*, Anno IX, 1910, n.º 103, pp. 204-206.
- CARNEIRO, José Paulino de Sá, "Importância da História e dos Escritores Militares: golpe de vista sobre o nosso Estado", *RM*, Tomo X, 1858, n.º 10, pp. 321-329.
- Carte Général des Grandes Communications Telegraphiques*, Berne, s. n., 1893.

- CARVALHO HOMEM, *Amadeu, A Propaganda Republicana, 1870-1910*, Coimbra, s. n., 1990.
- CARVALHO, Francisco Maria de, "Hygiene Veterinaria – Abusos d'alguns Principios nos Corpos de Cavalaria, e Reflexões acerca destes Abusos", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 17, pp. 476-491.
- CARVALHO, Francisco Maria de, "Projecto de uma Enfermaria Veterinaria para os Corpos de Cavalaria e de Artilheria", *RM*, Tomo XXII, 1870, n.º 21, pp. 390-398.
- CHABY, Cláudio de, *Almanach Militar ou Livro dos Quartéis para 1857-58*, Lisboa, Tipografia F. X. de Sousa, s. d.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro, *O Centenário de Luís de Camões*, Lisboa, Imprensa J. G. de Sousa Neves, 1880.
- CHAVES, F. Sá, "Telegraphia optica – seu papel tactico e estrategico", *RM*, Anno LIV, 1902, n.º 19, pp. 577-584.
- Congresso Nacional de 1910, Programa de trabalhos, Composto e impresso na Typographia La Bécarre, de Carneiro & C.ª. sem página. Para mais informação consultar Primeiro Congresso Nacional, Regulamento Geral, Lisboa, typografia do Commercio, 1910.
- CORTE-REAL, Frederico Augusto Novaes, "Revista Militar", *RM*, Tomo VI, 1854, n.º 12
- CORVO, João Andrade, "Organização do Exército", *A Revolução de Setembro*, 1846, n.º 1604.
- CORVO, João Andrade, "Organização do Exército", *A Revolução de Setembro*, 1846, n.º 1604.
- COSTA, A. Ramos da, *Tratado Elementar de Trigonometria espherica*, Lisboa, Officina Typographica, 1907.
- COSTA, António da, *História do Marechal Saldanha*, Porto, Imprensa Nacional, 1879.
- COSTA, Augusto Ramos da, "Congresso Nacional", *RM*, Tomo LX, 1908, n.º 6, pp. 362-365.
- COSTA, Augusto Ramos da, "A Necessidade de crear um Observatorio", *RM*, Anno LVII, 1905, n.º 6, pp. 362-365.
- COSTA, Augusto Ramos da, "Carencia do Estudo do Magnetismo Terrestre nos Serviços da Navegação e da Hydrographia" *RM*, Anno LVIII, 1906, n.º 10, pp. 937-945.

- COSTA, José Fernandes de Junior, "A Revista Militar e a sua Missão Perante o Exército e o Paiz", *RM*, Anno LVIII, 1906, n.º 1, pp. 5-12.
- COSTA, José Maria das Neves, "Topographia – Ensaio sobre a Theoria do Relêvo dos Terrenos", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, 47-53, n.º 2, pp. 65-72, n.º 7, pp. 396-403, n.º 8, pp. 451-459, n.º 10, pp. 582-590, n.º 11, pp. 613-621; Tomo II, 1850, n.º 1, pp. 9-16, n.º 7, pp. 311-318, n.º 9, pp. 409-416 e n.º 10; Tomo III, 1851, n.º 1.
- COUCEIRO, J. A. Gromicho, "Memoria sobre o estado do Rio Têjo, entre o Rocio d'Abrantes, e o Porto de Villa Velha do Rhodam", *RM*, Tomo V, 1853, n.º 2, pp. 62-70.
- CUNHA, Xavier da Cunha, "Estado Geral das Bibliotecas e Archivos Nacionaes", in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Pautação, Typographia e Encadernação, s. d., pp. 1-7.
- D. C., "O Exercito e o Paiz", *RM*, Tomo XLIV, 1892, n.º 5, pp. 129-142.
- Diários das Viagens de D. Pedro V, (1854 e 1855) vols. I e II dos Escritos de El-Rei publicados Academia de Ciências de Lisboa.
- DIAS, Vasconcelos, "Simples Opinião. Sem fé e sem Esperança", *REA*, 1904, n.º 23 e 24, pp. 121-127.
- DIRECÇÃO, "Introdução", *RM*, Tomo III, 1851, n.º 1, pp. 5-10.
- DIRECÇÃO, "Commemoração Centenaria da Guerra da Peninsula", *RM*, Anno LX, 1908, n.º 6, pp. 353-361.
- DIRECÇÃO, "Commemorações Centenarias da Guerra da Peninsula", *RM*, Anno LIX, 1907, n.º 11, 761-766.
- DIRECÇÃO, "Introdução", *RM*, Tomo X, 1858, n.º 1, pp. 1-2.
- DIRECÇÃO, "Noticias Militares – As indiscrições da imprensa em tempo de guerra", *RM*, Anno LX, 1906, n.º 11, pp. 761-766.
- EMPRESA DA REVISTA MILITAR, "Introdução", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 1, pp. 5-8.
- EMPRESA DA REVISTA MILITAR, "Introdução", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 12, pp. 669-671.
- Estatutos da Empresa da Revista Militar*, Lisboa, 1862.
- ESTEVES, F. Xavier, "Situação da Industria Nacional. Males e remedios", in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Typographia a Vapor da Empresa Guedes, 1910, pp. 9-44.
- ESTEVES, Raul Augusto, "O Emprego dos Aeroplanos na Guerra Terrestre", *RM*, Anno LXII, 1910, n.º 3, pp. 179-190.

- F., "Congresso Nacional", *RM*, Anno LXII, 1910, n.º 5, pp. 368-372.
- FAJARDO, J. M. da Cunha, "Medicina veterinária Militar - Cavalos «lunaticos»", *RM*, Tomo LVII, 1905, n.º 03, pp. 196-198.
- FARO, José Dionísio Carneiro Sousa e, "zambezia – População e Civilização" *RM*, Anno LVII, 1905, n.º 3, pp. 199-205.
- FERREIRA, Aurelio da Costa, "Situação demographica do paiz, sob o ponto de vista do vigor da raça", *in Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, typographia Livraria Ferin-Editora, 1910, pp. 3-7.
- FERREIRA, Eduardo Bettencourt; LEAL, Raul de Sousa, "Situação do estudante em Portugal, sob o ponto de vista intellectual, moral-social e physico", *in Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Papelaria Fernandes & c.^a, 1910, pp. 1-16.
- FERREIRA, José Joaquim; MACHADO, Izidoro José; TEIXEIRA, José Maria, "Relatório", *RM*, Tomo VIII, 1856, n.º 3, pp. 124-132.
- FERREIRA, José Joaquim; MACHADO, Izidoro José; TEIXEIRA, José Maria, "Relatório", *RM*, Tomo VIII, 1856, n.º 3, pp. 124-132.
- FIGUEIRA, Francisco José, "a Alimentação do Cavalo de Guerra – Veterinária", *RM*, Tomo LII, 1900, n.º 9, pp. 257-262.
- FIGUEIRA, Francisco José, "A Ferradura Normal do Cavalo de Guerra", *RM*, Tomo LII, 1900, n.º 11, pp. 321-332.
- FIGUEIRA, Francisco José, "A Produção Nacional do Cavalo de Guerra", *RM*, Tomo XLIX, 1897, n.º 20, pp. 609-616; n.º 21, pp. 648-653 e n.º 22, pp. 685-693.
- FIGUEIRA, Francisco José, "A Remonta Portuguesa", *RM*, Tomo XLIX, 1897, n.º 23, pp. 704-713; n.º 24, pp. 748-755; Tomo L, 1898, n.º 1, pp. 14-22 e n.º 2; pp. 49-56.
- FIGUEIRA, Francisco José, "Exterior do Cavallo", *RM*, Tomo L, 1898, n.º 19, pp. 577-584; n.º 20, pp. 628-633; n.º 21, pp. 647-655; n.º 22, pp. 682-685; n.º 23, pp. 719-727 e n.º 24., pp. 743-752.
- FIGUEIRA, Francisco José, *Exterior do Cavalo*, Lisboa, Typographia Universal, 1899.
- FLACHAT, *De La Traversée des Alpes par un Chemin de Fer*, 1859 -1860.
- Folha de Torres Vedras*, n.º Comemorativo, 1908.
- FOLQUE, Filipe, *Memoria Sobre os Trabalhos Geodesicos Executados em Portugal*, Tomo I, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1841.
- FOLQUE, Filipe, *Memoria Sobre os Trabalhos Geodesicos Executados em Portugal*, Tomo II, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1856.

- FOLQUE, Pedro Romano, "Necessidade Economica-Militar da Ligação Directa de Lisboa com a Rede Ferro-Viaria do Sul do Tejo", *REM*, Tomo 4, 1899, n.º 4, pp. 289-296.
- FOLQUE, Pedro Romano, "Medição D'Obras D'Arte de linhas Ferreas N'um estudo de reconhecimento", *REM*, Anno 3º, 1898.
- FONSECA, Alfredo da, "Consultas à Revista Militar", *RM*, Tomo XLV, 1893, n.º 3, pp. 91-96 e n.º 4, pp. 119-128.
- FONSECA, Antonio Marciano Ribeiro da, "O Problema Colonial", *RM*, Tomo XLIII, ano, n.º 12, pp. 400-407 e n.º 14, pp. 425-430.
- FONSECA, Antonio Marciano Ribeiro da, "O que temos de fazer", *RM*, Tomo XLII, 1890, n.º 1, pp. 24-28
- FREDERICO OOM, "Reguas Geodesicas de Repsold usadas em Portugal", *REM*, 8º Anno, 1903, n.º 8, pp. 333-355.
- General do Exercito Espanhol, "Serão os Exercitos Permanentes Incompativeis com a Liberdade Civil e Politica?", *RM*, 1850, n.º 5, pp. 242-248.
- GUIMARÃES, Rodolpho Ferreira Dias Guimarães, "Retrophotographia", *RSM*, Tomo XVII, 1894.
- GUIMARÃES, Rodolpho Ferreira Dias Guimarães, "Sobre um Problema de Photographia", *Revista de Obras Publicas e Minas*, Tomo XXIX, 1899.
- H. C., "Material de Telegraphia sem fios", *REM*, 15º Anno, vol. 15, 1910, 456-477.
- HERCULANO, Alexandre, "Origem da Tipographia – tipographia portugueza", *in o Panorama*, 1837.
- Ilustração Popular*, 1º Anno, 2ª Série, s. d., n.º 36.
- Instituto, vol. XXXIV, 1886, n.º 3.
- J. A., "As Recentes Experiências de Telegraphia sem Fios", *REM*, 8º Anno, vol. 8º, 1903, pp. 328-329.
- J. A., "1849-1910 – Noticia de todos os artigos e qualquer referencias ácerca da Guerra Peninsular, publicada na «Revista Militar», desde a sua fundação até á actualidade", *RM*, Anno LXII, 1910, n.º 1, pp. 857-868.
- JUNIOR, A. M. Campos, *Discurso Proferido no sarau em que o Gremio Recreativo de Leiria Solemnizou o Tricentenário de Camões*, Leiria, 1880.
- JUNIOR, J. Pereira, *A Veterinária Militar nas Campanhas do Ultramar (1872-1910), Influência das Instituições Militares na Evolução da Veterinária Portuguesa. Subsídios para a História do Serviço Veterinário Militar*, Lisboa, Biblioteca Exército, s. d.

- JUNIOR, M. V. d'Armelim, "Papel da Imprensa na grande obra da regeneração nacional", in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1909, pp. 3-8.
- LACERDA, João N. de, "A Instrução no Exercito e as Sociedades Militares", *RM*, Tomo XXV, 1873, n.º 1, pp. 17-22; n.º 2, pp. 48-57; n.º 3, pp. 70-83.
- LAPA, João Inácio Ferreira; TEIXEIRA, José Maria, *Boletim Ministério das Obras Públicas* referente ao Ano de 1857.
- LEAL, Raul de Sousa; FERREIRA, Eduardo Bettencourt, "A situação do estudante em Portugal, sob o ponto de vista intellectual, moral-social e physico", in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Papelaria Fernandes & Cª, 1910.
- LIMA, Polycarpo da Costa Lima, "Cabos Submarinos", *REM*, Ano 2º, 1897, n.º 5, pp. 173-187.
- LOPES, Fernando, "Viagem de Estudo pela Europa", *RM*, Tomo. III, 1851, n.º 6, pp.
- LOPES, Francisco Xavier, "Apontamentos para a História e descrição das Fortalezas que defendem a Cidade de S. Paulo da Assumpção de Loanda – Escripto em 1846" *RM*, Tomo II, 1850, n.º 2, pp. 83-95.
- M. "Base Geodésica. – Medida nas Proximidades de Bonn", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, pp. 356-361.
- M. A. "Caminhos de Ferro Considerados sob o Ponto de Vista Militar", *RM*, Tomo XII, 1860, n.º 8, pp. 250-258.
- MACHADO, Carlos Barcellos Machado, "Appliação da Telegraphia às Operações Militares", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 4, pp. 100-1001.
- MACHADO, Carlos Barcellos Machado, "Systema de Telegraphia Analitica Universal", *RM*, Tomo XVI, 1864, n.º 12, pág. 342-343.
- MACHADO, Carlos Barcellos, "Idea de um Novo Systema para Atravessar as Montanhas com Caminhos de Ferro", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 16, pp. 445-456.
- MACHADO, Carlos Barcellos, "Novo Systema de Tracção para Vencer as Rampas Ingremes, do Engenheiro Agudio", *RM*, Tomo XVI, 1864, n. 14, pp. 422-427.
- MACHADO, Julio Cesar, *Guia do Viajante em Lisboa, Cintra, Collares, Mafra, Batalha, Setubal, Santarem, Coimbra e Bussaco*, 4ª ed., Lisboa, Loja do Editor J. J. Bordalo, 1880.
- MACIEIRA, António, "O problema juridico nacional" in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Imprensa Lusitana Editora de F. A. Miranda Sousa, 1910, pp. 3-32.

- MAGALHÃES, Alfredo Pereira Taveira de, "A Guerra Civil de 1826-34 sob o Ponto de Vista da Defesa do Paiz", *RM*, Anno LVII, 1905, n.º 9, pp. 713-726 e n.º 10, 815-835.
- MAGALHÃES, José de, "O problema educativo", in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, pp. 13-286.
- MAIA, Joaquim da Silva, *Memórias Históricas, Políticas e Filosóficas da Revolução do Porto em maio de 1828 e dos emigrados Portugueses para França, Espanha, e Bélgica*, Rio de Janeiro, s. n., 1841.
- MANUEL MUDA, "Marinha Mercante Nacional", *RM*, Anno LVII 1905, n.º 6, pp. 481-488.
- MARQUES, J. A., *Estudos Estatísticos, Hygiénicos e Administrativos sobre as doenças e a Mortalidade do Exército*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862.
- MARQUES, J. A., *Investigações Estatísticas sobre as doenças e a Mortalidade do Exército Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.
- MASCARENHAS, J., "Material de Campanha de Telegraphia sem Fios", *RM*, Anno LVII, 1905, n.º 2, pp. 121-127.
- MATOS, Ricardo de, *Manual Bibliográfico Português de Livros raros, clássicos e curiosos*, Porto, Livraria Portuense, 1878,
- MATTOS, A. Pereira de, "O problema internacional. Definição da politica externa a seguir", in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Typographia da Livraria Ferin-Editora, 1910, pp. 3-6.
- MAYA, Fernando da Costa, "Do Professorado Militar" *RM*, Tomo XXXV, 1883, n.º 12, pp. 353-358.
- MAYA, Fernando da Costa, "Ás Armas!", *RM*, Tomo XLII, 1890, n.º 1, pp. 33-37.
- MAYA, Fernando da Costa, "Do Ensino Militar nas Escolas Civis", *RM*, Tomo XXXV, 1883, n.º 7, pp. 196-201
- MAYA, Fernando da Costa, "Jornalismo Militar", *RM*, Tomo XLI, 1889, n.º 11, pp. 321-323
- MELLO, D. Antonio José de, "Material telegraphico sueco, da Companhia de Telegrafistas do Regimento de Engenharia", *RM*, Tomo XXXIX, 1887, n.º 7, pp. 652-658.
- MELLO, D. Antonio José de, "O Exercito Perante a Nação", *RM*, Tomo XLIV, 1892, n.º 2, pp. 100-114.
- MELLO, D. Antonio José de, "Patriotismo", *RM*, Tomo XLIV, 1892, n.º 2, pp. 213-219.

- MELLO, D. Antonio José de, "Questões Militares em Inglaterra, A telegraphia na Guerra", *RM*, Tomo XXXVIII, 1886, n.º 9, pp. 268-273.
- MELLO, José Maria de Fontes Pereira de, "Introdução", *RM*, Tomo, I, 1849, n.º 1, pp. 5-19.
- MIRANDA, Antonio Loureiro de, "Conhecimento da Idade do Cavalo" *RM*, Tomo 10, 1858, n.º 9, pp. 294-296.
- MIRANDA, Antonio Loureiro de, "Coudelarias" *RM*, Tomo 10, 1858, n.º 22, pp. 731-734.
- MIRANDA, António Loureiro de, "O Mormo, e seu Contagio, *RM* Tomo XI, 1859, n.º 9, pp. 277-280.
- MIRANDA, António Loureiro de, "O Serviço do Veterinário", *RM*, Tomo 16, 1864, n.º 22, pp. 567-568.
- MOTA D'ALMEIDA, F. "Creação de um hospital veterinário Militar", *RM*, Tomo LIII, 1901, n.º 3, pp. 79-82.
- MOTTA D'ALMEIDA, Francisco Martinho, "A Remodelação do Serviço Medico Veterinario Militar", *RMV*, vol. III, 1904 – 1905, pp. 78-92.
- MOTTA D'ALMEIDA, Francisco Martinho, "Creação de um Hospital Veterinario Militar", *RM*, Tomo LIII, 1901, n.º 3, pp. 79-82.
- MOTTA D'ALMEIDA, Francisco Martinho, "Distribuição dos Cavalos Reprodutores do Estado e as Remontas do Exército", *RM*, Anno LVII, 1905, n.º 8, pp. 645-650.
- MOTTA D'ALMEIDA, Francisco Martinho, "Do Fomento da Produção Hippica sob o Ponto de Vista Militar", *RMV*, Anno LIX, 1907, n.º 61, pp. 3-5.
- MOURA, Carneiro de Moura, "A instrução educativa e a organização geral do estado", *in Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Officina Typographica , 1909, 3-48.
- Nomenclatura des Cables Formant le Réseau sous-marin du Globe*, Berne, s. n., 1894.
- NORONHA, Tito Augusto Duarte de, *Ensaio sobre a História da Imprensa*, Lisboa Typographia Franco-Portuguesa de Lallemand & C^a, 1857.
- NOVAES, Frederico Augusto de, "Engenharia - A Telegrafia Electrica" *RM*, Tomo VI, 1854, n.º 9 e n.º 10; Tomo VII, 1855, n.º 7, pp. 324-329; n.º 9, pp. 424-429; n.º 10, pp. 481-485.

- NOVAES, Frederico Augusto de, "Engenharia - os Caminhos de Ferro em Portugal - Considerações Estrategicas e Economicas, *RM*, Tomo V, 1853, n.º 5, pp. 568-572; n.º 7, pp. 343-345; n.º 9 pp. 421-425 e n.º 12, pp. 568-572.
- NOVAES, Frederico Augusto de, "Polémica Jornalística", *RM*, Tomo VII, 1855, n.º 4, pp. 205-210.
- O caminho de Ferro de Leste – a razão economica, e a razão estratégica", *RM*, Tomo XII, 1860, n.º 9, pp. 273-288.
- O Instituto*, vol. XXXIV, 1886, 2ª série, n.º 3.
- O Minhoto*, 1940, 17, 3.
- O Politechnico*, 1861, n.º 5.
- O vice-almirante Campos Rodrigues premiado pela Academia de Ciências de Paris", *RM*, Anno LVII, 1905, n.º 2, pp. 89-91.
- Occidente*, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro, 31º Anno – XXXI vol., s. d., n.º 1067.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa, Lisboa*, Tipografia da Sociedade Tipográfica, 1882.
- OLIVEIRA, J. X. de Athayde e, "Viva a Patria!", *RM*, Tomo L, 1898, n.º 10, pp. 289-294.
- OLIVEIRA, João Xavier d'Athayde de, "1849 a 1895", *RM*, Lisboa, vol. 47, n.º 1, 1895, pp. 5-17
- OLIVEIRA, Joaquim Anselmo da Matta, "As Ilhas Atlanticas e os Pontos de Apoio da esquadra", *RM*, Anno LVII, 1905, n.º 8, pp. 651-665.
- PAES, Miguel Carlos Correia Paes, *Melhoramentos de Lisboa e seu Porto*, Lisboa, Typographia Universal de Thomás Quintino Antunes, s. d.
- PAES, Miguel Carlos Correia Paes, *Memoria sobre a Rede Geral dos Caminhos de Ferro Considerados Debaixo do Ponto de Vista Estratégico*, Lisboa, s. n., s. d.
- PALMEIRIM, Antonio Xavier, "Reflecções Sobre o Emprego de Officiaes nos Cargos Civís – traduzido da united service gazetta", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 2, pp. 108-112.
- PALMEIRIM, Augusto Xavier, "Escola Veterinaria", *RM*, Tomo I, n.º 3, pp. 187-189.
- Para a Historia da Medicina Veterinaria", *RMV*, Anno IX, 1910, n.º 106, pp. 289-319.
- PEREIRA, Augusto Xavier da Silva, *O jornalismo Português. Resenha Cronológica de todos os periódicos publicados no reino e no estrangeiro, desde o meado do século XVII até à morte de D. Luís.*, Lisboa, s. n., 1896.

- PEREIRA, Augusto Xavier da Silva, *Os jomais portugueses. Sua filiação e metamorfoses. Notícias suplementar alfabética de todos os periódicos mencionados na Resenha cronológica do jomalismo português*, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1897.
- PERES, Ortigão, "As Linhas de Torres Vedras", *RM*, Anno LXII, 1910, n.º 9, pp. 722-738.
- PIMENTEL, Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa, "O problema colonial portuguez", in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, 1910, pp. 11-56.
- PIMENTEL, Luiz Augusto, "A Praça de Estremoz e os caminhos de Ferro do Alentejo", *RM*, Tomo XI, 1860, n.º 11, pp. 361-364.
- PIMENTEL, Luiz Augusto, "Portugal e o Seculo Presente", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 1, pp. 4-7.
- PIMENTEL, Luiz Augusto, Memorial da Companhia de Caminhos de Ferro, Lisboa, s. n., 1890.
- PINHEIRO, Antonio, "O theatro portuguez, na actualidade", in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Pautação, Typographica e Encadernação, 1909, pp. 1-7.
- PINTO, António Florêncio de Sousa, "O Primeiro de Janeiro", *RM*, Tomo XIV, 1861, n.º 1, pp. 3-10.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "1.º de Janeiro de 1865", *RM*, Tomo XVII, 1865, n.º 1, pp. 3-9.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "1.º de Janeiro de 1869", *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º 1, pp. 3-10.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "Congresso da Paz", *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º 16, 297-300.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "Epilogo Funesto", *RM*, Tomo XXIII, 1871, n.º 11, pp. 244-255.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "Necrologia – Bartholomeu da Costa", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 4, pp. 230-235.
- PINTO, António Florêncio de Sousa, "Necrologia", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 13, pp. 396-405.
- PINTO, António Florêncio de Sousa, "Novas do Mundo", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 18, 605-611.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "O Anno de 1870", *RM*, Tomo XXIII, 1871, n.º 1, pp. 15-18.

- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "O Anno de 1871", *RM*, Tomo XXIV, 1872, n.º 1, pp. 3-11.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "O Anno Novo de 1873", *RM*, Tomo XXV, 1873, n.º 1, pp. 3- 12.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "O Passado e o Futuro", *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º 5, pp. 49-55.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "Observações Geraes", *RM*, Tomo XXIV, 1872, n.º 9, pp. 225-231.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "Portugal em 1872 – Vida Constitucional d'um Povo da Raça Latina", *RM*, Tomo XXV, 1873, n.º 4, pp. 93-102; n.º 5, pp. 109-123; n.º 6, pp. 149-156 e n.º 7, pp. 165-167.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "Questões do Dia", *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º 17, pp. 317-324.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "Ruido do Trovão", *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º 13, pp. 201-207.
- PINTO, Antonio Florêncio de Sousa, "Variedades", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 11, pp. 534-538.
- PINTO, António Florêncio de Souza, "O Duque de Lafões", *RM*, Tomo V, 1853, n.º 8, pp. 408-413.
- PINTO, Francisco José, "Maneira de Aclimatar em Lisboa os Cavalos Vindos de Alemanha para o Serviço do Exercito", *RM*, Tomo III, 1851, n.º 6/7, pp. 231-232.
- PINTO, Francisco José, "Saude Militar", *RM*, Tomo VII, 1855, n.º 7, pp. 590-595.
- PINTO, Francisco José, "Veterinária: Cólicas e indigestões", *RM*, Tomo IV, 1852, n.º 11, pp. 482-484.
- PIRES, Trajano Saturnino, "Os Periodicos Militares, sua importância e missão", *RM*, Tomo XXXIII, 1881, n.º 4, pp. 115-117.
- Public Record Office*, 1811.
- R. F. "O Problema Colonial", *RM*, Tomo XLIII, 1891, n.º 12, pp. 400-407.
- RAM*, 1902, n.º 1, n.º 2 e n.º 3.
- RAMOS, Hermano Augusto, "Considerações Ácerca da Medicina Veterinaria Militar Portuguesa Comparada com a de Outros Paizes Europeus", *RM*, Tomo XXVI, 1874, n.º 2, pp. 56-58 e n.º 3, pp. 67-71.
- RAMOS, Hermano Augusto, "Facultativos Veterinarios", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 15, 438-440.

RASTEIRO, Joaquim, "Estado da Agricultura Nacional. Males e remédios", *in Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Typographia Adolpho de Mendonça, 1909, pp. 1-11.

REA, 1893, n.º 1.

REA, 1894, n.º 2-3.

REA, 1895, n.º 4-5.

REA, 1896, n.º 6-7.

REA, 1897, n.º 8-9.

REA, 1898, n.º 10-11.

REA, 1899, n.º 12-13.

REA, 1900, n.º 14-15.

REA, 1901, n.º 16-17.

REA, 1902, n.º 18-19.

REA, 1903, n.º 20-21.

REA, 1903, n.º 22-23.

Real Observatório Astronómico de Lisboa – Noticia Historica e Descriptiva, Lisboa, 1871.

REDACÇÃO, "A Telegraphia sem Fios", *RM*, Tomo LVII, 1905, n.º 4, pp. 328-329.

REDACÇÃO, "Allemanha - Telegraphia sem Fios", *RM*, Tomo LVII, 1905, n.º 8, pp. 677-678.

REDACÇÃO, "França – A Telegraphia sem Fios", *RM*, Tomo LVII, 1905, n.º 1, pp. 75-76.

REDACÇÃO, "Barão de Almofalla, (António José da Silva Leão), Brigadeiro dos Reaes Exercitos", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 7, pp. 343-346.

REDACÇÃO, "Bibliografia", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, pp. n.º 2, n.º 3, n.º 4, n.º 5, n.º 6, n.º 7 e n.º 11.

REDACÇÃO, "Bibliographia", *RM*, Anno LVII, 1905, n.º 2, n.º 3, n.º 5 e n.º 6.

REDACÇÃO, "Bibliographia", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 3.

REDACÇÃO, "Collimador Magnetico para transformar um Binóculo em Instrumento Topographico", *RM*, Tomo LVIII, 1906, n.º 1, pp. 843-844.

REDACÇÃO, "Compositores e impressores", *A Arte Typographica: orgão da associação de classe dos compositores e impressores de Lisboa*, Lisboa, Anno 1, 1898, n.º 1.

REDACÇÃO, "Dos Movimentos dos Exércitos Aliados em Hespanha", *RM*, Tomo XII, 1860, n.º 19, pp. 628-630; n.º 20, pp. 690-702, Tomo XIV, 1862, n.º 2, pp. 57-61.

REDACÇÃO, "Experiências de telegraphia sem Fios", *REM*, 6.º Anno, vol. 6, 1901, n.º 10.

REDACÇÃO, "França – Companhia de Caminhos de ferro", *RM*, Tomo XXXIV, 1882, n.º 5, pág. 155

REDACÇÃO, "Hespanha – A Imprensa e os Militares", *RM*, Tomo XLI, 1889, n.º 3, pp. 85-88.

REDACÇÃO, "Introdução", *RM*, Tomo IV, 1852, n.º 1.

REDACÇÃO, "Lista dos Senhores Assignantes da Revista Militar em Todo o Anno de 1849", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 12, pp. 741-766.

REDACÇÃO, "Notícias sobre os trabalhos geodésicos do reino. Geodesia", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 15, pp. 429-431; n.º 21, pp. 556-563 e n.º 24, pp. 625-631.

REDACÇÃO, "O Conflito Anglo-Luso", *RM*, Tomo XLII, 1890, n.º 1, pp. 5-7.

REDACÇÃO, "O Ultra Liberalismo, os Exercitos e a Sociedade", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 9, pp. 433-439.

REDACÇÃO, "Pro Patria", *RM*, Anno LVII, 1905, n.º 1, pp. 5-9.

REDACÇÃO, "A Telegraphia Tellurica", *RM*, Tomo LIII, 1901, n.º 18, pág. 570.

REDACÇÃO, "Periódicos Militares em Portugal e Hespanha", *RM*, Tomo 12, 1860, n.º 6, pp. 204-207.

REDACÇÃO, *RM*, Anno 59, 1907.

Relatorio do Conselho Especial de Veterinaria, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, pp. 3-26.

Reseua du Telegraphie au Portugal 1810.

RIBEIRO, Joaquim José Ribeiro, *A União Ibérica ou Reflexões sobre a união dos dois povos da Península*, Lisboa, Tipographia Lisbonense, 1867.

RIBEIRO, José Victorino Damasio, "Considerações fiscaes sobre o estabelecimento de armazens geraes e portos francos, em Portugal", in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, A Liberal - Officina Typographica, 1909, pp. 5-36.

RIBEIRO, Victor, "Influencia de tradição monumental e local, no desenvolvimento do "turismo", no paiz" in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Casa da Moeda, 1910, pp. 4-10.

RM, Anno LVI, 1904.

RM, Tomo XI, 1859, n.º 1.

RM, Tomo XXIII, 1871, n.º 4.

RM, Tomo XXV, 1873, n.º 7.

RM, Tomo XXVII, 1875, n.º 8.

RM, Tomo XXX, 1878, n.º 1.

SÁ CAMELLO, Joaquim Augusto Quintino de, "Um Brado a favor da Pátria", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 18, pp. 599-603

SÁ, Salvador Correia de, "Experiências de Telegraphia sem Fios", *REM*, vol. 6º, 1901, n.º 10, pp. 437-450.

SALGADO, Antonio José da Cunha, "Opinião sobre a Organização de uma Grande Coudelaria nas Lezirias do Riba-tejo", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 22, pp. 705-709.

SALVADOR, Visconde d'Asseca, "Telegraphia Militar", *REM*, 13º Anno, 1908, n.º 9, pp. 373-391.

SANTOS, António Ribeiro dos, "Memórias sobre as origens da Tipografia em Portugal no século XV", in *Academia das Ciências. Memórias de Literatura Portuguesa*, 8 Tomos, 1792-1814, Lisboa, Academia das Ciências, 1856.

SANTOS, João Correia dos, "Observatório meteorológico em Mafra. Ciências", *RM*, Tomo XLIX 1897, n.º 1, pp. 11-14.

SANTOS, João Correia dos, *Curso de Geometria Elementar, para uso dos lyceus (...)*, Porto, s. n., 1887.

SANTOS, Manoel Alves dos, "O Exercito e a Liberdade", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 9, pp. 269-272.

SARMENTO, José Estêvão de Moares, "Telegraphia Optica", *RM*, Tomo XXXVII, 1885, n.º 18, pp. 635-647.

SARMENTO, José Estevão de Moraes, "Memoria sobre a Rede dos Caminhos de Ferro Considerados Debaixo do ponto de vista Estrategico, por Miguel Carlos Correia Paes", *RM*, Tomo XXX, 1878, n.º 8, pp. 252-255.

SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "1894", *RM*, Tomo XLVI, 1894, n.º 1, pp. 5-7.

SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Alerta!", *RM*, Tomo XLIII, 1891 n.º 17, 513-517.

SARMENTO, José Estevão de Moraes, "As Sociedades Militares e o Kriegsspiel", *RM*, Tomo XXV, 1873, n.º 2, pp. 45-48.

SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Congresso de Bruxelas", *RM*, Tomo XXVI, 1874, n.º 15.

- SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Discurso Proferido no sarau em que o Grémio Recreativo de Leiria", *RM*, Tomo XXXII, 1880, n.º 16, pp. 508-509.
- SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Fernando da Costa Maya", *RM*, Tomo LVI, 1904, n.º 23, pp. 705-710.
- SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Nova Orientação", *RM*, Tomo XLIII, 1891, n.º 1, pp. 511-512.
- SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Nuvens no Horizonte", *RM*, Tomo, LVI, 1904, n.º 1, pp. 5-11.
- SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "O Bastão de Marechal", *RM*, Anno LXII, 1910, n.º 4, pp. 241-249.
- SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Patriotismo, disciplina e trabalho", *RM*, Tomo XLIV, 1892, n.º 1, pp. 5-7.
- SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Pela Ordem!", *RM*, Tomo XLIII, 1891, n.º 16, pp. 481-485.
- SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Portugal e a Allemanha em Africa", *RM*, Tomo XLIV, 1892, n.º 18, pp. 545-550.
- SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Revista Militar", *RM*, Tomo XLVI, 1894, n.º 1.
- SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Sociedades Militares", *RM*, Tomo XXIV, 1872, n.º 1, pp. 24-31; n.º 12, pp. 261-270.
- SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Uma Questão Colonial", *RM*, Tomo XXX, 1878, n.º 17, pp. 513-520.
- SARMENTO, José Estêvão de Moraes, "Viva a Patria!", *RM*, Tomo XLIII, 1891, n.º 14, pp. 417-420.
- SCHAUMBOURG-LIPPE, "Memoria sobre a Campanha de 1762", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 3, pp. 182-187; n.º 7, pp. 427-434; n.º 9, pp. 536-545 e n.º 12, pp. 701-710.
- SERPA, Antonio Ferreira de, "Urgencia de estabelecer portos francos em Lisboa, porto, Fayal S. Vicente, Madeira, Lobito e Lourenço Marques. Influencia do Canal do Panamá no movimento dos portos portuguezes", in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Officina Typographica, 1909, pp. 3-48.
- SILVA, Francisco Maria Pereira da; BATALHA, Caetano Maria, "Relatório de todos os trabalhos executados desde o anno de 1842, até ao fim de 1849 pelos officaes de marinha hydrographos, encarregados do novo plano hydrographico da barra e porto de Lisboa" *RM*, Tomo II, 1850, n.º 6, pp. 261-276.

- SILVA, João Carlos da, "Escolas Regimentais", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 4, pp. 226-229 e n.º 5, pp. 291-297.
- SILVA, José Francisco da, "O problema da Marinha Mercante e das Pescarias Maritimas. Bases para uma decidida intervenção do Estado", in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, Typographia do Commercio, s. d., pp. 3-20.
- SILVA, José Gomes da Silva, "Telegraphia optica e acustica", *RM*, Tomo XL, 1888, n.º 10., pp. 289-296.
- SILVA, Mariano, "A Evolução do Couraçado", *RM*, Anno LXII, 1910, n.º 8, pp. 597-607.
- SILVA, Rebelo da, "Francisco Maria Bordallo", *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, Tomo III, 1854.
- SILVEIRA, F., "Congresso Nacional", *RM*, Tomo LXII, 1910, n.º 5, pp. 368-372 e 393-395.
- SIMÕES, Alves, "Duas palavras sobre o serviço médico-veterinário militar", *RM*, Tomo XLI, 1889, n.º 22, pp. 680-682.
- SIMÕES, Alves, "Duas Palavras Sobre o Serviço Medico-Veterinario-militar", *RM*, Tomo XLI, 1889, n.º 22, pp. 680-682.
- SIMÕES, Alves, "O serviço Veterinário militar", *RMV*, Anno VIII, 1909, n.º 94, pp. 293-300.
- SOUSA VITERBO, *Artes industriais e industria portuguesa: o vidro e o papel*, Coimbra, Empresa da Universidade, 1903.
- SOUSA, Ângelo Leopoldo da Cruz e, "Regoa Topographica Portugueza", *RM*, Tomo LVIII, 1906, n.º 1, pp. 52-58.
- SOUSA, António Maria Celestino de, "Imprensa Militar", *RM*, Tomo XXXVIII 1886, n.º 1, pp. 5-10
- SOUSA, Francisco Angelo de Almeida Pereira, *Breve Notícia da Imprensa Nacional de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869.
- SOUSA, José Fernando de, "Situação demographica do paiz, sob o ponto de vista da densidade da população - males e remedios", in *Congresso Nacional de 1910*, Lisboa, typographia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1910, pp. 3-18.
- SOUSA, M. Alves de, "As Sociedades Militares", *RM*, Tomo XXIV, 1872, n.º 17 e n.º 18, pp. 375-379.
- SOUSA, Manuel Alves de, "Facultativos – Veterinarios", *RM*, Tomo XL, 1888, n.º 15, pp. 449-452.

- SOUSA, Ricardo de, *O impressor: semanário defensor da classe dos impressores e de todas as classes trabalhadoras em geral*, Lisboa, s. n., 1907.
- TAVARES, Sousa, "Patria e dever", *RM*, Tomo XLIII, 1891, n.º 24, pp. 737-744.
- TELLES, João José de Sousa, *Anuário Portuguez Scientifico, Literário e Artístico: primeiro ano 1863*, Lisboa, Typographia Universal, 1867.
- TÓRGO, José Maria Alves, "Ainda a Questão da Remonta em Cavalos Castrados e Éguas", *RM*, Tomo XL, 1888, n.º 18, pp. 548-549
- TÓRGO, José Maria Alves, "Autonomia do serviço Veterinário Militar", *RM*, Tomo LI, 1899, n.º 8, pp. 225-226.
- TÓRGO, José Maria Alves, "Breves Considerações Sobre o Novo Reagente do Mormo", *RM*, Tomo XLV, 1893, pp. 145-147.
- TÓRGO, José Maria Alves, "Duas Palavras Acerca das Remontas do Exército", *RM*, Tomo XXXVIII, 1886, n.º 16.
- TÓRGO, José Maria Alves, "Os Medicos Veterinarios Militares em 1890", *RM*, Tomo XLII, 1890, n.º 3, pp. 76-78.
- TÓRGO, José Maria Alves, "Reorganização do quadro médico-veterinário militar", *RM*, Tomo XLIII, 1891, n.º 9, pp. 281-283.
- TÓRGO, José Maria Alves, "Veterinários-Militares", *RM*, Tomo XLII, 1890, n.º 7, pp. 197-201.
- TÓRGO; Alves, "Sibilo respiratorio de origem neoplasmica intratracheal", *RMV*, Anno VI, 1907, n.º 62, pp.46-50.
- Trinta Annos de Peregrinação (1821 a 1851): manuscrito Ensaio sobre a estatística na Africa Occidental e Oriental, na Asia Occidental, na China, e na Oceania, começado a redigir por José Joaquim Lopes Lima e continuado por Francisco Maria Bordallo, Lisboa, Imprensa Nacional (1859) o achado na gruta de Camões, editado em Macau pela Typografia de Albion de Smith em (1852).
- Typographia em Portugal – seus primeiros produtos e géneros impressores do século XV*, s. l., Edições deste Século, s. d.
- UM ANTIGO, "A questão colonial", *RM*, Tomo XLVI, 1894, n.º 19, pp. 577-581.
- VALDEZ, Luiz Travassos, *Almanach de Portugal para o Anno de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855.
- VALDEZ, Luiz Travassos, *Almanach de Portugal para o Anno de 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

- VALDEZ, Luiz Travassos, *Lista geral dos Officiaes do exercito Libertador, referida ao dia 25 de Julho de 1833*, Lisboa, Typographia A. J. C. da Cruz, 1835.
- VALDEZ, Luiz Travassos, *Notícias sobre os Pesos e Medidas de Portugal e suas possessões Ultramarinas e do Brazil Comparando os Antigos Systemas como o novo Systema metrico Decimal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855.
- VALLADAS, Manuel Raymundo, "A respeito da Reforma da Eschola Veterinaria Militar", *RM*, Tomo V, 1853, n.º 10, pp. 494-500.
- VALLE, Antonio Gomes do, "Campo de Instrução em Vendas Novas – Informação a respeito da Hygiene do Campo das vendas Novas", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 23, pp. 609-614.
- VALLE, António Gomes do, "Hygiene Publica – Considerações sobre a ophtalmia que tem grassado em diferentes corpos do nosso Exercito, e particularmente no Regimento de Granadeiros da Rainha", *Revista Militar*, Tomo II, 1850, n.º 2, pp. 96-103.
- VALLE, José Miranda, "Coudelarias", *RM*, Anno IV, 1905, n.º 46, pp. 289-296.
- VASQUES, Manuel Cardoso dos Santos, "Algumas Considerações sobre a Necessidade de uma Remonta Anual Regular Feita no Pais", *RM*, Tomo XXV, 1873, n.º 19.
- VASQUES, Manuel Cardoso dos Santos, "Breves Considerações sobre o Tratamento de poldros N'uma Escola de Cavallaria", *RM*, Tomo XXX, 1878, n.º 9, pp. 268-270 e n.º 13, pp. 395-402.
- Viagens científicas", *RM*, Lisboa, Tomo XXX, 1878, n.º 14, pág. 440.
- VIANA, Bento José da Cunha, "Amizade e Saudade", *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º 2, pp. 31-32.
- VIEIRA, Joaquim Gonçalves, "Tetano. Veterinária" *RM*, Tomo IV, 1852, n.º 6, pp. 261-262.
- VIEIRA, Joaquim Gonçalves, "Vomito Observado e Tratado n'um Monodactylo" *RM*, Tomo IV, 1852, n.º 9, pp. 384-385.
- VIEIRA, Joaquim Gonçalves; DANIEL, Lino José, "Tetano", *RM*, Tomo IV, 1852, n.º 6, pp. 261-262.
- X. "O arreo de cabeça m/1903", *RM*, Tomo LVI, 1904, n.º 10, pp. 263-266.

Legislação

Decretos Lei

- Decreto, 20 Abril 1844, *Legislação Portuguesa*, 1844.
Decreto, 7 Outubro 1846, *Legislação Portuguesa*, 1846.
Decreto, 27 Janeiro 1847, *Legislação Portuguesa*, 1847.
Decreto, 6 Fevereiro 1847, *Legislação Portuguesa*, 1847.
Decreto, 6 Março 1847, *Legislação Portuguesa*, 1847.
Decreto, 6 Abril 1847, *Legislação Portuguesa*, 1847.
Decreto, 6 Maio 1847, *Legislação Portuguesa*, 1847.
Decreto, 6 Junho 1847, *Legislação Portuguesa*, 1847.
Decreto, 6 Julho 1847, *Legislação Portuguesa*, 1847.
Decreto, 16 Setembro 1862, *Legislação Portuguesa*, 1862

Cartas de Lei

- Carta de Lei, 14 Agosto 1840, *Legislação Portuguesa*, 1840.
Carta de Lei, 14 Setembro 1840, *Legislação Portuguesa*, 1840.
Carta de Lei, 6 Fevereiro 1844, *Legislação Portuguesa*, 1844.
Carta de Lei, 20 Abril 1846, *Legislação Portuguesa*, 1846.
Carta de Lei, 3 Agosto 1850, *Legislação Portuguesa*, 1850.
Carta de Lei, 17 Maio 1866, *Legislação Portuguesa*, 1866.

Portarias

- Portaria dos Governadores do Reino, 13 Fevereiro 1812, *Legislação Portuguesa*, 1812.
Portaria n.º 5:757, 24 Novembro, 1928, *Legislação Portuguesa*, 1928.

Alvarás Régios

- Alvará, 26 Outubro 1824, *Legislação Portuguesa*, 1824.

Ordens do Exército

- Ordem do Exército n.º 10, 1ª Série, 18 Setembro 1899, *Legislação Portuguesa*, 1899.
Ordem do Exército n.º 55, 31 Outubro 1840, *Legislação Portuguesa*, 1840.
Ordem do Exército n.º 30, 25 Setembro 1867, *Legislação Portuguesa*, 1867.

- Ordem do Dia n.º 236, 11 Agosto 1834, *Legislação Portuguesa*, 1834.
- Ordem do Exército n.º 56, 15 Dezembro 1842, *Legislação Portuguesa*, 1842.
- Ordem do Exército n.º 7, 1ª Série, 30 Junho 1927, *Legislação Portuguesa*, 1927.
- Ordem do Exército n.º 20, 28 Março 1847, *Legislação Portuguesa*, 1847.
- Ordem do Exército n.º 31, 7 Agosto 1846, *Legislação Portuguesa*, 1846.
- Ordem do Exército n.º 21 1ª Série, Agosto 1908, *Legislação Portuguesa*, 1908.
- Ordem do Exército n.º 21 2ª Série, 29 Agosto 1908, *Legislação Portuguesa*, 1908.
- Ordem do Exército n.º 21 2ª Série, 16 Setembro 1910, *Legislação Portuguesa*, 1910.
- Ordem do Exército n.º 12, 1 Setembro, *Legislação Portuguesa*, 1928.
- Ordem do Exército n.º 33, 14 Agosto, *Legislação Portuguesa*, 1846.
- Ordem do Exército n.º 15, 13 Março, *Legislação Portuguesa*, 1835.
- Ordem do Exército n.º 10, 18 Setembro, *Legislação Portuguesa*, 1899.
- Ordem do Exército n.º 49, 6 Outubro, *Legislação Portuguesa*, 1869.
- Ordem do Exército n.º 56, 15 Dezembro, *Legislação Portuguesa*, 1845.
- Ordem do Exército n.º 31, 7 Agosto, *Legislação Portuguesa*, 1846.
- Ordem do Exército n.º 30, 25 Setembro, *Legislação Portuguesa*, 1867.
- Ordem do Exército n.º 77, 29 Dezembro, *Legislação Portuguesa*, 1868.
- Ordem do Exército n.º 53, 31 Dezembro, *Legislação Portuguesa*, 1863.
- Ordem do Exército n.º 70, 12 Dezembro, *Legislação Portuguesa*, 1868.
- Ordem do Exército n.º 49, 06 Outubro, *Legislação Portuguesa*, 1869.

Ofícios

- Ofício n.º 34, 19 Dezembro, *Legislação Portuguesa*, 1905.

FONTES ICONOGRÁFICAS

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Pq/27

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Gr/7

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/5

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/7

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/11

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/18-6

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/18-7

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/18-20

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/18-21

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/18-26

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/18-27

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/18-28

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/18-29

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/18-30

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/18-36

Arquivo Histórico Militar/10/A7/Md/18-69

Bibliografia de Referência

- AYRES, Cristovam, *História Orgânica e Política do Exército Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896-1908.
- CANAVEIRA, Rui, *Dicionário de tipógrafos famosos*, s. l., s. n., 1997.
- CARVALHO, Francisco Augusto Martins de, *Dicionário Bibliográfico Militar Português*, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1976.
- CARVALHO, Francisco Augusto Martins de, *Dicionário Bibliográfico Militar Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade, escrita segundo o plano de Ferdinand Denis por uma Sociedade de Homens de Letras*, 8 Vols., Lisboa, Tipographia Franco-Portuguesa, s.d. (1867-1874).
- Diccionario de Autores, de Todos los Tiempos Y de todos los Países*, González Porto – BORPIANI, 3 Tomos, Montaner Y Simón, S. A., Barcelona, 2ª ed., 1973.
- Dicionário Cronológico de autores portugueses*, coord. Eugénio Lisboa, 3 vols., Lisboa, Publicações Europa-América, 1987— 1994.
- Dicionário de História de Portugal*, 2ª Edição, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, 1980.
- Dicionário histórico, geográfico e mitológico, biográfico, artístico, bibliográfico e literário*, dir. M. Pinheiro Chagas, 16 vols. Lisboa, s. n., 1876 – 1890.
- Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*, 22 vols., Lisboa, Editorial Verbo, 1963 – 1990.
- FERREIRA, António Soares, *Dicionário do Latim Português*, Porto, Porto Editora, L.da, s. d.
- Grande Enciclopédia Brasileira, 50 vols., Lisboa Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1987.
- História de Portugal – dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*, dir, João Medina, 15 vols., Amadora Ediclube, 1993.
- História de Portugal*, A. H. de Oliveira Marques, 3 vols., Lisboa, Palas Editores, 6ª ed., 1976.
- História de Portugal, Edição Monumental Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade, dir. Damião Peres, 10 vols., Barcelos, Portucalense Editora, L.da, MCMXXVIII – MCMLXXXI.
- Índice Bibliográfico dos Escritos Produzidos pelos Autores Veterinários Portugueses*, Lisboa, Tipografia Silvas, L.da. 1936.

- INNOCÊNCIO F. da Silva e P. W. Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico Português*, 24 vols., Imprensa Nacional, 1858- 1972.
- JUNIOR, J. Pereira, *A Influencia das Instituições Militares na evolução da veterinária Portuguesa. Subsídios para a História do Serviço Veterinário Militar*, Lisboa, Biblioteca do Estado Maior, s. d.
- PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme, *Diccionario Historico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Chorographico, Numismatico e Artistico*, VI; Lisboa, João Romano Torres – Editor, 1912.
- PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme, *Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artistico*, Lisboa, João Romano Torres & C.^a - Editores, 1912.
- PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme, Portugal. *Dicionário Histórico, Corográfico, Numismático, Artístico, Biográfico e Heráldico*, 7 vols., Lisboa, João Romano Torres, 1903 – 1915.
- Portugal Contemporâneo – (1581 – 1910) Consideração e decadência da Monarquia Liberal Esperanças e Frustração de Nova Ordem Socioeconómica. As tensões culturais a evolução das mentalidades, vol. II, dir. António Reis, Lisboa, Publicações Alfa, S. A., 1990.
- RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, 16 Tomos, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871 – 1889.
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 8^a ed., Porto, Porto Editora, 1975.
- SEPULVEDA, Chistovam Ayres de Magalhães, *Historia Organica e Politica do Exercito Portuguez*, 17 vols, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896 – 1932.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 1832-1851, vols. II, VII e IX, Lisboa, Editorial Verbo, 1996.
- SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos Engenheiros e Construtores*, 3 vols., A/G H/R S/Z, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1904.
- TORRES, João Ramos, *Portugal: Dicionário Histórico, Biográfico, Bibliográfico (...)*, 7 vols., s. I., s. n., 1903-1915.

Bibliografia Consultada

- ABRAGÃO, F. Quadros, *Os Caminhos de Ferro Portugueses. Esboço da sua História*, s. l., s. n., s. d.
- ABRAGÃO, F. Quadros, *Os Cem anos de Caminhos de Ferro na literatura Portuguesa*, s. l., s. n., 1956.
- AGUILAR OLIVENCIA, Mariano, "Periodismo Militar en la Guerra de la Independencia", *RHM*, Año XXII, 1978, n.º 44, pp. 101-102.
- ALEGRIA, Fernanda, *A Organização dos transportes em Portugal (1850-1910) – As vias e o Tráfego*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1990.
- ALEXANDRE, Valentim, *O Nacionalismo Vintista e a Questão Brasileira: esboço de uma análise política, O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, vol. I, Lisboa, s. n., 1982.
- ALPHONSE RAEUBER, Charles, *Les Renseignements la Reconnaissance et les Transmissions Militaires du Temps de Napoleon – l'exemple de la troisième invasion du Portugal 1810*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1993.
- ALVES, Jorge Fernandes; VILELA, José Luís, *José Vitorino Damásio e a Telegrafia Eléctrica em Portugal*, Porto, ed. Telecom, 1995.
- ALVES, José Lopes, "Revista Militar, 150 anos ao serviço da Defesa Nacional das Forças Armadas e da Pátria", *RM*, 1998, n.º 12, pp. 1017-1125.
- AMARAL, Carlos, "As Fontes da História Militar dos Séculos XVIII e XIX", in *Panorama e Perspectivas Actuais da História Militar em Portugal*, Actas, II Colóquio, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1991, pp. 225-235.
- ANSELMO, Artur, *História da edição em Portugal – das origens até 1536*, vol. I, s. l., Lello & Irmão, s. d.
- ANSELMO, Artur, *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981.
- ARAÚJO, Norberto de; MENDES, Artur Pereira, *Aspectos da tipografia em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914.
- ARAUJO, Wills de, "Algumas modificações propostas ao nível Brito-Limpo e á observação com a mira Kern", *RM*, Ano LXIV, 1912, n.º 1, pp. 503-508.

- BAPTISTA, "A Acção dos Caminhos de Ferro nas Operações Militares", *REM*, Ano 23, 1952, n.º 5, pp. 53-66
- BEBIANO, Rui, "O 1º Centenário Pombalino. Contributo para a sua Compreensão Histórica", *Revista de História das Ideias*, vol. IV, Tomo 2, 1982.
- BEBIANO, Rui, "Organização e Papel do Exército", in *História de Portugal*, 5º vol. O Liberalismo (1807-1890), dir. José Mattoso, Lisboa, Circulo de Leitores, L.da. e Autores, 1993, pp. 253-264.
- BESSA, Carlos Gomes, "O Porto, a Serra do Pilar e a Fundação da Revista Militar", *RM*, 1999, n.º 12.
- Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Geanologia, Heraldica, História, Nobiliarquia, Numismática*, 2º vol., s. l., s. n., 1960.
- Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. IV, 1934, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.
- Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. VI, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1936.
- BOTELHO, José Justino, "A *Revista Militar* e a evolução dos conhecimentos militares nos últimos 80 anos", *RM*, Lisboa, vol. 81, 1929, n.º 1-2, pp. 1-7.
- BOTELHO, José Justino Teixeira, "Os prémios da *Revista Militar* e a evolução das letras Militares", *RM*, Lisboa, vol. 87, 1935, n.º 5, pp. 345-358.
- BOTELHO, Teixeira, "No Centenário da *Revista Militar*", *RM*, Lisboa, vol. 100, 1948, n.º 1-2, pp. 29-45.
- BOTELHO, Teixeira, "A missão da «*Revista Militar*» através dos anos", *RM*, Ano LXXXIII, 1931, n.º 1/2, pp. 1-8
- BOTREL, *Jean-François*, *La Diffusion du Livre en Espagne (1868-1914)*. Les Librairies, Madrid, Casa Velasquez, 1988, pp. 7-33.
- BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Veja, 1983.
- BRANCO, C. Soares, "A *Telegraphia* sem Fios em Hespanha", *REM*, Ano 17º, 1912, n.º 10, n.º 11 e n.º 12, pp. 329-341.
- CARMEN IGLESIAS, "Educación y pensamiento ilustrado", in *Educacion Y Pensamiento*, Actas del Congreso Internacional sobre «Carlos III y la Ilustración» Tomo III, Madrid, Ministerio de Cultura, 1990, pp. 1-30.
- CARREGAL, Joaquim da Costa, *A Evolução da Tipografia, 1440-1940*, Porto, Grémio Nacional dos industriais de Tipografia e Fotograma, 1941.

- CARVALHO, Francisco Augusto Martins de, *Subsídios Para a História dos Regimentos de Infantaria e Cavalaria do Exército Portuguez*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888.
- CARVALHO, J. F. de, "O Primeiro material de T. S. F. do nosso Exército", *REM*, Número Comemorativo do III Centenário da Engenharia Militar, 1947, pp. 137-176.
- CARVALHO, Manuel Jorge Pereira de, "As Conferências do Casino, em 1871, e os seus ecos na Revista Militar: As Sociedades Militares", *RM*, 51º vol. 1999, n.º 11, pp. 1903-1925.
- CASTRO, António Henrique Tavares e, *Officinas tipográficas em Portugal entre Douro-e-Minho (1601-1750)*, Lisboa, s. n., 1991.
- Catálogo da Exposição Bibliográfica e Iconográfica Luso – Polaca*, org. Grupo Amizade Luso-Polaca, Lisboa, s. n., 1938.
- CATROGA, Fernando Almeida, "Os Caminhos Polémicos da «geração nova», in *História de Portugal, O Liberalismo (1807-1890)*, 5º vol. dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 569-582.
- CATROGA, Fernando Almeida, "Os Inícios do Positivismo em Portugal, o seu significado Político-social", *Revista de História das Ideias*, vol. I, 1977, pp. 287-394.
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2ª ed., Lisboa, Notícias Editorial, 1991.
- CAVACO, Suzana Margarida Dias dos Santos, *A América (1868-1871): um caso de publicismo ao serviço das relações luso-brasileiras*, Porto, Universidade do Porto, 2000. Dissertação de Mestrado.
- CHARTIER, Roger, "Textes, Imprimés, Lectures", in *Problemas em História cultural*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1987.
- COSTA, Augusto Ramos da, "Coronel Frederico Oom", *RM*, Ano LXXXII, 1930, n.º 5/6, pp. 240-244.
- COSTA, Victorino Gomes da, "O oficial de Marinha", *RM*, Ano LXXII, 1920, n.º 5, pp. 269-278.
- COSTA, Victorino Gomes da, "O Vice-Almirante Campos Rodrigues", *RM*, Ano LXXII, 1920, n.º 5, pp. 257-278.
- COUTINHO, Victor Hugo de Azevedo, "O Esforço de Portugal na sua Geodesia Ultramarina", *RM*, Ano XCIV, 1942, n.º 11, 645-655.

- COUVREUR, Raúl da Costa, *Inauguração dos Caminhos de Ferro em Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956.
- CRATO, Nuno, "Nascimento e evolução da escrita – sua História em Portugal", in *Comunicação Social*, A Imprensa, Lisboa, Editorial Presença, pp. 29-53.
- CRUZ SEANE, María; DOLORES SÁIZ, María, *Historia del periodismo en España. El Siglo XX: 1898-1936*, s. l., s. n., s. d.
- CUNHA, Alfredo da, *Elementos para a História da Imprensa Periódica portuguesa, 1641-1821*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1941.
- Diário de Notícias*, 20 de Outubro, 1904.
- Diário Nacional*, 25 Julho, 1947.
- Diário Nacional*, 26 Julho, 1947.
- Diário Nacional*, 27 Julho, 1947.
- DIRECÇÃO, "Coronel Rodolfo Guimarães", *RM*, Ano LXX, 1918, n.º 8, pp. 449 - 450.
- DIRECÇÃO, "General Carlos Roma do Bocage e Coronel João Ortigão Peres", *RM*, Ano LXX, 1918, n.º 4, pp. 223-231.
- DIRECÇÃO, "General José Fernandes da Costa Junior", *RM*, Ano LXXII, 1920, n.º 10, pág. 546.
- DIRECÇÃO, "General Sebastião Teles -- 1.º Centenário do seu Nascimento 27 de Junho de 1947", *RM*, Ano XCIX, 1947, n.º 12, pp. 629-632.
- DIRECÇÃO, "Major D. Antonio José de Mello", *RM*, Ano XCVIII, 1946, n.º 7, pp. 329-332.
- DIRECÇÃO, "O General de Divisão José Estêvão de Moares Sarmiento", *RM*, Ano LXXXII, 1930, n.º 3/4, pp. 101-105.
- DIRECÇÃO, "A homenagem dos periódicos militares", *RM*, Ano LXXXI, 1929, n.º 1/2, 781-830.
- DIRECÇÃO, "Na «Revista Militar» o Direito Administrativo durante 100 anos ", *RM*, Ano 100, 1948, n.º 7.
- DIRECÇÃO, "Pro Pátria", *RM*, Ano 100, 1948, n.º 7, 357-360.
- DIRECÇÃO; "General José Fernandes da Costa Junior", *RM*, Ano LXXII, 1920, n.º 10, pág. 546.
- FARIA, Telmo, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Lisboa, Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional, 2000.
- FARINHA, Ramiro, *A Imprensa, II Centenário 1768- 1968. Imprensa Nacional de Lisboa*, Lisboa, s. n., 1968.

- FIGUEIREDO, Armando A. M. de, *Evolução recente e situação actual da tipografia*, Lisboa, Grémio Nacional dos industriais gráficos, MCMLVIII.
- FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2 vols, Lisboa, 1966.
- FREDERICO OOM, "O Coronel Rodolfo Guimarães -- Par la Science, pour la Patrie", *RM*, Ano LXX, 1918, n.º 9, pp. 541 - 553.
- FREDERICO OOM, "O Vice Almirante Campos Rodrigues", *RM*, Ano LXXII, 1920, n.º 5, pp. 251-269.
- GACHET, Roger, *Le Télégraphie Optique de Claude Chappe*, Crest, s. n., 1993.
- GAMA, Angela Maria Barcelos, *Livreiros, editores e impressores em Lisboa no século XVIII*, s. l., s. n., s. d.
- GOFF, Jacques le, "Memória-História", in *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, pp. 11-47
- GOMES, Joaquim Ferreira, «*Escolas industriais e Comerciais*» e «*Escolas Agrícolas e Veterinárias*», *estudos para a história da Educação no século XIX*, Coimbra, 1980.
- GRADE, Eurico António Carvalho e Melo Sales, "Índices, Autores, Assuntos e Crónicas", 3 vols. *RM*, dir. José Lopes Alves, Lisboa, Europress, s. d.
- GRADE, Eurico Sales, "Os sócios da *Revista Militar* desde a sua fundação", *RM*, Lisboa, vol.. 51º, 1999, n.º 10.
- HALBWACHS, Maurice, *La Mémoire Collective*, 2ª ed., Paris, PUF, 1968.
- HALBWACHS, Maurice, *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, s. n., 1952.
- HELGE KRAGH, "La Prosopografia", in *Introduccion a la Historia de la Ciencia*, Barcelona, ed. Critica, 1989.
- HELGE KRAGH, "Las Fuentes", in *Introduccion a la Historia de la ciencia*, Barcelona, ed. Critica, 1989.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Propaganda Republicana, 1870-1910*, Coimbra, s. n., 1990.

- Índice dos Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1942.
- JOÃO, Maria Isabel Conceição, *Memória e Império Comemoração em Portugal (1880-1960)*, vol. I, Lisboa, Universidade Aberta, 1999. Tese de Doutoramento.
- Jornal de Elvas* n.º 275, 12 de Março de 1933.
- JUNIOR, J. Pereira, *A Influência das Instituições Militares na Evolução da Veterinária Portuguesa. Subsídios Para a História do Serviço Veterinário Militar*, Lisboa, Biblioteca do Estado Maior, s. d.
- L., "Serviço Telegráfico Militar", *REM*, Anno 17º, 1912, n.º 4, pp. 145-153.
- LAMAS, Arthur, *Medalhas e Cruzes de Condecoração da Guerra Peninsular*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1932.
- LAMAS, Arthur, *Medalhas Portuguesas e Estrangeiras Referentes a Portugal - Memória Histórica e Descritiva Baseada na Coleção Iniciada por José Lamas*, vol. I, Lisboa, Tipographia de Adolpho de Mendonça, 1916.
- LEAL, Mendes, "O Coronel Nunes Gonçalves", *RM*, Ano LXX, 1918, n.º 5, pp. 261-280.
- LEITÃO, António Manuel Rosas, "A Revista de Engenharia Militar Portuguesa anunciadora das mudanças científicas e tecnológicas", *RM*, 51º vol. 1999, n.º 11, 1765-1775.
- LEITÃO, Rosas, "A Ciência e a Tecnologia no Exército Português no século XIX a Engenharia Militar", in *A História Militar de Portugal no Século XIX*, Actas, IV Colóquio, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1993.
- LEITÃO, Ruben, "Uma Polémica Real, Polémica de D. Pedro V com o Capitão Luís Pimentel, Comunicação feita em Assembleia geral Ordinária de 12 de Fevereiro de 1965", *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. 15, MCMLXV, pp. 89-130.
- LIMA, Ferreira, "Os fundadores da «Revista Militar»", *RM*, Ano 100, 1948, n.º 1/2, pp. 39-47.
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira, *Medalha concedida em 1808 ao Corpo Eclesiástico Voluntário Conimbricense durante a Guerra Peninsular, Coimbra*, Imprensa da Universidade, 1933.
- LISBOA, João Luís, *Ciência e Política. Ler nos Finais do Antigo Regime*, Lisboa, I.N.I.C., 1991, 51-196.
- LOBO, M. Campos; MENDES, Carlos, *A Imprensa e as Artes Gráficas*, s. l., s. n., s. d.

- LOUSADA, Maria Alexandra, "Imprensa e política: alguns dados sobre a imprensa periódica portuguesa durante as lutas liberais. (1820-1834)", *Finisterra*, 1989, n.º 47, pp. 88-103.
- MACEDO, Jorge Borges de, Camões - Símbolo e Mito no século XIX Português: da Ereção da Estátua ao Tricentenário (1867-1880), in *História de Portugal - dos Tempos Pré Históricos aos Nossos Dias*, Lisboa, Ediclube, 1993, pp. 323-344.
- MACEDO, Jorge Borges de, Camões em Portugal no Século XIX, *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIII, 1985.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Edição do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, 1990.
- MACEDO, Jorge Borges de, *O aparecimento em Portugal do conceito de programa político, Democracia e Liberdade*, Lisboa, n.º 20, 1981.
- MACEDO, Luís da Costa de Sousa de, "Os engenheiros militares e os problemas rodoviários", 22º Ano, 1951, n.º 3, pp. 193-200.
- MAGALHÃES, Alfredo Pereira Taveira de Magalhães, *Exposição Biblio-Iconographica Commemorativa de 1910*, Lisboa, Tipografia Universal, 1916, pp. IX-XXV.
- MAGDA, Pinheiro, In *Actas do Encontro a Construção Social do passado*, Lisboa, A. P. H., 1992.
- MARCHETE, S. D. B., *O Impressor Tipográfico*, Edições oficiais de S. José, Lisboa, 1960.
- MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo M., "Historiografía sobre Medios de Comunicación Social", in *La Historia en el 96*, Celso Almuíña, ed., Madrid, 1997.
- MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo M., "Historiografía sobre Medios de Comunicación Social, in *La História en el 96*, dir. Celso Almuíña, Madrid, Marcial Pons, 1997, pp. 138-145.
- MARTINEZ MARTIN, Jesus A., "Ejército y lectura. La cultura Castrense", in *Lectura Y Lectores en Madrid del siglo XIX*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992, pp. 261-329.
- MARTINEZ MARTIN, Jesus A., "Los Profesionales y la lectura" in *Lectura Y Lectores en Madrid del siglo XIX*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992, pp. 91-123.
- MARTINS, Humberto Buceta, "125 anos de publicação da Revista Militar A sua obra e os seus homens", *RM*, Ano 28, 1976, n.º 3, pp. 103-132.

- MARTINS, Humberto Buceta, "125 anos de publicação da Revista Militar A sua obra e os seus homens - a Administração e fiscalização da Gerência. Corpos Gerentes da Empresa", *RM*, Ano 29, 1977, n.º 1, pp. 11-39.
- MARTINS, Humberto Buceta, "A fundação da Revista Militar 1846-1848", *RM*, 1975, n.º 10/11, pp. 562-578.
- MARTINS, Humberto Buceta, "O Milagre da Longevidade da Revista Militar 1848-1974", *RM*, 1975, n.º 10/11, pp. 545-561.
- MATOS, Sérgio Campos, "História, Positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX", *Penélope*, 1992, n.º 8.
- MATOS, Sérgio Campos, *História, mitologia, imaginário nacional. A História no curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX, (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- MEDINA, João, "A Comuna foi a Primeira Experiência mítica de governo operário", *História*, Ano XXIV, III série, Novembro/Dezembro, 2001, pp. 18-43.
- MEDINA, João, *As Conferências do Casino e o socialismo em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984.
- MEDINA, João, *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa Moares Ed., 1980.
- MEDINA, João, *Herculano e a Geração de 70*, Lisboa, ed. Terra Livre, 1977.
- MEDINA, João, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, s. n., 1990.
- MELO, João Brandão Pereira de, "Resenha da Imprensa Periódica Militar Portuguesa", *RM*, Ano 3.º, 1951, n.º 6, pp. 351-361.
- Memória", in *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, pp. 12-50.
- MENAHEN, Georges, *La Ciencia y la Institución Militar: el Ejército (...)*, 1ª ed. Barcelona, Icaria, 1977.
- MENEZES, Eduardo, "A «Revista Militar» no Jornalismo Português", *RM*, Ano XCIII, 1941, n.º 1, pp. 7-15.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.
- MONTEIRO, A. Saraiva, "Apontamentos para a Historia da Medicina Veterinaria em Portugal", *RMV*, Ano XII, 1913, n.º 140, pp. 225-232.
- MONTEIRO, Henrique Pires, "A Obra de Sebastião Teles", *RM*, Ano LXXXIX, 1937, n.º 11, pp. 886-892.

- MONTEIRO, Henrique Pires, "Coronel José Joaquim Mendes Leal", *RM*, Ano LXXXII, 1930, n.º 5/6, pp. 245-251.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, "A Imprensa Militar na Biblioteca Pública Municipal do Porto", *RM*, 51º vol. 1999, n.º 11, pp. 1669-1692.
- MOTA, Salvador Magalhães, "A Emigração e os Militares no Final do Século XIX na Imprensa Diária Portuense ou a Defesa de uma Imagem", in «*Do Infante e Tordesilhas*» Actas V Colóquio Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 383-394.
- Museu Militar, "As Personalidades, os Episódios e as Comemorações da Guerra Peninsular", in *Uma Incursão nas Reservas do Museu Militar*, Lisboa, Museu Militar, 2000.
- Nobreza de Portugal*, vol. III, Lisboa, Editorial Enciclopédia, L.da, 1961.
- NORA, Pierra, *Les Lieux de la Mémoire*, 7 Vols., Paris, Gallimard, 1984-1993.
- NORA, Pierre, "Les Mémoires D'État", *Les Lieux de Mémoire*, dir. Pierre Nora, Paris, Gallimard, s. d., pp. 355-400.
- NORA, Pierre, "Mémoire Collective", in *Nouvelle Histoire*, org. Jacques le Goff, R. Chrtier e J. Revel, Paris, Retz, 1978, 398-401.
- NUNES, Maria de Fátima Nunes, *Leitura e Agricultura – a Imprensa periódica Científica em Portugal 1772 – 1852*, Évora, Universidade de Évora, 1994. Tese de Doutoramento.
- NUNES, Maria de Fátima Nunes, *O Liberalismo Português: ideários e ciência o ideário de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*, Lisboa, I.N.I.C., 1998.\
- NUNES, Maria de Fátima, "Para uma Arqueologia do discurso da Comunidade Científica", os Congressos do Mundo Português - «História da Actividade Científica Portuguesa», Évora, 2001, pp. 1-31. Trabalho apresentado ao X Seminário de História da Ciência.
- NUNES, Maria de Fátima, "A «*Sciencia Agricola*»: Memória, Ideologia e valores de um Discurso Científico em Portugal (Séculos XVIII / XIX)", *Separata da Revista Economia e Sociologia*, 1995, n.º 59, pp. 151-180.
- NUNES, Maria de Fátima, "O Fenómeno da Difusão da Leitura", in *Portugal Contemporâneo*, dir António Reis, vol. II, 1990, pp. 263-269.
- NUNES, Maria de Fátima, "O publicismo e a difusão dos conhecimentos úteis", in *História de Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, vol. I, pp. 319-328.

NUNES, Pires, "Fontes no Exército", in *Panorama e Perspectivas Actuais da História Militar em Portugal*, Actas, II Colóquio, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1991, pp. 51-66.

NUÑEZ FLORENCIO, Rafael, "Ejército Y Prensa Obrera", in *Militarismo Y Antimilitarismo en España (1888-1906)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

NUÑEZ FLORENCIO, Rafael, "El Ejército en la Prensa Republicana: Adulación, Recelo Y Rechazo", in *Militarismo Y Antimilitarismo en España (1888-1906)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

NUÑEZ FLORENCIO, Rafael, "Prensa Y Milicia", in *Militarismo Y Antimilitarismo en España (1888-1906)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

O Atheneu, 1850, n.º 6.

OLIVEIRA, J. J. Matta, "Sessão para descerramento da Estante «sebastião Telles» na «Revista Militar» em 26 de Julho", in *1º Centenário do Nascimento do General Sebastião Custódio de Sousa Telles*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1948.

OLIVEIRA, João de, "A T.S.F. – Como nasceu em Portugal", *RM*, Ano XCVIII, 1946, n.º 11, pp. 561-565.

OLIVEIRA, João F. Craveiro Lopes de, "A Engenharia Militar na Obra do Fomento do País", *REM*, Número Comemorativo do III Centenário da Engenharia Militar, 1947, pp. 246-252.

OLIVEIRA, Júnior, *O Primeiro impressor português e a sua Obra*, edições Marânus, Porto, s. d.

PACHECO, José Sebastião, *Roteiro da Cidade de Lisboa*, 3º ed., Lisboa, Livraria Académica, 1922.

PASSOS, Álvaro Teles Ferreira de, "A missão da Revista Militar", *RM*, Lisboa, vol. 96, 1944, n.º 1.

PEDRO, Manuel, *Tipógrafos de ontem, tipógrafos de hoje, tipógrafos de amanhã 1888-1956*, Porto, Imprensa Moderna, 1956.

PEDRO, Manuel, *Tipógrafos Ilustres*, Porto, Imprensa Moderna, s. d.

PEIRÓ MARTÍN, Ignacio, "La Historia de la Historiografía en España: una literatura sin objecto", in *La Historia en el 96*, Celso Almuíña, ed., Madrid, 1997.

- PENA RODRÍGUEZ, Alberto, "História do Jornalismo Português", in *História da Imprensa*, coord. Alejandro Pizarroso Quitero, Lisboa, Planeta Editora, 1996, pp. 351-396.
- PENA, António de Oliveira, "A Revista Militar, sua história e influência na vida cultural portuguesa", *JE*, Ano XXXI, 1990, n.º 361, pp. 6-9.
- PENA, António de Oliveira, "Revista Militar – 150 Anos – Fundação, 2ª Época, actualidade e Futuro", 51º vol. 1999, n.º 11.
- PENA, António de Oliveira, "Contributo de Sócios Efectivos da Revista Militar na Vida Cultural Portuguesa" in «*Os Militares na Sociedade Portuguesa*», Actas, IX Colóquio, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1999, pp. 177-190.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *A Questão Ibérica: Imprensa e opinião*, Porto, Universidade do Porto, 1995. Tese de Doutoramento.
- Periodismo Militar", *RHM*, Año XIX, 1975, n.º 39, pp. 157-159.
- PINTO, Antonio Florencio de Sousa, "*Joaquim Henriques Fradesso da Silveira*", *RM*, Tomo XXVII, n.º 8, pp. 171-173.
- POMIAN, Krzysztof, "De l'histoire, partie de la Mémoire, à la Mémoire, object d'histoire", *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1998, n.º 1, pp. 63-110.
- POMIAN, Krzysztof, "De L'histoire, Partie de la Mémoire, à la Mémoire, Objet D'histoire", *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1998, n.º 1, pp. 63-110.
- Primeiro Centenário da Guerra Peninsular, Comissão Oficial Executiva – Actas, contas e Bibliografia nos anos de 1908 a 1912*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1912.
- RAMOS, Rui, "A Nação Intelectual", in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Regulamento Interno da Empresa da Revista Militar, Lisboa, 1996.
- Revista da História das Ideias*, 1988, n.º 8.
- Revista de Engenharia Militar*, Ano 22º, 1951, n.º 3.
- Revista de Engenharia Militar*, Ano 23º, 1952, n.º 5.
- Revista História das Ideias*, vol. 10, 1988.
- Revista Militar*, N.º 5, 1935.
- RIBEIRO, António Silva, "A Evolução do Saber Militar entre os Séculos XVIII e XX", in «*Os Militares na Sociedade Portuguesa*», Actas, IX Colóquio, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1999, pp. 255-263.

- RIBEIRO, José Vitorino, *A Imprensa Nacional de Lisboa 1768 – 1912, Apontamentos e Subsídios para a sua História*, Lisboa, Imprensa nacional, 1912.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "A Imprensa portuguesa e as revoluções europeias de 1848", *Cultura História e Filosofia*, vol. VI, 1987, pp. 413-452.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "O Centenário Henriquino. Imagens e ideologia", *Separata da Revista de História das Ideias*, vol. 15, 1993.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Livraria Minerva, 1990.
- RM, Ano LXIV, 1912, n.º 1
- RM, Ano XCIV, 1942, n.º 11
- RODRIGUES, José Filipe de Barros, "General José Justino Teixeira Botelho", *RM*, 1956, n.º 2.
- ROGER CHARTIER, *A História Cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, s. d.
- ROQUE, Mário da Costa, *A Tipografia em Portugal*, s. l., s. n., s. d.
- SÁ, Adriano de, "O Brigadeiro José Maria das Neves Costa e o seu último Trabalho", *REM*, Número Comemorativo do III Centenário da Engenharia Militar, 1947, 99-103.
- SANTOS, Ary dos, *Medalhistica - Guerra Peninsular*, 2 vols. Lisboa, Museu da Marinha, 1961.
- SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, Lda. 1988.
- SCHULZE, Ingrid, *La Prensa Político-Militar en el Reinado de Alfonso XIII*, Madrid, 2000, pp. 1-19. Comunicação apresentada ao Congresso España Nuevo Milénio.
- SEIXAS, Ana Isabel, "As Instituições Militares de Ensino como Indicadores da Composição Social e Política do Exército Português", in *Actas, II Colóquio, Comissão Portuguesa de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1991, pp. 261-266.
- SEIXAS, Ana Isabel, "O Ensino das Primeiras Letras no exército Português: 1815 – 1823", in *História Militar de Portugal no século XIX*, Actas, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1993.
- SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas. Para a História de Portugal no século passado. Ensaios*, I, II, 2ª ed., Horizonte, Lisboa, 1983.



SILVA, Libânio Venâncio da, *Manual do Tipógrafo*, s. l., s. n., s. d.

SOARES, Alberto Ribeiro, "Imprensa Militar Portuguesa – Uma perspectiva diacrónica", *RM*, 51º vol. 1999, n.º 11, pp. 17-59.

SOUSA, Fernando de, *Jornal de Notícias. A memória de um Século (1888-1988)*, Porto, Empresa do Jornal de Notícias, 1988.

SOUSA, Fernando Louro, "No Duplo Centenário da Academia das Ciências de Lisboa", *RM*, 1980, n.º 11 / 12, pp. 849-890

SOUSA, Louro de, "Revista Militar", *RM*, 1980, n.º 11/ 12, pp. 896-1010.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, "Do Sistema -- A dinâmica Interna", in o *Ultimato Inglês, Política Externa e Política Interna do Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, S. A., 1990.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra 1914 – 1918 Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, L.da., 1996.

TELO, António José, "O Papel dos Militares no Processo de Inovação e Mudança no Portugal Contemporâneo", in «*Os Militares na Sociedade Portuguesa*», Actas, IX Colóquio, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1999, pp. 265-281.

TENGARRINHA, José Manuel Marques do Carmo, *História da Imprensa periódica Portuguesa*, 2ª Edição, Lisboa, Editorial Caminha, 1989.

TORGAL, Luis Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, s. n., 1989.

TUÑOM de LARA, Manuel, *Medio siglo de cultura española (1885-1936)*, 3ª ed., Madrid, Tecnos, 1984.

Typographia em Portugal – seus primeiros produtos e géneros impressores do século XV, s. l., ed. deste Século, s. d.

VALENTE, Vasco Pulido, *Os Militares e a Política: 1820-1856*, Lisboa, IN/CM, 1997.

VARGUES, Isabel Nobre; TORGAL, Luís Reis, "Da revolução à Contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O Exílio político" in *História de Portugal*, 5º vol. *O Liberalismo, (1807-1890)* dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 78-87.

VEYNE, Paulo, *Como se escreve a História*, Lisboa, ed. 70, 1983.

VICENTE, António Pedro, "Fontes Pereira de Mello – Algumas Leituras sobre a acção do militar na Sociedade Portuguesa", in «*Os militares na Sociedade Portuguesa*», Actas IX Colóquio de História Militar, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1999, pp. 247-253.

VICENTE, António Pedro, *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*, 2ª Edição, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000.

VICENTE, Antonio Pires, "Os Primeiros 75 anos de Fotografia em Portugal", in *História de Portugal*, vol. XV, dir. João Medina, Lisboa Ediclube, 1993, pp. 183-203.

VILLA ARAZ, Juan, "Classes Y Elites en la Investigacion, algunas reflexiones Teoricas Y Metodologicas", in *Elites Prosopografia Contemporânea*, Valladolid, Pedro Carasa, Valladolid, Soto editor, 1994, pp. 11-24.